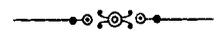


REVISTA DA
ACADEMIA
PARANAENSE
DE LETRAS

Nº67
2017
CURITIBA PARANÁ



ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
DIRETORIA GESTÃO 2017 -2018

Presidente

Ernani Buchmann

Vice-Presidente

Eduardo Rocha Virmond

Primeira Secretária

Marta Morais da Costa

Segundo Secretário

Antonio Carlos Carneiro Neto

Primeiro Tesoureiro

Nílson Monteiro

Segundo Tesoureiro

Dante Mendonça

Diretor Jurídico

René Ariel Dotti

Orador

Albino Freire

Projeto Academia vai à Escola

Chloris Casagrande Justen

Observatório da Cultura Paranaense

Flávio Arns

Patrimônio

Darci Piana

Comissão de Avaliação de Candidaturas

Albino Freire

Adélia Maria Woellner

Ricardo Pasquini

Editor da Revista da APL

Eduardo Rocha Virmond

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Fundada em 26 de setembro de 1936, teve seus estatutos registrados em 7 de março de 1974 no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, PR, arquivados sob n.º 164.893 e registrados no Livro A n.º 3.112, e também junto ao Conselho do Serviço Social do Ministério da Justiça sob n.º 53/67.

Avenida Visconde do Rio Branco, 931 | 1º andar
Curitiba/PR – Tel. 41 3883 4530
CEP: 80410-001
www.academiapr.org.br
e-mail: erv@ervirmond.com.br

PRESIDENTES

Ulisses Falcão Vieira (1936-1942)
Oscar Martins Gomes (1942-1951)
Otávio de Sá Barreto (1951-1957)
Oscar Martins Gomes (1957-1966)
Osvaldo Piloto (1966-1970)
Vasco José Taborda Ribas (1970 -1990)
Felício Raitani Neto (1990 -1992)
Valfrido Pilotto (1992-1994)
Túlio Vargas (1994 - 2008)
Lauro Grein Filho (2008)
José Carlos Veiga Lopes (2008 - 2010)
Chloris Casagrande Justen (2010)
Eduardo Rocha Virmond (2011-2013)
Chloris Casagrande Justen (2013-2016)
Ernani Buchmann (2017)

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Publicação da Academia Paranaense de Letras

Ano 78, nº 67, novembro de 2017. A revista não se responsabiliza pela redação, nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

Projeto gráfico

Rita Soliéri Brandt





PREÂMBULO

EDUARDO ROCHA VIRMOND

Editor

Neste ano será possível lembrarmos de vários aniversários redondos, a começar pelos 85 anos, que se comemoram pela criação da Ordem dos Advogados do Brasil. O advento do voto feminino também é bom de comemorar como continuação da então inserção genérica na Constituição Brasileira de 1891 como “todos os brasileiros”, o que na verdade se revelou insuficiente, conforme entenderam Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, que foram ainda além, reconhecendo em favor da mulher o direito ao sufrágio universal, por assim dizer o direito de votar, e o direito à licença maternidade. Este direito não poderá ser infringido pelos homens, “os machões”, que facilmente dominam mulheres mais frágeis, ordenando que votem em fulano ou sicrano. As sufragistas, que foram violentamente reprimidas em Boston, em Londres e outras grandes cidades, com menos intensidade aqui no Brasil, se situam como personalidades com grande coragem e discernimento, mas ainda é preciso que não esmoreçam, pensando terminada sua tarefa, aqui com uma legislação específica para ser insistentemente cumprida, para reprimir as resistências. Também temos os 100 anos da revolução comunista soviética, que “abalou o mundo”, conforme o livro de John Reed, restrita a, como se dizia, todas as Rússias, criando-se um novo império e um tipo de ditadura cruel, que acabou, mas que continua a ser imitada na América Latina, em exemplos de violência e de incompreensões desastrosas, de brutalidades embaladas pela ignorância, que nos atinge por tabela, como é o caso da Venezuela, que resolveu se intitular de “bolivariana”

– Simon Bolívar não está vivo para se indignar e protestar contra o uso de seu nome para tais falcatruas.

Quanto as mulheres, fica registrada a nossa admiração, primeiramente pela contribuição que por gentileza vieram a colaborar nesta revista, não só as que são acadêmicas, mas intelectuais paranaenses de devoção à cultura, como Iris Bigarella e Carmen Lúcia Rigoni.

Já que se fala em mulher, sem se falar na sublime Maria mãe de Jesus, nem em Maria Madalena, nem na maliciosa mulher de Potifar, é necessário lembrar que Justiniano apaixonou-se pela dançarina (que trabalhava no circo de seu próprio pai – pai dela), casou-se com ela, Teodora, que foi em seguida a Imperatriz de Bizâncio, século IV. Cristã, ela conseguiu espalhar o cristianismo por todo o Mediterrâneo, cujas forças comandava, enquanto seu marido Justiniano elaborava, com assessores, o espetacular Codex Juris Civilis, que se transformou em base do direito civil de todo o mundo. Muito mais do que isso, Teodora foi muito forte no comando de Bizâncio, ordenando por exemplo que o seu Exército reprimisse a ameaça iminente de destruição de seu império pelos inimigos, que o Imperador achava impossível de resistir. Ela mandou não só resistir mas reprimir. E foi obedecida.

Vamos repetir e falar mais e bem de mulheres, quando, no próximo número desta revista, será aberta a colaboração em torno de Jane Austen (agora 200 anos de seu falecimento com apenas 41 anos de idade), considerada por Virginia Wolff, junto com Shakespeare, a maior escritora de língua inglesa. Outros escritores e críticos literários de língua inglesa, que concordaram com ela, acharam de incluir também Charles Dickens. Da língua portuguesa e brasileira temos várias, como Raquel de Queiroz, Florbela Espanca, Cecília Meirelles, Helena Kolody e algumas outras que enobrecem o gênero.

É tempo de se registrar a eleição da diretoria da Academia, sob a liderança de Ernani Buchmann, que recebeu o apoio pleno dos membros de nossa instituição. É uma garantia de trabalho, seriedade e devoção aos propósitos permanentes de vida de nossa instituição.

Temos portanto aqui as preciosas colaborações de nossos acadêmicos, e os temas estão expostos em seus trabalhos, e já temos vitalidade para o próximo número desta nossa democrática revista.



DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS



Por ERNANI BUCHMANN

Discurso proferido no Auditório da OAB-PR, em 06 de março de 2017.



Senhoras e senhores.

É uma honra ver este plenário quase repleto, com pessoas que valorizam mais que a posse de uma diretoria, mas a própria Academia Paranaense de Letras.

Não posso deixar de citar o orgulho pelo fato de estarem à mesa presidentes das entidades para as quais presto serviços, como a OAB, a Fecomércio, Amatra e Apajufe; do Instituto dos Advogados, que cometeu a insanidade de me eleger para a sua diretoria; e amigos, na plateia, como o ex-Procurador-Geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e o Reitor do UniCuritiba, Arnaldo Rebello.

Não é por acaso que esta cerimônia se realiza na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, casa de todos os advogados paranaenses.

Há 80 anos nascia a Academia Paranaense de Letras, pouco menos de cinco anos após a criação da nossa OAB. Ambas fundadas no mesmo local, a antiga Escola Normal Secundária, na Rua Aquidaban, que hoje se chamam Instituto de Educação e Rua Emiliano Pernetta.

A OAB teve como primeiro presidente João Pamphilo d'Assumpção, que já havia fundado, com alguns advogados, e dirigido desde sua criação, o Instituto dos Advogados do Paraná – que em junho completa 100 anos.

Pamphilo era um fundador nato. Esteve entre os que criaram a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, na qual lecionou Direito das Obrigações, entre os fundadores do Centro de Letras do Paraná, da Academia de Letras do Paraná e, como não poderia deixar de ser, de sua sucessora, a Academia Paranaense de Letras.

Homem simples, desprovido de pretensões materiais. No fim da vida, solicitou desligamento da Academia, por não poder arcar com as mensalidades. Não havia como fazê-lo, o título era perpétuo. Foi a OAB que o socorreu, com um auxílio mensal. Em troca, Pamphilo doou à Ordem a sua biblioteca.

Quero dizer que a OAB Paraná continua socorrendo a Academia Paranaense de Letras, oito décadas mais tarde. Sempre fomos uma entidade sem recursos. Durante algum tempo fomos usuários – melhor seria dizer ocupantes – do Instituto Histórico e Geográfico e, depois, do Centro de Letras.

Não tivemos sede própria e hoje o que temos é um imóvel, o Belvedere, e a vontade de restaurá-lo para que lá instalemos o Observatório Paranaense de Cultura.

O feito que nos deu o Belvedere foi obra da presidente Chloris Justen e do então vice-governador Flávio Arns. A presidente já historiou o assunto em seu Relatório de Gestão, distribuído a todos os presentes.

Por este e outros feitos, quero saudá-la por todo o trabalho realizado à frente da Academia nos últimos quatro anos. A professora Chloris não conhece tempo ruim. Todos conhecemos as peculiaridades do clima curitibano, menos ela.

Assumi a Academia como se filha fosse. E jamais deixou de acalentá-la, com a carinho e a dedicação que só as mães são capazes. Foi uma presidente presente em tempo integral, como se pode depreender do Relatório de Gestão que fez distribuir a todos.

Melhor ainda, a presidente Chloris vai continuar conosco, emprestando sua exuberância para que o projeto Academia vai à Escola saia do papel e se torne mais uma realização da sua mente visionária.

A Academia, senhoras e senhores, é uma lição de convivência. O presidente da Academia Brasileira, Domício Proença Filho, diz que a Academia é “um bom convívio entre convergência e divergência”.

Ela é isso e muito mais. É um ambiente em que se discute aquilo que todos gostamos – a cultura. Somos oriundos de áreas distintas: da literatura, do magistério, da advocacia, do jornalismo, da crítica teatral e das artes visuais, da área científica, da magistratura e da música. Nascermos em Curitiba, no interior paranaense, em Portugal e em Minas Gerais, no Sul ou no Nordeste, em Joinville ou em Presidente Bernardes, mas somos todos paranaenses.

Em comum, temos também o fato de sermos humanistas. De invocarmos sempre o poder da cultura como fator de aprimoramento deste ser que algum otimista classificou como sapiens.

Nem sempre temos tido a sapiência necessária. Nosso país é um bom exemplo do desperdício de talento, de dinheiro, de disciplina. Um quase continente a viver sem planejamento. Belmiro Castor, quanta falta você nos faz!

No Brasil, em algum momento entre o descobrimento e os dias de hoje, algo quebrou na engrenagem.

Ainda assim, continuamos. Uma gambiarra aqui, uma limada ali e segue o baile. A carruagem anda torta, os passageiros correm o risco de virar abóboras, mas lá vamos nós. O andar não corrige a carga e a carga não sabe arrumar o andar. Seríamos o verdadeiro Curupira?

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, vimos o país entrar e sair de crises como se essa fosse sua única vocação. Getúlio caiu duas vezes, passamos por governos militares, fomos autores de um pretense ‘milagre brasileiro’, entramos nas crises do petróleo, depois quebramos nas mãos do FMI. Vieram os planos, frutos da mais pura empulhação coletiva. E tome crise.

Trabalhamos como Sísifo, mas sofremos com 12 milhões de desempregados. Será que nosso destino será o mesmo da folclórica manchete do jornal mexicano sobre sua seleção de futebol? *“Jugamos como nunca, perdimos como siempre”?*

Vivemos uma Odisseia permanente, como a de Ulysses, com a diferença de que nossa viagem à Ítaca já dura cinco séculos, não dez anos. Só nos falta exigir a convocação de um concílio dos deuses, dirigido por Zeus. Nego-me a acreditar.

Manoel de Barros, meu poeta de estimação, ensinava que “que o esplendor da manhã não se abre com faca”. É como se dissesse que a tarefa exige ciência, aprendizado. Menos mal que a economia parece reagir. Já se ouvem notícias de novos investimentos, existe quem projete um crescimento de 2% do PIB para 2018.

Isso, entanto, é pouco. Sejamos sonhadores, imaginando que a riquíssima cultura brasileira se imponha aos maus costumes. Refiro-me às artes, especialmente as populares. Elas sempre serão ótima escola para a população.

Mas igualmente os trabalhos científicos, as teses, os debates, as grandes obras artísticas, as vivências neste meio tão acolhedor que é a academia em seu sentido mais amplo, a começar pela escola e a continuar pelas ruas, pelas universidades e por entidades como a nossa APL.

Nesse sentido a Academia Paranaense de Letras deve estar presente no dia a dia da sociedade. Ela deve ser fomentadora e distribuidora de educação e cultura. Urge que se mostre um corpo vivo, capaz de emitir opiniões e publicar livros. Trazer para seus quadros nomes representativos das áreas as quais estamos ligados por vocação e por estatuto.

É a sequência do trabalho engendrado por Túlio Vargas, Valério Hoerner Júnior, Felício Raitani e Veiga Lopes, quando procuraram modernizar a Academia Paranaense no início dos anos 90. Foi quando chegaram a esta Casa os nomes exponenciais de René Ariel Dotti, paraninfo da turma 1967-1971, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, aqui representada também por inúmeros colegas, Eduardo Rocha Virmond e outros.

Foi quando começaram a chegar as mulheres, como Pomphilia Lopes dos Santos, Helena Kolody, Chloris Justen, Adélia

Maria Woellner, Hellê Velozzo, Leonilda Justus, dando outro gênero à Academia.

Todas vieram referendar a modernidade da Academia, seguidas por Cecília Viera Helm, Clotilde Germiniani, Flora Munhoz da Rocha, Maria José Justino e Marta Morais da Costa, a nossa caçula.

E que merecem ser lembradas e enaltecidas, tanto por estarmos em tempos de março, mês da mulher, como e principalmente pelo talento que trouxeram – e trazem para a Casa.

Amigas diletas, a exemplo dos demais acadêmicos. Semana passada tive a alegria de ver que três acadêmicos saudaram esta posse com antecipação. Carneiro Neto e Dante Mendonça, em colunas no jornal Gazeta do Povo, e Rui Cavallin Pinto, em artigo no *site* da Academia. A todos, obrigado pela condescendência.

Não posso deixar de agradecer o comparecimento nesta noite de pessoas especiais para mim. Tânia, eterna paixão, filhos, irmãos, sobrinhos, netos, amigos – alguns vindos de longe, Rio, São Paulo, Maringá, Campo Mourão. Entre todos, cito simbolicamente, em nome dos demais, Herbert Zimath Júnior, de Joinville.

Betinho, para a família e para os mais antigos, é amigo há mais de 65 anos, desde que éramos bebês. Ele vem de uma linhagem curitibana que remonta ao Barão do Serro Azul. Primo de Valério Hoerner Júnior, antecessor de Carneiro Neto na Cadeira nº40 e inesquecível historiador desta Academia, Betinho é sobrinho neto de Correa Junior, poeta, dramaturgo e pioneiro do rádio paranaense.

E também o velho parceiro e amigo, jornalista Carlos Marassi, craque na função de mestre de cerimônias, que auxilia a Academia como a OAB o faz. Trabalhando em regime *pro bono*.

Espero ter o descortino, o bom senso, a temperança necessária para levar a Academia à frente nestes dois próximos anos. Porque ela é a verdadeira arte do encontro, como não disse Vinicius de Moraes.

A presença de todos nesta noite comprova a afirmação.

Muito obrigado.

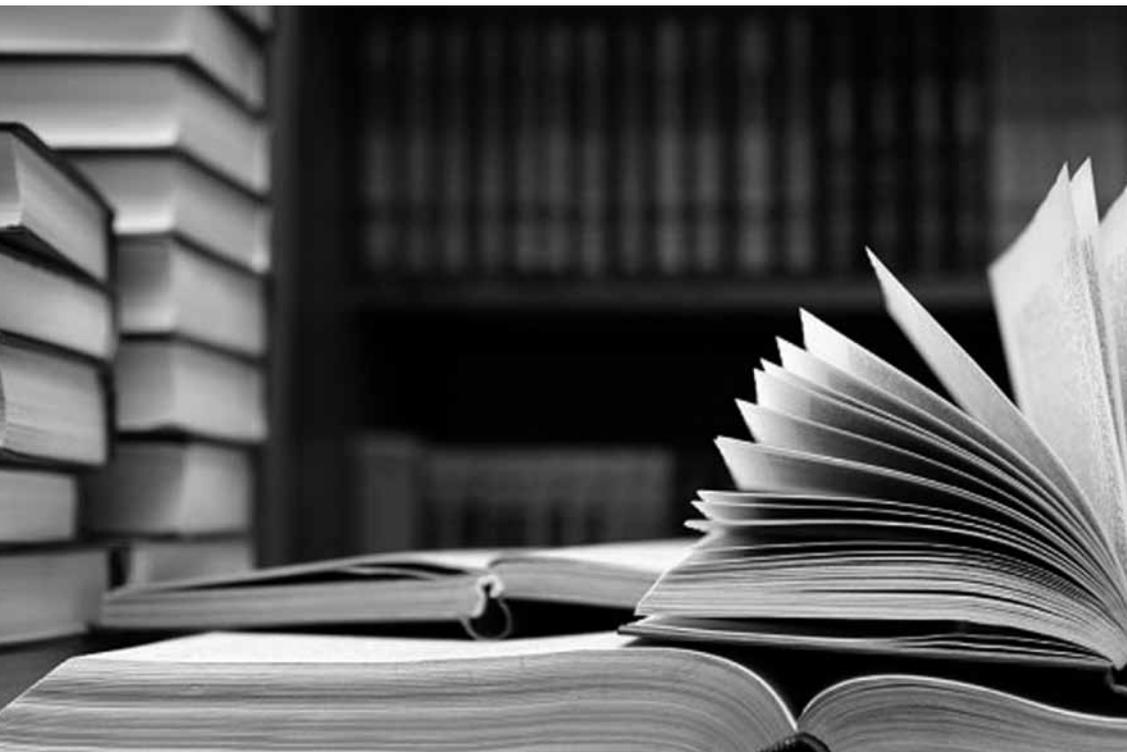


DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO ACADÊMICO ERNANI BUCHMANN



Por JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA*

Discurso proferido no Auditório da OAB-PR, em 06 de março de 2017.



Nesta noite a OAB Paraná tem a honra de receber as estrelas do firmamento literário do Paraná. Compartilhamos - escritores e advogados - de um amor profundo pela nossa terra, inspirado pelas ciências, pelas artes, pelo amor à Justiça e, sobretudo, pela esperança no futuro da pátria, representada pelo verde das bandeiras do Paraná e do Brasil e também da pelerine que cobre nossos imortais.

A literatura, sabemos todos, é patrimônio fundamental para uma sociedade que sonha em evoluir. Goethe, sabiamente, afirmou que “o declínio da literatura indica o declínio de uma nação”. Portanto, louvo a Academia Paranaense de Letras pela defesa da nossa história, do nosso idioma e da nossa cultura.

Octogenária como a OAB Paraná, a Academia Paranaense de Letras representa 22 academias e instituições literárias do estado diante da Academia Brasileira de Letras, que por sua vez está ligada à Academia Francesa de Letras — fundada em 1635 e ativa até hoje, como uma das mais vigorosas instituições mundiais de estudo da linguagem.

Sabemos que a nobre missão de zelar pela cultura e de levar adiante projetos culturais que a Academia vem acalentando com tanto empenho seguirá nas mãos talentosas do Ernani Buchmann. Sucessor da cadeira ocupada por Sebastião Paraná, o advogado Ernani esteve sempre muito à vontade no mundo das ideias e das letras, como



atestam os 15 livros que tem publicados, suas crônicas, seus trabalhos jornalísticos, os roteiros de cinema e memoráveis peças publicitárias. E que memória! Levante um assunto que diga respeito ao Paraná e Ernani lembrará de datas, nomes e detalhes a ele relacionado, tanto como testemunha ocular quanto como analista que devora livros e relatos sobre a terra que escolheu para viver desde a juventude.

Para Ernani, tudo é possível. Como esquecer das suas “Parcerias Impossíveis” que marcaram época no Teatro do Paiol no fim dos anos 70 e no começo dos 80? A vocação de administrador cultural de Ernani permitiu aos curitibanos ver no palco do Paiol Ziraldo, Millôr, Grande Otelo, Fernando Gabeira, João Saldanha e até um histórico e bem humorado debate entre dois futuros presidentes: Fernando Henrique e Lula.

Prêmios também não faltam ao imortal Ernani. Foi o publicitário do ano em 1992, publicitário latino-americano em 2007 e recebeu o Prêmio Colunistas do Paraná em 1996, além de outras homenagens.

Que mais dizer de Ernani Buchmann. Aqui na OAB, onde é coordenador da área de comunicação, ele é também editor da página “Pitoresco da Advocacia”, na qual são contadas histórias saborosas do dia a dia dos advogados. Posso garantir que ele adora contar essas histórias.

Nestes tempos em que a cultura anda tão maltratada, será um alento para toda a sociedade do Paraná contar com o conhecimento, a habilidade e a dedicação do novo presidente da Academia Paranaense de Letras.

Na semana passada, todos os integrantes do corpo do Balé Teatro Guaíra e um terço dos músicos da Orquestra Sinfônica do Paraná foram exonerados. O prometido concurso público para preencher as vagas ainda não tem data anunciada.

O Paraná precisa unir forças para salvaguardar sua cultura. Também a educação merece especial atenção de todos os que lutamos

por um futuro melhor para o nosso estado. A cruzada pela educação – cuja qualidade está intimamente ligada à nossa capacidade de inovar, empreender e desenvolver o Paraná – é um desafio para toda a sociedade e não pode prescindir da visão cultural e histórica dos integrantes da Academia.

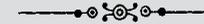
São muitos os desafios. Sabemos, pelos muitos anos de fraterna convivência, que Ernani, ao lado dos demais imortais, saberá enfrentá-los com maestria, contando sempre com o apoio e a amizade de todos nós, advogados do Paraná.

Muito obrigado.

**Presidente da OAB-PR | Gestão 2016/2017*

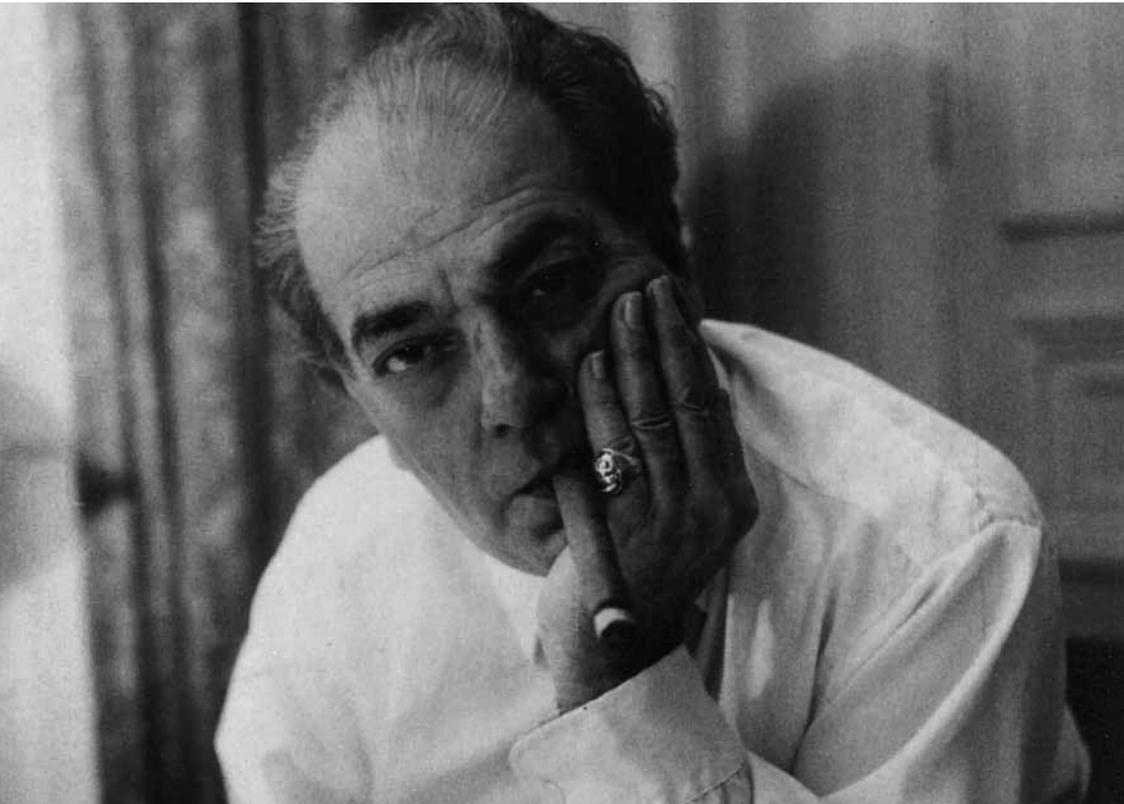


DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO ACADÊMICO ERNANI BUCHMANN



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

Discurso proferido no Auditório da OAB-PR, em 06 de março de 2017.



Devo ao Presidente Ernani Buchmann a gentileza de me propor usar da palavra nesta solenidade, o que agradeço.

Essa iniciativa do Presidente deve ter a justificativa no fato de eu ter sido Presidente das duas entidades aqui celebradas, a Ordem do Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná, e a Academia Paranaense de Letras, com a diferença de mais de 30 anos, uma da outra. Os ex-presidentes da Ordem, que atuamos como membros nato do Conselho, somos em número de onze. Enquanto os ex-presidentes da Academia que estão vivos são a Professora Chloris, que se tornou agora ex-presidente, e eu, pelo simples fato de que a morte levou, e a quem presto homenagem póstuma em relevo pelos seus trabalhos eficientes e engrandecedores, não custa mencionar, e falo daqueles que eu alcancei, que foram Walfrido Piloto, Túlio Vargas, Lauro Grein e José Carlos Veiga Lopes.

Cada gestão da academia é um passo à frente, no sentido de seu aperfeiçoamento, o que se exige tanto pela iniciativa do Presidente, como pelas naturais exigências dos membros da Academia.

Como responsável pela Revista da Academia e da Semana de História, nós, isto é, também conosco o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, escolhemos as comemorações de datas redondas para realizar o programa.



Neste ano, temos várias, como os do 130 anos de Heitor Villa Lobos, os cem anos da Revolução Russa, 50 anos do Falecimento de Guimarães Rosa e mais outros tantos, mas estamos por ora fixados nos 85 anos, que a Ordem já celebrou de per si, mas queremos que neste ano que se faça homenagem à mulher, por ter sido os 85 anos da criação no Brasil do voto feminino (que a mulher era expurgada das eleições, como em todo o mundo) e a criação da licença maternidade, talvez a mais significativa.

A Academia tem entre seus membros atuais as seguintes ilustres acadêmicas: Chloris Casagrande Justen, Adélia Maria Werner, Clotilde Branco Germiniani, Cecília Maria Vieira Helm, Maria José Justino e Marta Moraes da Costa. Perdemos a Maravilhosa Flora Camargo Munhoz da Rocha, Leonilda Justus e a fantástica Helena Kolody.

Para as vivas, aliás muito vivas, convoco para participar da Revista e da Semana de História. De comum acordo já convidamos a essa participação três intelectuais de valor, como sejam Iris Bigarella, Carmem Lucia Rigoni e Rogéria Dotti. Estamos elaborando a programação, com o ordenamento dos assuntos primordiais e pertinentes.

Em relação às mulheres, não esqueceremos a advertência de Vinicius de Moraes que, sem nenhuma maldade, disse “as mulheres são estranhas”. Ainda quero acrescentar, a essa propósito, as considerações do poeta laureado inglês Wyston Hugo Auden, as seguintes dadas em longa entrevista para a famosa *Paris Review*, ao responder a pergunta sobre se existe alguma diferença essencial entre poesia masculina e feminina, disse:

“Homens e mulheres têm de lutar com dificuldades opostas. A dificuldade para um homem é evitar ser um esteta – evitar dizer coisas, não porquê são verdadeiras, mas porque são poeticamente efetivas.

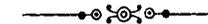
A dificuldade para a mulher está em colocar-se a uma distância suficiente das emoções. Nenhuma mulher é uma esteta. Nenhuma mulher escreve versos absurdos. Homens são playboys, mulheres são realistas. Se você conta uma história engraçada, apenas uma mulher

poderá perguntar: “Isso aconteceu mesmo?” Acho que se os homens soubessem o que as mulheres dizem uma às outras sobre eles, a raça humana iria se extinguir.

As homenagens às mulheres pela Academia está pois neste momento começando, sem obrigatoriamente concordar como o poeta Auden, mas eu não sei do que discordar. Afinal, amamos as mulheres e não podemos viver sem elas. No Talmud, o livro dos judeus, está a pergunta :“Quem é o centro da casa?” A resposta, não é a mulher, mas sim a mãe. A mãe é sempre o centro, mesmo porque se a um filho seu que atenda em sua casa o telefone, ele responderá “estou em casa da minha mãe!”. E se você homem ficar ofendido, é porque você é burro, salvo se a mulher for uma megera, que elas também existem.

Voltando as celebrações, diremos que o voto feminino é uma vitória da democracia, enquanto a licença maternidade é criação de valor humano insuperável.

Ainda a celebração do dia de hoje é um triunfo da Academia, com esse formidável apoio da Ordem dos Advogados. Termino para me congratular com todos os meus confrades e confreriras da Academia e mais outros tantos advogados e outros presentes que nos honram agora. Feliz gestão para o Ernani Buchmann, que o será, independentemente de nossa vontade, de um apoio permanente a ele e à sua presidência.





ABERTURA DA SESSÃO SOLENE AOS MEMBROS BENEMÉRITOS E DE HONRA - APL

—•••—
Por ERNANI BUCHMANN

A Academia Paranaense de Letras completou, em 26 de setembro de 2016, seus 80 anos de fundação, nas dependências da Escola Normal Secundária, hoje Instituto de Educação, na Rua Aquidaban, atual Emiliano Pernetá, reunião comandada por Ulysses Vieira, da qual saíram eleitos 17 acadêmicos.

Desde sua primeira reunião ficou estabelecido o modelo da Academia Francesa, também seguido pela Academia Brasileira, de 40 membros vitalícios, ocupando cadeiras numeradas de 1 a 40, cada qual com seu respectivo patrono.

A Academia Paranaense de Letras sucedeu a extinta Academia de Letras do Paraná, criada em 1922 e falecida por inanição, digamos, lítero-conflituosa alguns anos mais tarde.

A palavra 'Letras' que nomeia a nossa Academia deve ser entendida como toda a manifestação escrita voltada a temas literários, artísticos e científicos. O conceito estende-se a expoentes da sociedade civil notabilizados por ações relevantes em prol da cultura paranaense.

Por algum motivo insondável, a concessão dos títulos de Membros Beneméritos e Honorários, prevista em seu Regimento Interno, deixou de ser acionada, até que em abril do corrente ano a Academia resolveu por bem nomear cinco figuras de inegável valor para a cultura paranaense como membros Beneméritos e Honorários. O Desembargador Luis Renato Pedroso, ex-vereador de Curitiba

Carlos Henrique Sá de Ferrante, Ennio Marques Ferreira, Henriqueta Penido Monteiro Garcez Duarte e Orlando Soares Carbonar.

É importante destacar que os membros Beneméritos e Honorários da Academia Paranaense de Letras passam a ter a prerrogativa de participar das nossas sessões ordinárias, cabendo-lhes o direito de voz.



SAUDAÇÃO AOS MEMBROS BENEMÉRITOS E DE HONRA - APL



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

Estamos aqui para saudar os novos membros das categorias de Benemérito e de Honra. A diferença entre ambos é quase sutil. Os membros beneméritos são escolhidos entre aqueles que prestaram serviços relevantes. Assim diz em resumo o Regimento Interno. No caso dos membros honorários, diz o Regimento, são escolhidos entre os que tenham, em suas atividades, demonstrado particular interesse pela cultura paranaense. Esta economia de palavras é muito útil para nós, membros efetivos, escolhermos como bem entendermos e colocar os nossos homenageados em quaisquer dessas brevíssimas definições.

Como fui escolhido para fazer a saudação, entendo que essa escolha é resultante dos diplomas que eu inventei de conferir homenagens a todos, em cerimônia que ocorreu na época em que fui presidente. Todos os então membros da Academia estavam presentes, inclusive os que já se foram, como é o caso de Belmiro Castor, Lauro Grein, do Wanderlei Rezende, do Metry Bacila, do Moisés Paciornik. Sinto muito a falta deles.

Em boa hora, agora a homenagem se renova, graças a intuição do Presidente Ernani Buchmann, para fazer o que não fiz, outorgando-lhes os títulos que lhes caberia.

Vamos, pois, mencionar, embora brevemente, cada um deles, começando pela Henriqueta Penido Monteiro Garcez Duarte. Grande musicista, é dotada de uma qualidade humana de especial raridade,



que nem a melhor executante do mundo têm. É a sua qualidade de portar o que se convencionou chamar de ouvido absoluto. Se perguntarmos a Henriqueta qual é a nota dó do centro do piano ela o dirá, cantando, sem o piano, imediatamente e quem quiser pode conferir. É um desses milagres que escolhem alguns da natureza humana. A sua atividade foi sempre notável e eu quero destacar o que ela fez de exuberante, foi ter criado em Curitiba com o seu marido, o engenheiro e intelectual Eduardo Garcez Duarte, o Padre José Penalva e o Maestro Schnorremberg, o Festival Internacional de Música mais importante de toda a América Latina. Que perdeu por nove anos e só terminou pela inveja, ignorância e má vontade de governantes. Até hoje, nem o Festival de Prades se equivale ao nosso, graças a inteligência e competência daqueles de que falei. No Diário do Paraná fiz a crítica todos os dias, eu as escrevia depois dos concertos para sair no dia seguinte – uma proeza graças ao jornal que me esperava para fechar a edição.

Henriqueta foi diretora da Escola de Música e Belas Artes, assim como a nossa acadêmica Maria José Justino é atualmente, ambas muito bem-sucedidas. Agora Henriqueta, que não pode parar, está se encarregando de ensinar música para crianças deficientes – tarefa nobre e delicada, precisa ter conhecimento e paciência e amor pela humanidade.

Ennio Marques Ferreira. Ennio teve vocação de artista pintor e já havia demonstrado esta vocação desde menino grande. Porém, a história viria para ele de modo diferente. Ele veio a desenvolver suas possibilidades de administrador de cultura. Eleito Ney Braga, fomos em um grupo pedir que ele fosse Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação. Era fácil, pois Ney lapeano conhecia essa gente e ele nomeou o Ennio. Sempre bem-sucedido, mais tarde foi diretor do Museu de Arte do Paraná, o nosso René Dotti já se referiu elogiosamente ao enaltecer o trabalho do Ennio na Secretaria de Cultura. O mesmo aconteceu comigo, quando Secretário. Perguntei o que ele queria da Secretaria de Cultura. Ele escolheu o mesmo

posto e assim foi feito. Ele teve a sorte de casar com a carioca Heloisa, professora de matemática superior no Rio de Janeiro, aqui em Curitiba ela foi logo absorvida para ser professora na Cátedra de Matemática na Universidade do Paraná. Conheço bem ambos, Ennio é primo de Lelia, minha mulher. Eu acho que a Heloisa, que está aqui presente, salvou a vida do Ennio, por vários fundamentos, inclusive pelos três filhos excelentes que têm. Ele merece, pela sua trajetória de estímulo permanente à arte e à cultura, o cargo que ora recebe da Academia.

Luiz Renato Pedroso. Em nosso tempo de Faculdade, ele já era excelente orador. Depois fez concurso e se tornou juiz. Juiz não faz discursos. Juiz escreve, juiz decide. Mas, devido a suas qualidades de pessoa muito atenciosa e de boa natureza, tornou-se um líder dos juízes no Paraná, tanto em Londrina, como depois em Curitiba, e ainda depois no Tribunal de Justiça. Eu era presidente da Ordem e ele me pediu que nomeasse o Desembargador José Munhoz de Mello para fazer a saudação dele na posse do Tribunal. Era fácil, Munhoz de Mello se aposentara e se inscrevera na Ordem dos Advogados. Fez notável oração em homenagem a Luiz Renato. Aposentado, Luiz Renato foi logo escolhido Presidente do Centro de Letras do Paraná, onde permaneceu bastante tempo, exercendo mandatos sucessivos com seriedade e o melhor sucesso. Por isso merece a homenagem que ora lhe prestamos, ratificando a que foi conferida quando eu era Presidente da Academia, porém agora, graças ao Presidente Ernani Buchmann, ele recebe a merecida designação de Membro Benemérito.

Orlando Soares Carbonar. Travamos amizade por volta de 1950, quando ambos adquirimos o recém lançado *José e seus Irmãos*, obra prima de Thomas Mann. Saindo da Livraria Ghignone fomos obrigados a parar na esquina da Barão do Rio Branco, por causa do tráfego. Aí descobrimos que ambos tínhamos exemplares do mesmo livro. Começamos a conversar e estamos conversando até hoje. Ele fez concurso para o Itamaraty e fomos, Fausto Castilho e eu, até o Itamaraty para ver como o Carbonar estava se saindo. Era o dia da última prova oral e o examinador era o fantástico João Guimarães

Rosa. Terminada a prova, Carbonar nos viu e nos apresentou ao maravilhoso brasileiro. Ele nos convidou para um chá, ou café, como disse, e assim recebemos a graça de conviver com um dos três ou quatro escritores mais importantes do Brasil. Carbonar, que era editorialista da Gazeta do Povo, em Curitiba, foi embaixador na Venezuela, em Londres, no Paraguai, por fim em Roma, distinguindo-se sempre por apoio decidido aos interesses culturais do Brasil nesses Países. Quero lembrar somente do Paraguai, ali deu força ao artista brasileiro Lívio Abramo, que foi responsável pela lei de proteção a arte missioneira, de tremendo valor histórico e cultural, que estava sendo assaltada por turistas e mercadores de arte, levando exemplares extraordinários do barroco missioneiro para fora do Paraguai. Esta atividade, por si só, justifica a outorga do título de Membro de Honra de nossa Academia.

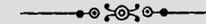
Caíque Ferrante. Colaborou durante anos com o saudoso Norton Macedo Correa, que, entre suas atividades, deu apoio a manifestações culturais, não só no Paraná, mas também na Câmara dos Deputados. Quando se foi Norton Macedo, ele Caíque mantinha a excelente biblioteca do Norton e acabou cedendo esse patrimônio para a Academia, não por causa da Academia em si, mas também da amizade firme que eu tinha com o Norton. A Biblioteca da Academia leva o nome do Norton, em homenagem à sua memória e a sua dedicação à cultura histórica e política que ambos exerceram. A Biblioteca da Academia, a que se conferiu o nome de Norton Macedo, está instalada no primeiro andar do Sesc da Esquina, aqui ao lado, graças ao Darci Piana.

E assim estão mencionados, em imperdoável resumo, os motivos pelos quais estão esses homens da Cultura do Paraná, e essa mulher que dedica à música a sua própria vida, recebem esta homenagem permanente da Academia.

Curitiba, em 19 de junho de 2017.



DISCURSO DE AGRADECIMENTO ACOLHIDA COMO MEMBRO BENEMÉRITO



Por LUIS RENATO PEDROSO

EméritoPresidente,
Eminentes autoridades e representantes de entidades culturais
e clubes de serviço, distinguidas damas e respeitáveis cidadãos.

*“Para desfrutar por inteiro a felicidade,
é preciso ter alguém com quem dividi-la”.*

Mark Twain

1- INTRÓITO

Acorremos a esta nobilitante Academia pela vontade e significativo aval de seus ilustres componentes, homenageados que somos pelo troféu magnífico da benemerência e de honorificência, que possibilita a honra e a glória de integrar e participar de tão tradicional Arcádia.

O apoucamento destas palavras não permite que seja possível externar a felicidade que nos invade e domina, certo que, na integralidade, a dividimos com os eminentes e ilustres acadêmicos, cuja cultura e escritos que dela transbordam, queremos haurir.

Os sentimentos que nos dominam neste momento, reportam-nos aos áureos tempos em que o “Príncipe dos Poetas – Paranaenses” nosso Emiliano Pernetta a todos encantava como seu poetar, na

belíssima profissão de fé - “Creio”, ao rezar, “E sinto-me tão bem, dentro deste suave linho,/ Que até me refloriu a graça e a saúde:/ Ando quase a voar, sou quase um passarinho. / E penso que voltou a flor da juventude...”

Acolham, pois, eméritos cultores da arte literária, o reconhecimento e a gratidão deste pugilo, na certeza de que haveremos de nos esforçar para não decepcioná-los, antes contribuir, talvez de forma um tanto modesta, para o maior engrandecimento desta Casa, que muito marcou o coração vibrante do indigne e inesquecível Túlio Vargas, cuja memória exaltamos.

2 - PATRIMÔNIO QUE CUMPRE ZELAR

Templo de saber e, pois, da cultura, este Cenáculo é repositório das melhores tradições e, portanto, de nossa confiança, abrigando em seu seio os expoentes maiores de intelectualidade, prosadores, poetas, ensaístas, contistas, romancistas, jornalistas, críticos, enfim uma admirável gama, muito bem definida pelo “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, o imortal Olavo Bilac, na visita feita ao nosso vetusto Centro de Letras do Paraná, nos idos de 17 de Novembro de 1946, quando afirmou: “Há aqui escritores e poetas do Brasil, artistas da mesma arte brasileira e nosso patrimônio comum”, recomendando, outrossim, ser “indispensável que, constantemente, seja defendido e protegido o nosso idioma”, pois “a língua faz parte da terra”.

Daí, a nossa importantíssima missão, que pretendemos comungar com os nobres acadêmicos, que tão bem nos acolhem.

E, nestes tristes e combalidos momentos da vida nacional, quando a Pátria se vê mergulhada em escândalos e mais escândalos, com reflexo na própria educação e cultura, mister que se ouça e siga o patriótico anseio de quem sempre pregou o civismo e, pois, o Amor à Pátria, OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC.

Dele, não se louve e conte apenas o Amor, o mais sublime dos sentimentos, como na sua encantadora “Ouvir Estrelas”, que não consigo sopitar a vontade de esconder.

*“Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo,
Perdeste o senso!” E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las, muitas vezes desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...*

*E conversamos toda a noite,
enquanto a Via-Láctea, como um pálido aberto,
Cintila. E, ao vir do sol, saudosos e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto.*

*Dizeis agora: “Tresloucado amigo!
Que conversas com elas? Que sentido
Tem o que dizem, quando estão contigo?*

*E eu vos direi: “Amai para entendê-las!
Pois só quem ama pode ter ouvido
Capaz de ouvir e de entender estrelas”.*

Também dele não se louve e cante, apenasmente, a Ode ao Pavilhão Nacional, o sagrado “Hino à Bandeira Nacional” que nos encanta e alimenta o sadio patriotismo, como tantos outros imortais versos, a exemplo de “Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste: e “Criança: não verás nenhum país como este: imita, na grandeza, a terra em que nasceste”.

Mas, nele colhamos o verdadeiro Amor à Pátria recordando-lhe a “Campanha Nacionalista”, quando proclamou, perante o Exército Nacional, nos idos de 1915: A educação cívica devemos ser os primeiros a aprendê-la, meditá-la e praticá-la. Melhoremos-nos, antes de melhorar o povo. Procuremos inaugurar uma nova política, a verdadeira “sã política, filha da moral e da razão” nacional e não corriqueira, sincera e digna, condenando e abolindo os artifícios em que vivemos, fraudes eleitorais, fraquezas governamentais, paliativos

econômicos e sofismas judiciais... (in "Olavo Bilac, Sempre Presente!" de Waldyr Jansen de Mello).

Parece-nos que BILAC ressurgiu, para viver os dias da atualidade, tão precisas e atuais as suas assertivas!

Dele aceitemos o louvável conselho externado a estudantes mineiros no ano seguinte, 1916, verbis: "O Brasil é pobre, é fraco, é triste? Sede ricos de abnegação, e ele será opulento. Sede fortes de civismo, e ele reventará suas energias. Sede alegres, e ele vibrará no largo riso dos que, tendo a consciência da sua força, têm a paz e a justiça!" (Obra citada, pag.42).

Que os sublimes ensinamentos penetrem no coração dos brasileiros, a fim de que dias melhores surjam no firmamento nacional.

Isso auguramos e oramos ao Deus da Bondade, da Misericórdia e da Onipotência: Ofertando, desde já o nosso contributo: E, seguramente, esta entidade sufragará.

3 - EPÍLOGO

Urge encerrar.

Louvo a paciência dos que me ouviram.

Louvo e agradeço o apoio daqueles que comigo, foram agraciados com a honra de pertencerem a esta Arcádia.

Rogo aos eméritos acadêmicos que a acolhida de hoje se perpetue e que a douta e tradicional Academia Paranaense de Letras possa, um dia, orgulhar-se em nos abrigar, na certeza de que não olvidaremos o ensinamento de Antístenes, o filósofo grego, segundo o qual:

"A gratidão é a memória do coração".

(D I S S E)



PREFÁCIO*



Por RENÉ ARIEL DOTTI

"Infelizmente, mon ami, eu não tenho tempo para escrever menos".

A resposta de Honoré de Balzac (1799-1850) a um crítico por sua copiosa produção literária, é uma espécie de amuleto com o qual JOÃO MANUEL SIMÕES imuniza-se contra o mau-olhado ou a silenciosa inveja de sua vastíssima obra, em cujo universo gravitam poesia, conto, crítica, ensaio, biografia, odes, pensamentos, memória e outras espécies do gênero das letras, além de artigos e palestras sobre temas do cotidiano. Ao escrever sobre o autor da *Comédia Humana*, "cuja seiva interior é feita do somatório das vidas de milhares de personagens, de homens e mulheres que, embora plasmados pelo verbo demiurgo do romancista, parecem verdadeiramente vivos", SIMÕES revela em "Notas de um diário", fragmentos da vida pessoal do gênio imortal. Na época, um amigo sugeriu-lhe que desse à obra mestra – englobando 95 romances, escritos de 1829 a 1848 – o título *A Comédia Humana* em contraposição à *Divina Comédia*, de Dante Alighieri (1265-1321). O romancista e crítico literário francês Paul Bourget (1852-1935) tinha razão quando apelidou Balzac de "Napoleão das Letras Francesas".

Certamente os clássicos da literatura universal compõem um mural de tempo e espaço infinitos assim como ocorre com a produção do oceânico Victor Hugo (1802-1885). No denso ensaio, *A tentação do impossível: Victor Hugo e Os miseráveis*, Mario Vargas Llosa refere que o mais metucioso de seus biógrafos, Jean-Marc Hovasse, calculou

* Prefácio elaborado para a obra *Ensaio Escolhidos*, 2º volume, de João Manuel Simões, Curitiba: Editora e Livraria do Chain, 2017.

que “um apaixonado bibliógrafo do bardo romântico, lendo catorze horas diárias, levaria uns vinte anos só para percorrer os livros dedicados ao autor de *Os miseráveis* que se encontram na Biblioteca Nacional de Paris”.

* * *

Este segundo volume de *Ensaio Escolhidos*, que agora vem a lume, reedita valioso material esparso em variados títulos de diversos livros que mostram a fecunda e interminável peregrinação de JOÃO MANUEL SIMÕES pelos encantados mundos da imaginação e da realidade da condição humana.¹ Trabalha com o primeiro, como a reserva indevassável da alma, e faz do segundo, uma imensa procissão das imagens sagradas e profanas do cotidiano na partilha de fatos e personagens consumidos pelos infernos, purgatórios e paraísos da existência terrena. A enciclopédica obra literária concebida e parida como reencarnação de um monge trapista, traduz um moto-contínuo de emoções geradas pelos mais diversos autores de obras nacionais e estrangeiras como *quadros de uma exposição*. Camões, Castro Alves, Antonio Vieira, Ruy Barbosa, Eça de Queiroz, Fernando Pessoa, Carlos Drummond de Andrade, Machado de Assis, Jorge Amado, José Saramago e quantos mais revelam a extraordinária riqueza da língua pátria. E qual é o *filio condutor* para unir a prosa narrativa de Franz Kafka a Shakespeare; de Marguerite Yourcenar a Ernani Reichmann; de Guimarães Rosa a Josué Montello? Um denso e instigante mistério procura descobrir qual é o *traço de união* entre a poesia de Paul Verlaine e Helena Kolody; de João Cabral de Melo Neto a Olavo Bilac e a infinidade de textos de *poema em prosa*, na

¹ O prefácio trabalha com os Ensaio, cujo vocábulo em sentido amplo consiste, segundo o autor, no “gênero literário em que se trata de um determinado autor ou tema de forma assistemática e sem pretensões de esgotá-lo; rápida apresentação de um tema literário sem entrar em grande desenvolvimento” (Os criadores e suas obras: palestras e ensaios, Curitiba, Instituto Memória, 2009, p. 10).

composição arbitrária de *matéria e forma*, de que são exemplos os textos iluminados de Cecília Meireles, em *Romanceiro da Inconfidência*, ao referir-se à prisão e à injustiça: “*Haverá sombra e umidade / em vossas pálpebras tristes, / com o céu preso numa grade*”; “*Nunca o escrivão escreve / o que a vítima diz. / Não tem lei nem justiça / quem nasceu infeliz*”. Ou do pranteado Ferreira Gullar (1930-2016) quando, em *Muitas Vozes*, fala de visita da saudade: “*No dia de finados / ele foi ao cemitério / porque era o único lugar do mundo / onde podia estar perto do filho / mas diante daquele bloco negro / de pedra impenetrável / entendeu que nunca mais poderia alcançá-lo. / Então / apanhou do chão / um pedaço amarrotado de papel / e escreveu / eu te amo filho. / Pôs em cima do mármore / sob uma flor / e saiu soluçando*”. Ou, ainda, mas não por último, de José Régio (1901-1969) no seu libertador “*Cântico Negro*”: “*Ah!, que ninguém me dê piedosas intenções! / Ninguém me peça definições! / Ninguém me diga: ‘vem por aqui!’ / A minha vida é um vendaval que se soltou. / É uma onda que se alevantou. / É um átomo a mais que se animou... / Não sei por onde vou, / Não sei para onde vou / - Sei que não vou por aí!*”.

A *ponte de ouro* entre o pensamento e a escrita; entre a geração e o termo; o conteúdo e a forma; o espírito e a criação é a palavra, o fenômeno mágico da comunicação do ser humano, assim glorificada nos versos de SIMÕES, que estão em uma passagem de sua *Poesia Reunida*: “*É preciso, portanto que eu invente, / como quem executa uma alquimia, / as palavras, o sangue do poema*”. Em outra fonte (“Da palavra à literatura”) a transcendente percepção de JMS indaga: “*Acaso não é a palavra que nomeia, identifica, rotula, ordena, integra, define e hierarquiza o mundo? Não é ela que, de certa maneira, o ilumina e o transfigura?*”. E Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) responde em *A paixão medida*: “*Já não quero dicionários / consultados em vão. / Quero só a palavra / que nunca estará neles / nem se pode inventar. / Que resumiria o mundo / e o substituiria. / Mais sol do que o sol, / dentro da qual vivêssemos / todos em comunhão, / mudos, / saboreando-a.*”

A simbiose entre a alma e o corpo da produção literária, artística e científica foi muito bem identificada por Molière (1622-1673)

ao reconhecer que “a palavra foi dada ao homem para explicar seus pensamentos, e assim como os pensamentos são os retratos das coisas, da mesma forma nossas palavras são retratos de nossos pensamentos”.

Mas é certamente nas *Memórias do subsolo*, a novela-monólogo de Dostoiévski (1821-1881) que a palavra rompe a lei de gravidade entre o autor e o texto porque, como ele mesmo avisou, iria apresentar um personagem “inventado”. No prefácio para a edição em português, o tradutor Boris Schnaiderman observa que a palavra constrói “aquela subjetividade agressiva e torturada do narrador-personagem, o seu discurso alucinado, sua veemência desordenada, o fluxo contínuo de sua fala, que parece estar transbordando, pode ser ouvido por trás da obra de muitos escritores da modernidade”.

* * *

Nas 70 vertentes das “Reflexões sobre a liberdade”,² João Manuel Simões projeta as mais variadas perspectivas sobre esse valor fundamental para o ser humano e a sociedade de um modo geral, quer seja estabelecida sob proposição filosófica, política, social, cultural ou econômica em formulação jurídica ou admitida pelos hábitos e costumes de um povo. Um dos axiomas, publicado em *Prismas e Perspectivas* nos diz que “*Aut libertas aut nihil*” (“Liberdade ou nada”) foi a epígrafe para o movimento da Inconfidência Mineira, sugerida pelo poeta e advogado insurreto Claudio Manuel da Costa (1729-1789). Em sua convicção de autêntico publicista JMS discorda das palavras do discurso de cada falso, pronunciadas por Manon Roland, antes de ser sacrificada pela Revolução Francesa: “*Liberté, que de crimes on commet*

² Com o objetivo de sondar vários aspectos da conformação literária do autor, o prólogo não se limita a comentar os textos da presente edição. Ao contrário, navegando pelos caminhos de publicações anteriores de sua lavra, resgata, aproveita e interpreta artigos, reflexões, notas e demais estilos de contribuição orientada pelas reflexões do cotidiano ou inspirada nas virtudes e sentimentos de outros escritores nacionais e estrangeiros. São os guias do espeleólogo para a incessante exploração das cavernas do espírito humano utilizando os equipamentos da mente e da palavra.

en ton nom!”. E reconduz as palavras ao seu verdadeiro sentido: “*Liberdade, quantos crimes se cometem para eliminar-te, para restringir-te - ou simplesmente porque tu estás ausente!*”

Essas coordenadas de pensamento sobre o fenômeno da liberdade nos remetem a duas figuras exponenciais que fizeram do verbo intemorato a lança mais cortante arremessada contra o arbítrio, a injustiça e a opressão dos governos, grupos ou indivíduos: o homem público de muitas camadas, Ruy Barbosa (1829-1891), e o poeta e médico, Miguel Torga (1907-1995). Ao imprimir corretamente o prenome do Águia de Haia, – grafando-o com ípsilon como se verifica em documentos pessoais e manuscritos originais – estes *Ensaio*s revelam a permanência e atualidade do pensamento vivo do grande estadista que se exilou voluntariamente em Londres para fugir das ameaças à sua liberdade pelo governo autoritário de Floriano Peixoto (1839-1895). Motivo? A combativa e denunciante advocacia de perseguidos e outras ações políticas embora jamais tivesse participado da chamada *Revolução da Armada* (1893) objeto de feroz perseguição pelos prebostes sob as ordens do *Marechal de Ferro*. Vale reproduzir JMS: “*É como se as palavras que escreveu e pronunciou há cerca de um século, fossem escritas e pronunciadas hoje, nos latifúndios da contemporaneidade*”.

O jurisconsulto, advogado, ministro de Estado, deputado, senador e candidato à presidência da República, que desfraldou a bandeira da *Campanha Civilista* (1910) em oposição à candidatura militar do Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), foi o primeiro defensor público do desditoso Capitão de Artilharia, Alfred Dreyfus (1859-1935), condenado com base em prova pericial fraudulenta em sessão secreta por ato de um Conselho de Guerra (1894) à destituição das honras e dignidades militares e ao degredo perpétuo na Ilha do Diabo (Guiana Francesa). O descendente de judeus alsacianos foi acusado, aos 35 anos de idade, de ser o autor de uma carta (o famoso *borderaux*) pela qual teriam sido transmitidas informações sobre recursos e planos estratégicos do exército francês ao Major Schwartzkoppen, adido militar alemão em Paris. A gravíssima

denúncia de traição dividiu a França em dois campos opostos, atizados pelas paixões religiosas e políticas. O processo foi considerado por Emile Zolá (1840-1902), como “*o mais absurdo dos folhetins policiais*”. A reabilitação do desditoso oficial foi declarada pela Corte de Cassação, em 1906. Na capital inglesa Ruy Barbosa acompanhava o caso pela imprensa e embora não tivesse procuração do condenado reagiu, como cidadão e jurista, àquele *erro judiciário*. E já no segundo dia após a liturgia de aviltamento de Dreyfus, escreveu uma primorosa peça de defesa que foi trazida ao Brasil por um amigo de absoluta confiança para o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. A publicação ocorreu na edição de 3 de fevereiro de 1895. Aquela corajosa iniciativa antecedeu a célebre carta de Émile Zola (*J'accuse*), publicada no diário *L'Aurore*, dirigido pelo médico e estadista Georges Clemenceau (1841-1929), em 13 de janeiro e nominalmente endereçada ao Presidente francês. O reconhecimento da primazia do patrocínio de Ruy surgiu na edição de 19 de fevereiro de 1898, no periódico *El Tiempo*, de Buenos Aires, destacando ser aquele o primeiro arrazoado em favor de Dreyfus. No ano de 1899, já de volta ao Brasil, Ruy Barbosa verteu a peça de defesa e a publicou no Rio de Janeiro pela Tipografia Leuzinger com o título *Premier Plaidoyer pour Dreyfus*. O opúsculo chegou às mãos do injustiçado que o considerou extremamente curioso em face da data da primeira publicação. E isso foi por ele mesmo admitido no capítulo III do livro *Souvenirs et correspondance*, editado em 1936 por iniciativa de seus filhos. No livro *História de Ruy Barbosa*, o notável político e historiador baiano, Rubem Nogueira (1913-2010), revela ter sido imediata a intuição de Ruy ao detectar o erro judiciário contra o Capitão Dreyfus, como ele próprio reconhecera ao lhe atribuir a prioridade no papel histórico de seu primeiro defensor público. Somente depois dele é que Zola desqualificou publicamente os manipuladores da gravíssima calúnia.

Sob outra vertente, a sensibilidade multifacetada de Miguel Torga é exposta com raro brilho de ideias e palavras como se verifica

nesta passagem esculpida por SIMÕES: “*O seu deslumbramento helênico, quase lucreciano, perante o sempre renovado espetáculo do mundo, com os seus dramas e comédias das coisas e dos seres, transforma a sua pena num pincel renascentista. Um pincel inspirado que vai pintando, sem interrupção, um vasto painel onde perpassa uma epopeia cósmica, singular e perene*”. (*Uma introdução breve à poesia de Miguel Torga*).

Para demonstrar o imenso prestígio da poesia torguiana perante a comunidade de mestres mundiais de Direito Criminal, basta a revelação de um fato. No ano de 1967, sob o patrocínio da Universidade de Coimbra, reuniram-se juristas de vários países para comemorar o centenário de abolição da pena de morte em Portugal. Ao lado de penalistas de cinco continentes, consagrados na luta contra a pena capital, a conferência de abertura foi proferida pelo médico e poeta. Disse que comparecia nessa dupla condição: “*O poeta representará, como puder, o ardor indignado e fraterno de quantos, de Villon a Victor Hugo, de Gil Vicente a Guerra Junqueiro, protestaram contra o iníquo pesadelo, e contribuíram para a sua extinção ou repulsa na consciência universal; o médico simbolizará com igual modéstia, a interminável falange daqueles que foram sempre, e são ainda, em todas as sociedades, os inimigos jurados e activos de qualquer forma de aniquilamento humano*”. Os trechos finais de sua oração foram iluminados pela percepção filosófica dos valores do espírito quando proclamou: “*A tragédia do homem, cadáver adiado, como lhe chamou Fernando Pessoa, não necessita de um remate extemporâneo no palco. É tensa bastante para dispensar um fim artificial, gizado por magarefes, megalômanos, potentados, racismos e ortodoxias. Por isso, humanos que somos, exijamos de forma inequívoca que seja dado a todos os povos um código de humanidade. Um código que garanta a cada cidadão o direito de morrer a sua própria morte*”.

No *affaire Dreyfus*, Ruy Barbosa clamou pela liberdade contra a condenação injusta enquanto Miguel Torga defendeu a liberdade da vida contra a pena de morte. Albert Camus (1913-1960), o autor de *Calígula*, *O estrangeiro*, *Os justos*, *O homem revoltado* e demais

clássicos, produziu em *O mito de Sísifo* um texto sobre a liberdade, não como contraponto às balizas objetivas da prisão injusta e da sanção desumana, mas como a esperança no sonho de um homem acordado. No meu livro, *Proteção da vida privada e liberdade de informação* (1980) refiro-me à revisão da mitológica provação de Sísifo quando Camus deixou-o no sopé da montanha: “*Esse universo, de agora em diante sem dirigente, não lhe parece histórico nem fútil. Cada um dos grãos dessa pedra, cada brilho mineral dessa montanha imersa em trevas forma por si só um mundo. A própria luta em direção aos cimos é bastante para preencher um coração de homem. É preciso imaginar Sísifo feliz*”. André Maurois (1885-1967) avaliou a repercussão daquela convocação ativa de humanismo sobre os jovens franceses quando apareceu em 1942. “*Nunca o mundo parecera tão absurdo com a tragédia da ocupação e do domínio da violência e da injustiça. Sísifo seria o homem que no princípio do século conseguiu empurrar o rochedo até o alto da montanha. Os conflitos mundiais fizeram cair a pedra que esmagara tudo o que estava abaixo. Sísifo caiu sob os escombros, sem força nem coragem. Então essa voz jovem se ergueu e falou: ‘Sim, é assim mesmo; sim, o mundo é absurdo; não, não há nada a esperar dos deuses. E, no entanto, face a esse implacável destino, importa tomar consciência dele, desprezá-lo e, na medida do possível, transformá-lo’. Compreende-se que essa voz tenha sido escutada. Era isso ou nada*”. (De Proust a Camus).

A lúcida cosmovisão, a placidez habitual e os impulsos vulcânicos que são encontrados aqui e ali nos trabalhos de João MANUEL SIMÕES, não permitiriam que um dos maiores pensadores e operadores públicos da liberdade, como expressão de resistência civil e opção de vida, ou seja, Albert Camus ficasse à margem do contexto de sua fecunda construção literária. Ele mesmo diz por quê: “*Releio, com um frêmito interior de emoção e deslumbramento, um livro cuja primeira leitura, inexplicavelmente, não me impressionou bem. Talvez porque o momento psicológico não fosse adequado. Ou porque o adolescente não estava preparado para o impacto das páginas fortes que lia com pressa. Não importa agora descobrir os motivos determinantes do fato. Basta apenas admitir que o*

fenômeno aconteceu. O que vale, a rigor, é a fruição de agora. O livro é A peste. O autor. Alberto Camus. Livro admirável. Uma obra-prima do romance europeu do século passado. Belo e denso” (“Albert Camus e a peste”, em *Os criadores e suas obras*).

Como observou Otto Maria Carpeaux (1900-1978), *A peste* é uma alegoria: a cidade assediada pela epidemia é a França dominada pelos nazistas ou qualquer outro país ocupado em situação igual ou semelhante.

* * *

Sob outro aspecto, nenhum repertório de textos consagrados da literatura mundial pode omitir a obra revolucionária de Franz Kafka (1883-1924). O absurdo realista ou a realidade absurda que adensa personagens, objetos, lugares e situações elevou-o ao patamar da fama como um dos maiores escritores do Século XX, considerado por Jean-Paul Sartre (1905-1980) como o pai da literatura moderna, lembra o ensaísta, crítico literário e jornalista Otto Maria Carpeaux (1900-1978). Na recensão sobre *O Castelo* ele anota que a influência do autor na Literatura do Século XX foi avassaladora: “*Os críticos, então, são atraídos por suas obras como as traças pela luz*”.

Na “Introdução breve a Franz Kafka”, JMS indaga como considerá-lo em última análise. “*Profeta do caos original? Apóstolo iluminado de uma decadência tangível? Intérprete fidedigno da crise existencial de uma época de valores espirituais em derrocada, de princípios éticos em colapso? Ou simples sismógrafo das convulsões abissais que sacudiam as entranhas de uma sociedade doente, num momento histórico decisivo, quando começava a surda gestação de hecatombes inimagináveis?*” Carpeaux sustenta que a literatura de Kafka não tem nada de absurdo, que ele não foi um escritor fantástico e que quando nos assusta “*não é com os espectros de um Poe nem com as horrorosas maravilhas da ficção científica*”. E arremata que suas obras são pequenas ou grandes parábolas cujos enredos

se passam fora de todas as possíveis relações humanas, fora de todo e qualquer contexto histórico e em que não parece existir a natureza.

Modesto Carone (1937-), escritor, ensaísta, professor de Literatura e o mais qualificado tradutor de Kafka em nosso país, considera *O processo (Der Procezz)*, um dos maiores romances do século XX, que começou a ser escrito na segunda semana de 1914, mas somente publicado após a morte do autor. Pesquisadores do clássico universal constataram a influência de Dostoiévski, dois anos antes, quando Kafka leu *Crime e Castigo*. Essa é também a conclusão de Carone ao reconhecer que pelo menos um ensaio, de linhagem psicanalítica, analisa as relações possíveis entre *O processo* e *Crime e castigo*, enfatizando, principalmente, as figuras que nos dois escritos agem “como projeções da constelação psíquica de Raskolnikov e Josef K”.

Ao contrário da longa gestação de *O processo*, a “história repulsiva” (como ele mesmo diz) de Gregor Samsa foi escrita em apenas vinte dias: de 17 de novembro a 7 de dezembro de 1912, quando tinha 29 anos de idade. Após hesitações de editores que consideravam o escrito muito extenso para o formato de revistas, *A metamorfose* foi afinal publicada, três anos após, por uma delas: *Die weissen Blätter (As folhas brancas)*. Nos círculos literários de língua alemã, *Die Verwandlung* teve sucesso. Naquele mesmo ano Kafka recebeu do dramaturgo Carl Sternheim (1878-1942), reconhecido líder do Expressionismo tedesco, o Prêmio Fontane de Literatura. A obra foi também impressa em separado na famosíssima coleção expressionista *Der jüngste Tag (O juízo final)*. Foi um evento excepcional na carreira do escritor porque ainda estava vivo quando *A metamorfose* foi reeditada pela mesma editora (1918). Kafka não deixou testamento. Mas, logo após a sua morte, Max Brod (1884-1968), escritor, compositor, jornalista e fiel amigo encontrou uma carta que lhe pedia: “De todos os meus escritos, os únicos livros que podem ficar são: *O veredicto, A metamorfose, Na colônia penal, Um médico rural e o conto Um artista de fome*”.

* * *

Na perspectiva caleidoscópica de suas peças literárias, SIMÕES escreve sobre os mais variados temas, distintos de sua habitual tendência, a exemplo da Música. Referindo-se a compositores clássicos – Bach, Beethoven, Brahms, Chopin, Debussy, Schubert, Vivaldi, Liszt, Mozart e outros – ele nos diz que a música “constitui, na verdade, um reino maravilhoso, um universo encantado, através de cujas veredas iluminadas a alma dos homens passeia, e estremece, e vibra, em deslumbramentos oníricos que se renovam em êxtases indizíveis que se repetem”. “Introdução breve à Música”, em *Prismas e Perspectivas*.

É oportuno lembrar que Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791), o gênio precoce, já aos três anos de idade procurava tocar cravo e aos oito produziu as primeiras de suas 41 sinfonias e foi consagrado pelo vastíssimo repertório de concertos, óperas e outros estilos. A propósito, Albert Einstein (1879-1955) disse: “Não podemos desprezar a espécie humana sabendo que Mozart foi um homem”.

Como pontos de aproximação entre a composição harmoniosa e expressão de sons e a arte plástica da pintura, é fundamental mencionar a suíte *Quadros de uma exposição* composta por Modest Mussorgsky (1839-1881) como homenagem póstuma ao seu amigo íntimo, o pintor russo Viktor Hartmann falecido em 1873. A peça musical procura interpretar dez famosas telas daquele evento.

* * *

Os *Ensaios Escolhidos* desnudam a singularidade na escolha de escritores, personagens e fatos que, apesar da seleção aparentemente arbitrária, marcam o encontro do autor com os ícones de sua veneração ao falar das figuras reais ou imaginárias de romances, contos e simples narrativas que tecem dramas e comédias, sem olvidar o cotidiano a exemplo do futebol considerado como “o mais belo e hierático de todos os esportes”. Na oportuna analogia de Oswald de Andrade (1890-1954), em *Ponta de lança*, existe um “condão da

catarse circense com que os velhos sabidos de Roma lambuzavam o pão triste das massas". Em poucas e incisivas palavras Nelson Rodrigues (1912-1980), jornalista, romancista, contista e autor de peças do chamado teatro de agressão (*Vestido de Noiva, A mulher sem pecado, Toda nudez será castigada* etc.) disse que o Brasil é "A nação das chuteiras".

Em "Uma teoria do futebol: do estático ao bélico", SIMÕES revela (de seu degrau nas gerais), conhecimento e admiração por esse "culto ecumênico em cujo altar sacrificam todos os povos e todas as raças". Batendo um bolão reverencia craques e treinadores e marca um gol de placa ao lembrar as origens do esporte bretão - essa caixinha de surpresas - quando compara o atleta a "qualquer coisa de poeta (lírico, como Garrincha, ou épico, como Pelé), de pintor e de escultor". E dá ao leitor uma assistência para os lances de um humor específico onde encontrará a sagração de conceitos, metáforas e máximas que a viragem do tempo não esmaeceu. Quem não lembra *Neném Prancha* (o ex-técnico Antonio Franco de Oliveira) quando resumiu tudo em três pérolas de sabedoria: "Futebol é muito simples: quem tem a bola ataca; quem não tem defende" • "Se concentração ganhasse o jogo, o time da penitenciária não perdia uma" • "O importante é o principal, o resto é secundário". E o que dizer dos gols anulados de Vicente Mateus, o inesquecível presidente do timão quando, em banheiras escandalosas deu uma furada ao lembrar que "a faca tem dois legumes" e "haja o que hajar o Corinthians vai ser campeão?". Mas nenhuma delas, nem mesmo a certeza filosófica de Mário Lobo Zagallo ("Temos de perder para aprender") supera a marca de Dario José dos Santos (o *Dadá Maravilha*) que conquistou o campeonato nacional da categoria com a célebre embaixada: "Só existem três coisas que param no ar: beija-flor, helicóptero e *Dadá*".

* * *

Concentrando-se em outros temas que circundam no vastíssimo universo das relações sociais, os *Ensaio*s recolhem impressões e transmitem reflexões sobre assuntos do dia-a-dia como

a Política, o Cinema e a Esperança. Sugerindo relaxamento para o leitor (porque ninguém é de ferro) há espaço para comentar sobre o pensamento "muito vivo" de Henry Louis Mencken. O jornalista, lexicógrafo e crítico social americano foi o grande criador de citações venenosas que podem ser encontradas em O livro dos insultos, com seleção, tradução e prefácio de Ruy Castro (1948-). Sobre os governos ele diz que seu objetivo permanente é de oprimir e manietar o homem superior; "qualquer idéia original é um perigo potencial, uma invasão de suas prerrogativas e o homem perigoso é aquele capaz de pensar por si mesmo sem ligar para os tabus e superstições em voga". Sobre homens e mulheres: "Os homens casados vivem mais do que os solteiros. Ou, pelo menos, se queixam durante mais tempo"; "Quando duas mulheres trocam beijinhos, isto sempre me lembra os cumprimentos trocados por dois boxeadores antes da luta". E a propósito do cidadão e do Estado: "Todo homem decente se envergonha do governo sob o qual vive"; "A democracia é a arte e a ciência de administrar o circo a partir da jaula dos macacos".

"H. L. Mencken é o cidadão privado mais poderoso da América", disse o *New York Times* em 1926. O antigo reconhecimento permanece nos dias correntes como sintetiza JOÃO M. SIMÕES: "Se fosse possível colocar, num liquidificador metafórico, Voltaire, Swift, Ambrose Bierce, Oscar Wilde e Bernard Shaw, o 'suco' resultante só poderia ter um nome: H. L. Mencken (1880-1956). Foi assim mesmo que ele se assinou a vida inteira".

* * *

Afastando radicalizações e preconceitos acerca da generalizada desconfiança popular com os políticos, SIMÕES reconhece um fato inegável: "A Política, no mundo inteiro, vive uma época de crise sem precedentes. Jamais o seu descrédito foi tão notório. Nunca o seu desprestígio foi tão claro. Parecem cada vez mais oportunas as colocações clássicas de alguns pensadores ilustres. Clássicas e cáusticas. Como a de D'Aurevilly: 'Nem os

que amam a verdade, nem os que adoram a beleza podem ocupar-se da política, pois esta, por sua vez, não se ocupa nem de uma nem de outra'. *Ou a de D'Alembert*: 'A guerra é a arte de destruir os homens, da mesma forma que a política é a arte de enganá-los'. Surgem, então, as perguntas: "Mas o que vem a ser verdadeiramente a política? Qual a sua natureza ontológica? Qual a sua função teleológica?"

As respostas, com o auxílio de várias concepções e conclusões temperadas com o bom senso, reportam-se ao pensamento de Napoleão Bonaparte (1769-1821) para quem o nosso destino é a Política. "Afinal, [diz JMS] todos navegamos irremediavelmente no seu mar largo. Enfrentando tempestades e calmarias. Ouvindo constantemente o canto das sereias".

Honoré de Balzac selecionou e prefaciou *Máximas e Pensamentos* de Napoleão recolhendo fragmentos de livros em que apareciam axiomas do Imperador e os anotou durante muitos anos em um "caderno de cozinha", como se refere na carta de 10 de outubro de 1838 para a Madame Hanska de Wierzchownia (Ucrânia). Dos múltiplos provérbios ali publicados em matéria de Política podem ser citados: "As grandes assembleias se reduzem a partidos e os partidos a um homem" (nº 15); "Nos governos, tem-se que rejeitar as paixões e preconceitos: a única paixão permitida é a do bem público" (nº 62); "O povo jamais escolherá verdadeiros legisladores" (nº 181); "É necessário que o chefe de um Estado não seja chefe de partido" (nº 211); "Tem-se que se desenvolver mais energia nos assuntos administrativos que na guerra" (nº 226); "Não é um incidente que deve governar a Política, mas sim, a Política os incidentes" (nº 279); "O cinismo dos costumes é a perda do corpo político" (nº 312); "Toda associação é um governo dentro do governo" (nº 359); "O coração de um estadista reside em sua cabeça" (nº 389); "Um rei presta contas todos os dias" (nº 407).

Os partidos políticos e os políticos individualmente têm sido, ao longo da História, objeto de crítica popular, salvo as naturais exceções porque, como disse Hans Kelsen (1881- 1973): "A democracia é necessária e inevitavelmente um Estado de partidos". Na experiência

brasileira, a corrupção acumulada por muitos anos constitui um dos piores malefícios da democracia representativa: o leilão da sigla e o aluguel da consciência. Eles identificam os agentes de uma grande legião de usufrutuários do poder. Com toda razão já disse o escritor e político Mariano José Pereira da Fonseca (1773-1848) o *Marquês de Maricá*, em uma de suas *Máximas*: "Há homens que são de todos os partidos, contanto que lucrem alguma coisa em cada um deles". Também já se concluiu com precisão cirúrgica, nas palavras de Julio de Camargo: "Política é a arte de governar com o máximo de promessas e o mínimo de realizações". (*A arte de sofismar*).

Um pequeno livro, publicado primeiramente em latim no ano de 1684, foi amplamente traduzido e circulou pelos séculos seguintes: *Breviário dos Políticos*, do Cardeal Mazarin (Jules Mazarin – 1602-1661), nascido na Itália mas que passando a viver na França recebeu o apoio de Richelieu. O texto é uma espécie de manual para a conquista do poder. Prefaciando a obra para uma das edições italianas, Umberto Eco (1932-2016) observa que Mazarin nos dá uma esplêndida imagem de como alcançar esse objetivo pela pura manifestação do consenso. "Como agradar, não só ao próprio patrão (preceito fundamental) e não só aos próprios amigos, mas também aos próprios inimigos, a serem celebrados, acariciados, convencidos da nossa boa vontade e boa-fé, de modo que morram, mas nos abençoando". Os princípios essenciais desse *catecismo político* são os seguintes: (1) Simula. (2) Dissimula. (3) Não confie em ninguém. (4) Fale bem de todo mundo. (5) Reflita antes de agir.

* * *

Para muito além dos escritores que concebem e movimentam personagens de dramas, comédias, tragédias e outras modalidades de encenação para protagonizar a alegria, a desgraça, o ódio, o amor e a miríade de sentimentos e emoções, existem alguns, a exemplo de François de Malherbe (1555-1628) que, no poema *Stances à Du*

Périer sur la mort de sa fille, faz pensar sobre a finitude da vida humana assim como a rosa que vive no curto “*espace d’un matin*”. No artigo “Evocação breve de Malherbe”, JMS evoca os 450 anos do nascimento de Malherbe e transcreve os versos finais do “inesquecível poema” concebido para consolar o amigo que perdera a filha muito jovem: “*Et, rose, elle a vécu / ce que vivent les roses: / l’ espace d’un matin*”.

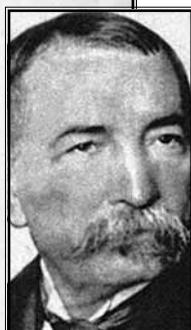
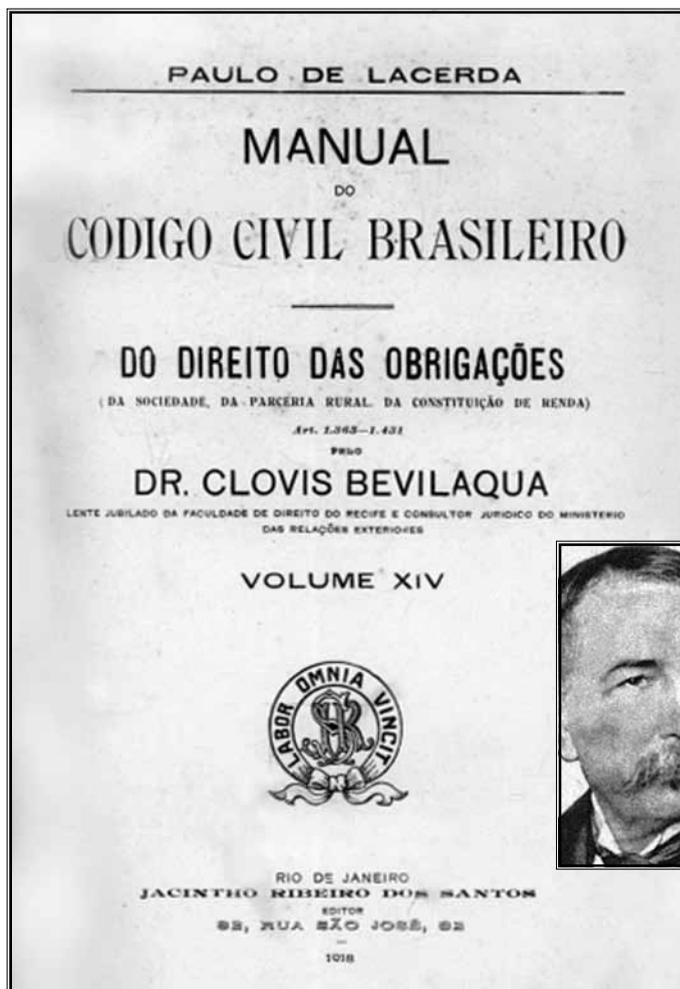
* * *

Recebi o convite-desafio de JOÃO MANOEL SIMÕES para seleção e prólogo desta segunda edição de *Ensaios Escolhidos* como uma generosa oportunidade para melhor conhecer uma fração do vastíssimo repertório de seu ofício diuturno. Procurei cumprir a honrosa missão com enorme satisfação e assumida responsabilidade na medida em que a releitura dos textos selecionados e outros avulsos permitiram-me conhecer a intimidade criadora do ser humano atrás do escritor. “*Da terra onde nasceu, no ‘jardim da Europa, à beira-mar plantado’, [contamos Hélio De Freitas Puglielli] trouxe o mais puro lirismo da língua camoniana e pessoana logo adquirindo tons de verde e amarelo e acentos tupiniquins. Com igual desenvoltura, tem frequentado tanto a poesia quanto à crônica, tanto a ficção quanto a crítica e o ensaio. Sempre com a mesma firmeza, com a mesma dignidade de expressão literária, o que não exclui toques de ironia inteligente, bom humor bem dosado e até uma pitada de malícia*”.

JOÃO MANOEL SIMÕES é o fiel apóstolo encarregado de distribuir a *palavra* para encanto do espírito humano e sagração das letras que compõem seus versos e prosas com o material da *memória* e o cinzel da *imaginação*. Oscar Wilde (1856-1900) diz que a memória “*é um diário que todos carregamos conosco*”, enquanto para Joaquim Nabuco (1849-1910) a imaginação é a “*tocha divina apensa ao espírito do homem, que lhe permite mover-se nas trevas da criação. Assim os peixes das profundezas oceânicas trazem um facho que os ilumina na noite eterna. Sem isto para que lhe serviriam os olhos? Sem a imaginação, que utilidade teria para o homem a inteligência?*”

De tudo quanto é possível a imaginação fazer nas ciências, nas artes, nas letras e na tecnologia para a satisfação de bens materiais e espirituais, nenhuma conquista se compara à fruição da liberdade e ao bem-estar, concebidos por Alvaro Moreyra (1888-1964), nestas palavras: “*Como a imaginação disfarça a vida*” (*As amargas, não*).





CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, ANO 1916, SEMPRE PRESENTE

Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

“Justiça é o Direito iluminado pela moral.”

Clóvis Bevilacqua

No início do século XIX, Stendhal escreveu uma carta para sua irmã, em que revela ter se impressionado com o *Código Civil Francês* de 1805, também denominado Código Napoleônico, em face de sua clareza e de seus objetivos concretos. Stendhal escreveu alguns livros geniais, principalmente *O vermelho e o negro*, algumas novelas, alguns textos de viagem pela Europa, e por fim *A Cartuxa de Parma*. Deixou inacabado *Lucien Leuwen*. O celeberrimo escritor italiano Italo Calvino escreveu por volta de 1980 que *A Cartuxa de Parma* é o melhor romance do mundo. Antes disso, Honoré de Balzac, logo que recebeu o livro, ainda em meados da primeira metade do século XIX, havia louvado *A Cartuxa de Parma*, como se fosse o melhor livro que tinha aparecido. Stendhal ficou inteiramente surpreendido com essa análise feita pelo escritor mais importante da França e revelou sua admiração em três cartas, dirigidas a Balzac, em uma das quais escreve sobre a linguagem:

“Compondo A Cartuxa de Parma, para pegar o tom, eu lia cada manhã duas ou três páginas do Código Civil, a fim de ser sempre natural; eu não quero, por meios factícios, fantasiosos, artificiais, fascinar a alma do leitor”.

Nunca é demais repetir Martin Heidegger, “a linguagem é a casa do ser”. Mais que uma sentença filosófica, é uma constatação abrangente, uma lição de sabedoria.

O próprio Miguel Reale afirma que a linguagem é o homem em sua fundamentação. E mais:

“O problema do Código é o problema da linguagem – básico e fundamental. Falar é adquirir grandeza de excelência do ser humano, é a fala que distingue o homem”.

Estas se constituem em revelação impressionante, que nos faz remeter ao nosso Código Civil de 1916, redigido pelo sábio Clóvis Bevilacqua. É preciso acentuar que Clóvis também repetidamente se inspirava no *Código Napoleônico*, em Teixeira de Freitas e mais ainda no *Codex Juris Civilis*, de Justiniano, que marcou no século IV a somatória do Império Bizantino com o Império Romano, este reconhecidamente em decadência.

Mas a sua obra está lá e está aqui, com toda a sua grandeza, onde já os direitos civis - nisto incluídos os direitos fundamentais do homem, alguns deles pelo menos, estão reconhecidos expressamente, muito antes por Thomas Jefferson ao escrever a *Declaração da Independência* em 1776 nos Estados Unidos. Até valeria a pena transcrevê-la inteirinha (o que não cabe fazê-lo agora) pela sua excelência de linguagem, sua grandeza de espírito, sua surpreendente inovação de natureza política e social, com lugar único na história. Dizia ele:

“Nós guardamos essas verdades, evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, endossadas pelo Criador, com certeza se constituem em Direitos inalienáveis, entre os quais Vida, Liberdade e a busca da Felicidade”.

E o introito da Constituição dos Estados Unidos começa com as reveladoras palavras “*We, the people...*” - há que se louvar. Tanto Clóvis no *Código Civil*, como Ruy Barbosa na *Constituição de 1891*, respeitaram esses cânones da civilização, se não expressamente, pelo menos por

intuição, impregnada de valores íntimos e correntes da natureza humana, equilibrada pela cultura milenar, por todos absorvida.

No equilíbrio de todos esses ingredientes, é isso o *Código Civil* de Clóvis Bevilacqua, vernáculo puro, que se inicia pelo mais sofisticado exemplo do *Código Francês* de 1805, assimilado em sua doutrina pelo nosso código, sem pretensões outras senão a de determinar as regras civilizatórias em que deva se fundar a convivência dos povos do Brasil, fixadas na individualidade de cada ser em relação a seus semelhantes, respeitando as tradições e os aperfeiçoamentos da vida em comum.

Por tudo isso, temos o dever de cultivar o aniversário centenário do *Código Civil* que, não obstante ter sido substituído - com muita competência, há que se ressaltar -, continua a se apresentar como exemplo de uma riqueza surpreendente, mas que não está morto e sua consulta merece ser estimulada para o despertar cultural das consciências mais profundas de gerações presente e futuras. Tal como nos abrigávamos na obra de Teixeira de Freitas e mais ainda no *Codex Juris Civilis* e seu principal autor e coordenador, o Imperador Justiniano. Não é inútil o Direito Romano, nem muito menos o *Código de 1916*, que abrihantou as obras de tantos civilistas, como o próprio Clóvis, seu autor, Pontes de Miranda, Caio Mario da Silva Pereira, Washington de Barros Monteiro e tantos outros - cujos comentários são tão vivos como o último compêndio do último autor.

Dizia Pontes de Miranda que, para se interpretar é necessária a simpatia. Sem a simpatia não se interpreta, se destrói.

A presença e a inteligência de um especialista, como o emérito professor Eroulths Cortiano Junior - que seguida discorrerá em melhores detalhes - ficarão gravados em todos os que puderem reconhecer os méritos do *Código Civil de 1916*, ressaltados em texto exemplar de cultura e aperfeiçoamento dos direitos fundamentais, que são em última análise o cerne dos direitos civis.





100 ANOS DO CÓDIGO CIVIL: O CÓDIGO BEVILACQUA E SEU TEMPO¹

Por EROULTHS CORTIANO JUNIOR²

INTRODUÇÃO

A mira é esta efeméride, o centenário do nosso Código Bevilacqua, data que merecia mais, pelo monumento que era. Para dele falar proponho-lhes num primeiro momento debater, sob uma certa perspectiva, a questão da codificação. Depois, tentar compreender o movimento da codificação no Brasil no século XIX, dando realce ao papel dos dois grandes juristas que se destacaram. Nesta segunda parte de minha fala, tentarei envolver os trabalhos de Teixeira de Freitas e Clóvis com a situação do Brasil na época. Tentarei atingir, aí, o título proposto para esta fala: O tempo do Código de 1916. Vejam bem, quero falar da atualidade daquele Código, na atualidade dele, no tempo dele. Foi ele, então, um código atual ou não? Por outras palavras, buscarei seguir o que Walter Benjamin dizia (*“não se pode olhar o passado com os olhos do presente”*) e assim tentar viajar com senhores para compreender a que veio, para que veio, por que veio o Código de 1916. Por fim, num terceiro momento, tentarei, a partir de observações muito pessoais, refletir sobre o caráter do CC/1916

¹ Palestra proferida na XXII Semana de História, promovida pela Academia Paranaense de Letras e pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. O texto busca reproduzir a fala, o que justifica a falta de citações e referências bibliográficas. É importante registrar que Dr. Eduardo da Rocha Virmond fez a apresentação da palestra: a apresentação mostrou-se muito mais brilhante que a palestra.

² Professor da Faculdade de Direito da UFPR. Advogado.

e o que ele representou para a sociedade brasileira. Creio, assim, homenagear, da melhor maneira, o Código e os primeiros e principais artífices da formação de um direito civil brasileiro: Teixeira e Clóvis. Aliás, é bom registrar já: se o Código tem seu centenário em 2016, o Augusto Teixeira de Freitas, que nasceu em 1816 fez, no mês passado de agosto, também 200 anos. E Clóvis, nasceu num 4 de outubro de 1859.

CODIFICAÇÃO

O debate sobre a utilidade e pertinência da codificação (enquanto forma racional de ordenação jurídica, pautada pela idéia de sistema setorial hierárquico do direito) é permanente. Lembrem do grandioso e histórico debate entre Savigny e Thibaut em relação à codificação do direito alemão. Ou pensem nas vésperas da promulgação do nosso Código/2002: houve ali uma acirrada e acadêmica discussão sobre a pertinência da codificação (como instrumento legislativo) e as vantagens da legislação descodificada. Por certo, as razões e ambientes eram distintos: na Alemanha dos anos 1800 se colocava a questão da unificação, no Brasil dos anos 2000, a questão da Constituição. Mas eram debates sobre o papel, a função e o lugar dos códigos.

Talvez seja o caso de usar um exemplo mais significativo, a produção teórica deste grande jurista italiano que é Natalino IRTI. Ele fez publicar, em 1979, uma obra sempre citada, que é “*L’eta della decodificazione*”, na qual relatava, para usar expressão de meu amigo prof. Rodrigo Xavier Leonardo, o “esgotamento das codificações e a pulverização legislativa do direito privado”.

IRTI, numa exposição em 1978 na universidade de Salamanca, refletiu sobre os temas das leis especiais, dos valores das sociedades e dos conflitos entre grupos econômicos. Suas anotações sobre direito e história, sobre costumes e sociologia, sobre códigos, constituições e leis esparsas, redundaram no livro *A era da descodificação*. O título transformou-se em *slogan* e a obra influenciou profundamente todo

o mundo ocidental (por exemplo, Orlando Gomes no Brasil e Ricardo Lorenzetti na Argentina).

Os argumentos postos por IRTI (notadamente a crítica às características totalitárias e abstratas dos códigos, e sua perda de poder diante da ressystematização do direito pelas constituições nos anos 70) eram apenas **descritivos**, mas, pela genialidade e perspicácia do autor, transformaram-se em **temas propositivos**, e o mundo ocidental passou a enxergar a descodificação como valor, e não como constatação. IRTI passou a ser visto como um arauto da descodificação.

Ocorre que este mesmo IRTI, em obra de 1995 (*Codice Civile e Società Politica*) passou a reconhecer e destacar a importância da codificação. É que, tendo em mira a situação constitucional italiana (e o permanente problema da unificação européia), ele compreendeu que as constituições podem oferecer a garantia formal e o critério de validade das normas, mas não a certeza de custodiar os valores privados da coletividade. Nos anos 70 vislumbrava-se a garantia que as constituições davam aos valores coletivos, o que parecia ser suficiente para unificar o sistema jurídico. Os códigos acabaram cedendo seu primado na regulação dos conflitos às constituições, que davam os princípios unificantes capazes de integrar os grupos e os particulares

Mas – disse IRTI em 1995 – as constituições se cansaram, premidas por disputas históricas e políticas, e priorizaram a elaboração de novas formas de existência política dos Estados (lembrem que ele falava desde a União Européia em formação). A esta missão constitucional elevada – mas sujeita a instabilidades – contrapôs-se a estabilidade dos códigos. E nesta estabilidade os particulares encontram proteção e refúgio. Neste passo, IRTI distingue muito bem o *citoyen* que dá mão as reformas constitucionais e toma partido das disputas históricas e políticas e o *bourgeois*, que precisa de proteção nos seus negócios, na dimensão privada. IRTI reconhece, então, que o código tem um **plusvalor político**, um significado unificante, uma

capacidade mediadora dos conflitos e dos interesses que transcende o de uma lei ordinária. O código disciplina os negócios civis, onde civil não designa os interesses da *civitas*, mas as relações da sociedade civil. O Código civil passa a ser porto, angra e refúgio do sujeito privado, onde se encontram técnicas simples e ágeis, utilizadas para que ele acesse os bens que lhe permitem satisfazer suas necessidades, inserir-se no mercado de consumo, constituir seu projeto familiar. É o código – especialmente o Código Civil – que regula as trocas econômicas e negociais, distribuindo uma enorme tutela jurídica aplicável à cotidianidade das necessidades da classe média.

É certo que permanece a hierarquia formal e material da Constituição, bem como a subordinação do Código Civil. Mas enquanto a constituição veicula as grandes narrativas da sociedade, é o Código Civil que cuida dos negócios, das trocas, do trabalho, da autonomia privada, da liberdade dos particulares para fazerem suas escolhas privadas em sua vida terrena.

Por outras palavras, ainda que a Constituição seja hierarquicamente superior ao Código Civil, e ainda que o Código tenha que respeitar os valores e princípios constitucionais, as situações de direito privado podem ser resolvidas pelo direito privado.

Pois a história vem confirmar a posição de IRTI. O fenômeno da descodificação não acabou com os códigos, ainda que tenha permitido o diálogo destes com as demais normas que regulam a sociedade civil. Como pergunta o prof. Rodrigo Xavier Leonardo, estaríamos “*de volta para o futuro?*”. Parece que sim. Basta vermos a onda de reformas dos códigos civis. Assim no Brasil, na Argentina, e, para usar os exemplos dos dois grandes berços da era das codificações, assim a recente reforma do direito das obrigações na Alemanha e a Ordonnance de 2016 que revisou profundamente o Código Civil francês.

A partir daqui posso orientar esta minha breve fala que se volta à compreensão dos discursos políticos do Brasil do século XIX e ao advento do Código Civil de 1916.

O BRASIL NO SÉCULO XIX

A partir de 1822 o Brasil tentou-se construir como nação, como estado, e como país. Andamos, por todo aquele século tentando criar uma **alma nacional**.

A garantia da ordem e da independência, a afirmação da liderança sul-americana com a guerra do Paraguai, a manutenção da unidade territorial, tudo isto ocupou os atores políticos dos anos 1800. No que toca à economia – instrumento da ordem, da independência, da liderança e da unidade territorial – o Brasil andou todo o século em busca de um caminho. Caminho difícil pela origem de país colonizado, pela parca liderança eminentemente nacional, pelo descaso com a questão social e do trabalho. Caminho difícil de um país eminentemente agrário, mas com imensos campos despovoados. Caminho difícil pela presença forte de uma elite que pretendeu ocupar o espaço dos colonizadores, mas onde não havia uma tradição de juristas letrados. Uma sociedade ainda colonial, “*dispersa, incoesa e de estrutura aristocrática*”.

A classe política do Brasil era constituída por famílias aristocráticas, que detinham a propriedade territorial e o monopólio do mando. Seus representantes eram os doutores, que agiam em defesa de seus interesses, por tradição, por sentimento e pelo instinto conservador de todo poder. Havia, como quer Orlando Gomes, “*um divórcio entre a elite letrada e a massa inculta*”. Éramos então uma *nação embrionária* (palavras de Sílvio Romero), cuja indústria mais importante consistia em uma lavoura rudimentar, extensiva, servida por 2 milhões de escravos e secundada por uma população extremamente pobre.

Nesse **projeto de país**, uma classe aristocrática racionalizava seus interesses privatistas, sem ter se libertado da estreiteza de seu arcabouço econômico, mesmo depois do sistema de produção ter sido golpeado em 1888. A pedra angular do regime era a riqueza fundiária e a crença numa estrutura social estanque e determinada por Deus.

Esta estrutura agrária mantinha o sistema colonial (agora colonizado pela aristocracia) que reduzia a vida econômica ao binômio exportação de matéria prima e gêneros alimentares e importação de artigos fabricados (na mais das vezes, exuberantes para um país tropical: pensem nos *footings* das ruas do centro do Rio de Janeiro, praticados por homens encartolados e mulheres presas em rodopiantes vestidos de veludo e chapéus idem).

Esta sociedade viu surgirem duas burguesias distintas. Uma, agrária, enriquecida pela exploração da terra e da mão de obra escrava. Outra, residente no litoral – notadamente Rio de Janeiro e Salvador – enriquecida pelo comércio. Fazendeiros e comerciantes: deles os interesses que predominavam. Uma pequena e escassa classe média chega a ser gestada na burocracia estatal e nas patentes médias militares. Esta classe, entretanto, submetia-se aos interesses das classes dominantes para alargar suas possibilidades. Talvez isto explique o mal incurável e crônico do Brasil, que é a ânsia pela ocupação de cargos públicos. Apesar – ou por causa – de seu parasitismo burocrático, a classe média manteve-se caudatária dos interesses das burguesias agrária do interior e mercantil do litoral. Enfim, uma classe média sem ideologia própria.

Entre as burguesias havia um conflito latente. De um lado, a burguesia mercantil aspirava a um regime jurídico e político que lhe assegurasse liberdade de ação. Doutro, a burguesia agrária que tinha interesses conservadores e proprietários. E se a aristocracia hierárquica fora substituída por uma certa burguesia, esta burguesia também era hierárquica. Por isto esta contradição de visões do mundo não provocou antagonismo, porque os interesses econômicos imediatos das burguesias coincidiam. Isto permitiu construir um **regime político de fachada**, serviente aos interesses da aristocracia civil, e um **liberalismo peculiar, também de fachada**. Um **capitalismo aleijado**, enfim. Como quer Orlando Gomes, *“sem grandes abalos, arrastava-se o país pelos corredores da História”*.

O CÓDIGO CIVIL

Neste ambiente, coloca-se a questão da codificação do direito civil brasileiro.

Naqueles tempos, o direito era as Ordenações portuguesas, medievais e romanas ao mesmo tempo. O direito era a interpretação de Bartolo, com quem João das Regras aprendeu. Era a lei pombalina da Boa Razão. Era um direito já não vigente na sua terra natal (o Código de Seabra, de 1867, revogara as ordenações em Portugal, mas elas continuavam sua saga por aqui), mas ainda aplicável na terra do Brasil.

Uma das necessidades impostas pela independência era a criação de um direito genuíno; bem por isso a Constituição de 1824 determinou: *“Organizar-se-ha quanto antes um Código Civil, e Criminal, fundado nas solidas bases da Justiça, e Equidade”*.

Se o Código Criminal veio em 1830, se o Código Comercial – lutado por Mauá – atravessou a determinação constitucional e veio em 1850, o Código Civil ficou esquecido (por que não esquecê-lo, se não havia uma sociedade civil apta dele?).

A codificação começa a ser realmente reclamada em 1845, principalmente por Carvalho Moreira, Barão de Penedo e Presidente do IAB, em trabalho intitulado *“Da Revisão Geral e Codificação das Leis Civis e do Processo no Brasil”*, onde ele mostrava a necessidade de organização das fontes do direito no país. A questão era combater a legislação brasileira *“esparsa, antinômica, desordenada e numerosíssima”*. Na mesma época, Eusébio de Queiroz propôs a adoção do *“Digesto Português”* de Correia Telles (obra meio codificadora, meio expositiva), evidentemente rechaçada, inclusive pelo IAB. Vingou a idéia de consolidar para depois codificar o direito civil.

Para isso, em 1855 o governo imperial contratou (por intermédio de Nabuco de Araújo, o Estadista do Império) Teixeira de Freitas para realizar a consolidação. O ilustre advogado cumpriu bem sua missão em 1857, compilando leis do longo arco temporal que vai de 1603 até 1857. A Consolidação foi uma verdadeira *“síntese do passado, condensa*

os resultados da experiência jurídica lentamente acumulada sobre a carcaça da Ordenação”, como exaltou Orlando Gomes. Teixeira mostrou o último estado da legislação e reduziu as disposições em vigor a proposições claras e sucintas, com citação, em cada preceito, à lei que autorizava cada um dos dispositivos. Um verdadeiro trabalho preparatório para futura codificação.

Ele manejou, na consolidação, os elementos históricos, sistemáticos e dogmáticos de uma caótica legislação positiva. A primeira parte da consolidação trouxe uma **Introdução** que é verdadeiro **sistema geral de direito**. A segunda parte foi redigida em forma de artigos. A obra excedeu toda expectativa, “constituindo marco decisivo na evolução do direito civil brasileiro” como disse Orlando Gomes.

Em 1859 Teixeira foi contratado para realizar um projeto de Código Civil. Seu contrato durou até 1864 (ou 1867, ou um pouco mais), quando houve seu rompimento. Até hoje as razões não estão claras. Há quem diga que ele foi demitido da função pelo excesso da demora ou pelo tamanho do Código. Há quem diga que a iniciativa foi sua, alegando incompatibilidades entre a sua concepção jurídica e a do governo, inclusive no que toca à unificação do direito privado. Outros indicam que ali teria começado a aparecer o sinal de demência que o acometeria no final de sua vida (Sílvio Meira rechaça fortemente esta tese). Imputa-se a ruptura a uma disputa com advogados, decorrência da sua famosa renúncia à presidência do IAB. Esta renúncia merece um parêntese: houve, no IAB, um debate sobre uma tese acerca dos escravos e a posição matreira de alguns advogados (notadamente Alberto Soares) fez com que renunciasse ao cargo. Na carta de despedida, Teixeira doou 1.000 reis ao Instituto, recomendando, sarcasticamente, a compra do Corpus Iuris Civilis...

E justamente por conta da permanente e difícil questão da escravidão talvez se tenha dado a renúncia. É que Teixeira encontrava dificuldades em redigir um Código Civil (que pressupõe a igualdade e liberdade das pessoas) para uma ordem econômica-social pautada pela escravidão. Este era um tema que já preocupava Teixeira: na

introdução da consolidação ela já dizia que não incluiria os escravos em seu projeto de Código Civil porque não queria “*maculá-lo com o mal que ainda afligia a sociedade brasileira*”. Mas como era necessário enfrentar a questão legalista, ele se propunha classificar as leis concernentes à escravidão em um “Código Negro”, até porque, já pensava ele, a escravidão seria transitória, e o Código deveria ser permanente, se não eterno. Permito-me transcrever, *ipsis litteris* da Introdução à Consolidação: “*não as maculemos [as leis civis] com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade: fique o estado de liberdade sem o seu correlativo odioso*”.

De qualquer maneira, Teixeira publicou o seu projeto, com o nome de Esboço em 1860, e esta publicização tornou seu nome ainda mais conhecido, na Europa e na América (basta lembrar que o Código Civil Argentino repete praticamente o Esboço).

Estes dois trabalhos de vulto (a **Consolidação** e o **Esboço**) demonstraram que, deixando à parte as concepções européias, a América poderia “*pensar por si*”, como disse Pontes de Miranda. O Brasil, enfim, produzia ciência, e ciência da mais alta qualidade. Dois exemplos são gritantes e conhecidos por todos: Teixeira propôs, antes dos alemães, a idéia de uma parte geral nos Códigos. E Teixeira, bem antes de Cesare Vivante, propugnou a unificação do direito comercial com o direito civil. Basta lembrar isso para concordar com Pontes de Miranda e afirmar Teixeira como “*o gênio do direito civil na América*”, por muitos comparado a Savigny. Não à toa, era um Augusto.

Malgrado o trabalho de Teixeira, a busca do Código Civil permaneceu, com iniciativas esparsas. Visconde de Seabra apresentou um projeto com 392 artigos, logo desconsiderado. Em 1872 Nabuco de Araújo escreveu 300 artigos, mas não conseguiu terminar seu trabalho (na verdade, não deixou nenhum texto, apenas anotações). Em 1881 Felício dos Santos dedicou-se à tarefa, apresentando um “*Apontamentos*” e um “*Projeto*”, mas também não teve sucesso. Coelho Rodrigues dedicou-se ao projeto de um Código entre 1889 e 1893, mas a proposta teve parecer contrário de uma comissão nomeada pelo governo. Até que, República

posta, é feito um convite para um professor de legislação comparada em Recife, o jovem Clovis Bevilaqua.

Mas antes de falar de Clóvis e de seu projeto, gostaria de registrar que Teixeira de Freitas morou em Curitiba durante muito tempo. Sílvio Meira (no seu monumental *Teixeira de Freitas o Jurisconsulto do Império*) refere a “fase curitibana” de Teixeira. Ele ficou por aqui entre 1872 e 1882 ou 1883 (Davi Carneiro afirma não haver exatidão nas informações). Veio para cá, ao que tudo indica, por ordens médicas que já anteviam seus problemas de saúde e sugeriam uma vida tranqüila. Escolheu Curitiba com seus cerca de 30.000 habitantes, para tentar a cura dos males que o afligiam. Aqui construiu enorme casa, onde aparentemente continuou trabalhando em pareceres. A casa foi posta abaixo; hoje está lá o prédio da Telepar (que, antigo patrimônio dos paranaenses, por sua vez foi posta abaixo pelo mercado). Quando morreu no Rio de Janeiro, em 1883, já não tinha quase nada. Seus livros devem ter ficado por aqui, devem estar pelas bibliotecas curitibanas. Há referências à doação de uma mesa sua à UFPR. Talvez os senhores saibam melhor disso, talvez possamos encontrar tal mesa.

CLOVIS E A ESCOLA DE RECIFE

Clovis foi contratado para apresentar um projeto de Código Civil para o governo republicano. Trabalhou entre abril e novembro de 1899. Para compreender a contratação e o trabalho de Clovis, é necessário entender a Escola de Recife, da qual foi o melhor jurista.

Num ambiente marcado por uma literatura política livresca de influência francesa (que depois Rui tentou substituir pela doutrina americana), por um positivismo comteano e pelo influxo das ciências, forma-se a Escola de Recife, que atuou nos planos da literatura, da filosofia e do direito, liderada por Tobias Barreto (depois continuada, entre outros, por Sílvio Romero e Artur Orlando). A Escola de Recife

aproximou-se profundamente das doutrinas alemãs (o que vai repercutir, muito tempo depois, em Pontes de Miranda) e deu em certo sentido à noção de cultura no Brasil.

Tobias Barreto foi um combatente da excessiva influência francesa (cujas idéias estavam enfraquecidas desde o século XVIII) e pela aceitação das doutrinas alemãs. Aliás, ele, que era conhecido pelo espírito sarcástico, disse, certa feita: *“Mas também a República Francesa não está no meu programa. Sou pouco afeiçoado ao cancã, em qualquer de suas manifestações”*.

Por intermédio de Tobias, o Brasil deixou-se influenciar e abriu as portas para a *“intuição crítica do Alemanismo”* com objetivo de *“revigorar a nossa própria individualidade nacional”*. Tobias Barreto parece ter sido o primeiro a proclamar, no Brasil, a importância de Marx, tendo-o citado na colação de grau de bacharéis em 1883. Mas não se o diga marxista. Duas frases dele sobre: *“Dizem hoje os marxistas – a propriedade é um furto; para dizerem amanhã, talvez – o furto é a propriedade”*. *“O Instituto da Internacional é para mim a organização da loucura”*.

De qualquer maneira, foi um grande pensador. De Tobias disse Vamireh Chacon: *“Seu brado pode parecer derrotista, quando era apenas desesperado: para ele, o Brasil, como a Espanha de Unamuno, lhe doía. Não lhe era possível constatar isto, academicamente, e passar adiante, palitando os dentes, como o fazem muitos angustiados reformistas ainda em nossos dias”*.

Após Tobias, as faculdades de Direito passaram a pensar o Brasil. *“A entrada de Tobias na Faculdade abalou as velhas estruturas mentais”* disse Vamireh Chacon.

Pois coube a Bevilaqua, maior jurista da Escola de Recife, mas homem de seu tempo e com personalidade própria, a tarefa da codificação do direito civil. Por sua índole, Clóvis humanizou o pensamento de Tobias. Ele pousou sua tranqüilidade, seu gênio, seu equilíbrio, nas idéias da Escola de Recife e teve maturidade para conceber um grande Código Civil. Espírito sereno e de professor, Clóvis fez um Código que reunia o melhor da doutrina jurídica da época. Talvez, um código para as faculdades de direito a não para

a vida (disse Pontes que *“O que nele morde a realidade vem de Teixeira de Freitas ou de Coelho Rodrigues”*), mas um código que se preocupava em colocar a lei sistematizada como *solução* para os conflitos. E se a **Consolidação** de Teixeira de Freitas teve a formidável **Introdução**, o **Projeto** de Clóvis tem as suas **“Preliminares”**, de leitura obrigatória para quem queira entender o direito civil e o código.

Pois o projeto do Código desencadeou um dos debates mais interessantes, pelo menos ao mundo da gramática. Wilson Martins fala da *“justa imortal dos filólogos”* para se referir à contenda (ou *“grande batalha”*) travada entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, a propósito da redação do Código Civil. Pontes de Miranda refere-a como *“uma das mais renhidas batalhas literárias da língua portuguesa”*. Aliás, uma luta que faltou no debate do Código de 2002, com seus escancarados defeitos de redação e, por que não, de gramática (devidos não a Reale, mas à mexida dos nossos congressistas).

É que Rui, senador, publicou, logo em seguida a ter acesso ao Código, o *“Parecer do Senador Ruy Barbosa sobre a Redação do Projeto do Código Civil”* com 560 páginas dedicadas à crítica filológica da redação do projeto. Partidários de Clóvis buscaram o médico (e filólogo) Ernesto Carneiro Ribeiro, professor de Castro Alves e do próprio Rui, que fez publicar um trabalho intitulado *“Ligeiras Observações sobre as Emendas do Dr. Ruy Barbosa ao Projeto do Código Civil”*. Rui, incansável, publicou uma Réplica a Carneiro Ribeiro. Este, por sua vez, concluiu os debates em 1905 com a *“Tréplica: Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa”*. Os debates foram fortes. Ruy – que criticava no Código do direito privado até o uso da palavra *“privada”*, sob o argumento que ela evocava um *“recanto mal cheiroso”* – postou-se contra a intromissão de Carneiro Ribeiro perguntando *“o que pode querer um professor de línguas “profano em coisas jurídicas” se cometer da redação do Código Civil?”*

As contradições de Ruy (por exemplo, ele dizia querer debater as questões jurídicas a partir da gramática, o que parece inviável; ou dizia que algumas expressões deviam ser utilizadas, porque

eram utilizadas pelos clássicos, mas outras, que eram encontráveis nos clássicos, não deviam ser usadas porque o uso moderno não as admitia) fizeram com que a posteridade interpretasse seu trabalho como um trabalho decorrente da mágoa de não ter sido ele, a grande cabeça jurídica do Brasil, convidado para redigir o projeto do tão buscado Código Civil. E, pior, tendo sido substituído por um jovem professor, que não era advogado, e que não era da carioca Capital do Brasil, e que não fazia parte do Parlamento...

Tudo isto gerou um peculiar efeito secundário do Código: o debate gramatical acendeu um movimento autônomo, cuja importância à vida cultural emparelha com a do próprio código, fundando a moderna filologia brasileira (os trabalhos de Ruy e Carneiro eram consultados depois para solução de pendengas gramaticais). É o que nos conta o nosso Wilson Martins na sua monumental História da Inteligência Brasileira. É bem verdade que o modernismo veio logo depois, e a escrita barroca-elegante perdeu-se nas brumas da história...mas isso é outra história.

Ficou porém esta versão: o debate gramatical de Ruy teria sido uma tática diversionista para destruir o projeto Clovis, substituindo-o por um seu, pelo prazer de ser o redator do código e como vingança contra os presidentes Campos Sales e Epitácio Pessoa. Mas não devemos esquecer que em 1905 Ruy acabou fazendo um parecer jurídico utilizado nos debates. San Tiago Dantas diz que Ruy foi *“da oposição para a cooperação”*.

Voltemos ao Código. Depois de idas e vindas entre a Câmara e o Senado (foi apreciado por comissões presididas por Sylvio Romero e pelo próprio Ruy), o código foi aprovado com modificações (para o bem e para o mal, cite-se a unificação dos prazos de prescrição e decadência) e entrou em vigor em 1916. Um Código, que foi durante todo o século XIX uma simples intenção, agora era matéria real. Noventa e quatro anos depois da promessa constitucional de 1823, o Brasil tinha um Código Civil. Separado por três séculos das Ordenações, nosso primeiro Código Civil entrava em vigor.

Quando promulgado, o nosso Código era um documento anacrônico em relação às novas tendências do direito e às novas composições sociais. Mas era, realmente, um inegável avanço no que se refere às nossas estruturas jurídicas. Foi ele um passo fundamental, ainda que atrasado, para a modernização brasileira.

É nesta dualidade didática que se deve enxergar o Código: brilhante e aplaudido na estrutura jurídica, mas arcaico do ponto de vista social. Disse Arnold Wald que ele era dotado de uma senilidade congênita, porque nasceu velho, tentando regular uma sociedade que se modificava vertiginosamente. Os acontecimentos se precipitavam, notadamente as revoluções russas de 1905 e 1916, e a grande guerra de 1914, e a sociedade se reerguia sobre novas bases. Depois da *belle époque* e da crença num progresso material e espiritual irrefutável, tudo desabaria e viria a violenta guerra, catástrofe humana que até hoje nos abala. Um diálogo entre Sherlock Holmes e Sr. Watson, eternos personagens da literatura de Conan Doyle explicam as expectativas:

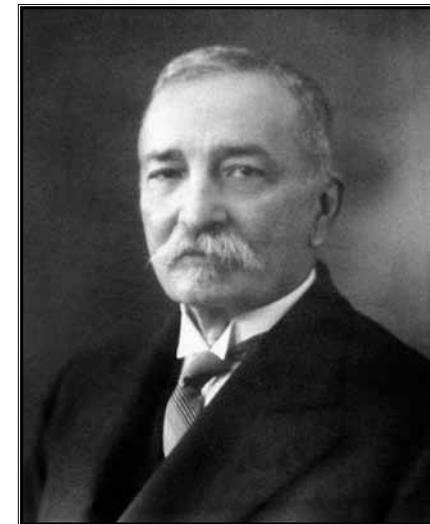
Diz Holmes para Watson: “- *Está se aproximando o vento do leste, Watson*”. Watson responde: “- *Não creio, Holmes, faz um calor danado*”. E Sherlock: “- *Meu caro Watson, está se aproximando o vento do leste, o único ponto fixo de uma guerra de mudanças, um vento que nunca soprou na Inglaterra. Será um vento frio, pungente, Watson, e muitos de nós irão estremecer às suas rajadas, mas é um vento enviado por Deus e, uma vez passado o vendaval, uma terra mais limpa, mais forte há de aquecer-se aos raios do sol. Ligue o carro, Watson, é tempo de ir embora*”.

Pobre Holmes, não imaginaria que a Primeira Guerra continuaria na segunda, e que as guerras trariam os avanços tecnológicos e estes nos levariam para o mundo digital, e não necessariamente estes tempos são mais limpos, ou menos limpos, são simplesmente novos tempos, velozes, vertiginosos, em que o tempo e o espaço escapam de nossas mãos.

De qualquer maneira, e nos coloquemos em 1916 – o tempo das certezas e da segurança ficou para trás, o tempo das barbas imponentes e dos solenes fraques ficou para trás, a moralidade

puritana ficou para trás, as hierarquias e as grandes narrativas ficaram para trás. Tudo o que era sólido desmanchou-se no ar. Há traço dessa sociedade perdida, noticiado pelo historiador austríaco Phillip Blom: a Inglaterra, por volta de 1870, depositava kits de sobrevivência nas ilhas tropicais, para eventual utilização por náufragos no caminho para a Nova Zelândia. Os kits continham itens previsíveis, como facas, fósforos, anzóis, cordas, mas também um terno de tweed para receber, com etiqueta, o marinheiro salvador...

Como disse Pontes de Miranda no seu *“Fontes e Evolução do Direito Civil Brasileiro”*, **quando um povo escolhe as regras de seu código, ele se escolhe a si mesmo**. Assim foi o nosso centenário Código. Que chegou alquebrado aos 100 anos, mas que foi um sobrevivente. Talvez a sociedade brasileira do século XX não tenha sabido honrá-lo, como os franceses sempre fizeram com o seu Código.





OS DIREITOS DAS MULHERES



Por ROGÉRIA DOTTI¹

Introdução

Para falar sobre os *direitos das mulheres*, tema com que me distingui a *Academia Paranaense de Letras* e o *Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*², início com um pequeno e bellissimo trecho da obra de Simone de Beauvoir:



“Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele. O que eu sempre quis foi comunicar da maneira mais direta o sabor da minha vida. Unicamente, o sabor da minha vida. Acho que eu consegui fazê-lo. **Vivi num mundo de homens guardando em mim o melhor da minha feminilidade.** Não desejei nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos.” (Extraído da peça *Viver sem Tempos Mortos* - monólogo de Fernanda Montenegro, direção de Felipe Hirsch e direção de arte de Daniela Thomas)

Mais do que *viver com tempos mortos*, ou reclamar do que não lhes foi concedido, algumas mulheres na história da Humanidade conseguiram conquistar seu próprio caminho e fazer valer seus direitos. Fizeram isso com trabalho, dedicação e determinação. Nada mais.

Em seu caminho, não contaram com apoio, com solidariedade ou simpatia da sociedade. Contaram apenas com si mesmas. E isso foi o suficiente.

¹ Doutoranda e mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná, Conselheira nata do Instituto dos Advogados do Paraná, Secretária Geral Adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Processual, Advogada.

² Palestra proferida no dia 25 de setembro de 2017, durante a Semana de História promovida pela Academia Paranaense de Letras e pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Para ilustrar, então, a minha exposição, tratarei do tema “Os Direitos das mulheres – evolução histórica” a partir de um prisma diferente. Nestes próximos minutos, vamos analisar juntos essa evolução a partir da vida dessas figuras femininas, que foram tão importantes para a criação e o respeito a esses direitos.

Os direitos das mulheres, contado pela história pessoal de cinco delas.

BARBE-NICOLE CLICQUOT PONSARDIN e o reconhecimento do trabalho feminino (1805)

A primeira personagem real dessa narrativa é Barbe-Nicole Clicquot Ponsardin, uma mulher que nasceu em Reims, na França, em 1777. Mas o ano que merece atenção é, na verdade, **1805**, quando morre seu marido, deixando-a, aos 27 anos de idade, com uma filha pequena e uma pequena vinícola familiar. Ainda que a produção de vinhos em sua família estivesse bem estruturada, ela enfrentava notoriamente uma crise financeira. Seu marido, François, havia contraído febre tifoide e sofrera ao longo de duas semanas com muito mal-estar, vômitos e tremores. Ela, Barbe-Nicole, acompanhou com tristeza e medo esses últimos dias. Tinha receio não apenas da morte, mas de tudo o que futuro lhe reservava.

Além da tristeza pela perda do cônjuge, Barbe-Nicole sofria também ao imaginar o fim do empreendimento pelo qual ele lutara com tanto afino. Justamente por isso, após o sepultamento de François, tomou uma decisão que mudaria para sempre não apenas a sua vida, mas também a de várias pessoas da região onde vivia. Mesmo sem ter uma formação empresarial, decidiu assumir o controle dos negócios da família, passando a cuidar diretamente da produção do champagne. Abriu mão, portanto, de um cotidiano tranquilo e confortável, limitado à maternidade e à vida doméstica.

Ao assim agir, recusou a submissão a um padrão social da época e ultrapassou todos os limites impostos às mulheres nos séculos XVIII e XIX. Jamais quis se casar novamente. Ao invés disso, decidiu empreender e comandar o seu próprio negócio.

As dificuldades, como não é difícil imaginar, foram imensas. Barbe-Nicole havia sido criada apenas para ser esposa e mãe. Não tinha nenhum preparo profissional, nem experiência na administração de uma vinícola. Mas seu marido já contara, no passado, com o apoio de um mercador de vinhos, Louis Bohne, o qual então se ofereceu para uma parceria comercial. Ambos perceberam que seria possível salvar os negócios e gerar crescimento para a vinícola. O mais difícil parecia ser convencer os outros. Dentre eles, destacava-se o próprio sogro, Philippe, o qual não confiava na capacidade de uma mulher para cuidar de uma empresa em crise.

Mas o trabalho de Barbe-Nicole foi dedicado e intenso. Com o apoio de Louis e das viagens que ele frequentemente fazia à Rússia, aquele país se tornou um importante comprador para os vinhos da então denominada Viúva Clicquot. O nome da empresa ganhou notoriedade e prestígio, ao passo que seus vinhos passaram a ter excelente reputação. O interessante é que isso não se devia a nenhum tipo de exploração pessoal, baseada na beleza ou em apelos sexistas. A marca e a notoriedade de seus vinhos foram criados pelo próprio trabalho de uma mulher pequena, determinada e que mal completara 30 anos de idade.

Todavia, naquela época, a França passou a enfrentar dificuldades para a exportação de seus produtos, decorrentes do crescimento de

um mercado internacional bastante complicado. Percebendo a mudança, Barbe-Nicole tomou a decisão de vender mais vinhos para o mercado interno, especialmente para as localidades nos arredores de Reims.



Ela trabalhava das 7h da manhã até as 21h ou 22h. Sua presença era frequente tanto nas adegas, como no escritório, no controle da contabilidade e da correspondência. Segundo a autora e professora Tilar Mazzeo, a Viúva Clicquot, parafraseando Louis XIV, dizia “Le vin c’est moi”³.

Em verdade, Barbe-Nicole Clicquot Ponsardin fez história. Ou melhor, mudou sua própria história.

EMMA GOTCHER e o direito à jornada de trabalho (1908)

Em 1908, a Suprema Corte dos EUA, analisou a constitucionalidade da imposição de uma multa pelo Estado de Oregon.



A penalidade fora imposta ao proprietário de uma lavanderia, Curt Muller, em virtude da exigência de que sua funcionária, Emma Gotcher, trabalhasse mais de 10 horas em um único dia.

Inconformado com a aplicação da multa, Muller levou o caso ao tribunal, sob a alegação de que a imposição de um limite de horas violaria a liberdade entre patrões e empregados na fixação da jornada de trabalho. Questionou assim a constitucionalidade da medida.

Esse foi um dos primeiros julgamentos, na era pós Estado moderno, em que ocorreu a intervenção do chamado *Amicus Curiae*, ou seja, “amigo da corte”. Com efeito, mediante tal figura jurídica um terceiro, que não tem interesse direto na causa, pode atuar perante o tribunal para trazer informações técnicas (não jurídicas) para auxiliar no julgamento. Neste caso Muller *versus* Oregon, o

³ MAZZEO, Tilar J. *A viúva Clicquot: a história de um império do Champagne e da mulher que o construiu*, tradução Angela Lobo, Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 233.



advogado Louis Brandeis anexou um parecer técnico contendo opiniões médicas, estatísticas sociais, dados econômicos, além de um estudo comparado de legislações estrangeiras a respeito da limitação de horas para o trabalho feminino. Tal estudo foi de tamanha importância que auxiliou a Corte a tomar a decisão, tendo ficado mundialmente conhecido como *Brandeis brief*.

Considerando então a diferença entre os sexos, a Suprema Corte concluiu que a jornada diária de trabalho para as mulheres teria que ser menor. Segundo os julgadores, a função de criar os filhos e o papel desempenhado na sociedade justificava o interesse do Estado em assegurar um período menor de trabalho.

BRIDGET PEIXOTTO e o direito à licença-maternidade (1913)

A luta pelo direito à licença-maternidade começou em NY, quando uma professora de escola pública no Bronx, Bridget Peixotto, foi demitida apenas porque deu à luz sua filha Helen Esther. Na época, as autoridades escolares afirmaram que ela teria agido com “negligência do dever com o propósito de dar à luz”.



A professora de origem portuguesa, que já lecionava há 18 anos naquela mesma escola, ficou revoltada com a demissão e levou o caso ao Tribunal. Naquele tempo, as mulheres casadas poderiam continuar a ser professoras no ensino público, mas a sociedade não via com bons olhos aquelas que tinham filhos. Isso porque se entendia que as mães não deveriam trabalhar fora de casa.

Durante o trâmite do processo, no dia 29 de maio de 1913, ela deu uma declaração ao New York Times:

“Contestarei o caso até ao fim. O Conselho Educativo, ao permitir que mulheres casadas ensinem ao mesmo tempo que as proíbe de cumprirem uma função fundamental do casamento, está a agir de forma ilegal. É absolutamente imoral e não será apoiado por nenhum tribunal. Em nenhum lado se pode proclamar a maternidade como uma negligência do dever. É permitido às mulheres casadas ensinarem nas escolas públicas, mas nega-se-lhes tempo para que tenham filhos.”

O Tribunal julgou procedente o seu pedido de reintegração ao trabalho e ela pode retornar à escola em que lecionava. Tornou-se posteriormente diretora e lá permaneceu até se aposentar, aos 70 anos.

Sua decisão em lutar pelo direito à licença maternidade alterou não apenas sua situação pessoal, mas colaborou para que isso se tornasse uma realidade para todas as mulheres.

No Brasil, a licença maternidade possui os seguintes marcos temporais:

1943 – a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece a licença de 84 dias, pagas pelo empregador.

1973 – Recomendação da OIT, a Previdência Social passa a pagar a licença.

1988 – A Constituição Federal fixa a licença em 120 dias e garante estabilidade

2008 – Com a Lei nº 11.770/2008 licença de 180 dias para servidoras públicas.

2010 – no setor privado, a extensão facultativa de 60 dias, mediante o Programa Empresa Cidadã.

EMILY DAVISON – Direito ao voto feminino (1918)

No Reino Unido, sob a liderança de Emmeline Pankhurst, desenvolveu-se o WSPU (Women’s Social Political Union), ou seja, um grupo de mulheres que passou a lutar em defesa da aprovação

do voto feminino. Tal movimento tornou-se conhecido em virtude da adoção de condutas violentas e agressivas, visando atrair o interesse das autoridades. Suas manifestantes acreditavam que os discursos e as promessas não eram mais suficientes para a mudança, sendo necessária uma atuação que realmente mobilizasse o Rei e o Parlamento. Justamente por isso, seu lema era “Deeds not words”, ou seja, atos e não palavras.

Durante uma prova hípica em Surrey (nos arredores de Londres), duas mulheres do WSPU tentaram colocar a bandeira do



movimento em um local que atraísse os olhares dos participantes e das autoridades. Após uma tentativa frustrada de obter a atenção do Rei, uma dessas mulheres, Emily Davison, invadiu a pista com a bandeira da campanha, jogando-se à frente dos cavalos. Ela foi violentamente atingida, tendo o impacto derrubado o cavalo e seu cavaleiro. Em virtude da violência do choque, Emily teve graves lesões cerebrais e veio a falecer quatro dias depois, mais precisamente, no dia 08 de junho de 1913.

Sua morte gerou enorme comoção, tendo seu enterro sido acompanhado por milhares de pessoas. O movimento ganhou assim grande destaque não apenas na imprensa local, como internacional. A publicidade do fato contribuiu enormemente para a aprovação da lei autorizando o voto feminino, alguns anos mais tarde (1918).

O direito ao voto das mulheres foi gradativamente sendo admitido em diversos países, conforme relação abaixo.

Nova Zelândia | 1893 | primeiro país a permitir o sufrágio feminino

Inglaterra | 1918 | voto para mulheres maiores de 30 anos

1928 | voto para mulheres com mais de 21 anos

Eua | 1920 | voto para as mulheres

Brasil | 1932 | Código Eleitoral Brasileiro (casadas, com autorização dos maridos, viúvas e solteiras com renda própria)

Arábia Saudita | 2015 | voto para mulheres

No Brasil, no dia 24 de fevereiro de 1932, mediante a aprovação do Código Eleitoral Provisório (Decreto 21076), durante o governo de Getúlio Vargas, assegurou-se o direito das mulheres ao **voto**.

Mas isso só ocorreu após uma grande campanha no país. O decreto foi sancionado em virtude de forte apelo político. Mesmo assim, o voto feminino era autorizado apenas para as mulheres casadas, que obtivessem a autorização dos maridos, e para as viúvas e solteiras que possuíssem renda própria. Tais restrições foram afastadas somente em 1934. Em 1946, o voto feminino passou a ser obrigatório, transformando-se de um direito em um dever.

SIMONE VEIL – Direito ao aborto (1974)

Humanista, feminista convicta, jurista e política, Simone Veil marcou a vida política da França. Ela faleceu neste ano de 2017, no dia 30 de junho, aos 80 anos.

Simone Veil nasceu em Nice, na Costa Sul da França, em 1927. Ela era judia. Aos 16 anos, foi levada para o campo de concentração de Auschwitz, juntamente com suas irmãs, seu irmão e seus pais. Apenas Simone e as irmãs sobreviveram ao holocausto. Seu irmão e seus pais nunca mais foram encontrados. Isso marcou profundamente sua vida.

Por ocasião do 60º aniversário da libertação os campos de concentração, Simone Veil declarou:



“Sessenta anos depois, eu ainda me sinto assombrada pelas imagens, os cheiros, os gritos, a humilhação, espancamentos e o céu de chumbo com a fumaça dos crematórios. Como todos os meus companheiros, eu considero um dever explicar incansavelmente para as gerações mais jovens, para a opinião pública e os políticos, como foram mortos seis milhões de homens e mulheres, dos quais um milhão e meio de crianças, simplesmente porque eles nasceram judeus”.

Ela estudou Direito em Paris, tornou-se advogada, casou-se com Antoine Veil em 1946. Anos depois tornou-se magistrada. Em 1974, foi nomeada Ministra da Saúde pelo então Presidente Giscard d’Estaing. Ela, que pertencia à direita francesa, iniciou uma grande batalha pela legalização do aborto na França. Sua atuação mudou para sempre a conscientização acerca dos direitos femininos.



Simone Veil durante seu discurso sobre descriminalização do aborto (foto: Getty Images).

“Nós já não podemos fechar os olhos para os 300.000 abortos clandestinos a cada ano que mutilam as mulheres deste país”.

Esse foi um dos mais notáveis discursos no parlamento francês. Na época, havia apenas 9 deputadas do sexo feminino e 481 homens.

Ela iniciou sua manifestação dizendo:

“Eu digo com toda a minha convicção: o aborto deve continuar sendo uma exceção, o último recurso para uma situação sem saída. Mas como tolerá-lo sem que ele perca sua característica de exceção, sem que pareça que a sociedade o encoraja? Eu gostaria de iniciar dividindo com os senhores uma convicção feminina – e eu peço desculpas por fazê-lo perante esta Assembleia quase que exclusivamente composta por homens: nenhuma mulher recorre ao aborto com um sentimento de alegria em seu coração. Basta ouvir as mulheres. Isso sempre foi um drama e permanecerá sendo um drama. É por isso que se o projeto que lhes está sendo apresentado levar em conta a situação de fato existente, se ele admitir a possibilidade de interrupção da gravidez, será para controlar essa situação e, tanto quanto possível, dissuadir a mulher”.

Afirmando que o aborto deveria ser a última opção, destacou a quantidade enorme de mulheres que anualmente morriam ou tinham graves problemas de saúde em virtude da clandestinidade do aborto.

Durante três dias, houve intensos debates e votações. A *Lei Veil* (de 17 de janeiro de 1975), como ficou conhecida, foi aprovada por 284 contra 189 e foi uma das maiores vitórias na luta feminista.

Os Franceses passaram a permitir então a IVG – *interruption volontaire de grossesse*. Simone Veil enfrentou muitas hostilidades, da própria direita, de onde ela vinha. Ela não tinha experiência no debate parlamentar, mas sua imagem de dignidade e coragem contribuíram para a aprovação da lei.

Em 1979, Simone Veil tornou-se a primeira mulher a presidir o Parlamento Europeu, em uma primeira eleição por sufrágio universal.

Em 2008 tornou-se membro da Academia Francesa, instituição semelhante à Academia Brasileira de Letras. Lá todos os membros ganham uma espada, como símbolo de sua participação Acadêmica. Simone Veil fez gravar então em sua espada seu número de deportada do Campo de Auschwitz.

Neste ano de 2017, com sua morte, o governo francês decidiu destinar-lhe a mais alta honraria, dirigida apenas aos heróis franceses: o enterro perante o Panthéon. Surpreendentemente, a família inicialmente recusou. Sua neta Deborah Veil explicou que quando seu avô morreu e foi enterrado no cemitério de Montparnasse, o maior desejo de sua avó Simone era o de ser futuramente enterrada junto com ele. Segundo ela, os avós, que haviam convivido por 65 anos, gostariam de permanecer juntos. Para sua avó Simone Veil, *o amor vinha antes das honrarias*. Foi em virtude disso que o Presidente Emmanuel Macron decidiu que tanto Simone, quanto os restos mortais de seu marido, seriam enterrados no Panthéon. Ele, Antoine Veil, faria parte dos poucos que receberam essa honraria. E isso em virtude da homenagem da França a sua esposa Simone.

Conclusão

O mais importante, depois desse breve relato da trajetória de mulheres que, com seu trabalho, criaram história e direitos, é perceber que tudo é possível. Muito mais do que reclamar ou sonhar, as mulheres devem trabalhar e mostrar seu talento, coragem, determinação.

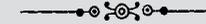
Para concluir, vale lembrar a bela lição extraída da canção *Travessia*, de autoria de Milton Nascimento e Fernando Brant:

*“Já não sonho, hoje faço
com meu braço o meu viver.”*

Que a lição dessas dedicadas e corajosas mulheres possa servir de incentivo para muitas e muitas gerações futuras.



MULHERES NA GUERRA (1939-1945): AS ENFERMEIRAS E O SERVIÇO DE SAÚDE DA FEB



Por CARMEN LÚCIA RIGONI



Desfile das Enfermeiras da FEB no Rio de Janeiro.

“ Entre os hinos da raça entoados neste instante vibrantes da nossa história, em que o Corpo Expedicionário hasteia as bandeiras gloriosas da desafronta, rumo ao inimigo, lá em Berlim, onde ele se encastela no delírio do crime e no desvario do ódio, da destruição e do obscurantismo, ergue a mulher brasileira a voz da sua revolta e do seu patriotismo, na afirmação solene de marchar lado a lado aos soldados de Caxias, tal como Ana Nery nas batalhas do passado.”

Olímpia Camerino, 1944

O papel feminino nas guerras tem sido admitido nos últimos tempos. Já trilhamos por momentos em que apenas as heroínas locais, mulheres guerreiras eram glorificadas e se tornaram lendas. Mas, por sorte, prevaleceram os registros indelévels de suas participações nas histórias de batalhas sangrentas, sejam nas nações do leste como nos países ocidentais. Nos valemos desses aportes numa tentativa de sobrepor-se ao esquecimento delas, a partir do momento em que o silêncio de longos anos foi superado em nossos dias pelo resgate da história destas bravas mulheres.

Da Antiguidade à Idade Média vamos encontrar, princesas e rainhas conduzindo seus exércitos nas frentes de batalhas. Na França com Luiz XIV, por ocasião da criação do “ Exército Real”, as mulheres foram admitidas nas suas fileiras, de uma forma disfarçada. Em 1792



as mulheres francesas foram convocadas, sendo 28 delas as primeiras selecionadas, dentro de um universo de 300 mil homens. Napoleão Bonaparte, mesmo com seu antifeminismo notório, admitiu a presença de determinadas mulheres-soldados nos exércitos imperiais.

O Século XIX será um período de transição para as mulheres, pois o que imperava até então para a grande maioria era a posição de “companheiras”, que seguiam com seus maridos para a campanha. Mais tarde, muitas atuam como cantineiras e no cuidado dos feridos; neste caso foi um passo para a sua valorização perante a tropa.

A partir da primeira Guerra Mundial a situação da participação feminina é preponderante principalmente nas questões que envolviam o “esforço de guerra”; o voluntariado foi algo que aconteceu paulatinamente e percebeu-se o quanto seu papel era importante nestas funções. Já as mulheres do leste (eslavas) participaram diretamente da frente de batalha ou em organizações clandestinas.

Na Segunda Guerra Mundial o papel feminino é reconhecidamente valorizado em várias frentes do conflito. Nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão e Alemanha são as pilotas francesas e alemãs, mecânicas inglesas, nos abastecimento, operarias que vão complementando um círculo importante de ações e os resultados altamente significativos no esforço de guerra.

A princípio, as adesões até por voluntariado não foi algo aceito com naturalidade, mesmo nos Estados Unidos com a vasta campanha pública encetada pelas mulheres e sua inserção nas Forças Armadas esbarrava no Congresso Nacional e na opinião pública. Mesmo assim, foram criadas cerca de 750 mil postos de serviços emergenciais para a guerra, mas em parte vedado às mulheres. Consideravam a falta de formação dessas para as especialidades. Esbarrava-se também na legislação, que até aquele momento funcionava apenas para homens no Exército. Vencendo estas dificuldades, as norte-americanas ocuparam seu espaço com grande reconhecimento.

No caso da Alemanha, a presença feminina, com a nova *Wehrmacht*, tinha apenas o papel de ativistas no partido nacional-

socialista. A guerra relâmpago não pretendia utilizar a força feminina no conflito. Com o caminhar desastroso da campanha do Eixo, ainda em 1944 surgiu o grupo de mulheres militares, que juntou força às motoristas e auxiliares da defesa aérea. Mesmo contrariado com a presença feminina, Hitler aprovou em fevereiro de 1945 a criação de um batalhão feminino, mas com o desembarque aliado em Berlim tal ideia não foi adiante, era muito tarde.

Mas foi no Serviço de Saúde durante as campanhas em que a mulher veio a se destacar. A Inglaterra e os Estados Unidos, são os locais onde as mulheres foram amparadas pelos estatutos militares, no esforço de guerra substituindo as religiosas. O grande momento foi a criação da Cruz Vermelha, que envolveu todos os países beligerantes. Ainda na França, na década de 1930, regulava-se o trabalho voluntário e sem vencimentos destas jovens. Já na mobilização para a guerra, foram recrutadas cerca de 6.500 enfermeiras, que passavam ter uma certa assistência por parte do poder público; surgiram os alojamentos, a alimentação garantida e uma indenização diária. A Cruz Vermelha Internacional dava seus passos seguros em direção à assistência às vítimas de guerra, estendendo sua atuação em várias partes do mundo, um trabalho respeitadíssimo ainda em nossos dias.

Nos preparativos do Brasil para guerra, diante de acertos e desacertos em relação à política interna ao governo de Getúlio Vargas, a criação da Força Expedicionária Brasileira em 1943, unida aos aliados, já era uma realidade. As expectativas estavam em torno não somente da preparação dos combatentes para a guerra, seu treinamento e disponibilidades, que levava quase um ano para se formalizar, mas também dos preparativos voltados para o Serviço e Saúde da FEB. Faltavam médicos, enfermeiros, convocados na última hora, e seu embarque com a tropa para os campos da Itália acabou ocorrendo durante o embarque dos cinco escalões que levavam os 25 mil homens combatentes.

Antes da 2ª Guerra Mundial, o Exército Brasileiro não possuía um quadro formal de enfermeiras, a não ser no Hospital Militar do

Rio de Janeiro que contava com pouquíssimas mulheres. Já havia a Escola de alto padrão Ana Nery, mas sem nenhum entrosamento com o Exército. Na urgência dos acontecimentos, o presidente Getúlio Vargas promulgou o decreto n.º 6.097 que criou o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército, quando estas foram integradas ao Serviço de Saúde da FEB.

O Serviço de Saúde da FEB foi composto de cerca de 1390 pessoas, dentre os quais 176 médicos de formação eclética, cirurgiões, anestesistas, ortopedistas e outras especialidades, muitos voluntários, como Dr. Alípio Correia Neto, celebre em sua época. Além destes, farmacêuticos, padioleiros e as 67 enfermeiras oriundas de várias partes do Brasil, compondo o grupamento feminino da FEB, e mais seis delas nos quadros do Grupo da FAB.

Como éramos aliados aos Estados Unidos, na Itália o Brasil vai atuar nas seções hospitalares anexadas aos hospitais norte-americanos. Além dos cuidados especiais relacionados à profilaxia, imunização da tropa, nas regiões onde grassava a malária os cuidados foram redobrados. O rigor do inverno trouxe malefícios em dobro para os homens, que ficavam expostos e as doenças pulmonares foram as responsáveis por muitas baixas nos hospitais.

No desenrolar da guerra na Europa, aqui no Brasil as enfermeiras brasileiras receberam a convocação em 16 de agosto de 1944; muitas já haviam frequentado cursos preparatórios em suas cidades. Pelos diários das enfermeiras Hilda Ribeiro e Guilhermina Gomes, mais as entrevistas de Virginia Leite e de outras depoentes, temos acesso às notícias dos acontecimentos em Curitiba. Poucos sabem que os primeiros treinamentos foram feitos no Parque Barigui.

No dia 24 de agosto de 1944, as paranaenses (oito no total) embarcam na Estação Ferroviária de Curitiba, rumo ao Rio de Janeiro. Lá chegando, foram submetidas a treinamentos físicos organizados pelo Exército Brasileiro, na Escola de Educação Física. Um curso de emergência foi preparado para estas jovens; o estágio ocorreu nos hospitais e policlínicas militares, por meio de oficiais médicos.



A ambientação militar visou adaptá-las aos regulamentos militares.

O embarque das jovens enfermeiras do Grupo de Saúde da FEB não aconteceu com os diversos escalões da FEB, que partiram de navio para a Itália entre julho e novembro de 1944. As jovens oriundas de vários estados brasileiros receberam suas plaquetas metálicas de identificação no dia 29 de setembro e esperavam a partida para a Itália.

A 19 de outubro deu-se a saída do Rio de Janeiro, os grupos já divididos; as primeiras jovens em número de 18, fizeram escala na Bahia, depois Recife e em Natal, no Rio Grande do Norte cumpriram os primeiros protocolos para o embarque ao exterior. No dia 31 de outubro partiam as paranaenses e outras companheiras rumo à África, onde escalas foram feitas em lugares como Dakar, Casablanca e Argel. Nestes locais, os primeiros contatos com o mundo da guerra, línguas e costumes diferentes marcaram profundamente suas reflexões.

Somente no dia 4 de novembro de 1944 o primeiro grupo de enfermeiras brasileiras chegou ao seu destino na cidade de Nápoles.

Impressionadas pelo aspecto da cidade destruída, chamava a atenção a situação calamitosa da cidade, miséria e pobreza, povo desguarnecido de qualquer moral ou ética. Enquanto estas formidáveis mulheres chegavam para exercer suas missões, a Infantaria Brasileira já cumpria o seu papel, resgatando das mãos inimigas os pequenos lugarejos, ocupando seu espaço, angariando confiança para os combatentes dos outros escalões que iam chegando aos poucos, totalizando a presença do Brasil nos campos da Itália com cerca de 25 mil homens.

Aguardavam as brasileiras a indicação pelas autoridades norte-americanas dos hospitais onde prestariam serviços. Os norte-americanos sabiam como deviam funcionar suas seções hospitalares, tudo era extremamente rigoroso e prático e funcionava como uma grande empresa. Eram quatro seções hospitalares e cada qual exercia uma atividade especial: no caso temos o S1 (lotação do pessoal) o S2 (burocrática) o S3 (deslocamento das unidades) e o S4 (sanitário).

Os grupos hospitalares eram em número de cinco, formados por equipes médicas e cirúrgicas, brasileiros e norte-americanos formavam uma cadeia hospitalar. São eles: **O Hospital de Campo** recebia os feridos mais graves e ficava na cidade de Valdibura; o **Hospital de Evacuação** realiza cirurgias e atendimentos médicos, nas especialidades de oftalmologia, doenças infecto-contagiosas entre outras. **O Field Hospital** recebia os feridos mais graves. **O Evacuation** funcionou em vários lugares, mas mais centrado na cidade de Pistóia (com atuação prévia em Pisa, Corvella e Marzabotto). Havia ainda outras unidades hospitalares, com o de **Convalescentes** e os Hospitais **de Retaguarda** em Nápoles.

Além dessas seções e hospitais havia ainda um Posto Avançado de Neuropsiquiatria dos Grupos Hospitalares, sob o comando do médico brasileiro Mirandolino Caldas, que atendia a um tratamento ambulatorial, uma triagem ou a retirada do combatente para a retaguarda. Também funcionava o Serviço de Prótese Dentária, visto a precariedade dentária da grande maioria dos jovens recrutas.

As enfermeiras brasileiras atuaram em grupos e hospitais diferentes, mas a grande concentração deu-se no 7º *Station* na Cidade de Livorno. Lá chegaram os que haviam sido atendidos em caráter emergencial e faziam o restante de tratamento nesta unidade hospitalar.

O cotidiano dos enfermeiros brasileiros, homens e mulheres, seguiam os padrões norte-americanos. As barracas geralmente ocupavam um espaço coletivo, seja para refeições ou banhos, adaptação difícil para todos. No 7º *Station* as enfermeiras ocupavam as barracas de lona, com piso de madeira para evitar o frio intenso entre os meses de dezembro de 1944 e janeiro e fevereiro de 1945. Havia luz elétrica, uma estufa para aquecimento a amenizar o sofrimento de exposição em campo aberto.

Adaptaram-se os uniformes no sentido de dar mais conforto a estas jovens, elas usaram calças compridas de lã com jaqueta no mesmo tecido, ou as famosas *field jacket* iguais as dos homens. Todo o serviço de lavanderia era feito por elas mesmas; mais tarde surgiram as lavadeiras italianas que ajudaram a resolver o problema. O trabalho diário com os doentes ia desde aplicação de penicilina, uma novidade que salvou tantas vidas, ao emprego de medicamentos, a cura das suturas cirúrgicas e outros ferimentos. Tal rotina dizia respeito não somente ao tratamento dos soldados brasileiros mas também dos soldados de outras nacionalidades e à população italiana, que recorria à ajuda das brasileiras.

Naturalmente, a própria campanha definia a movimentação hospitalar, os avanços da tropa, os embates mais pesados, como a tomada de Monte Castello, a tomada de Montese, a rendição da 148º D.I alemã em *Collechio* e *Fornovo di Taro*, faziam as estatísticas crescerem em relação aos feridos, amputados e mortos. Também o frio excessivo provocou a baixa de mais de mil soldados com problemas respiratórios entre os meses de dezembro de 1944 e fevereiro de 1945.

São muitos os depoimentos dos médicos brasileiros, registrados em seus diários ou prontuários, ainda nos emocionam:

A zona de luta continua nos dias seguintes a nos enviar mais homens portadores de lesões graves e intransponíveis ao nosso trabalho vai sendo continuado dia e noite, sem distinção, a cortar, a remendar, em esforço permanente de praças, sargentos, enfermeiros, médicos, sem direito de descansar, apenas usando os intervalos para nos alimentarmos às pressas, comida fria e fora de hora. Alípio Correia, dezembro de 1944.

Sobre os feridos brasileiros enviados para tratamento no exterior são poucos os documentos em que se tem acesso aos testemunhos; sejam os doentes ou os participantes do Serviço de Saúde da FEB escreveram muito pouco, talvez com receio de represálias. O Retorno dos combatentes nestas condições ocorreu em diversas etapas, vindos de navio. Sobre os que permaneceram nos E.U.A (Hospital de *La Garde* em Nova Orleans), os mutilados em número superior a mil, a incógnita ainda é ainda maior; são poucas as referências e seu retorno ao Brasil deu-se um ano após a guerra.

Também o depoimento da capitã enfermeira Olímpia de Araújo Camerino, que chefiou o grupamento de enfermeiras brasileiras no 7º *Station* em Livorno, nos dá uma ideia dos acontecimentos finais da guerra para as abnegadas enfermeiras do Brasil.

Encerrada a missão naquele hospital, assistimos o seu desmontar: camas amontoadas, colchões empilhados, aparelhos cirúrgicos agrupados, tudo espalhado pela área do Hospital. As enfermarias vazias e silenciosas. Ambiente de tudo havia acabado, o nosso acampamento deserto. As nossas barracas desmontadas. Era mesmo o fim. A recordação de tudo, a saudade do que vivi naquele Hospital muito me magoaram. Quando vivo em minha memória o grande cenário, no qual tanto lutávamos para salvar vidas e curar doentes.

Fazendo um balanço deste escrito sobre “As mulheres na guerra (1939-1945): “As enfermeiras brasileiras e o Serviço de Saúde da FEB (1944-1945)”, finalizo este artigo consciente de que não



falei tudo; na verdade fiz um pequeno resgate do papel feminino durante a 2ª Guerra Mundial. Não tratamos aqui das donas de casa, que teimosamente viviam nas fronteiras da guerra, do que podia ser vivido e suas terras inseguras. Sem os maridos, noivos e filhos, só lhes restaram os pequenos, pois todos os homens em condições de luta partiram para a guerra. Coube a estas heroínas anônimas, garantir o mínimo as suas famílias, enfrentando bombardeios, vivendo em refúgios, nas filas de racionamento a buscar ajuda improvável nos lugares que não existiam mais. Partiram para uma guerra particular, a guerra dos civis, onde toda a moral e a ética não existiam mais; por Deus continuaram vivas.

Ressaltamos aqui que as mulheres em campanha, desacreditadas de início, mas mostrando competência, foram admiradas tanto pelo Eixo como pelos Aliados, atuaram nas mais diversas frentes, como pilotas, mecânicas, motoristas, operarias na indústria bélica e outras especialidades, sejam elas italianas, japonesas, inglesas, alemãs, norte-americanas ou do leste europeu.

Também o mérito as nossa 67 enfermeiras da FEB, jovens que deixaram suas famílias, a zona de conforto de um país que não vivenciou a guerra em seu território, para ajudar no esforço de guerra. Foram lembradas pelos seus pacientes durante longas jornadas de pura emoção, aquelas sentidas por quem participou desses horrores. Jamais deveríamos esquecer dos sacrifícios e vigílias pelas quais elas passaram no bom desempenho de suas funções, juntamente com as equipes mistas, brasileiras e americanas.

Uma ode às enfermeiras da FEB.

Levastes no caminho de vossas mãos, na doçura de vossa presença na coragem de vossa cooperação, no devotamento do vosso patriotismo, os anseios de todas aquelas que não puderam seguir com eles, de todas essas que aqui ficaram, os olhos postos em vós, com reconhecimento e confiança, a alma posta em Deus, com a esperança da proteção e a certeza da vitória. Maria Eugenio Celso.

Referências

- BERNARDES, Margarida Maria Rocha. O grupamento feminino de enfermagem do exército na FEB durante a 2ª Guerra Mundial. **Dissertação de Mestrado**, Rio de Janeiro: UERJ, 2003.
- CAIRE, Raymond. **A mulher militar- das origens aos nossos dias**. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- CAMERINO, Olímpia de Araújo. **A Mulher Brasileira na 2ª Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1983.
- FONSECA, Lygia. **Contando Histórias**. Pouso Alegre (M.G): Tipolitografia-Escola Profissional, 1980.
- GOMES, Guilhermina. **Diário Manuscrito**, Curitiba, 2002.
- LEITE, Virginia. **Entrevista** concedida a Carmen Lúcia Rigoni, Curitiba: 2003.
- PORTOCARRERO, Virginia. Apud, BERNARDES, Margarida, op cit.
- RIGONI, Carmen Lucia. **Anjos de Branco, o Serviço de Saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945)**. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.
- Carmen Lúcia Rigoni.
- IHGPR- Curitiba, 29 de setembro de 2017.



Comentário do editor. As mulheres na guerra foram, em geral, extremamente valentes. A começar pela então Princesa Elisabeth, que ingressou nas forças mecanizadas na Inglaterra e se incorporou de vez na vida militar, com o apelido de Johnson para não revelar que a família real estaria presente no esforço de guerra. Do outro lado aconteceram várias tomadas de posição. Quando na Rússia houve a invasão, a primeira ordem era a de resistir, o que resultou em enorme mortandade. As mulheres que escaparam desse torniquete ficaram sós, sem família e foram embarcadas para os Urais, onde serviram nas fábricas de armamentos, inclusive dos célebres fusis e depois na criação dos tanques soviéticos.

Em Stalingrado, as mulheres permaneceram junto com os soldados, no alto dos escombros, entre outros artefatos aprenderam a usar os fuzis, chegando ao máximo de repelir os alemães quando estes já tinham ocupado noventa e cinco por cento de Stalingrado. Stalin determinou que não dessem nenhum passo mais atrás, enquanto Hitler festejava a vitória dessa enorme batalha. Os esforços foram enviados dos quatro lados e a célebre pinça imaginada por Zukov encurralou os alemães e os empurrou para a derrocada final. O marechal de campo Von Paulus capitulou e, quando preso, os então chefes do Exército Vermelho que recebiam os derrotados não sabiam o que fazer, se matavam todos ou o quê. Consultaram o Chefe Supremo e a ordem de Stalin foi a de que deveriam ser feitos prisioneiros de guerra, segundo a Convenção de Genebra. Nos documentários são vistas enormes filas de alemães se entregando no meio da neve a 40 graus negativos de temperatura. Apesar disso, morreram noventa por cento dos alemães no frio intenso e desabrigados. O marechal de campo Von Paulus não cumpriu a ordem de Hitler de resistirem até a morte, pois viu que era um absurdo, sem nenhuma esperança. Von Paulus depois da guerra ficou na Alemanha oriental, onde os russos empregaram os que ainda viviam.

Depois da vitória russa em Stalingrado, os alemães se entriçeraram nos arredores de Kursk com a esperança de retorno graças a seus potentes e enorme tanques. Stalin ordenou que as tropas russas avançassem, mas Zukov, que estava em uma casamata, desobedeceu e ordenou que aguardassem os tanques, que encontravam território livre para avançar. Quando seus tanques estavam já bastante penetrados no território russo, Zukov ordenou que os tanques russos, leves e mais fáceis de manobrar, enfrentassem os alemães, na célebre batalha que levou o nome de Kursk. A.J.P. Taylor, o fantástico historiador inglês, disse que essa foi a mais importante batalha de toda a guerra. Stalin ordenou que viessem soldados da

Sibéria, rudes e habituados a temperaturas mais geladas e aí foi uma correria, que só veio a terminar em Berlim. O que fizeram as mulheres? As russas aguentavam o cerco de 900 dias sobre Leningrado, hoje São Petersburgo, com comida escassa e dificuldades de toda a ordem e resistiram até quando a corrida de Kursk obrigou os alemães a voltarem. Na invasão da Alemanha, os russos praticaram tudo que lhes dava na veneta, inclusive e principalmente violentando as mulheres. Uma alemã que estava grávida de um estupro foi perguntada como devia odiar os russos. Ela respondeu que preferia ter um russo na barriga do que uma bomba americana na cabeça.



UMA STEIN É UMA STEIN



Por LUCI COLLIN

*Não há resposta. Não haverá resposta.
Nunca houve uma resposta.
Essa é a resposta.*

G. Stein

Em qualquer comentário que envolva o *ethos* do Modernismo, o nome da escritora norte-americana Gertrude Stein (EUA, 1874 – França, 1946) será, invariavelmente, citado. Dela se reproduz, à exaustão, o emblemático verso modernista “Uma rosa é uma rosa é uma rosa é uma rosa”, sua figura enquanto patrona das artes e mentora da *Lost Generation* é constantemente evocada, seu *salon* em Paris é tido como a meca que congregou as mais importantes cabeças da produção artística e intelectual modernista, e seu livro mais popular, *Autobiografia de Alice B. Toklas*, é sempre lembrado como algo exótico e divertido. No entanto, ao questionarmos o que se conhece criticamente da vasta produção steiniana – que, note-se, com maestria contempla os três gêneros literários –, temos respostas canhestras. Como reforça Augusto de Campos: “De todos os modernistas radicais, Gertrude Stein permanece sendo a personagem mais indigesta, a menos assimilada.”¹ Assim, a pergunta que se impõe é: para além da figura polêmica de Stein, como redimensionar a contribuição literária e filosófica daquela que foi chamada de “a Mãe do Modernismo”?

Nascida a 3 de fevereiro de 1874, na cidade de Allegheny, na Pennsylvania, Gertude Stein passou os primeiros anos de sua infância com a família na Europa, sobretudo em Viena e em Paris, onde seu pai,

¹ CAMPOS, A. *Poesia da recusa*, SP: Perspectiva, 2011, p. 215.

um abastado comerciante judeu, tinha negócios.² Depois de alguns anos no continente europeu, a família Stein volta para os EUA e se estabelece em Oakland, na Califórnia. Ainda muito jovem, Gertrude Stein perde seus pais: sua mãe, Amelia Stein, morreu de câncer em 1888 e três anos depois seu pai, Daniel Stein, também faleceu; a partir de então Gertrude, com apenas 17 anos, passou a viver de uma pensão herdada da família e administrada por seu irmão mais velho, Michael Stein.

De 1893 a 1898 Gertrude Stein frequentou o Radcliffe College³ e estudou Psicologia com William James, de quem foi considerada a aluna favorita e de quem absorveria muitas ideias que a influenciaram em relação à escrita; estimulada por James, ela inclusive publicaria dois ensaios científicos na *Psychological Review*, da Harvard University. Por mais quatro anos Stein seguiu seus estudos, agora na prestigiosa Johns Hopkins Medical School até que, alegando estar decepcionada com o meio universitário, abandonou a academia em 1901, sem receber seu diploma formal em Medicina.

Encantada com as possibilidades culturais que a Europa oferecia, a jovem Stein decide mudar-se para Paris em 1903, tendo por companhia seu irmão Leo, que já havia se graduado em Artes pela Johns Hopkins University. Será sob a influência de Leo, crítico de arte e esteta, que Gertrude inicia a coleção de obras pós-impressionistas, ajudando a lançar pintores ainda desconhecidos como Henri Matisse, Juan Gris e Pablo Picasso. Os irmãos Stein estabelecem, então, seu famoso *salon* literário e artístico na rue de Fleurus, 27, endereço próximo ao Jardim de Luxemburgo e que se tornou o festejado local de encontro de jovens artistas, escritores e pensadores – os chamados

² Esse dado biográfico é revelador pois o forte contato com outros idiomas, como o alemão e o francês, antes mesmo do domínio do inglês, seria marcante para Stein e, futuramente, impregnaria sua escrita; a característica de explorar a sonoridade e a combinação das palavras de idiomas distintos, como também o fez James Joyce em sua obra máxima *Finnegans Wake* (1939), é uma das importantes peculiaridades do texto steiniano.

³ Na época, conhecido como “Anexo de Harvard” e frequentado exclusivamente por estudantes mulheres.

“modernos”. Gertrude Stein, como seu contemporâneo, o escritor Ezra Pound, era uma entusiasta que defendeu apaixonadamente a ideia do “novo” na arte, o “make it new” poundiano; com o sucesso do *salon*, suas amizades literárias cresceram e chegaram a incluir escritores tão diversos como Guillaume Apollinaire, William Carlos Williams, Djuana Barnes, Tristan Tzara, F. Scott Fitzgerald, James Joyce e Ernest Hemingway, entre muitos outros.

Em 1909 Gertrude Stein conheceu Alice B. Toklas, uma pianista de San Francisco que estava em Paris em busca de trabalho.⁴ Toklas começou a secretariar Stein, ajudando-a a organizar e a datilografar seus primeiros manuscritos; a relação entre ambas duraria mais de quatro décadas. Em 1912, depois de uma série de atritos entre os irmãos Stein, muito em função de divergências estéticas – Leo não aprovava as tendências experimentais da literatura que a irmã começou a produzir – a amizade entre eles acabou e Leo mudou-se para Florença. Os irmãos não voltariam a se falar.⁵

Sabe-se que o interesse de Gertrude Stein pela escrita foi precoce. Já aos 8 anos ela tentou escrever uma peça teatral “à maneira de Shakespeare”⁶. Ávida leitora desde a infância e juventude, Stein contaria com uma lista considerável de nomes que correspondem às suas leituras formativas e que incluem, além de toda a produção dramaturgic e poética de William Shakespeare, os escritores norteamericanos Edgar Allan Poe, Walt Whitman Mark Twain e Henry James.

Precedido por alguns escritos menos relevantes e que permaneceram inéditos por muitos anos, o primeiro livro publicado

⁴ A ida de Alice B. Toklas para a França deu-se em virtude de sua família ter sofrido um grande revés financeiro em decorrência do violento Terremoto de San Francisco, ocorrido em 1906.

⁵ Cf. WINEAPPLE, B. *Sister Brother – Gertrude and Leo Stein*, (London: Bloomsbury, 1997).

⁶ Esse é, naturalmente, um fato jocoso contado por Stein em entrevistas, mas que lança luz à afinidade da escritora com a produção do bardo inglês. Vale aqui acrescentar que Stein alimentou, ao longo de sua vida, uma intensa admiração por Shakespeare que foi, como a própria escritora reafirmou diversas vezes, a maior influência literária por ela recebida.

por Gertrude Stein foi *Três Vidas*⁷, de 1909, obra que, em franco diálogo com o *Trois Contes*, de Gustave Flaubert, é composta por três contos curtos, cada um dos quais apresenta a “natureza essencial” de uma protagonista, a saber, Anna, Melanchta e Lena. Das três partes do livro, a que mais se destaca é “Melanctha”, que retrata a história de uma jovem mulata que vive um trágico caso amoroso com um médico negro. Nesse segmento de *Três Vidas*, já bastante influenciada por técnicas vindas da pintura, principalmente do que apreendeu da obra de Paul Cézanne⁸, Stein começa a colocar em prática seus experimentos com a linguagem, sobretudo a noção da repetição e insistência (camadas de sentido como que as criadas por pinceladas na tela), e do presente contínuo – técnicas que a escritora aperfeiçoaria ao longo de sua carreira.

A influência de Cézanne sobre a escrita steiniana evidencia-se no estilo literário repetitivo e hipnótico e no que Stein chamou de seu “método de composição”, que respeitava os princípios da cuidadosa composição dos detalhes, a fim de que tudo no texto tivesse igual importância, como se em um todo orgânico. Em *Três Vidas* é também sensível a influência do treinamento psicológico que Stein recebera de William James, uma vez que o texto explora a identidade dos personagens enquanto revelada tanto por hábitos inconscientes quanto pelos ritmos da fala; no livro, a linguagem é tratada de modo a exacerbar suas qualidades de abstração e do fluxo livre dos pensamentos, características igualmente herdadas por Stein de seus estudos jamesianos. Abaixo, um fragmento de *Três Vidas* ilustra o estilo mencionado:

Cada dia agora Jeff parecia aproximar-se mais do verdadeiro amor.
Cada dia agora Melanchta extraía tudo aquilo dele com mais liberdade.

⁷ Publicado em português brasileiro pela Cultrix, (SP: 1965) em tradução de Brenno Silveira e José Paulo Paes e republicado pela Nova Fronteira (RJ: 1983); publicado pela CosacNaify (SP:2008) em tradução de Vanessa Bárbara e com Posfácio de Flora Sússekind.

⁸ Os irmãos Stein tinham, em sua coleção particular de arte moderna, diversas telas assinadas por P. Cézanne.

Cada dia agora eles pareciam estar tirando cada vez mais coisas, juntos, daquele poderoso e lícito sentimento. Mais e mais a cada dia que passava, eles pareciam, na verdade, saber mais o que cada um deles estava realmente sentindo. Mais e mais agora a cada dia que passava, Jeff encontrava a si próprio e sentia-se mais confiante. Mais e mais agora a cada dia que passava, ele já não convertia em palavras o que estava sempre fazendo. Mais e mais agora Melanchta deixava que Jeff percebesse o seu sentimento real, forte.⁹

A *Três Vidas* segue-se *Tender Buttons: Objects, Food, Rooms* [*Tenros Botões: Objetos, Comida, Espaços*], de 1914, que também mostrou, agora de um modo mais radical, o impacto que a pintura moderna teve sobre a escrita de Stein. Nesse novo livro, que apresenta arrojados retratos literários cubistas, temos uma escrita de ruptura radical, que se caracteriza pelo uso de palavras em associações e jogos de sons, em vez de privilegiar primacialmente seus significados. Assim, os textos são autônomos em relação à convenção semântica e sintática da linguagem, aproximando-se de uma “colagem verbal”, colocando os objetos, ora atomizados, no tempo presente e, portanto, *presentificandos* em sua totalidade de coisa. Exemplos de singular habilidade para o jogo de sentidos são os retratos “Ovos” e “Maçã”:

OVOS

Amável altura, amável no estômago certo com um pequeno súbito moinho.
Astuto xale, astuto xale para estar seguro.
Em brancos em brancos lenços com pintinhas num cinto branco todas as sombras são singulares são singulares e conseguidas e desobrigadas.
Não aquilo não é a vergonha das vacas e um precoce som, é uma mordida.
Retalhe sozinho o caminho calçado que é dano. Dano é antigo barco e um golpe provável.

⁹ STEIN, G. *Três Vidas*, RJ: Nova Fronteira, 1983, p. 146. Tradução de Brenno Silveira e José Paulo Paes.

MAÇÃ

Maçã ameixa, bife tapete, molusco caroço, vinho colorido, calmo visto, creme de beleza, tremor melhor, batata, batata e nenhuma nenhuma obra de ouro com carícia, uma vista verde é chamada assar e mudar docemente é de pão, um pedacinho um pedacinho por favor.

Um pedacinho por favor. Bastão de novo ao pressuposto e pé de eucalipto pronto, redistribuir xerez e pratos maduros e cantinhos de um tipo de pernil. Isto é uso.¹⁰

Durante a Primeira Grande Guerra, Gertrude Stein permaneceu na França. Com a ajuda financeira de uma tia, que enviou recursos dos EUA, Stein comprou um grande Ford (carinhosamente batizado de “Auntie”), que seria transformado em ambulância da Cruz Vermelha. A própria escritora, com o auxílio de Alice Toklas e de enfermeiras voluntárias, serviria de motorista para os soldados franceses vindos do campo de batalha. Com o término da Guerra, Stein manteve os encontros de intelectuais e artistas em sua casa; a escritora acabaria servindo como mentora de jovens escritores norte-americanos como Sherwood Anderson, Ernest Hemingway e F. Scott Fitzgerald os quais, após a experiência do caos da guerra, representavam uma geração que ela batizaria como “The Lost Generation”, formada por expatriados que, conforme Stein, buscavam a descrição exata “das realidades interna e externa”. Independentemente de Stein ter ou não influenciado esses e outros grandes escritores modernos (incluindo, com grande polêmica, James Joyce e Virginia Woolf), uma parte representativa da crítica concorda que sua própria obra e, em especial, sua escrita mais experimental, é bastante negligenciada. Como observou o crítico Edmund Wilson:

Gertrude Stein é um caso singular, nesse respeito. Comumente ridicularizada e raras vezes apreciada, desempenhou, não obstante,

¹⁰ STEIN, G. *Tenros Botões* (New York: Marie Claire, 1914), sessão “Comida – estudos de descrição” em tradução de Luci Collin, publicada no Periódico Qorpus, Pós-graduação em Estudos de Tradução da UFSC, vol. 08, 2012.

papel de relevo no tocante a outros escritores que se popularizaram. [...] Refugamos, quase todos, suas mixórdias soporíferas, seus encantamentos ecolálicos, suas listas de números, que soam idióticas; quase todos a lemos cada vez menos. Não obstante, tendo particularmente em mente suas obras mais antigas estamos cômicos de sua presença no fundo de cena da literatura contemporânea.¹¹

Na história das literaturas de língua inglesa o ano de 1922 é icônico de inventividade, uma vez que nesse ano foram lançados nada menos do que os seguintes livros: *Ulysses*, de James Joyce, *O quarto de Jacob*, de Virginia Woolf, *A Cela Enorme*, de E. E. Cummings e *A terra desolada*, de T. S. Eliot. Vale registrar que em 1922 Gertrude Stein também daria sua preciosa contribuição à literatura lançando um livro excepcional, o *Geography and Plays [Peças e Geografias]*; conforme Sherwood Anderson, a escrita de Stein nessa obra “consiste em uma reconstrução, uma reformulação totalmente nova da vida, na cidade das palavras.”¹² Justo seria que esse livro, um dos maiores exemplos do experimentalismo literário, fosse lembrado ao lado dos outros que representam as conquistas máximas da expressão Modernista.

A produção de caráter marcadamente experimental de Gertrude Stein tem seu ponto culminante com a obra *The Making of Americans: Being a History of a Family's Progress [A criação dos Americanos: história do progresso de uma família]*, escrito entre 1906 e 1911, mas publicado apenas em 1925. Esse volumoso romance de mais de 900 páginas, em que não há diálogos nem ação consequente ou linear (nos moldes do tradicional encadeamento começo-meio-fim que marca a literatura até fins do século XIX), é uma história de toda a raça humana, descrita e fundamentada em aspectos psicológicos, na complexidade do comportamento humano. Evitando a narrativa convencional, Stein aqui explora a técnica do presente contínuo –

que ela mesma comparou à técnica de filmagem cinematográfica, que congela a ação em quadros separados que, com o movimento, nos dão a ideia de contínuo. Em *The making of Americans* Stein, sem apresentar julgamentos morais nem qualificações dos personagens, desenvolve uma escrita em que prevalecem observações de atos, palavras, aparências, de modo próximo ao que Picasso e Braque fizeram em suas telas cubistas, em que o todo é recuperado das partes.

Após quase trinta anos de dedicação à teoria e à prática de uma escrita experimental, considerada “opaca” ou “hermética”, distante da compreensão do público, Gertrude Stein, já perto dos 60 anos de idade, decide abandonar o experimentalismo radical e flexibilizar seu estilo, passando a explorar uma narrativa mais simples. Para provar que tinha capacidade de conquistar leitores com um texto mais acessível, em 1933 ela publica um livro que se tornaria um best-seller: o *Autobiografia de Alice B. Toklas*, relato de fofocas sobre a vida cultural parisiense das primeiras décadas do século XX, e que Stein escreveu do ponto de vista de uma personagem inspirada em Toklas. Ao tornar-se um absoluto sucesso comercial, essa obra projetou enormemente o nome de Gertrude Stein e a escritora foi, em 1934, convidada para uma turnê pelos EUA, em que proferiu uma série de palestras por seu País. Um excerto do livro, que descreve um episódio da vida de Pablo Picasso (amigo inseparável de Stein), mostra o novo tom de coloquialidade tentado pela escritora:

Os Picasso mudaram do velho estúdio na Rue Ravignan para um apartamento no Boulevard Clichy. Fernand começou a comprar vários móveis e contratou uma empregada que, naturalmente, fazia soufflés. O apartamento era simpático e bem ensolarado. De modo geral, porém, Fernand não estava tão feliz como antigamente. Tinha sempre uma porção de gente lá e até serviam o chá da tarde. Braque aparecia bastante, foi o auge de sua intimidade com Picasso, a época em que começaram, pela primeira vez, a pôr instrumentos musicais em seus quadros. Fazia naturezas mortas com objetos e

¹¹ WILSON, E. *O Castelo de Axel: um estudo na literatura imaginativa de 1870-1930*. SP: Companhia das Letras, 2004, p. 249. Tradução de José Paulo Paes.

¹² ANDERSON, S. Preface to STEIN, G. *Geography and Plays*, Boston: The four seas company, 1922.

depois fotografava. Mais tarde fez construções de papel e deu uma a Gertrude Stein. Talvez seja a única que ainda existe.¹³

Stein permaneceria na França durante a Segunda Guerra Mundial¹⁴ e, após a libertação de Paris em 1944, ela recebeu a visita de muitos soldados das tropas norte-americanas, que a tomaram como sua “madrinha”. Pouco tempo depois do final da Guerra, Gertrude Stein foi acometida de uma forte dor no estômago e, poucos dias depois, morreu de um câncer inoperável, no hospital americano em Neuilly-sur-Seine, em 27 de julho de 1946, sendo enterrada no cemitério Père Lachaise, em Paris.

Escritora incansável, Gertrude Stein estabeleceu-se como uma voz literária ousada que, ao desafiar as limitações semânticas e sintáticas da linguagem, desestabilizou os leitores e a própria noção de linearidade do texto. A profusão criativa de Gertrude Stein segue sendo surpreendente: além de romances, contos, retratos e memórias, ela também escreveu poesia, inúmeras peças teatrais (as assim chamadas peças-paisagem, que ajudam a definir o teatro pós-dramático), libretos para duas óperas do compositor norte-americano Virgil Thomson (*Four Saints in Three Acts*, de 1934 e *The Mother of Us All* de 1947), diversos ensaios teórico-críticos, uma história de detetive (*Blood in the dining room*, publicado postumamente em 1948) e até dois livros infanto-juvenis (*The World is Round [O Mundo é redondo]*, de 1939 e *To do – a book of alphabets and birthdays [Para fazer um livro de alfabetos e aniversários]*, de 1940).

Experimentalista arrojada e corajosa, defensora e protagonista da expressão de vanguarda literária, Gertrude Stein ajudou a reconfigurar a literatura. Assim, tentar dimensionar o impacto que as

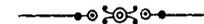
¹³ STEIN, G. *Autobiografia de Alice B. Toklas*. PA: L&PM Editores, 1984, p. 94.

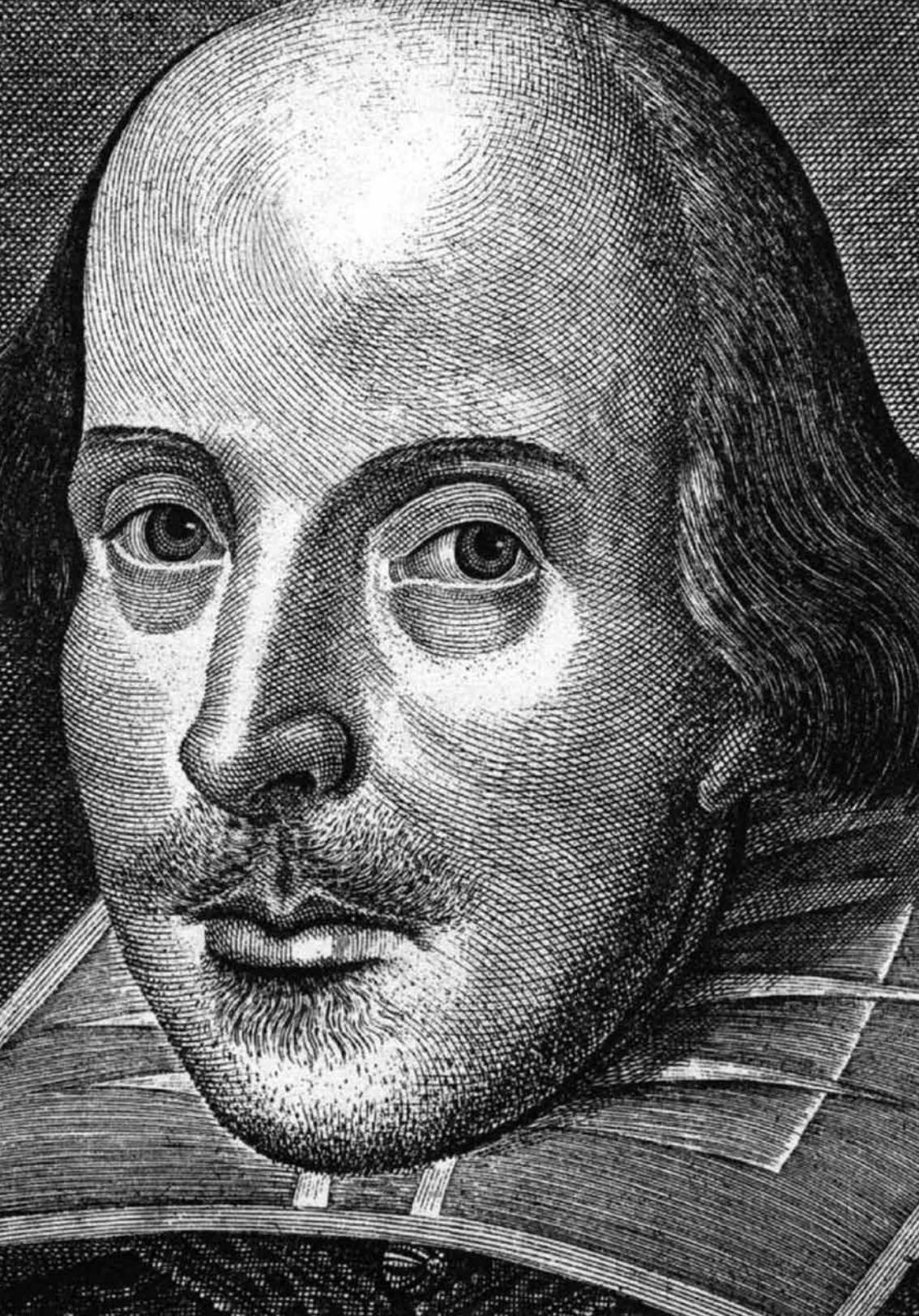
¹⁴ Pelo fato de ser judia e não ter sofrido nenhum tipo de perseguição durante o Nazismo, houve quem suspeitasse de que ela havia, de algum modo, colaborado com o regime de Hitler tendo sido, assim, protegida. Hoje essas especulações, que carecem totalmente de evidências plausíveis, caíram por terra.

conquistas literárias de Stein representaram para todo o pensamento moderno e pós-moderno é tarefa bastante complexa e que demanda rigor e fôlego. À crítica especializada falta ainda incumbir-se - com mais entusiasmo - do importante papel de investigar a extensão e a profundidade que a voz de Stein atingiu, não só no cenário literário da primeira metade do século XX, mas também como essa voz segue reverberando na atualidade. Gertrude Stein merece, cada vez mais, uma resposta à sua produção, resposta que pode ser cumprida por meio do sério compromisso de lermos, estudarmos criticamente e divulgarmos sua extraordinária obra – uma obra que nos proporciona grandes emoções estéticas e é, por isso, genuinamente essencial.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, S. in: STEIN, G. *Geography and Plays*, Preface. Boston: The four seas company, 1922.
- CAMPOS, A. *Poesia da recusa*, SP: Perspectiva, 2011.
- STEIN, G. *Autobiografia de Alice B. Toklas*. PA: L&PM Editores, 1984.
- _____. *Três Vidas*, RJ: Nova Fronteira, 1983.
- _____. *Tenros Botões*, sessão “Comida – estudos de descrição” Periódico Qorpus, Pós-graduação em Estudos de Tradução da UFSC, vol. 08, 2012.
- WILSON, E. *O Castelo de Axel: um estudo na literatura imaginativa de 1870-1930*. SP: Companhia das Letras, 2004.
- WINEAPPLE, B. *Sister Brother – Gertrude and Leo Stein*, London: Bloomsbury, 1997.





MÁSCARAS EM MOLDE IRÔNICO



Por MARTA MORAIS DA COSTA

Perdeu-se na passagem da história aquele que seria, segundo os especialistas, o volume da *Poética*, de Aristóteles, consagrado à comédia. Talvez tenha sido a perda mais criativa da cultura ocidental. Livrou-se o riso de normas e cânones e pôde, moleque travesso, aventurar-se em inúmeros continentes e conteúdos sem sofrer a palmatória cruel dos críticos e analistas normativos.

Guardou, é verdade, a sugestão de máscaras cômicas gravadas em linho ou cortiça, exibindo caras e bocas distorcidas pela elástica musculatura do riso. Bocas abertas, olhos mais ainda, faces distendidas no prazer da gargalhada e sutis delineamentos faciais refletindo o sarcasmo, a provocação, o deboche.

Baco encharcado de vinho e de ironia a zombar das vicissitudes humanas, corporificado em ações de engano, de trapanças, de inversões reveladoras. A comédia, liberta de modelos, aproveitou-se da liberdade para tomar caminhos em diferentes direções, cruzando e encruzilhando motivos, figurações, modos de atuar em cena, linguagem absorvida no cotidiano dos falares, tipos e estereótipos construídos em um fazer em palcos fixos e mambembes.

Dramaturgos cômicos, em princípio limitados em farsas e sátiras, acabaram por invadir o espaço da clássica tragédia para introduzir a mestiçagem de gênero teatral denominada tragicomédia. A ação dramática corre nos trilhos da tragédia, mas para em estações cômicas e deixa-se invadir por personagens e situações que transtornam os bem definidos passageiros trágicos. Infiltra

sua visão carnalizada nos rigores do gênero sisudo e retira-lhe o sangue vigoroso do castigo dos deuses, da vingança implacável, do final catártico e pedagógico. O humor de muitas camadas semânticas derruba muralhas de consensos e deixa a cidadela trágica em plena nudez à luz do dia.

O teatro shakespeariano demonstra indubitavelmente que, provindo de influências marginais, como a tragédia fora da cidadela dos três grandes trágicos gregos (Sófocles, Eurípedes e Ésquilo) busca a conspiração de Sêneca para revigorar a tragédia em língua inglesa. Cenas com situações a inverter o andamento trágico e trazer ao palco a carnalidade do falar e do pensamento populares, como a dos coveiros em *Hamlet* ou a presença do Bobo ao lado do rei Lear. O grotesco, uma das faces do ridículo, faz de Calibã em *A tempestade* [The tempest], a antítese do mundo restaurado e sem usurpações, pretendido por Próspero.

Enganos, travestismos, máscaras, metateatro, atores e bufões sinalizam na obra de Shakespeare a condição humana vista sob a ótica de que *“We are such stuff as dreams are made on.”* (“Somos da mesma substância de que são feitos os sonhos”). Um teatro que lida com realidades e farsas, com representações teatrais que se enleiam na realidade, de um mundo que pulsa em corações, mentes e intestinos. Algumas peças desafiam leitores a perseguir esse mesmo espírito de inversões e convulsão. Como exemplo, entre outros, *“O mercador de Veneza* [The Merchant of Venice]”, tragicomédia escrita entre 1596 e 1598, apresenta aspectos que levam a compreender que o teatro usa recursos cênicos que desmascaram ideologia e estereótipos humanos por intermédio de personagens prismáticos, resistentes a classificações fechadas.

O foco do presente texto é uma das personagens femininas de *“O mercador de Veneza”*, Pórcia, rica e núbil herdeira em busca de satisfazer a última vontade do pai: casar-se com o pretendente que escolhesse, entre três cofres, aquele que conteria o retrato da cobiçada

donzela. Pórcia nada tem de ingênua e desprotegida: sabe analisar os pretendentes, para os quais reserva ácidos comentários e revela repulsa, independentemente do poder ou da riqueza que eles possam ostentar. O Príncipe napolitano é um “potro xucro”, o Conde palatino demonstra “selvagem sisudez”, Monsieur Le Bon “é todo mundo e ninguém”, o Barão de Falconbridge é “figura de pantomima”, o pretendente escocês é violento e vingativo; o sobrinho do Duque da Saxônia toma “pifão cotidiano” e “é repelente”. A moça torce para que o Príncipe de Aragão e o Príncipe de Marrocos não escolham o cofre correto. Enfim, desdenhando títulos e conhecendo modos e temperamentos, Pórcia aguarda que Bassânio, estudante veneziano, soldado e pobre, mas destinatário de seu afeto, encontre o retrato dela no cofre mais humilde, desdenhado pelos nobres senhores. É verdade que, por meio de uma canção, ela sinaliza as pistas que levarão à escolha correta. De fato, ela é quem escolhe o marido que, iludido, julga estar escolhendo. Nada submissa, Pórcia é a astúcia feminina em ação.

Shakespeare espelha sua época ao considerar que o mundo é um teatro (“theatrum mundi”, diziam os barrocos) e faz Antônio, o mercador, afirmar: “O mundo para mim é o mundo, apenas, Graciano: um palco em que representamos, todos nós, um papel”. E Pórcia, assim como Nerissa, sua ama, e Jéssica, a filha do judeu Shylock, representarão as mulheres astutas dessa tragicomédia. São umas e outras diversas: se travestem em cavalheiros sem abrir mão da feminilidade; prometem casamento, mas exigem fidelidade total; fingem passividade e tomam atitudes de rompimento e de inserção no mundo masculino; buscam o amor e também suas provas; dizem sim, querendo dizer talvez.

Ao aceitar casar-se com Bassânio e cumprir a vontade paterna, Pórcia parece corresponder à imagem da mulher ideal seiscentista:

*“Para em vosso conceito ser mais alta
desejara ter conta incalculável*

*de virtudes, belezas, bens e amigos;
mas a soma total de quanto valho
é soma negativa, que define
grosso modo uma jovem sem preparo (...)
mas a suma ventura nisto tudo,
consiste em poder ela inteiramente
vos confiar o espírito maleável,
para que a dirijais na qualidade
de marido, senhor e soberano.”*

Em contrapartida, ela exige apenas que Bassânio não se desfaça jamais e em nenhuma condição do anel que lhe entrega. Um leitor que desconheça Shakespeare, consideraria efetivado o matrimônio e garantida a felicidade do casal. Mas o engano é parte integrante da comédia. A ação se estende com as cenas de travestismo, em que Pórcia e Nerissa forjarão serem o advogado Baltasar e um escrivão para intervir no julgamento da multa desumana a que está sujeito Antônio: por não ter pago a dívida com Shylock deverá saldá-la permitindo que lhe cortem uma libra de carne do corpo, próxima ao coração.

A informação histórica sobre a peça revela que Shakespeare, conforme se pode verificar em sua obra teatral, também contraiu uma dívida com as fontes em que foi buscar cenas e assunto: “O não pagamento de uma fiança que levou à morte de um mercador era uma história comum na Inglaterra do fim do século XVI. O teste dos pretendentes em Belmonte, a pena da “libra de carne” e sua anulação pela nova esposa do amigo disfarçada de advogada, bem como o pedido do anel de noivado como pagamento, estão todos presentes no conto “Il Pecorone” do autor italiano Giovanni Fiorentino, publicada em Milão em 1558. Elementos da cena do julgamento também podem ser encontrados na peça “O Orador”, de Alexandre Sylvane publicada (traduzida para o inglês) em 1596.”. Sem pretender a originalidade, já que a literatura nos séculos XVI a XVIII não considerava este um quesito de qualidade, Shakespeare reafirma a tradição que se fez ao sabor da história de um gênero em busca de seu caminho, como a comédia.

Também não se censurou por usar de estratagemas semelhantes em outras peças: o travestismo é fundamental em “Noite de reis [Twelfth night]” ou em “Como gostais [As you like it]”. É marcante esse jogo de trocas entre homens e mulheres. Sabe-se que não havia no teatro elisabetano lugar no palco para atrizes. Os papéis femininos eram interpretados por homens. Este procedimento criava no público uma dupla ilusão: ver na mulher o homem que era realmente homem e que se fazia passar por mulher antes de vestir-se e comportar-se como homem falso na ação da peça. Este olhar permitiria viver a ilusão do palco em forma multiplicada e propiciar percepções irônicas (ver e imaginar como se fossem antíteses, ou seja, dizer algo querendo significar seu contrário).

Do ponto de vista de construção do enredo, a personagem feminina expõe de forma clara uma visão dos comportamentos masculinos, como o faz Pórcia em diálogo com Nerissa:

*“Aposto o que quiseres que, ao ficarmos
parecendo dois moços, de nós duas
serei o mais galhardo e a minha espada
carregarei com mais desenvoltura.
Vou falar nesse tom meio aflautado
como o fazem na idade transitória
de menino para homem; meus passinhos
se mudarão em passos masculinos.
Falarei só de duelos, como vem
de bom aprumo e um tanto bazofeiro;
contarei mil mentiras sobre as damas
de posição, que o amor me disputaram
e que, desiludidas, adoeceram,
vindo a morrer depois. Mas impossível
me era a todas possuir. Logo em seguida
me mostrarei de todo arrependido,*

*desejando que mortas não houvesse
sido por minha causa (...)
Tenho em mente um milhão dessas patranhas
dos nossos fanfarrões incorrigíveis,
que hei de por logo em prática.”*

Resulta intensamente cômica esta fala, não apenas por demonstrar o conhecimento de uma mulher sobre os homens, mas também por ser um ator homem interpretando uma mulher que irá interpretar um homem. Trata-se de um jogo de espelhos, que desarticula as diferenças culturais entre os sexos, colocando estereótipos femininos e masculinos sob suspeita.

De todo modo, Pórcia consegue ludibriar o ambiente masculino do julgamento de Antônio, sendo simultaneamente farsante de advogado e farsante de mulher, estabelecendo uma forma de justiça, e conseguindo colocar em cheque a promessa do marido de que não perderia ou entregaria o anel de casamento sob hipótese nenhuma. Palavra de homem que volta atrás.

Pórcia, apesar de se autoproclamar submissa a “marido, senhor e soberano”, é verdadeiramente quem governa. Outro engano nesta tragicomédia de enganos.

To Prosopon é a expressão grega clássica para significar simultânea e ambigualmente rosto e máscara, já que pode ser traduzida como “aquele que está diante de seus olhos”. A máscara da comédia permite ao leitor ver, não apenas o que está diante, mas, acima de tudo, o que se esconde atrás, debaixo de, em lugar de.



BEIJA-FLOR EM SETE ATOS



Por MARTA MORAIS DA COSTA

*“The blackbird is involved
in what I know”*

Wallace Steven

I
Na luz da manhã
escurecem a rosada flor
as pétalas alucinantes
de um beija-flor.

II
À sombra de pétalas perfumadas
dança eletrizante a folha movente
e minúscula.

III
O ar parado da tarde
freme e treme
na visita frenética
de asas mínimas.

IV
Você e eu unos
a mirar em conúbio
a corte ritmada
e sutil à flor de romã.
A espera sem tempo
do voo mínimo e bailarino
em direção à noiva-flor.

V

Ao pisar o gramado distraída
afugento o etéreo sedutor
surpreendido em beijo delicado.

VI

Cultivo camarões como iscas
(pesco formigas aranhas mosquitos).
Em voos rasantes ri vitorioso
em brilhos e bailados
o beija-flor livre
a fugir da colorida trapaça.

VII

Fracassa o poeta
em versos pesados e aprisionados
imperfeitos laços
de prender esquivos beija-flores.



A ESCRITA ENTRE TEMORES E CONQUISTA



Por MARTA MORAIS DA COSTA

“Sou mulher e escrevo. Sou plebeia e sei ler. Nasci serva e sou livre. Vi coisas maravilhosas em minha vida. Fiz coisas maravilhosas em minha vida. Durante algum tempo, o mundo foi um milagre. Depois a escuridão voltou. A pena treme entre meus dedos a cada vez que o aríete investe contra a porta. Um sólido portão de metal e madeira que não tardará a despedaçar-se. Pesados e suados homens de ferro se amontoam na entrada. Vêm a nossa procura. As Boas Mulheres rezam. Eu escrevo. É minha maior vitória, minha conquista, o dom do qual me sinto mais orgulhosa; e as palavras, embora estejam sendo devoradas pelo grande silêncio, hoje constituem a minha única arma. A tinta estremece no tinteiro com os golpes, também ela assustada. Sua superfície se eriça como a de um pequeno lago tenebroso. Mas depois se aquieta estranhamente. Levanto a cabeça, esperando uma invasão que não chega. O aríete parou.”

São as primeiras linhas do romance *História do Rei transparente*, de Rosa Montero (Ediouro, 2006). A narrativa conta a história da camponesa Liola, dos 15 aos 40 anos, no século XII, vivendo as transformações desse período histórico na Europa. É mais uma narrativa de ambientação na Idade Média e de exposição de idéias e acontecimentos que transformaram a sociedade. Ao se vestir como homem e viver das batalhas e dos feitos de cavalaria, ela é uma espécie de “donzela guerreira”, motivo recorrente da literatura ao longo do tempo. A diferença está em que a arma mais poderosa com que pode

lutar é aquela que preserva sua história de erros e acertos: a escrita. A palavra que, segundo o escrivão Morbidus, tem ainda condições de criar: “Quando escrevo alguma coisa, torno-a real.”, diz ele. Este romance é, simultaneamente, a história fictícia de Liola, a retomada na ficção da História medieval, a história do Rei Transparente (narrativa metafórica e maldita que acompanha todo o romance) e a história da escrita do livro.

Rosa Montero já havia demonstrado a crença na escrita e a paixão de ler em *A louca da casa*. (Ediouro, 2004), autobiografia literária de grande beleza e verdade. Ao enredar neste novo livro os vários níveis e espécies de histórias, demonstra o quanto a escrita tem o poder de aglutinar, ampliar, discutir, registrar, sugerir, evocar, transpor, encantar, e muitos verbos mais. A rude camponesa aprendeu a ler com a amiga Nyneve, a quem se atribui na narrativa a condição de “bruxa do conhecimento”: alguém capaz de encontrar soluções e saídas, além de dotada de perspicácia e capacidade de utilização de informações e espírito conectado com informações atualizadas. Isso lhe permite análises em profundidade, previsão de acontecimentos futuros, consciência do presente capacidade de articulação de idéias.

Com ela, Liola ensaia as primeiras palavras escritas, que lhe abrem, sempre que um livro está a sua disposição, as portas para a informação e para o conhecimento de novos e mais amplos horizontes culturais. E lhe permite, ao cabo, escrever o romance, que lemos com avidez.

No fragmento citado é possível perceber como o medo e a solidão encontram forças e companhia na medida em que as palavras são inscritas e preservadas. Ao mesmo tempo, elas oferecem resistência e encorajamento. Numa simbiose com o espaço e os acontecimentos, o tinteiro move-se e treme seguindo o rito do aríete. Quando o texto e a pena suspendem sua atividade, o aríete para. A palavra-arma fez recuar o instrumento da guerra, que forçava as portas do palácio e a liberdade de seus habitantes.

Em *A louca da casa*, Rosa Montero afirmava: “A palavra é que nos faz humanos.” Fiel a essa crença, ela define sua prática de escrita: “eu coloquei e continuo colocando palavras no nada.” Consciência perfeita do fazer literário, do uso da condição humana da palavra: o nada aparece metamorfoseado em romance, em resposta, em interação com outros humanos, capazes, também eles, de outras e significativas palavras.

A passagem do estado de plebéia e serva para as maravilhas vivenciadas e vistas não se distancia da competência da escrita. As palavras se gravam do mesmo modo que as preces: ambas são armas, ambas vencem o silêncio e a debilidade.

Toda vez que me encontro com um texto com essa qualidade, me assaltam as imagens de seres distanciados da força da palavra; que a renegam e a consideram dispensável e cerceadora. Penso nos analfabetos, nas crianças iletradas, nos jovens monossilábicos, nos adultos sem direito sequer à voz. Sem armas para deter a destruidora ação dos aríetes sociais e ideológicos, os que não aprenderam a ver a palavra como identidade humana estão muito mais sujeitos à invasão e à derrota.

Será que a sociedade brasileira se dá conta da destruição de qualquer futuro mais humano quando menospreza as questões da educação? Quando sobrepõe as armas do nãoimportismo aos baixos índices de leitura compreensiva no Brasil? Os professores percebem quanto sua ação pedagógica pouco eficaz diminui as chances de defesa de seus alunos na guerra do dia a dia? Os alunos têm consciência de quanto perdem do presente e do porvir quando atribuem à educação o mesmo valor que a um *game* envelhecido e ultrapassado?

Repete-se a cada ano o desafio aterrorizante da redação em concursos como o ENEM ou em exames para a entrada nas universidades brasileiras. Entende-se a epidemia de amarelão que ataca impiedosa a maior parte dos estudantes. Em especial, porque, ao

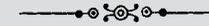
longo de anos e anos de escolaridade, pouco exerceram a atividade da escrita para além das redações sobre “Minhas férias” ou “O que quero ser no futuro”. Entende-se que essa prática também ficou escondida sob o tapete da má formação docente, da preguiça e inabilidade em corrigir redações e da noção relativista e mal intencionada de que basta escrever como se fala.

Que me seja permitido imaginar uma realidade outra, em que a escrita pudesse alcançar a forma e a força de identidades e de reflexões amadurecidas. Escrever bem poderia ser uma ação a inundar, qual água reparadora e cristalina, a fala desses jovens para que, associados à personagem de Rosa Montero, considerassem a escrita “minha maior vitória, minha conquista, o dom do qual me sinto mais orgulhosa...”. Bem poderia...

Em março de 2017, mês de liolas e rosas.



POEMINHA RASO



Por ÍRIS BIGARELLA

POEMINHA RASO

A primavera atual
espia,
assustada
folhas amarelas e raízes secas.

Mas as flores,
ah,
gozam
cada raio de sol despudorado.

* * *

A RONDA

Todas as noites,
todos os dias
todos os dias
todas as noites,

Nos óculos largados
no livro aberto
no travesseiro amassado
e no chinelo roto,
ai,
ela ronda.
Severa e constante !

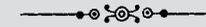
Tange um soluço desesperado
na melodia de sua harpa
ai tão triste,
ai tão bela
de uma pungente saudade.

* * *

Ipês florindo dourada opulência
desafiam, escandalosos
a aridez desta primavera...



AS RAPOSAS VERDES



Por ÍRIS BIGARELLA

Raposa verde nem existe, claro, assim como não existem raposas que gostam de uvas, quanto mais verdes. Enfim, fábula não se discute, é como gosto. Cada um tem o seu.

Bem, a nossa história tem a ver com raposas verdes porque as ditas eram umas raposas espertíssimas, muito mais do que o habitual porque elas se disfarçaram de verdes para melhor escapar dos caçadores, aqueles famosos da realeza inglesa (o que não fica conveniente escrever porque dá uma rima em português e também porque alguns ambientalistas e associações amigas dos animais podem não gostar). O problema é que somente algumas poucas conseguiram isto, na verdade uma só matilha e como todos seus membros, mesmo os jovens, tinham muita sorte com este disfarce, pois caçador que é bom não procura aquela cor de pêlo, linda aliás, que raposa tem? Um troféu e tanto, para ser exibido com galhardia perante toda aquela turma vestida a caráter em cores vistosas, botões dourados, chapéus de acordo – coisa que só inglês mesmo para inventar com tanto bom gosto. Bem, como eu ia dizendo, aliás, escrevendo, os tais exemplares verdes felizardos causavam, lógico, muita inveja e houve vários encontros e confabulações entre os membros das matilhas dos ditos normais. Ai, ai, o que fazer dos verdes? Como imitá-los ou até eliminá-los com certa decência? Ou até fazer com que fossem notados pelos caçadores reais ou não-reais, aqueles pobres coitados que caçavam escondido para comer as raposas (imagine-se, comer raposas...) e quando eram descobertos eram todos deportados para

uma terra longínqua, indescritivelmente horrível, povoada de animais esquisitos e gentio mais esquisito ainda e que era tão extensa, mas tão extensa que parecia um verdadeiro continente. E era. Deram o nome de Austrália.

Bem, e para continuar a história das tais raposas verdes, só se pode dizer que as “normais” foram favorecidas por uma casualidade feliz – para elas – e infeliz para as “outras”. Um caçador, até feioso e meio bobão acabou encontrando e abatendo uma verde. Foi a maior surpresa e um auê como nunca houvera. Festas, condecorações, discursos, banquetes sem fim, moças ricas e bonitas querendo casar com ele, essas coisas e daí por diante. Óbvio e concludente que todos, absolutamente todos os caçadores queriam também encontrar e caçar as tais verdes e daí acabaram com a espécie. Conta-se, porém, que algumas poucas, pouquíssimas, espertas como só mesmo raposas e ainda por cima inglesas conseguem ser, acharam um jeito de continuar sobrevivendo, disfarçadas, habilidosas, tenazes, uma maravilha tal de safadeza e engenhosidade que caçador algum jamais conseguiu pegar. Mesmo porque este esporte, como tal, sobrevivente de priscas e invejáveis eras, anda muito mal falado atualmente...



ELE ELA



Por ÍRIS BIGARELLA

Uma encantadora metáfora indiana...

No início não havia nada. Nem luz ou sombra, movimentos, sons, ou formas, ondas, impulsos, energias. Não havia tempo, nada.

Então Brahman criou.

Surgiu a vida.

Esplendorosa e fascinante.

Surgiu o tempo e as flutuações, o inesperado e o oculto e muitas, muitas coisas mais. E tantas coisas surgiram que se fez imensa confusão. Era terrível e assustador.

Criou Brahman então o homem.

Lúcido, forte e sagaz e tão poderoso que imaginou dominar todas as coisas e acontecimentos. Parecia feliz, mas era inquieto, agoniado e tão solitário que com sua ansiedade fazia tremer o céu e a Terra. Implorou e chorou tanto que Brahman criou um ser que a ele se assemelhava, mas não era igual.

Criou a mulher.

Entregou-a ao homem para que fosse mais feliz.

Bons tempos começaram e parecia que tudo estaria bem para sempre. Mas o homem começou a se aborrecer com a companhia e foi devolvê-la.

Não quero mais esta criatura. Me atormenta com sua tagarelice, fala o dia inteiro, fica bisbilhotando por tudo, fica a cantar sem motivo, só pensa em se enfeitar e dançar. Cansei.

Brahman aceitou.

Mas ... eis que a solidão começou novamente a atormentar o homem e, de maneira tão horrível, que ele voltou todo humildezinho para pedir de volta o que havia rejeitado.

Sabe, não consigo mais ficar só, ai ai. A minha vida não tem graça, não ouço mais o canto dos pássaros, nada me distrai; não enxergo a beleza das noites nem o encanto do despertar, não lembro o passado e o futuro me assusta...

Enlaçou a companheira e lá se foi, todo contente.

Porém o complicado do homem... longos períodos de tempo depois, cansou novamente de belezas e tristezas da vida em comum e, mais uma vez, imaginou ser melhor ficar só. Foi decidido a se libertar definitivamente do que não conseguia entender.

Brahman apenas sorriu com a sabedoria de mil vezes mil anos-luz de sabedoria e falou:

Para sempre ficarás unido a este outro lado de ti. É o teu lado feminino, com ele e suas luzes e sombras estarás te inteirando para sempre.

Aceita.



FÁBULAS MODERNAS



Por ÍRIS BIGARELLA

OS ARQUEIROS REAIS

Existiu uma vez um reino muito curioso.

Tinha rei, rainha, palácio, tudo.

Mas embaixo da saia da rainha que era de brocado azul lindamente bordado com pedras preciosas, se escondiam os grandes segredos do reino porque as pernas da rainha eram apenas magros palitos de osso coberto de pele de carneiro cheia de pelos falhados e com muitas marcas de mordidas e picadas de insetos e riscos de açoites profundos em roxo, lilás e vermelho escuro.

Resíduos de vômito seco cobriam boa parte dessas nojentas pernas magricelas e se concentravam entre os dedos dos pés esparramados e por isso a rainha não podia andar e nem se banhar e nem se deitar e nem ficar sentada e ficava pendurada no alto da abóbada da sala real, bem no alto, bem no mais alto do alto para ninguém ver as pernas da rainha. E como ninguém alcançava lá em cima, ela também não podia comer e nem se desfazer daquilo que ela não comia. Era muito triste. Triste mesmo.

O rei F que era o marido da rainha...

Um dia sentou numa pedra e ficou pensando como o pensador de Rodin com a cabeça apoiada no queixo e como era uma pose muito bonita, ele ficou vários anos assim, quase sem se mexer para não desfazer o quadro. Ele pensava sem parar naquela rainha mais besta que ele tinha desposado com grande pompa, mas que não tinha serventia nenhuma.

A PRIMEIRA MÉDICA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ



Por CLOTILDE DE LOURDES BRANCO GERMINIANI*

Até que ele lembrou dos arqueiros reais que ficavam se exercitando sem parar e por isso atiravam suas setas com tão espantosa precisão que eram capazes de acertar numa mosca, das bem pequenininhas, a vários quilômetros de distancia mesmo num dia de chuva ou de alta nebulosidade. Convocou-os solenemente fazendo soar todas as trombetas do reino de uma só vez o que causou uma barulheira tão tremenda que até os mais preguiçosos de seus cães de caça se levantaram correndo feito doidos por todos as ruelas e ruas e avenidas do vasto reino impedindo que todos os arqueiros chegassem ao mesmo tempo. Tudo isto causou um espetáculo tão fascinante que os súditos se aglomeraram na praça principal esperando por qualquer coisa. Quando o rei finalmente apareceu não dava nem para ver que era ele, de tanta gente que tinha. Mas ele nem se incomodou porque estava acostumado com a ignorância da plebe e pôs-se a falar ao alto comandante do exército de arqueiros ordenando que se pusessem em marcha contra qualquer país amigo ou inimigo contanto que houvesse uma guerra suficientemente cruel para matar no mínimo alguns milhares de pessoas, desfigurando outras tantas milhares e deixando resto morrendo de fome e desespero.

Muitos anos se passaram e nunca mais ninguém soube daquele reino desditoso porque o rei apareceu enforcado numa velha figueira e a rainha pelo jeito se safou porque a corda que a sustentava naquele mais alto dos altos da abóbada do palácio real acabou apodrecendo e ela saiu feliz da vida saltitando com pernas jovens e vigorosas erguendo a linda saia azul com muita graça e correndo por imensos trigais maduros até encontrar o moleiro jovem e belo que era dono de tudo e mais do moinho para moer toda aquela fartura e daí casou com ele e naturalmente tiveram montes de filhos porque naquele tempo não tinha camisinha.

Eles viveram milhares de anos se reproduzindo, alguns menos, outros mais e com variados dons de inteligência e habilidade, mas seja como for, eles são começo de todas as fábulas que estão por vir...



No início do século XX Curitiba era uma cidade pequena e o Paraná, emancipado em 1853, buscava se firmar no contexto nacional. Tínhamos uma boa situação econômica resultante do ciclo da erva-mate e da exploração da madeira e os diversos segmentos da sociedade se uniram em torno da idéia da criação da Universidade do Paraná. O sonho de um grupo de idealistas foi concretizado em 19 de dezembro de 1912.

Em 16 de março de 1914 tiveram início as aulas do Curso de Medicina e Cirurgia. Entre os alunos desta primeira turma havia uma jovem chamada Maria Falce. Nascida em Curitiba em 15 de janeiro de 1897, estava portanto com dezessete anos quando iniciou seus estudos de Medicina. Na época eram muito raras as mulheres que se dedicavam aos estudos médicos até então considerados quase um privilégio masculino. Assim, Maria Falce seguiu uma trajetória inovadora para sua época. Concluiu um curso de Professora e chegou a iniciar atividades na área de ensino, mas a jovem queria estudar Medicina. A recém criada Universidade do Paraná ainda não tinha, em 1913, um curso de Medicina assim Maria Falce, apoiada e estimulada por sua família, viajou para o Rio de Janeiro com o objetivo de prosseguir seus estudos. No Rio soube que a Universidade do Paraná estava implantando o ensino de Medicina. Voltou para Curitiba e, no início de 1914, estava seguindo seu sonho de ser Médica. Era a



única integrante feminina da turma e foi recebida com restrições pelos colegas, mas logo seu comportamento seguro e afável granjeou a simpatia de todos. No seio da sociedade curitibana muita gente considerou uma desfaçatez a sua atitude. Consciente de seu ideal a jovem Maria Falce continuava seus estudos tendo um desempenho brilhante e, em 1919, formava-se a primeira Médica da Universidade do Paraná. Defendendo a tese “Em torno de um caso de ascaridiose hepática” conquistou o título de Doutora em Medicina.

Entre seus colegas de curso estava José Pereira de Macedo. Do companheirismo nascido no ambiente da Universidade surgiu um amor sólido e os dois formaram, casados, uma das parcerias mais admiradas e respeitadas dentro de nossa Universidade. Ambos estagiaram no Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos) no Rio de Janeiro. Em 1925 a Dra. Maria Falce de Macedo assumiu a regência da disciplina de Química Médica do Curso de Medicina. Quando resolveu se inscrever para o concurso de cátedra o então Diretor da Faculdade negou seu direito de inscrição. Entretanto apoiada pelo marido, também Professor da Universidade, conseguiu vencer a negativa absurda e, em 1928, se submeteu a um concurso de títulos e provas, concorrendo à cátedra com a tese “Variação do teor em uréia do sangue conforme o modo de colheita do material.” Aprovada em concurso assumiu, em 31 de janeiro de 1929, a cátedra de Química Médica do Curso de Medicina em sessão solene da congregação. Maria Falce de Macedo foi a primeira mulher a ocupar uma cátedra em curso superior no Brasil. A cadeira de Química Médica passaria, mais tarde, a ser denominada Química Orgânica e Biológica, depois Química Fisiológica e, mais recentemente, Bioquímica. Tendo lecionado e realizado trabalhos de pesquisas durante mais de quarenta anos em nossa Universidade, a Dra. Maria Falce foi promovendo ajustes dos programas e das técnicas laboratoriais que sofreram transformações fantásticas neste período. Seu trabalho e sobretudo os ajustes à modernidade foram apoiados por discípulos

e colaboradores importantes, como foi o caso dos Doutores Arthur Otto Schwab e Metry Bacila, este último até hoje ocupando posição de liderança na pesquisa e no ensino de Bioquímica.

Coube, ainda, à Doutora Maria Falce implantar o ensino de Bioquímica nos Cursos de Odontologia e de Farmácia de nossa Universidade.

O casal de Professores Dra. Maria Falce e Dr. José Pereira de Macedo, fora das lides universitárias, se notabilizou por extrema bondade: eram discretos, dedicados à família, estavam sempre à frente de atividades filantrópicas importantes e apoiaram um sem número de estudantes vindos de lugares distantes em busca de um diploma em nossa Universidade. Dra. Falce dedicava especial atenção às moças universitárias, sendo que durante algum tempo a Casa da Estudante Universitária funcionou em imóvel cedido pelo casal. Foi também uma das fundadoras da Associação Paranaense de Mulheres Médicas.

Se a jovem Maria Falce precisou vencer dificuldades para atingir seus objetivos, quando chegou à idade madura foi alvo de incontáveis homenagens por parte de ex-alunos e pela sociedade curitibana, que reconheceu o valor da adolescente que aos 16 anos de idade enfrentou inúmeros preconceitos e decidiu estudar Medicina. Entre as homenagens recebidas estão o Pinhão de Ouro, o título de Professora Emérita da Universidade Federal do Paraná e o título de Vulto Emérito de Curitiba. Seus ex-alunos tinham por ela grande admiração e as moças que estudavam Medicina, Farmácia e Odontologia viam a Dra. Maria Falce como um exemplo de mulher que soube conciliar a atividade profissional com uma família solidamente constituída.

Quando se analisa a vida da Doutora Maria Falce fica muito claro o seu papel de pioneira: foi a primeira Médica formada na Universidade do Paraná e foi a primeira Professora Catedrática de uma Universidade no Brasil. Abriu caminho para todas as mulheres que nos anos subseqüentes foram, através do estudo e da dedicação,

galgando posições e contribuindo para o progresso de nosso país. Entretanto, este pioneirismo evidenciado por sua biografia nunca foi motivo para que a Dra. Maria Falce assumisse uma postura agressiva, pois era delicada, afável com todos e de uma bondade extraordinária. Sua vida nos mostra que fazer é mais importante do que dizer e que o exemplo pode mais do que mil palavras.



Publicado na *Gazeta do Povo*, Curitiba-PR | 04 de outubro de 2002 - p. 13.

*Professora Titular Aposentada da UFPR, Membro do Centro de Letras do Paraná, da Academia Paranaense de Medicina Veterinária e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Membro Correspondente da Academia de Lyon.



AS MULHERES E O DIREITO DE VOTO



Por CLOTILDE DE LOURDES BRANCO GERMINIANI

As mulheres conquistaram seu espaço dentro da sociedade com passos muito lentos que foram acontecendo ao longo do tempo. Nos séculos XIX e XX o processo de emancipação da mulher ganhou proporções mais importantes e hoje a mulher ocupa na sociedade uma posição de destaque. Infelizmente, estas conquistas não se estendem a todas as classes sociais, sendo muito diferentes os direitos de uma Doutora e de uma pessoa com poucas letras. A igualdade só poderá ser considerada válida quando estes desníveis forem eliminados.

Na história da conquista de direitos pelas mulheres, uma etapa de grande significado foi o direito de votar. Por incrível que pareça, este direito é recente. No Brasil foi o Código Eleitoral publicado em 1932, sendo Presidente Getúlio Vargas, que estabeleceu o voto secreto e assegurou às mulheres o direito de votar e de serem votadas. Portanto, estes direitos existem há, apenas, sete décadas e não é de espantar que a presença da mulher na política ainda seja bastante limitada.

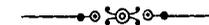
Um dos grandes defensores do voto feminino, no Brasil, foi um político do Rio Grande do Norte. Trata-se de Juvenal Lamartine de Faria. Fazendeiro, advogado e jornalista foi deputado federal (eleito em 1906), senador (eleito em 1926) e governador do Rio Grande do Norte (1928 a 1931). Ouvi seu nome desde criança, pois meu pai o conheceu quando moramos em Natal, Entre os muitos amigos de meu pai, na terra norte-rio-grandense, estava Oswaldo Lamartine de Faria, filho de Juvenal Lamartine. Recentemente, consegui localizar Oswaldo Lamartine: conversamos por telefone, trocamos algumas cartas e publicações.

Voltando ao voto feminino, na segunda década do século XX houve um grupo de mulheres que liderou um movimento feminista com grandes repercussões na estrutura da sociedade brasileira. As principais integrantes deste grupo eram Bertha Maria Júlia Lutz, Jerônima Mesquita, Stella Guerra Duval, Maria Lacerda de Moura, Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Maria Eugênia Celso. Na ocasião do centenário de nossa independência, as feministas conseguiram o apoio dos senadores Lauro Muller e Justo Chermont que, sensibilizados com a argumentação ouvida, contribuíram para a concretização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Na segunda metade da década de 20, a luta pelo direito ao voto chegou ao Congresso Nacional e entre os parlamentares surgiu, como aliado das sufragistas, o senador Juvenal Lamartine, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. Justamente, tramitava na Câmara um projeto de lei que estendia o direito de voto às mulheres. Procurado por uma comissão de sufragistas, Juvenal Lamartine considerou procedente a argumentação apresentada e elaborou um parecer favorável ao projeto. Sua participação foi decisiva e sua adesão às idéias feministas foi imediata. Assim, ao se candidatar ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, em 1927, em sua plataforma política anunciou que pretendia governar com o apoio das mulheres e que daria a elas, uma vez eleito, o direito de votar e de serem votadas. O entusiasmo das líderes feministas foi de tal ordem que algumas foram a Natal participar da campanha eleitoral do então candidato Juvenal Lamartine. Conta-se que fizeram palestras, deram entrevistas e, com um toque de modernidade para a época, usaram um avião monomotor para lançar panfletos sobre a capital potiguar.

No plano federal, até pela série de acontecimentos políticos e a suspensão das atividades parlamentares com a revolução de 30, o processo caminhou mais lentamente e só em 1932, com a publicação do novo Código Eleitoral, foi dado esse primeiro passo, tão decisivo para que a mulher pudesse participar, como cidadã, da vida política e legislativa do país.

São muitas as mulheres aqui no sul, que defendem os direitos da mulher e estão empenhadas em lembrar no Dia Internacional da Mulher, o muito que precisa ser feito para que os direitos conquistados cheguem a todas as classes sócio-econômicas e não apenas a uma pequena minoria que teve acesso ao ensino universitário ou que desfruta de uma vida confortável e sem problemas. Entretanto, muita gente talvez desconheça o papel de Juvenal Lamartine que, vivendo no Rio Grande do Norte, foi um pioneiro dos direitos femininos em nosso país ao implantar o voto das mulheres no seu estado e defender este mesmo direito na Câmara Federal.

Publicado na *Gazeta do Povo* | Curitiba- PR | 08 de março de 2002 - p.15



E O DIA INTERNACIONAL DO HOMEM?



Por CLOTILDE DE LOURDES BRANCO GERMINIANI

Todos os anos, após a euforia e as reivindicações locais, nacionais e mundiais referentes ao Dia Internacional da Mulher, acaba surgindo uma pergunta: e o Dia Internacional do Homem? As qualidades femininas, nossos feitos, nossos direitos e nossas eventuais carências têm sido tão divulgados que o mundo parece construído só por e para as mulheres! Afinal, como diz uma conhecida piadinha: “em toda parte é, mais ou menos, mitad/mitad”...

Em várias épocas os direitos das mulheres foram limitados; se analisarmos a sociedade ocidental moderna, veremos que, há mais de um século, as conquistas foram acontecendo e a somatória destas etapas nos trouxe ao mundo atual em que os direitos, expressos pela lei, são iguais. Certamente ainda existem injustiças, mas a legislação prevê punições para os infratores.

As duas guerras do século passado contribuíram para mostrar a capacidade de trabalho e de decisão das mulheres. Com a industrialização, a mão de obra feminina se tornou indispensável. A partir daí a evolução vem seguindo firme.

Na década de sessenta surgiu a pílula anticoncepcional e a mulher, que já havia demonstrado ser capaz de ganhar seu próprio sustento, viu-se em condições de poder controlar a ocorrência ou não de uma gravidez. Foi um choque nos costumes ancestrais e a liberdade sexual progrediu a largos passos.

Como existem condicionamentos e tradições que não se apagam rapidamente, a questão não era simplesmente tomar a pílula e fazer o que bem entendesse. Quem se entusiasmou com esta pseudo-

liberdade, acabou saindo chamuscada porque os efeitos emocionais de muita liberdade podem ser desastrosos. Hoje, quatro décadas mais tarde, estes problemas estão mais ou menos sedimentados e a imagem da mocinha prendada que tocava piano, recitava poesias e bordava ficou bem longe. As jovens de nossa época, até pela necessidade de enfrentar um mercado de trabalho altamente competitivo, são pouco afeitas a agulhas de costura, livros de receitas e panelas – existe uma tendência forte para comer na rua ou aquecer pratos prontos no micro-ondas.

Recentemente, nossa legislação mudou com a supressão da expressão “mulher honesta” e o adultério deixou de ser crime. Parece estranho, mas, há um aspecto positivo porque deixa de existir condescendência nos casos de agressão a mulheres. Afinal, se ninguém pode esmurrar quem avança o sinal e bate no seu carro, um homem ofendido também não poderá mais aplicar a pena que lhe parecer oportuna por ter sido traído - hoje a expressão acho que nem existe mais, substituída pelo coloquial “passado para trás”. Convenhamos que é importante cada um saber os limites entre liberdade e promiscuidade, porém, esta linha divisória dependerá de princípios morais ou religiosos.

Para quem foi adolescente quando Simone de Beauvoir ainda causava furor com os conceitos de “O segundo sexo”, leitura obrigatória de jovens intelectualizadas de então, as mudanças foram vertiginosas.

Um detalhe precisa ser lembrado: as mulheres votam (no Brasil desde o início da década de trinta), fazem cursos universitários, dão aulas nas instituições mais renomadas, exercem funções administrativas e têm liberdade de ir e vir. Portanto, limitações como permissão do marido para poder trabalhar ou olhares espantados por uma escolha profissional incomum ficaram sepultados em um passado distante.

As dificuldades aparecem nas classes em que não houve acesso à educação, então, a falta de escolaridade é a responsável

pelos problemas ainda existentes. Também é neste nível social que mais aparecem maridos ou companheiros violentos criando situações gravíssimas.

Como resultado da mudança de vida, com a mulher acumulando os papéis de profissional, esposa, mãe e dona de casa, a incidência de doenças cardiovasculares em mulheres antes da menopausa é igual à dos homens na mesma faixa etária. Na realidade, ao alterar seu estilo de vida, as mulheres ficaram expostas aos mesmos fatores de risco a que estão sujeitos os homens.

Fazendo uma análise da situação atual parece que precisam ser revistos alguns direitos dos homens e estes começam a aflorar porque muitos pais compartilham, efetivamente, a guarda dos filhos em casos de separação ou até recebem pensões de ex-mulheres cujos salários são mais polpudos.

Em uma data como esta, em meio às comemorações, fica a impressão de um certo ranço de hostilidade entre os sexos quando, na realidade, todos deveríamos batalhar por um companheirismo com menos cobranças. Provavelmente, este será o próximo estágio evolutivo da sociedade.

Publicado na *Gazeta do Povo* | Curitiba-PR | 09 de março de 2006, p.08



A PRINCESA LEOPOLDINA E A INDEPENDÊNCIA



Por CLOTILDE DE LOURDES BRANCO GERMINIANI

Qualquer acontecimento, quando relatado, tem cores variáveis na dependência de quem faz o relato. Da mesma forma as pessoas podem ser vistas por diferentes ângulos, conforme o olhar de quem as vê. Estas variações individuais explicam porque entre a História oficial e os fatos reais existe, muitas vezes, um longo fosso, difícil de ser transposto.

Na História do Brasil existem alguns fatos e determinados personagens que são apresentados por uma ótica não coincidente com uma série de documentos e há um nítido conflito entre muitas situações que nos são apresentadas e as atitudes, bem documentadas, de alguns personagens históricos. Assim, Dom Pedro I aparece como um estróina, grosseiro e mulherengo, quando, na realidade, foi capaz de assumir posições decisivas para que nosso país cortasse os laços que nos prendiam a Portugal. Também não era tão inculto quando se diz, pois foi quem deu apoio para a fundação da Academia de Medicina (1829), apreciava música e foi autor do Hino da Independência. Seu primeiro casamento com a princesa Leopoldina seguiu os padrões da época para os casamentos da nobreza: a noiva foi escolhida atendendo às conveniências políticas e os noivos só foram se conhecer depois de estarem casados. Claro que Dom Pedro, jovem e impetuoso, deve ter sonhado com uma linda princesa de contos de fadas e dona Leopoldina não era exatamente um tipo de beleza. De qualquer forma, o casal

estabeleceu um *modus vivendi* satisfatório e a princesa se apaixonou por Dom Pedro e pelo Brasil.

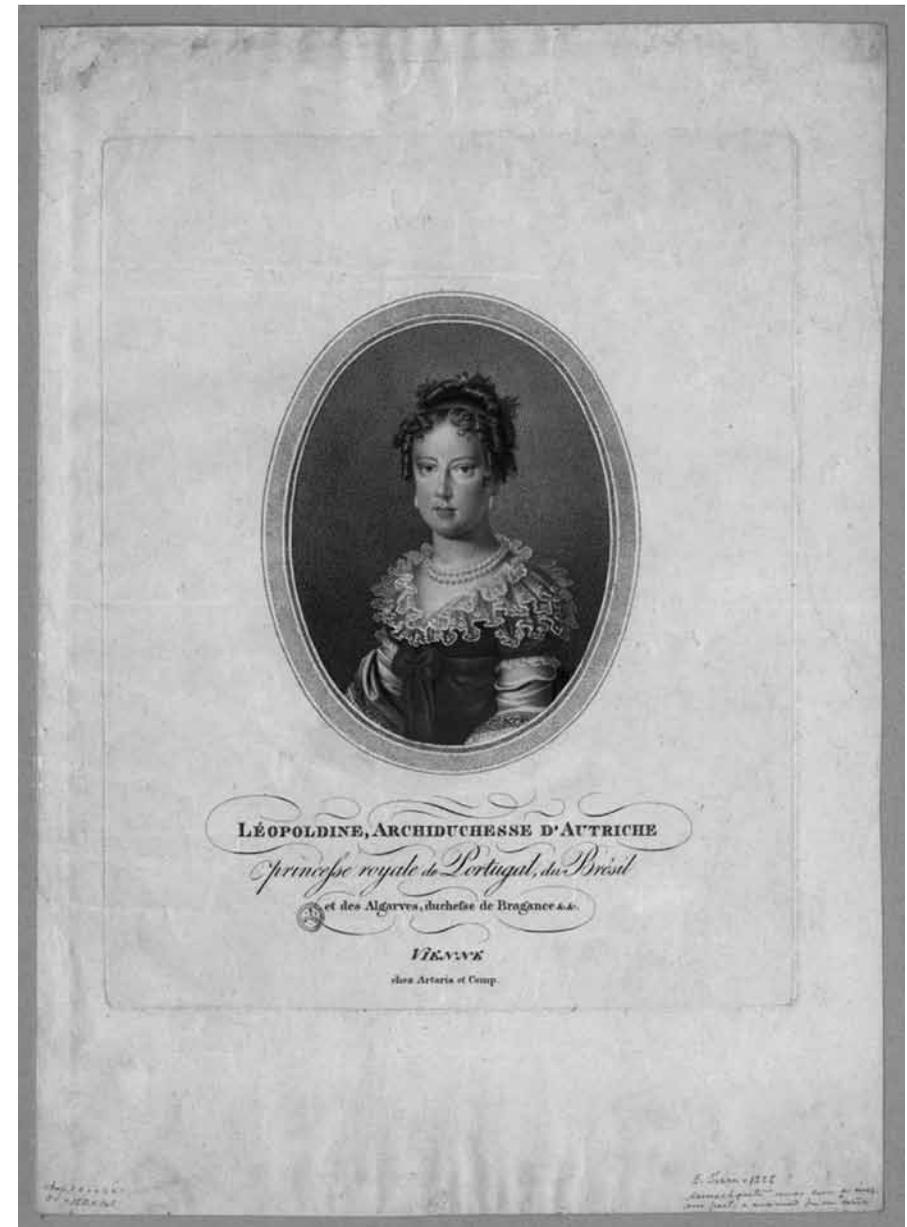
A História oficial nos apresenta nossa primeira imperatriz como uma esposa traída e pouco atraente.

Basta lançar um olhar sobre algumas fontes e se descobre que a imperatriz era uma personalidade fascinante, uma mulher culta e inteligente, esposa e mãe dedicada, tendo desempenhado um papel importantíssimo no desenrolar da nossa História pátria.

A arquiduquesa Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo-Lorena era nascida em Viena e filha da imperatriz Maria Teresa Carolina de Bourbon Nápoles e de Francisco I da Áustria, rei da Hungria, da Baviera, chefe da Santa Aliança e último dos monarcas europeus com o título de imperador do Sacro Império. Uma das irmãs de nossa imperatriz, Maria Luisa, era casada com Napoleão I. A jovem arquiduquesa foi educada na corte de Viena, uma das mais sofisticadas da época, e desde muito cedo manifestou interesse pelo estudo de ciências naturais, principalmente, mineralogia e botânica.

Quando se cogitou do seu casamento com Dom Pedro, dona Leopoldina aceitou a proposta por saber que vinha ao encontro dos desejos de seu pai e seria conveniente aos interesses da Áustria, além de ficar encantada com a perspectiva de viver em uma terra distante e diferente da sua. Tão logo ficou acertado o pacto matrimonial, a arquiduquesa se reuniu com os naturalistas que haviam estado no Brasil, iniciou estudos de português e se dedicou bastante à música, por saber que sua futura família tinha grande envolvimento com atividades musicais.

O casamento seguiu várias etapas. Primeiro, houve uma cerimônia em Viena com um dos tios da noiva representando Dom Pedro e com uma festa suntuosa, patrocinada pelo nosso governo (na época éramos o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve). De Viena a noiva foi a Florença e, no porto de Livorno, embarcou para o Rio de Janeiro. Um detalhe de sua bagagem era a existência de um volume considerável de livros. Na sua chegada ao Rio de Janeiro houve uma



nova cerimônia de casamento, em 6 de novembro de 1817, em meio a muitas festas com participação da corte e do povo.

Sabe-se que a princesa precisou se adaptar às peculiaridades de sua pátria adotiva e ficou chocada com o sistema escravocrata. Dona Leopoldina andava muito a cavalo, colhia flores, folhas, insetos e pedras. Gostava de pintar aquarelas, fazia versos, tocava piano e lia muito. Dom Pedro a acompanhava nas cavalgadas, gostava de ouvir histórias das cortes européias, iniciou o aprendizado de alemão e juntos se dedicavam à música. Inteligente e culta, Dona Leopoldina foi uma influência benéfica na vida do jovem esposo e lhe deu bons conselhos tendo sido uma defensora da soberania do Brasil. Assim, quando a família real voltou para Portugal, em 1821, a princesa atuou de forma decisiva para que Dom Pedro ficasse no Brasil. No período subsequente sendo evidente que Portugal desejava fazer o Brasil voltar à condição de colônia, a princesa se posicionou, como o povo brasileiro, em defesa de nossa emancipação. Um de seus grandes amigos foi José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência.

Muitos livros omitem um detalhe: em 13 de agosto de 1822, Dom Pedro viajou para São Paulo e a princesa assumiu a regência do país. Como regente, a princesa Leopoldina presidiu a sessão do Conselho de Estado de 2 de setembro de 1822; nesta reunião foi decidida a separação do Brasil e foi lavrada uma ata assinada pela princesa e por todos os ministros. Portanto, a proclamação, feita por Dom Pedro, alguns dias depois, ocorreu após a leitura de cartas vindas da corte, inclusive com o relato de sua esposa referente à deliberação tomada no Conselho. O famoso brado da independência, na realidade, referendou o constante da ata da reunião do Conselho de Estado. A rigor, poderíamos comemorar a independência no dia 2 de setembro e reverenciar, como figura primordial desta decisão a Princesa Leopoldina.

Publicado na *Gazeta do Povo*, Curitiba-PR | 30 de agosto de 2003 - p.11

POEMAS

Por ADÉLIA MARIA WOELLNER

INCONFORMISMO

Todas as tardes,
na gaiola do tempo
meu coração se rebela.

O QUE?

Asas nos pés;
estrelas nos olhos;
setas de luz
nos braços esticados;
lavas de vulcões arcaicos,
nos lábios soprando purpurinas.
Bizarrice na garganta
do mundo da alma
insatisfeita.
Sons do arco-íris
no peito:
descobri o que sou...

VIDA

Cavaleguei
sem sela,
sem freio,
sem bridão.

Ousei...
Desafiei a queda!

LUAR BRILHANDO AURORAS

Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN



No meu peito a melodia	Na minh'alma nuvens róseas
Canta canções sem palavras.	Em núbis de tempestades.
Há murmúrios ritmados	Há sons de sinos e tímboles
Em cantochões de mosteiros.	Em catedrais submersas.
Silhuetas de outros tempos	Há sonetos de Verlaine
Entre leques e minuetos.	E noturnos de Chopin.
Há vozes roucas dolentes	Acordes de Debussy
Cantando chorados blues.	Em sonatas de Beethoven.
Há doídos banzos lentos,	Um som contínuo de Bach
Queixumes em fados tristes.	Em cortejos de Dario.
Belos arpejos trinados,	"Tão longe", de Carlos Gomes
Um mundo rico de sons!	Embala as dores do amor!

No profundo do meu ser
Há pérolas cantando lágrimas!
Um doce sorriso de sonhos
É luar brilhando auroras !

EM UMA JORNADA DE LUZES



Por CHLORIS GASAGRANDE JUSTEN*

Assumir a presidência da Academia Paranaense de Letras é uma honra tão imensurável quanto a responsabilidade de construir o futuro na realidade presente, administrando o passado, com a certeza de ser ela, a APL, um alicerce no amanhã.

Nesse caminhar, as tradições e os rituais tomam conta inteira do encantamento que envolve as academias de protocolos próprios e estatutos singulares. E a cada iniciar de uma nova gestão há sempre um lembrar e um pensar nas questões resolvidas, nos sonhos que permanecem, nos ideais a alcançar e neste momento a Academia abre as portas a uma nova Diretoria, que traz a competência da experiência e os ideais de lideranças comprovadas, levando-nos a uma saudação ao futuro, com votos eficazes realizações, sob a liderança do ilustre e dinâmico Presidente Acadêmico Ernani Buchmann que por certo alcançará a execução de todas as suas propostas.

As características das Academias de Letras diferem das demais Academias, Associações Culturais e Centros de Letras. Com esses detalhes a nossa Academia tem propostas culturais muito amplas e, ao mesmo tempo, determinados limites e linhas circunstanciais de características personalizadas envolvidas culturalmente com o Paraná e o Brasil.

Como as academias Francesa e Brasileira de Letras, a Paranaense tem apenas 40 Cadeiras, Pilares da Imortalidade dos seus integrantes. O ingresso à Academia segue um processo estatutário que se encerra com uma eleição na própria Academia.

As finalidades da nossa Academia obedecem às linhas da Academia Brasileira de Letras, com adaptações que a globalização, o avanço das ciências, a intensidade dos sonhos e dos princípios éticos estabelecem. Interessante e agradável desvelarmos aqui, as Finalidades da nossa Academia.

A Academia Paranaense de Letras tem como finalidade o cultivo, a preservação e a divulgação do vernáculo e da literatura, em seus aspectos científico, literário e artístico, podendo participar de iniciativas úteis ao desenvolvimento cultural do Paraná e do Brasil.

Com uma vivência de 80 anos, a nossa Academia é uma instituição de condições ilibadas, com membros de destacada e reconhecida honorabilidade, característica que a projeta entre as mais importantes instituições culturais do Paraná.

Na sua história, a projeção de uma plêiade de intelectuais, literatos, historiadores, luminares das letras e das artes, das ciências e do conhecimento, o que a mantém em uma jornada de luzes.

Ao assumirmos a presidência, já encontramos pulsantes a Comissão da História do Paraná, a Biblioteca da Academia, a Semana da História, a Revista da Academia, a Biobibliografia da Academia e um número considerável de participações dos Acadêmicos em Escolas, Bibliotecas, Revistas, Conferências, o Café da Manhã e as atividades culturais, oficiais e sociais. Ressaltando-se as extraordinárias personalidades acadêmicas, cada uma um painel de saberes e sabedorias, com uma notável produção cultural em atraente e mística história a nos envolver.

Tendo representado a nossa Academia em todos os Encontros das Academias do interior, além de Curitiba, chegamos à presidência com muitos compromissos de retribuições, percorrendo variados caminhos já abertos, como aquele em que algumas Academias de Letras assumiram conosco dinamizar o Projeto “A Academia vai à escola”. Também pela participação em muitas atividades culturais em

Curitiba. Como retribuição de uma vida inteira, o comparecimento da presidente passou a ser uma exigência em todas as comemorações culturais e sociais, o que foi realizado amplamente, inclusive presenças honrosas em Mesas Diretivas Oficiais e Solenes, com pronunciamentos de improviso na Assembleia Legislativa e em praça pública.

Conhecendo o caminho em anos percorrido, trouxemos planejamentos, ideais e responsabilidades que, levando avante as luzes encontradas, desfraldaram bandeiras, venceram dificuldades e alcançaram vitórias. Saudando o porvir e, esmerilhando o trajeto, ultrapassando abrolhos, colheram nenúfares e lançaram sementes em roseirais, envolvidas no passado, no presente e no futuro desse trajeto de luzes do arco-íris.

Contando com o apoio especial dos acadêmicos Flavio Arns, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Darci Piana, da Fecomércio, Oriovisto Guimarães, do Grupo Positivo e permanecendo com a credibilidade e a especial atenção das autoridades e instituições governamentais, encontramos segurança nas arrojadas iniciativas. Sob as luzes do apoio de muitos amigos e dos acadêmicos e acadêmicas da nossa APL em todas as realizações e desafios, cabe-me aqui, nesta feliz oportunidade, agradecer de público, toda essa distinta e carinhosa cooperação recebida.

Rememorando todas as Comemorações do 80º Aniversário da Academia e do XI Encontro das Academias de Letras do Paraná, que abrilhantaram Curitiba, revivemos apresentações emocionantes de arte, cultura, sabedoria e competência, destacando o alto nível das reuniões, dos debates nas Mesas Redondas representativas de todas as Academias de Letras do Estado.

Foram inesquecíveis os projetos culturais do aniversário da Biblioteca Pública Estadual, a colaboração prazerosa das parcerias, a alegria dos reencontros. Ainda são marcantes as lembranças dos muitos momentos de encantamento: a Capela Santa Maria, o espetáculo dos Beatles, Shakespeare e os Madrigais Ingleses; o Teatro Guaíra e a Sinfônica do Paraná; o ilustre Acadêmico historiador

Laurentino Gomes, e a sua especial conferência “ Por que estudar a História do Brasil Hoje? Como o passado nos ensina a entender e organizar o futuro? ”; o Show dos Calouros do Ritmo - dois deles agora desembargadores jubilados, todos de cabelos brancos e a mesma voz, o mesmo charme. O conagraçamento das 21 Academias de Letras do Paraná e as suas apresentações. Nos reencontros, as novas amizades, as expressões de saudades, o cardápio de todos os dias, o Jantar do Encerramento, as danças, as despedidas. Foi com emoção que confirmamos: - Juntos, vivemos grandes ideais!!!

Mas a nossa Academia vai muito além! Para atender ao enunciado nas determinações das Finalidades da APL, ela estende à nossa frente variados indicadores quando reza: (...) **podendo participar de iniciativas úteis ao desenvolvimento cultural do Paraná e do Brasil.**

Desde as gestões do nosso inesquecível Túlio Vargas até este momento, há uma preocupação constante da Academia com o desconhecimento paranaense dos valores históricos, geográficos e do pertencimento à terra natal, dos acontecimentos sociais e políticos do passado até o presente; das personalidades ilustres e de seus papéis na saga paranaense.

Porém, o que mais nos preocupa é verificar que essas condições negativas passaram a ser, erroneamente, a marca paranaense que nos apresenta como aqueles que não amam a sua terra.

Essas conclusões desairosas têm suas premissas no desconhecimento geral da nossa história. Somos vistos como autofagistas, que desvalorizam os seus heróis e não honram as intrincadas lutas dos paranenses nas conquistas do nosso território, dos nossos direitos, especificando igualmente que não valorizamos homens e mulheres de destaques passados e presentes. Essa visão, que nos constrange, decorre certamente do evidente desconhecimento dos fatos, da não vivência do orgulho pela nossa gente, dos fatos e acontecimentos que construíram a nossa História.

Tudo nos leva a pensar na necessidade de um maior fortalecimento do conceito “Homem Paranaense”, ainda carente de uma segura consciência regionalista. Essa preocupação vem de longe e, na Academia, discutida desde quando Túlio instalou a Comissão da História do Paraná, para estudar medidas necessárias a uma efetiva contribuição da Academia à solução de um problema de caráter estadual, que atinge a figura do Estado, no País.

Desde os anos 90 até o presente, após estudos e pesquisas realizadas pela Comissão, em diversos segmentos da população, ficou confirmado que crianças e jovens, alunos do Ensino Fundamental e Médio, das redes públicas e particulares, ainda hoje não haviam estudado essa matéria e os que venceram esses estudos apresentavam apenas um conhecimento superficial e noticioso da nossa História. Necessário também admitir que professores e alunos terão de aprender, ao mesmo tempo, conhecimentos históricos imprescindíveis, tendo em vista que a maioria dos professores conviveram com a mesma realidade cultural, estudando, na atualidade, fatos pontuais da nossa História.

Considerando que a dificuldade maior esteve sempre no exíguo e insuficiente número de horas-aulas obrigatórias, destinadas ao ensino da História do Paraná, posição estabelecida nas legislações oficiais, a Comissão de História do Paraná-APL dedicou-se à elaboração de um documento legal que determinasse uma inovação total no tratamento pedagógico presente, de modo a promover uma transformação no ensino da História do Paraná e igualmente na sua praxis escolar.

Buscando os procedimentos pedagógicos mais adequados à complexa realidade paranaense, objetivando a necessidade da formação do Homem Paranaense, os estudos da Academia voltaram-se à dinâmica entre as dimensões intelectuais, sócio afetivas e psicomotoras na construção do conhecimento de valores, crenças, atitudes e hábitos, bem como à influência direta sobre as percepções subjetivas na formação da personalidade e do seu desenvolvimento, em significativas

ligações individuais e sociais. Embasando-se em Vigotsky, Piaget, Morin e outros, em abordagem ampla e bem fundamentada, a Comissão História do Paraná encontrou, na elaboração de uma lei oficial própria, a forma de fugir das limitações vigentes.

O anteprojeto, de autoria da então Coordenadora da Comissão de História do Paraná da APL, hoje sua presidente, não encontrou nenhuma dificuldade na Assembleia Legislativa, tendo sido **oficializada como o Anteprojeto da Lei Estadual Nº 13.381/01**, acrescentado em seus parágrafos que **“a disciplina História do Paraná deverá permanecer como parte diversificada, no currículo, em mais de uma série ou distribuídos os seus conteúdos em outras matérias”**.

A decisão, aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa, resultou em um documento legal determinando que *“os Sistemas de Ensino deverão proporcionar o conhecimento da História do Paraná e na mesma oportunidade aos professores de cada disciplina de todos os cursos e séries, desde a primeira série do Curso Fundamental até a última do Ensino Médio”*.

Isso quer dizer que alguns assuntos da História do Paraná deverão ser trabalhados por todos os professores dentro de suas disciplinas. Assim, os professores atualizar-se-ão quanto ao conhecimento da História do nosso Estado, uma vez que, tendo convivido com o mesmo sistema de ensino dos alunos, têm, na sua maioria, o mesmo desconhecimento.

Tão competente a clareza do assunto, que a Lei em outro artigo acrescenta: **A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverá oferecer abordagens e atividades promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.** Esse artigo revela a preocupação de todo o Paraná representado na Assembleia, assim como apresenta uma condição de ansiedade esperançosa da comunidade paranaense por medidas

de maior valorização e representatividade do Homem Paranaense, da sua História, dos seus direitos maiores no contexto nacional.

Entre as orientações profissionais, estão a importância dos mais adequados princípios pedagógicos, daí o porquê de a Academia entender que a criança deve conviver com os valores de pertencimento à sua terra natal, desde o momento histórico do seu presente. Baseada nesses pressupostos, esta presidente buscou levar as Academias de Letras às escolas na certeza de que essa participação irá concorrer para que a formação do Homem Paranaense seja incluída como parte de um projeto, acompanhando a infância no seu processo de maturação física, mental e social.

Brilho de luzes para a nossa Academia, as considerações do Conselho Estadual de Educação, ao exarar a normatização da **Lei 13.381/01**, ressaltando na **Deliberação Nº07/06** em um Voto de **Louvor em Separado**, a sua avaliação: **“A Proposta Pedagógica do Projeto “A Academia vai à Escola” apresenta todas as condições de ser a melhor estratégia para o Ensino da História do Paraná.”**

Como convém a uma boa demanda, em nossa Academia os grandes e pequenos projetos caminham juntos, assim dois importantes documentos legais uniram-se definitivamente, ligando a conquista de uma sede própria à implantação obrigatória do ensino da História do Paraná, levando-nos a afirmar que: **- neste momento a cessão de posse do edifício Belvedere para sede da Academia Paranaense de Letras e o Projeto “A Academia vai à Escola” formam naturalmente uma unidade oficial.**

Em um dos Encontros Culturais do Café da Manhã do início da gestão para o biênio 2013/2014, a Academia recebeu como autoridade convidada o então presidente da Fundação Cultural de Curitiba, Dr. Marcos Cordioli que, em seu pronunciamento sobre a importância da APL para a cultura do Paraná, surpreendeu a todos quando afirmou: “Enquanto a professora Chloris for presidente, vamos acertar uma sede para a Academia Paranaense de Letras”. A surpresa foi total!

Encontrava-se a Academia consolidada, nos seus mais de 70 anos, com arquivos e movimento administrativo sob a responsabilidade da presidência, tais como a parte da biblioteca, reuniões, conferências, apresentações culturais, sempre funcionando em outras instituições, como Cafés da Manhã no SENAC e o setor administrativo na responsabilidade da Diretoria. Administrar uma sede apresentou-se como um grande desafio. Aliado a isso, apenas o Estatuto da Academia era o documento de movimentação oficial, o que exigia uma série de documentações de credenciamento oficial que, ao ser iniciado, exigiu um ano de tramitações para completar os dez documentos que lhe permitiriam assinar convênios e usufruir de direitos e compromissos como uma instituição de vanguarda.

Como medida de urgência, uniram-se os poderes estaduais e municipais e a escolha da sede da APL acabou por recair no Belvedere. Era a solução para muitos problemas e uma ocupação condigna à Academia, instalar-se em uma joia arquitetônica e histórica do Paraná. Essa decisão governamental levaria, por certo, a necessárias soluções da problemática condição do edifício escolhido, sujeito a invasões e depredações, por estar situado em uma praça de comércio de drogas e de vândalos.

Restaurado, o Belvedere seria a sede nova adequada para receber a Academia, retomando o edifício a sua posição representativa na história do Paraná e, se possível, assumindo também o seu antigo título “Observatório”, agora da Cultura Paranaense, tendo por finalidade, a atualização e aperfeiçoamento dos educadores paranaenses, apoiado na **Lei Nº 13.383/01, que tem como base o Projeto “A Academia vai à Escola”**, sem o que **a posse do Belvedere deverá retornar ao Estado.**

Após o Decreto da Assembleia Legislativa do Paraná, autorizando o Governo a ceder o edifício tombado, foi assinada pelo Governador do Estado a Lei Nº 18.383/014, Termo de Cessão Onerosa de uso do imóvel Belvedere, a partir de agora intitulado

Observatório da Cultura Paranaense, para se constituir na Sede da Academia Paranaense de Letras. Junto à Lei, cópias oficiais dos Convênios com as Secretarias de Estado da Educação e da Administração e da Previdência, para a cooperação técnica correspondente.

O Ato público da Cessão de Uso foi realizado na data de 18 de dezembro de 2014, no Palácio Iguazu, em comemoração à Emancipação Política do Paraná, contando com a presença dos secretários de Estado da Administração – SEAP; da Educação – SEED; da Cultura- SECPR, e da Presidente da Academia Paranaense de Letras – APL, em uma Sessão Solene, em que estavam presentes, ou representadas, a maioria das instituições culturais e comunitárias de Curitiba, com a participação dos destacados Acadêmicos da APL, com suas pelerines iluminando o ambiente.

O Convênio entre a Academia e as secretarias de Estado indica as razões e os princípios de grande vantagem para a cultura, principalmente quando **especifica a criação, divulgação, produção e montagem do “Observatório da Cultura Paranaense” com a finalidade de promover o acesso ao acervo da biblioteca e dos arquivos da Instituição aos Educadores do Sistema Estadual de Educação e para o público em geral.** E de pronto estabelece estratégias e considerações e, no seu Plano de trabalho, especifica expressamente: **VII- Razões que justifiquem à proposta do programa “A Academia vai à Escola”, convênio assinado com a Academia Paranaense de Letras “, com o fim de promover os profissionais da Educação do Estado do Paraná, por meio do acesso aos cursos e materiais disponíveis. ”**

Para contribuir com o processo de restauração do Belvedere e da revitalização do Centro Histórico, foi criado pela Academia Paranaense e a Secretaria de Assuntos Estratégicos um grupo de trabalho para elaborar plano de ação conjunta para tratar das soluções mais prontamente necessárias, sob a administração do Acadêmico

Flavio Arns, então Secretário de Estado de Assuntos Estratégicos, e Coordenação da Acadêmica Chloris Casagrande Justen, Presidente da APL, autora do projeto “A Academia vai à Escola” e responsável pela implantação da Normatização 07/6 CEE, ambos da Academia Paranaense de Letras.

O Grupo Belvedere reúne-se mensalmente no Museu Paranaense, consolidando-se como um conjunto integrado aos órgãos dos governos municipal e estadual, empresários e representantes da Comunidade, tendo com isso, conseguido avanços em diversas áreas.

A Cessão de uso do Belvedere, os Convênios com secretarias de Estado de modo a assegurar o funcionamento do Observatório, frisa, de início, os princípios de criação, divulgação, produção e montagem do **“Observatório da Cultura Paranaense”** com a finalidade de dar seguimento à proposta do programa **“A Academia vai à Escola”**, convênio assinado com a Academia Paranaense de Letras, com o fim de promover os profissionais de Educação do Estado do Paraná.

A transformação do Belvedere em **Unidade de Interesse Especial de Preservação – UIEP** constante do **Decreto Municipal Nº1169/16**, assegura os primeiros tratamentos ao edifício, abrindo possibilidades do atendimento às suas mais urgentes necessidades.

A previsão da instalação de um Café-Escola no piso térreo do edifício, Convênio com o Senac, leva consigo todo um sistema de segurança e presença comercial, que se apresenta como base da transformação à frequência da Praça, para o de trabalho e recreação.

Com vista à adequação do Edifício Belvedere à Academia, da nova planta arquitetônica constam um elevador externo e independente, ligando a entrada ao segundo pavimento. E nas laterais externas haverá dois decks para a programação cultural comunitária.

O Grupo Belvedere ampara e estimula desde já uma programação escolar, dando início à participação de fanfarras escolares e outras atividades, interligando as programações da Feirinha e a do Museu Paranaense à Academia, em uma programação de um futuro promissor.

Com a interligação das 21 Academias de Letras do Paraná, sob a coordenação da APL, as reuniões na SEED e o seu reconhecido apoio educacional a serem ligados aos Núcleos de Educação, no uso de possíveis e atualizadas estratégias, estarão estruturadas as bases pedagógicas do Observatório da Cultura Paranaense.

Em fins de dezembro de 2016, ainda presidente em exercício na gestão 2015/2016, avaliando as realizações de quatro anos de dedicação total e intensa atuação na presidência, ficaram definidas a permanência e a continuidades dos projetos iniciados. **Com isso, a certeza da implantação total dos importantes projetos iniciados, os quais deverão alcançar os mais altos ideais acadêmicos paranaenses.**

Esse o exato momento para a decisão que me pareceu mais justa: imortal na Academia, ampliar minha dedicação à presidência do Centro Paranaense Feminino de Cultura, cuja presidência paralela, neste período de quatro anos, contou com a colaboração permanente da sua Diretoria, um eficiente Conselho Financeiro e secretaria executiva competente e leal, todas em uma ação conjunta, mantendo atuante e eficiente o projeto “O Centro dos nossos Sonhos”.

Sendo impossível, no entanto, abandonar o Projeto do Observatório, com sua profunda complexidade pedagógica, aceitamos o convite do futuro e ilustre Presidente da APL e a honra de permanecer na Diretoria, interligando responsabilidades com o ilustre, competente e altruísta Acadêmico Flavio Arns e sua especial equipe.

Olhando a minha jornada na Academia, em responsabilidades de mais de dez anos antes da Presidência de dois mandatos, confirmei que as luzes somente brilham em meio aos desafios. Como resultado da presidência de dois mandatos, de 2013 a 2016 na Academia, construíram-se profundos alicerces. Caminhos se abriram, sonhos se multiplicaram e os encantamentos permanecem indestrutíveis.

Das ações destes quatro anos, de ininterrupta atuação, constam

do Relatório das Gestões, oficializados em um documento de setenta e duas páginas, mais os anexos levando cópias dos documentos administrativos estaduais e municipais e de comprovantes necessários ao acompanhamento de todas as ações da Academia, entregues à Diretoria 2017/2018.

O Projeto “**A Academia vai à Escola**” é estrutura de duas Leis: a primeira, a Lei **13.381/01**, oficializando o ensino da História do Paraná, com a determinação de impulsionar o seu ensino no Sistema Estadual de Ensino, interligando os Núcleos Regionais de Educação PR às 21 Academias de Letras do Paraná, caracterizando-se como um Plano de Governo.

A Lei **18.381/2.014**, que permitiu a Cessão de Uso do Belvedere para a Sede da Academia de Letras do Paraná como Observatório da Cultura Paranaense, que somente poderá manter a cessão de uso de um comodato de 20 anos com o Poder Público enquanto estiver dinamizando o Projeto “A Academia vai à Escola.” Inclui-se neste instante a participação da SEED e a representatividade dos professores que deverão participar do processo de atualização dos educadores pelo Observatório. Tarefa de hercúlea responsabilidade que vem se desenvolvendo desde os anos 90, com o início da elaboração e divulgação do Documento **Um novo Tratamento Pedagógico da História do Paraná.**

Ao projeto estratégico da instalação do Observatório, acumulou-se o planejamento administrativo e pedagógico, ficando interligado ao conhecimento das ferramentas dos projetos “A Academia vai à Escola” e “Criança ensinando História do Paraná”.

As muitas responsabilidades desses Projetos me levaram a aceitar a minha inclusão na atual Diretoria, onde estaremos, o Acadêmico Flavio Arns e eu, **nas atividades ligadas aos projetos “Uma sede para a Academia”, “A Academia vai à Escola” e “Criança ensinando História do Paraná” o que vale dizer: O Grupo Belvedere e o Grupo Observatório da Cultura Paranaense,**

têm pela frente a complexa finalidade de integrar a Academia Paranaense de Letras no processo cultural da formação da cidadania paranaense.

Nesta Jornada de Luzes a Academia Paranaense de Letras é a Estrela a iluminar o caminho!

**Chloris Casagrande Justen | Coordenadora de Ideais*



NÉLIDA PIÑON HOMENAGEADA EM CURITIBA



Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN*

Curitiba, outubro de 2004

Voltávamos do Rio de Janeiro.

Ivo Arzua Pereira, Túlio Vargas e eu tínhamos ido, cada um às suas expensas, a um Chá da Tarde, na Academia Brasileira de Letras.

Sáímos do aeroporto Afonso Pena pela manhã e, chegando ao Rio de Janeiro, almoçamos no Galeão. Em seguida, nos instalamos nos hotéis, que o Túlio selecionara. Levaram-me primeiro a um deles, seguindo os dois, para o outro. No horário marcado, fomos de taxi, eu, o Túlio e o Ivo Arzua à sede da Academia, na Avenida Presidente Wilson, no Castelo.

Recebidos por Nélida Piñon, em um salão de chá da própria Academia, conversamos, em torno de uma mesa redonda, com toalha de linho bordada e finas louças de porcelana, o chá servido por eficientes garçons.

Conversamos sobre as instalações das nossas duas instituições, as dificuldades de organizar reuniões entre os acadêmicos. Como não poderia deixar de ser, o assunto chegou à literatura, escritores e às viagens da Nélida. Ao final da tarde, felizes com a certeza de que ela viria à Curitiba, voltamos ao meu hotel onde jantamos juntos em uma conversa agradável. Despediram-se e no dia seguinte voltamos ao aeroporto seguindo para Curitiba.

Ao chegarmos, tudo recomeçou: Túlio organizou uma noite para o lançamento do Livro da Nélida, no Country Clube de Curitiba, com uma grande plateia assistindo um discurso de recepção que

pronunciei, como Oradora que era da nossa Academia, e ao qual ela agradeceu emocionada.

Na privacidade de um salão especial, Nelida foi convidada para um jantar de gala oferecido pelos nossos Acadêmicos e Acadêmicas, que estenderam o convite às autoridades e a alguns convidados.

Em seguida, aconteceu o lançamento do seu livro, *Vozes do Deserto*, em meio a um animado coquetel.

Passados tantos anos, agora, em meio à busca de uns documentos, o discurso surge aos meus olhos: quantas lembranças e, viva ainda, a linguagem carinhosa que trocamos. Nesse momento, a divulgação deste fato constitui um pouco de nossa história e também a necessidade da gravação do discurso da Academia Paranaense de Letras, o que foi muito aplaudido na comemoração, cujo exemplar, na hora, ela levou, agradecida.

E assim foi: - **Com a palavra a Acadêmica Chloris Casagrande Justen, Oradora da Academia Paranaense de Letras.**

Chloris, atravessa o salão e sobe ao palco, iniciando:

*“Quando alguém se desloca de si mesmo, afina-se
Melhor com as agonias de seu tempo.”*

Nélida Piñon

E, e segue:

Com a emoção de quem viu ser descerrada a cortina de um espetáculo ímpar, usamos da palavra para apresentar à destacada plateia a nossa convidada ilustre, na certeza de que este ambiente dentro em pouco será marcado pela aura da magia que a todos envolverá com a excelente participação da notável conferencista, que transformará esta reunião em um tempo de enriquecimento do saber e de valorização da arte como elementos de promoção da cultura.

Curitiba que, no dizer dos seus poetas, é “jardim-luz feito de rosas”, e que para nós “tem a imagem de um paraíso na terra”, recebe

hoje, orgulhosamente, uma das mais ilustres personalidades femininas da literatura contemporânea: a notável escritora Nélida Piñon.

Nascida no Rio de Janeiro e formada no Curso de Jornalismo da PUC daquela cidade, a nossa convidada, romancista, contista e ensaísta festejada internacionalmente, é integrante da Academia Brasileira de Letras, tendo ocupado o cargo de Presidente daquele sodalício, por ocasião das comemorações do centenário da mais alta instituição cultural brasileira. A homenagem que a distingue entre os seus pares reveste-se de importância máxima, por ser ela, Nélida Piñon, a primeira mulher, em 100 anos, a ser elevada à condição de Presidente da Academia Brasileira de Letras.

Professora Visitante das universidades de Cambridge; de Georgetown Washington - DC; de John Hopkins University – Baltimore e de Columbia University – New York, laureada com os mais importantes prêmios literários internacionais, é Doutora Honoris Causa de várias universidades dos Estados Unidos, do Canadá, França e Espanha, tendo recebido condecorações e medalhas concedidas pelos Reis da Espanha e pelos governos de França, Portugal, Galícia, México, Chile e Brasil.

Com uma vintena de livros publicados, romances, ensaios, artigos, documentários e conferências, sua produção de conceituada intelectual vem projetando a literatura brasileira na comunidade internacional.

Assim resumindo, o perfil de nossa ilustre convidada.

Neste instante, em que procuro dominar a vibração descompassada do meu coração, perdido no torvelinho que a ventura e a responsabilidade, quando juntas, podem promover, todo o meu ser vibra ao saudar personalidade de tão brilhante desempenho, tornando-se impossível furtar-me à alegria de trazer a nossa conferencista a homenagem da mulher escritora, pela contribuição literária de Nélida Piñon, participação significativa na descaracterização da questão de gênero na literatura, bandeira feminina contra o preconceito ainda

existente, que considera ser de menor quilate a obra literária da mulher escritora.

Nosso pronunciamento pretende saudá-la como figura exemplar e emblemática, que tem como ferramenta de lutas e troféu de conquista a sua reconhecida competência.

Escritora vigorosa, criativa e culta, Nélide Piñon marca a sua literatura, como o tratamento primoroso que confere às vicissitudes da trajetória humana, enriquecendo-as com detalhes circunstanciais e de personalidade, em concordância com a opinião de Gasset, de que “o homem é ele, a sua circunstância e a sua trajetória”. Assim enriquecidos, os seus personagens transitam, com segurança, entre a realidade e o imaginário, levando o leitor a questionamentos que o acompanham muito além do parágrafo final do romance.

Maneja a pena com maestria, fazendo da palavra expressão reveladora de intrincados conflitos emocionais, de avassaladoras paixões, de profundos e surpreendentes estados d’alma, dando sentido às inusitadas tramas de seus romances. Em seu texto há sempre um denso liame a ligá-lo a sensibilidades do leitor, que passa a viver as emoções dos personagens.

Romancista por excelência, aprimora-se na construção da sensibilidade de cada personagem, conferindo-lhe, assim, as características de humanização e universalidade, essência anímica do ser, sem o que estaria prejudicada a dialética sobre os valores humanos e comprometida a atemporalidade do romance, condições básicas para a permanência da obra literária.

Há tanto para falar de Nélide Piñon! Dos seus romances! Dos personagens que criou! Do seu “República dos Sonhos”, romance que nos remete à obra “Memórias de Adriano”, de Marguerite Yourcenar, que a levou, aos 86 anos, a ser recebida na Academia Francesa. Entrelaçando a realidade e a imaginação, Marguerite recompôs a trajetória do Imperador Romano, caminhando novos pensamentos sobre antigos trajetos.

Nélide Piñon, com a sua República dos Sonhos, encaminha o leitor a reexaminar grande parte da nossa História, despertando-o para acontecimentos sociais não revelados, para fatos políticos ainda não resolvidos, levando seus personagens a considerações importantes, ou supostamente corriqueiras, que permanecem subjacentes, enredadas nas tramas que a aurora tão bem elabora. Palco e pano de fundo para o seu romance, os fatos da História do Brasil envolvem não somente os personagens, mas despertam a imaginação e o interesse do leitor, levando-o a intrincados posicionamentos.

E a Eulália, personagem central desse romance? Essa nobre matriarca que, vindo da Espanha e encontrando no Brasil um meio adverso, constrói uma situação de mistério e de misticismo para fugir dos problemas do cotidiano. Eulália, figura fascinante. – Eulália e as caixas de fino cedro entalhado, destinadas a guardar a história de cada um de seus filhos, para serem abertas por eles, quando a morte viesse buscá-la. Como seria a história de cada um, contada nos bilhetes que somente ela escrevia? Quais os segredos, os momentos que ela selecionou para que constituíssem a memória de cada um. Eulália e seus segredos...Teria ela amado o seu silencioso admirador, tímido e ardente?! Como eu gostaria de saber um pouco mais sobre o beijo furtivo nas mãos que ela descansava sobre o alvo lençol; sobre aquele fugidio roçar de lábios nas pálidas mãos, no momento de sua morte! Quantas trajetórias minha imaginação propôs para esse romance... Eulália, o marido e o fiel amigo dele... Será? A narrativa da autora deixa supor, leva a sentir, induz sem afirmar...

Esse fio de luz lança uma tênue claridade pela qual se podem vislumbrar os mistérios criados pela pena mágica da competente romancista que nos honra com sua visita.

Daí a alegria pela sua vinda a esta nossa Curitiba, cantada pela sua beleza exuberante dos seus ipês dourados no inverno.

Parabéns à Academia Paranaense de Letras e ao Graciosa Country Club pela importância desta promoção!

Sinceros agradecimentos a este seleta auditório, que nos prestigia e embeleza este ambiente.

Finalizando, sumamente honrada, nossos efusivos votos de permanente felicidade à Brasileira Nélide Piñon!

Para aprisioná-la aos nossos sonhos, ilustre Acadêmica, oferecemos-lhe essas *rosas, flores acetinadas impregnadas de perfume, fincadas em cálice de espinhos...*

Um bom assunto para um romance de paixão!

Após o abraço afetivo, inicia -se outro acontecimento: o Lançamento do seu livro “Vozes do Deserto”, músicas, alegrias e despedidas.

*Chloris Casagrande Justen
Acadêmica da Diretoria 2017/2018



A COLABORAÇÃO ENTRE ANTROPÓLOGOS, JUÍZES E PROCURADORES NA INTERPRETAÇÃO DOS SABERES E DIREITOS INDÍGENAS



Por CECILIA MARIA VIEIRA HELM

Tratar sobre a aproximação entre a Antropologia e o Direito tem sido um tema abordado pelos estudiosos nos últimos anos. Os acordos com a Procuradoria Geral da República criaram um diálogo fecundo entre os profissionais do Direito e da Antropologia.

No Paraná, os povos indígenas Kaingang, Guarani e Xetá têm suas aldeias espalhadas nas proximidades de rios, como o Iguaçu, o Tibagi, o Ivaí e seus afluentes. Sofreram os impactos sociais, ambientais e econômicos, devido a construção de usinas hidrelétricas. (HELM, 1996).

Tenho realizado laudos sobre *Os Povos Indígenas e os Grandes Projetos de Investimento*, observei as dificuldades dos procuradores em tratar a questão dos direitos indígenas, dos impactos produzidos pelos projetos hidrelétricos, dos custos/benefícios dos projetos e como os benefícios não são tratados com rigor, inclusive as perdas intangíveis não são levadas em consideração e se tornam invisíveis.

A invasão de terras ocupadas por grupos indígenas tem ocorrido no Paraná. O caso da Terra Indígena Mangueirinha, situada nos municípios de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida é o mais complexo e se arrastou por várias décadas.

As fontes históricas relatam que alguns grupos Kaingang da região de Guarapuava, passaram a se refugiar em Palmas e no

Covó, para escapar do contato com os primeiros colonizadores, que se instalaram em Guarapuava, em 1810, e fundaram Atalaia. O antropólogo José Loureiro Fernandes que estudou os Kaingang de Palmas, escreveu:

“isolados desse núcleo ficaram os Caingangues da região do Covó, embora fossem indivíduos já influenciados pelo elemento da civilização europeia existente em Atalaya, donde se haviam retirado em 1819” (LOUREIRO FERNANDES, 1941).

Deixaram Guarapuava, passaram por Palmas e dirigidos por Antônio Joaquim Cretã levantaram suas aldeias, junto aos rios Iguaçu e Chopim. Os Guarani chegaram mais tarde, em 1915, provenientes do Rio Grande do Sul, sempre à procura de uma *Terra sem Males*, e solicitaram ao cacique Capanema, filho de Cretã, para ocupar um espaço neste local. Conseguiram permissão para montar suas aldeias junto aos rios Palmeirinha e Iguaçu.

Os Kaingang auxiliaram os colonizadores que criaram a Colônia Militar do Chopim. Apesar de haver sido criada, em 1859, somente em 1882, foi instalada por uma comissão de militares. A mão de obra indígena foi empregada para abrir estradas para ligar a Colônia Militar até as recentes povoações de Guarapuava e Palmas. São exímios no corte do mato. Em reconhecimento pelos serviços prestados aos militares, solicitaram ao diretor da Colônia que as terras ocupadas pelas suas aldeias fossem reservadas para eles e tratadas como de ocupação indígena. Foi reservada pelo Estado do Paraná uma área de terras para os indígenas, uma vez que os indígenas chefiados pelo cacique Antônio Joaquim Cretã não aceitaram o pagamento em papel moeda, reivindicando a garantia da posse do território ocupado por eles. Foi elaborado o Decreto nº 64, de 02 de março de 1903, assinado pelo governador do Estado, Francisco Xavier da Silva. (HELM, 1996). O Decreto Estadual estabeleceu:

“Fica reservada para o estabelecimento de tribos indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do Cacique Cretã com as seguintes divisas: a partir da cabeceira do Ribeirão do Lageado Grande à cabeceira do Ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios abaixo até ao Iguassu que será a divisa norte, respeitados os direitos de terceiros”.

Mais tarde, em 1949, o Estado do Paraná, representado pelo então governador Moysés Lupión e a União Federal representada pelo Ministro da Agricultura celebraram um Convênio, visando a regularização das terras ocupadas pelos indígenas. Na verdade, o objetivo era restringir as áreas de terras em que estavam estabelecidos os indígenas. Não foram ouvidas as comunidades Guarani e Kaingang. A política indigenista implantada foi contra os direitos dos indígenas. A terra tradicional de Mangueirinha com uma grande quantidade de Araucárias, o pinheiro do Paraná, foi reduzida para 7.400 hectares e dividida em três glebas, A, B e C, sendo que a área B ficou sob a guarda da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, que a transferiu para terceiros. A justificativa adotada foi a de distribuir uma parte das terras entre as famílias de imigrantes, para explorarem a agricultura e auxiliarem o crescimento econômico do Paraná.

A seguir, foi negociada a gleba B, adquirida por Oswaldo Forte e outros, com a empresa madeireira de propriedade do grupo F. Slaviero.

O Governo determinou que o Serviço de Proteção aos Índios medisse as terras, a serem ocupadas pelos novos povoadores, não índios.

Foram expulsas em 1961, de maneira forçada as famílias de Kaingang e Guarani que ocupavam as terras da gleba B, e instaladas compulsoriamente nas aldeias A e C. Os indígenas se rebelaram porque perderam suas casas, ranchos e roçados.

Em 1974, a Fundação Nacional do Índio entrou na Justiça Federal, através de seu procurador, para tentar a anulação do Acordo de 1949, e recuperar as terras tradicionais de ocupação permanente dos Guarani e Kaingang. O processo se arrastou na Justiça, várias

ações ocorreram e laudos foram solicitados de caráter histórico e sociológico (NAKAMURA e LOMBARDI, 1980).

Em 1995, a Funai solicitou que eu elaborasse um laudo pericial antropológico sobre os conflitos que existiam, dada a minha experiência em pesquisar os indígenas da Terra Manguaerinha, desde 1965. (HELM, 1974, 1996). O cacique Ângelo Cretã já havia decidido reocupar a gleba B, auxiliado pelos indígenas das terras vizinhas da TI Manguaerinha. Foi criado o Movimento Indígena do Sul do Brasil. Meu texto, Movimentos Indígenas: o caso paranaense, foi publicado em 1987.

Em 1985, os indígenas invadiram a aldeia Passo Liso, transformada em uma fazenda pelos não índios, e expulsaram os empregados de F. Slaviero que estavam ocupando a Gleba B.

O Ministério Público Federal tinha interesse que fosse elaborado um laudo antropológico, para ser elucidado o fato da ocupação tradicional indígena; analisados, em profundidade, os argumentos formulados por Slaviero & Filhos; ouvidos e registrados os relatos dos indígenas, notadamente dos indivíduos de mais de 60 anos que conheciam a história da ocupação ocorrida em 1819, relatada pelos descendentes do cacique Cretã. Os meus principais informantes, Francisco Luiz dos Santos, Roberto Luiz dos Santos, Alzemiro Ferreira dos Santos, Sebastião Capanema, o Guarani Rivelino que foi o intérprete nas entrevistas realizadas com o cacique Aristides Gabriel, na aldeia Palmeirinha, e as Kaingang, Maria Honório, Maria Doralice de Jesus, Cecília dos Santos souberam relatar os fatos que ocorreram. Os descendentes dos Luiz dos Santos e dos Capanema guardavam na memória a história do grupo.

A índia Kaingang, Balbina da Luz Abreu dos Santos, de 100 anos, mãe do cacique Ângelo Cretã, afirmava que a terra era dos índios. Relatou:

“ Nós ocupamos essa terra há muitos anos. Nossa gente vive neste lugar desde antes do homem branco chegar, fazendo roças, catando

pinhão para comer, tomando chimarrão, pescando, caçando, cuidando de todo este mato. Aqui se criaram nossos parentes, enterramos os nossos mortos, criamos os nossos filhos e ensinamos para eles as coisas que aprendemos com nossos avós. Toda esta terra e mata é dos índios, os brancos chegaram depois, foram empurrando os índios. A gente do Governo quis tirar dos índios um pedaço grande dessa terra e floresta. Aqui tem muito pinheiro. Até hoje estamos brigando na Justiça por aquilo que é nosso.”

Ocorreu pesquisar as normas e os conhecimentos da Ciência do Direito, para analisar os fatos e as leis que tratam sobre a aproximação da Antropologia e o Direito.

Era necessário investigar as provas, durante a perícia. A localização do cemitério Guarani na área do centro, Gleba B, foi uma das provas apresentadas no laudo antropológico. O cemitério antigo dos Guarani se localiza nas proximidades do rio Butiá. Havia uma aldeia onde viviam antes de serem expulsos dessa parte da área (HELM, 1996). Os Guarani passaram a utilizar outro local para enterrar os seus mortos e o cemitério do Butiá é guardado com respeito pelos velhos Guarani.

Outra prova trata sobre o censo da população indígena elaborado em 1934 pelo indigenista Deocleciano de Souza que consta de Relatório do SPI de 1937, que consultei nos arquivos do Departamento de Antropologia organizado pelo Prof. José Loureiro Fernandes.

No Laudo que elaborei em 1996, foram respondidos os quesitos elaborados pelas partes envolvidas na ação e apresentadas as provas solicitadas pelo Juiz Federal do MPF em Curitiba. Várias audiências públicas foram realizadas no MPF. Importante transcrever que:

“As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios incluem-se no domínio constitucional da União Federal. As áreas por elas abrangidas são inalienáveis, indisponíveis e insuscetíveis de prescrição aquisitiva.”

A Constituição Federal reza que a União Federal deve garantir aos índios o exercício dos direitos que lhes foram garantidos Constitucionalmente. (CF. artº 231).

Para o Juiz Federal que analisou os laudos, Mauro Spalding:

“A perícia antropológica depois de identificar os principais grupos, indígenas que se encontram na Reserva de Manguaerinha (Kaingang e Guarani), de traçar as árvores genealógicas das respectivas famílias e de cruzar documentos históricos com a memória dos entrevistados, chegou à conclusão de que os índios que atualmente se encontram na área em disputa descendem daqueles que nela se encontravam em 1937 e, mais, de que a referida área é de grande relevância para a reprodução cultural daquela comunidade”.

Em 2005, o Juiz Federal substituto, Mauro Spalding, publicou a sentença favorável aos indígenas, Kaingang e Guarani da T.I. Manguaerinha.

Publicou em dezembro de 2005:

“Reconheço a posse indígena dos índios Kaingang e Guarani sobre a Gleba B. e, conseqüentemente, o domínio da União Federal sobre as mesmas. Portanto, se as referidas terras eram ocupadas pelos índios, eram constitucionalmente de domínio da União.”

A parte contrária, F. Slaviero & Filhos S/A e Outros, recorreu ao Tribunal Regional Federal, a 4ª Região, localizada em Porto Alegre, sendo Relatora a competente Des. Marga Inge Barth Tessler que se pronunciou mantendo a sentença do Juiz Federal, emitindo voto de louvor pelo esforço empreendido. Novamente, os opostos, Slaviero & Filhos, solicitaram um parecer do Superior Tribunal Federal, e o notável Ministro Carlos Ayres Brito também elogiou a sentença e reconheceu a ocupação tradicional e permanente dos indígenas,

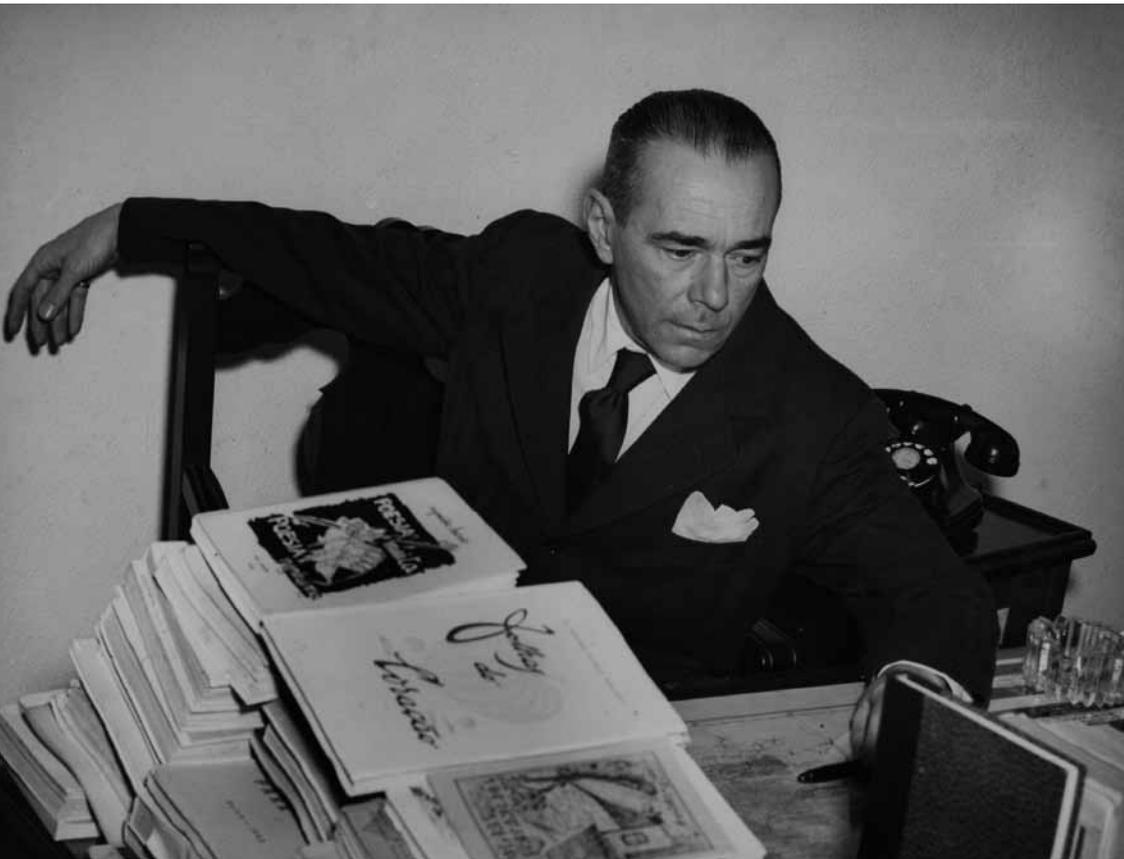
O caso apresentado neste texto elucida a importante colaboração da Antropologia com a Ciência do Direito. Os Laudos antropológicos servem de subsídios para os Juízes Federais conhecerem a história da ocupação das terras indígenas, a organização social dos distintos povos indígenas, suas culturas, seus saberes relatados aos antropólogos durante as perícias realizadas. Tem sido feita Justiça aos direitos dos indígenas que constam da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.



ESTA VIDA: GHILHERME DE ALMEIDA



Por NEUMAR CARTA WINTER



*Caçador de estrelas.
Choveu: seu olhar voltou
com tantas! Vem vê-las!*

Guilherme de Almeida

Para se conhecer o mundo do poeta, Esta Vida, de Guilherme de Almeida, basta penetrar-lhe a poesia, a sua própria razão de viver; tentaremos cumprir essa tarefa, percorrendo alguns de seus poemas, selecionados para esta ocasião, bem como mencionaremos fatos relevantes de sua vida. Iniciaremos pelo seu próprio

Álibi

*Não estive presente
quando se perpetrou
o crime de viver:
quando os olhos despiram,
quando as mãos se tocaram,
quando a boca mentiu,
quando os corpos tremeram,
quando o sangue correu.
Não estive presente.
Estive fora, longe
do mundo, no meu mundo
pequeno e proibido
que embrulhei e amarrei*

*com cordéis apertados
de meridianos meus
e de meus paralelos.
Os versos que escrevi
Provam que estive ausente.*

Eu estou inocente.

É esse um poema que ressalta ser o mundo do poeta – aquele dos momentos em que elabora seus versos –, um mundo paralelo, das metáforas, mundo particular, de abstrações, de criação, de verdadeiro estado de êxtase. O autor inicia o poema alegando ausência, *quando se perpetrrou o crime de viver*, e, para provar *estar inocente*, como num processo judicial, advogado que é, enumera as circunstâncias (*Quando...*), acrescenta o mundo em que esteve imerso (*O mundo dos poetas...*) e a prova (*Os versos que escrevi...*).

Embora ressalte ser, esse mundo do poeta, um mundo alienado, em relação aos demais acontecimentos, essa não foi a atitude de Guilherme de Almeida, durante toda a sua existência. Integrou-se, sempre, ativamente, aos acontecimentos que marcaram a História deste país, durante a sua vida. No entanto, em entrevista, fala:

“Preciso, para compor um soneto ou fazer uma crônica, de três “SSS”, que são as três serpentes do meu paraíso interior: sombra, silêncio e solidão”. ... “Tomo da prancheta (só sei escrever na prancheta), ponho a cadeira perto da janela (preciso de paisagem, principalmente de céu, para produzir alguma coisa), acendo a lâmpada do “abat-jour” e, então, sim, começo a rabiscar...”

Advogado, jornalista, ensaísta, tradutor, e, principalmente, o “Príncipe dos Poetas Brasileiros” (depois de Bilac, Alberto de Oliveira e Olegário Mariano), título que recebeu, em 1959, em concurso instituído pelo *Correio da Manhã*, Guilherme de Almeida nasceu em Campinas, São Paulo, a 24 de julho de 1890. Viveu entre o final do

século XIX e final da sétima década do século XX. Conviveu, pois, com a produção poética resultante do Parnasianismo e Simbolismo, escolas literárias que adentraram o séc. XX, e integrou o movimento modernista, instalado pela *Semana da Arte Moderna de 22*, da qual participou ativamente, e, sempre aberto às manifestações e renovações de estilo que, em meados do séc. XX, surgiram, aventurou-se, também, pela poesia concreta.

Diz Ébion de Lima, in *Curso de Literatura Brasileira*:

Guilherme de Almeida estreou com uma poesia aristocrática de parnasiano (em 1917, Nós). O seu parnasianismo, porém, é vivo, sutil e expressivo. Daí, o passo para o modernismo foi o corolário de suas tendências. Fez-se moderno, sem esmagar estrepitosamente a tradição. Perfilhou a novidade modernista, sem abdicar a nobreza das expressões e a fidalguia gentil de sentimentos. Resultou desse conúbio do passado e do presente uma poética sem descabelamento, de ritmos suaves, repleta de atualidade e surpresa delicadas. Certa mimosidade aguda de penetração que investiga a alma, nos revela a nós mesmos e nos encanta.

A origem de Guilherme de Almeida forneceu-lhe a formação. Pais cultos e aristocráticos, seu pai, Dr. Estevão de Andrade Almeida, advogado, professor de Direito, filólogo e literato, que pertenceu à Academia Paulista de Letras, foi seu primeiro preceptor, iniciando-o nas primeiras letras, como também, no estudo de grego e latim, além de na leitura dos clássicos; sua mãe, dona Angelina de Andrade Almeida, das mais tradicionais famílias de Campinas.

Sobre seu pai, revela Guilherme de Almeida:

Ele ensinou e eu aprendi a coisa maior e melhor que sei e amo: a nossa língua. Exercitando-me inicialmente no grego e no latim, confiou-me ele a árvore genealógica, de dúplice raiz, do nobre idioma que é o nosso: a mais nova muda do chamado “romance”, e, pois que última, ainda não estabilizada, suscetível ainda de imaginoso amanho e trato estabilizador. Como numa vigília de

*armas, revelou-me ele, primeiro, nos laboratórios da “supergramática”, os mais secretos escaninhos onde uma esotérica alquimia opera a mágica transmutação da palavra em pensamento e do pensamento em beleza; onde se celebram os mistérios empolgantes da semântica: onde jaz armazenado, à espera de descobridores, o ignorado tesouro das palavras que existem em estado latente... Depois, propiciou-me ele a metódica iniciação nos clássicos: senhores do idioma, pelo cabedal de erudição e excelência do estilo... Assim e afinal, por ele armado cavaleiro, até hoje estou e, enquanto houver para mim um amanhã, estarei na liça. (in **Guilherme de Almeida, Poeta Modernista**, 1983, de José Antônio Ribeiro).*

Depois de completar os estudos regulares, recebe, em 1907, o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, no Ginásio N. S.^a do Carmo, da capital paulista. Matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde cola grau, em 1912. Passa a exercer, então, as atividades tanto no ramo da advocacia (chegou a ser Promotor Público), como na área jornalística, área essa da qual nunca mais se afastaria. Atuou como redator, cronista social e crítico cinematográfico, em diversos jornais paulistanos (*Folha da Manhã*, *Folha da Noite* e fundador do *Jornal de São Paulo*), desde 1916, quando ingressou no jornal *O Estado de São Paulo*. Atuou, ainda, durante sua vida, em várias entidades do estado ligadas à cultura, entre as quais, como: Chefe da Divisão de Expansão Cultural do Departamento Municipal de Cultura; Presidente da Associação Paulista de Imprensa; Presidente da Comissão do IV Centenário de São Paulo; a convite do Presidente Juscelino Kubitschek, Orador Oficial da Inauguração de Brasília, quando proferiu o discurso-poema *Prece Natalícia a Brasília*, que datou como “**Ano I, Dia 1º de Brasília**”; da capital federal é autor da bandeira, do brasão e dístico “*venturis ventis*” – *Aos ventos que não de vir*.

Embora datem de 1904 seus primeiros versos (publicados anos mais tarde, em seu livro *Simplicidade*), somente em 1917 edita *Nós*, seu livro de estreia. São 33 sonetos, construídos aos moldes parnasianos da perfeição formal; revelam, porém, a extrema

habilidade de Guilherme de Almeida, que, num estilo bem pessoal, um precursor do modernismo, confere-lhes cunho romântico: são sonetos de amor.

Desse livro, *Nós*, escolheu-se o **XVIII** soneto:

XVIII

*Quando as folhas caírem nos caminhos,
ao sentimentalismo do sol poente,
nós dois iremos vagarosamente,
de braços dados, como dois velhinhos.*

*E que dirá de nós toda essa gente,
quando passarmos mudos e juntinhos?
- “Como se amaram esses coitadinhos!
Como ela vai, como ele vai contente!”*

*E por onde eu passar e tu passares,
hão de seguir-nos todos os olhares
e debruçar-se as flores nos barrancos...*

*E, por nós, na tristeza do sol posto,
hão de falar as rugas do meu rosto
e hão de falar os teus cabelos brancos!*

Estamos diante de um soneto clássico, decassílabo, com rimas **abba, baab, ccd, eed**, de ritmo acentuado e agradável.

Segundo a teoria da comunicação, em que todo o emissor tem por objetivo convencer o receptor, observe tratar-se de uma declaração de amor eterno, num determinado momento presente, com proposta futura, para a qual o autor emprega o verbo no futuro do subjuntivo, um tempo não acontecido, mas possível de acontecer, (*Quando as folhas caírem nos caminhos...*): o namorado propõe à namorada um

amor duradouro, (passa pelo *sentimentalismo do sol poente*), feliz (*como ela vai, como ele vai contente*) e é para sempre, (até à *tristeza do sol posto*), isto é, até o fim da jornada da vida, (por isso *tristeza*) quando, então, nesse tempo futuro, *hã de falar as rugas do meu rosto e hã de falar os teus cabelos brancos, “a chave de ouro”,* amor esse que será reverenciado por toda a natureza (*hã de seguir-nos todos os olhares e debruçar-se as flores nos barrancos*). Belíssimas metáforas povoam esse soneto.

Essa obra, *Nós*, alcançou grande sucesso, na época e posteriormente, contemplada com várias reedições.

Manuel Bandeira constata: Guilherme de Almeida é “*um habilíssimo artista do verso, que, com mais fundamento ainda que Bilac, poderia dizer que imita o ourives quando escreve*”.

Ainda com características neoclássicas, Guilherme de Almeida, logo em seguida, publica mais quatro livros: *A Dança das Horas* (1919), *Messidor* (1919), *A suave colheita, Livro de Sórora Dolorosa* (1920) e *Era uma vez...* (1922).

Do livro *Messidor*, (do lat., *messis* = *messe, colheita* e do gr., *doron* = *dom, presente*) publicado em 1919, de grande alcance popular, obra inserida no pré-modernismo, em que forma e conteúdo sugerem as inovações da revolução modernista de 22, destacou-se o poema, título desta palestra,

Esta vida

*Um sábio me dizia: “Esta existência,
não vale a angústia de viver. A ciência,
se fôssemos eternos, num transporte
de desespero inventaria a morte!
Uma célula orgânica aparece
no infinito do tempo: e vibra, e cresce,
e se desdobra, e estala num segundo...
Homem, eis o que somos neste mundo!”
Falou-me assim o sábio e eu comecei a ver
dentro da própria morte, o encanto de morrer.*

*Um monge me dizia: “Ó mocidade,
és relâmpago ao pé da eternidade!
Pensa: o tempo anda sempre e não repousa...
Esta vida não vale grande coisa:
— uma mulher que chora, um berço a um canto,
o riso, às vezes, quase sempre, um pranto...
Depois o mundo, a luta que intimida...
Quadro círios acesos — eis a vida!”
Isto me disse o monge e eu continuei a ver
dentro da própria morte, o encanto de morrer.*

*Um pobre me dizia: “Para o pobre,
a vida é o pão e o andrajo vil que o cobre.
Deus?... Eu não creio nessa fantasia!
Deus me dá fome e sede a cada dia,
mas nunca me deu pão nem me deu água...
Nunca! Deu-me a vergonha, a nódoa, a mágoa
de andar, de porta em porta, esfarrapado...
Deu-me esta vida: um pão envenenado!”
Disse-me isto o mendigo e eu continuei a ver,
dentro da própria morte, o encanto de morrer.*

*Uma mulher me disse: “Vem comigo!
Fecha os olhos e sonha, meu amigo!
Sonha um lar, uma doce companhia
que queiras muito e que também te queira...
Um telhado... Um penacho de fumaça...
Cortinas muito brancas na vidraça...
Um canário que canta na gaiola...
— Que linda a vida lá por dentro rola!”
Pela primeira vez eu comecei a ver,
dentro da própria vida, o encanto de viver.*

Um poema composto por quatro estrofes de oito versos decassílabos e os dois últimos, dodecassílabos. Esses dois últimos versos têm, por objetivo, apresentar a conclusão para cada uma das opiniões sobre a vida, desta aparente entrevista feita por Guilherme de Almeida, como em função jornalística, a quatro pessoas sobre o que seria a vida.

Note-se que, nos primeiros versos das três primeiras estrofes, o poeta emprega o verbo no **pretérito imperfeito**, (*dizia*), isto é, um passado imperfeito, incompleto, uma ação não concluída, tempo esse empregado para expressar incerteza sobre a resposta que o questionador procura sobre o sentido da vida; no entanto, no primeiro verso da última estrofe, o tempo empregado é o **pretérito perfeito**, (*disse*), o passado perfeito, ação terminada, definida, definitiva; e a resposta é aquela com que se satisfaz; na última entrevista, conclui: só o amor traz beleza à vida.

Observe-se, ainda, nesta ode à vida, a beleza dos encadeamentos elaborados pelo poeta, em versos vibrantes e sonoros, rima e ritmo presentes. Assíndetos, reticências, metáforas, exclamações são algumas dos recursos utilizados por alguém que tem o domínio de artífice do verso.

Mostrando-se aberto para conferir roupagem nova à sua poesia, e atento ao Modernismo e suas recentes manifestações, Guilherme de Almeida adere e empresta seu prestígio ao movimento: junto ao grupo que se formou, participa ativamente da *Semana da Arte Moderna*, de 1922, ao lado de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia; funda a Revista *Klaxon*, em seu escritório; passa a fazer conferências pelo país, divulgando os princípios dessa renovação artística e estética. Adota o verso livre, dispensa a rima e a métrica, faz uso de recursos como a sonoridade e a disposição gráfica, mas mantém-se, sempre, entre a tradição e a modernidade. Conjuga certo tom simbolista e a formalidade parnasiana à expressão liberal do modernismo. Dele diz Manuel Bandeira: *O verso livre de Guilherme tem as regras que o poeta estabeleceu para seu uso.*

As obras publicadas, nessa época, *A Fruta que Eu Perdi – Canções gregas* (1921), *Meu* (1922/1923), *Raça* (1925), *A Flor que foi um Homem* e *Encantamento* (1925), aumentam-lhe o prestígio de reconhecido poeta modernista.

Do livro *Meu* (1922/1923), sua primeira obra realmente modernista, na qual o poeta alterna verso livre e verso tradicional, aprecie-se o poema

Humorismo

Sossego macio da tarde.

Um sol cansado

passa pelo rosto suado

uma nuvenzinha alva com um lenço

para enxugar as primeiras estrelas.

Silêncio.

E o sol vai caminhando sobre os montes tranquilos,

vai cochilando. E de repente

tropeça e cai redondamente

sob a pateada dos sapos e a vaia dos grilos.

Observe-se o virtuosismo técnico do poeta, na elaboração deste poema, em plena adoção dos ditames modernistas, quer pela temática despojada, quer pela adoção do verso livre, quer pelo processo de distribuição e colocação dos versos, nas linhas.

Vejam: o poema retrata o pôr do sol, numa descrição dinâmica: há movimento. É uma estampa poética, uma pintura, uma paisagem que se movimenta, diante dos olhos do receptor. À técnica modernista, depois de apresentar o ambiente e a hora (*sossego macio da tarde*) usa o espaço disponível (o papel), para projetar o sol no ocaso/fim da linha. Usando da prosopopeia/personificação, em que os seres inanimados adquirem qualidades humanas, desenvolve metáforas (*estrelas/gotas de suor*). A palavra *silêncio* é colocada no fim

da linha/da tarde. Ao súbito pôr do sol atrás dos montes tranquilos, a sonoridade dos ruídos produzidos pelos sapos e grilos está presente na sonoridade das palavras *pateada dos sapos* e *vaia dos grilos*: uma onomatopeia discreta (segundo Ébion de Lima, *Guilherme de Almeida tem rara habilidade para onomatopeias discretas*). E a sinestesia, figura pela qual os sentidos são estimulados (visão e audição) está presente.

Afrânio Coutinho, (in *A Literatura no Brasil*), cita um comentário de Mário de Andrade, assinalando, em Guilherme de Almeida,

“um intelectualismo intransigente e dominante”, ao dizer: “tem-se a impressão de que o poeta primeiro cria abstrações puras, idealidades, e só depois busca nas lembranças um símile de sensação, ou sentimento de que a abstração criada se possa tornar imagens. Esse ‘livro de estampas’ (Meu) ostenta realmente não só o domínio de imagens visíveis, como do espírito vigilante que as coordena e organiza, segundo a variável diretriz que se prefixa, de caso para caso”.

Ainda nesse livro, *Meu*, outra estampa poética, outra paisagem se desenrola, agora, aos cinco sentidos do leitor/receptor:

Outono

*O ar é ágil e passa com uma elegância fina
entre as folhas das laranjeiras.
Abre para o pomar cheiroso a tua cortina:
vê como a luz que vem das trepadeiras
é verde e leve e as folhas como
estão firmes nos galhos!*

*E no entanto é outono.
Estende os teus lábios para este ar puro:
hás de sentir na tua boca um beijo doce
como se o ar fosse uma abelha e os teus lábios fossem
dois gomos de um fruto maduro.*

Este poema, dentro da estética modernista, traz rimas, embora sejam versos irregulares. No entanto, o ritmo, suave e perfeito, é sugerido no primeiro verso: *“O ar é ágil e passa com uma elegância fina...”*.

Estamos diante de outra descrição dinâmica, outro retrato da natureza, cuja beleza está no emprego, principalmente da **sinestesia**, em que, agora, os cinco sentidos (visão, olfato, paladar, audição e tato) são estimulados, pela perícia do poeta. E pelo sentido do tato, com tal excelência, o poeta, conhecedor profundo e competente dos recursos linguísticos, utilizando-se da fonética, obriga o leitor a projetar os próprios lábios, em leitura oralizada, em razão do emprego das vogais fechadas, *o/u*, para receber o beijo doce: *“os teus lábios fossem dois gomos de um fruto maduro”*.

Não é sem razão que Sérgio Milliet constata: Guilherme de Almeida é *“pintor e músico, a um tempo, pois sabe, como ninguém, o valor pictórico dos sons, conhece igualmente a fundo o efeito rítmico das acentuações”*.

Casa-se, em 1923, com Baby Barrozo do Amaral, da sociedade carioca, e, em 1924, nasce seu filho, Guy; por dois anos, passa a residir no Rio de Janeiro, de onde retorna para São Paulo, após o falecimento de seu pai, em 1926. E volta a trabalhar no jornal *O Estado de São Paulo*.

Em 1928, entra para a Academia Paulista de Letras, na vaga deixada por seu pai, cadeira 22.

Nesse ano, 1928, publica seu livro *Acaso*, de onde se destaca o poema seguinte, em que a mulher *é sol, céu, terra e dia*:

A minha paisagem

*Este sol...
(E você é tão clara! E como tomba
minha vida a seus pés, como uma pobre sombra!)
neste céu...
(E você é tão leve! E como, absorto,
voga o meu sonho como nuvem no seu corpo!)
desta terra...*

*(E você é tão repousante! E como,
sepultado em você, seria bom meu sono!)
este dia...*

*(E você é tão linda! E como, ao longe,
em sua alma, ouço cantar minhas horas de bronze!)
Mas, sem você – que é o amor, que é tudo – que seria
deste sol,
neste céu,
desta terra,
este dia?...*

Observe-se que, novamente, recorrendo aos elementos que compõem a natureza, outra declaração de amor o poeta faz, agora, explorando a comparação, figura de linguagem; servindo-se, também, da repetição, tanto de palavras como de sinais de pontuação (parênteses, reticências, ponto de exclamação), num poema moderno, em que o espaço, a relação de palavra/verso e linha são utilizados, para dar ritmo à mensagem e realce visual. E o mais criativo e interessante, nesse poema, é a possibilidade de duas leituras: a segunda é com a exclusão do que há entre parênteses, que seriam diálogos interiores do emissor/poeta, uma vez que os versos – *neste céu... desta terra... este dia...* – estão com letra minúscula, como se fossem a continuação do primeiro – *Este sol...*

Guilherme de Almeida trabalha seus poemas com a perícia dos escolhidos! Para Afrânio Coutinho: “a essência de sua poesia é o ritmo no sentir, no pensar, no dizer”.

Em 21 de junho de 1930, eleito para a Academia Brasileira de Letras, cadeira 15, a cadeira dos poetas Gonçalves Dias e Olavo Bilac, é recebido por Olegário Mariano e introduzido por três imortais: Alberto de Oliveira, Coelho Neto e Medeiros e Albuquerque. Concorreram com Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, Cassiano Ricardo, Mauro Mota, entre outros.

Em 1931, publica o livro *Você*, do qual se escolheu, pela inestimável engenhosidade, envolvendo tanta rima preciosa, esta cantiga de ninar, intitulada

Berceuse das rimas riquíssimas

*Durma! A noite suave e grande
anda com passos de lâ de
luar, de penugem de nuvem...
Durma! Em seu corpo alvo e nu vem
roçar as asas um ar de
jardins distantes... É tarde.
Durma à sombra dos meus olhos
como de uma árvore e molhe os
seus sonhos nas minhas lágrimas,
não esperando um milagre mas
sentindo que o mal e o bem são
uma única e mesma bênção...
Durma! E que a minha voz seja
Uma voz que só você já
ouviu em sonhos: a voz que
a Adormecida no Bosque
nunca escutou no seu sono...
Durma! E sonhe que eu não sou no
mundo mais do que um silêncio:
este silêncio que vence o
meu corpo todo e brotou do
seu corpo e que o envolve todo...*

A respeito desse poema, Alfredo Bosi diz, (in ***História Concisa da Literatura Brasileira***):

“A habilidade de Guilherme foi, aliás, a marca mais notável de sua vida literária; autor de haicais, tradutor de Sófocles e Baudelaire, refinado metrificador, foi capaz de compor uma ‘berceuse’ só com rimas riquíssimas”.

E Ébion de Lima, (*in Curso de Literatura Brasileira*), comenta que o poeta em questão “possui extraordinária facilidade de versificação. E exhibe perdulariamente o virtuosismo de sua técnica com verdadeiros achados de imagens e rimas”.

A obra toda de Guilherme de Almeida persegue esse trabalho laborioso com a associação dos elementos linguísticos e estilísticos, para obter o melhor, o mais perfeito resultado, nas suas inigualáveis criações artísticas.

Ainda do mesmo livro, *Você*, 1931, no poema a seguir, observe-se, também, o trato que o poeta confere às rimas, agora, dispostas em cada verso, de maneira a produzir um eco, essa figura de linguagem que parece alongar, interminavelmente, o som das palavras, talvez, para caracterizar e sublinhar as reminiscências, que se esvanecem, com o passar do tempo:

A rua das rimas

*A rua que eu imagino, desde menino, para o meu destino pequenino
é uma rua de poeta, reta, quieta, discreta,
direita, estreita, bem-feita, perfeita,
com pregões matinais de jornais, aventais nos portais, animais e varais
nos quintais;
e acácias paralelas, todas elas belas, singelas, amarelas,
douradas, descabeladas, debruçadas como namoradas para as calçadas,
e um passo, de espaço a espaço, no mormaço de aço baço e lasso;
e algum piano provinciano, quotidiano, desumano,
mas brando e brando, soltando, de vez em quando,
na luz rala de opala de uma sala uma escala clara que embala;
e, no ar de uma tarde que arde, o alarde das crianças do arrabalde;
e de noite, no ócio capadócio,
junto aos lampiões espíões, os bordões dos violões;
e a serenata ao luar de prata (Mulata ingrata que me mata...);
e depois o silêncio, o denso, o intenso, o imenso silêncio...*

*A rua que eu imagino, desde menino, para o meu destino pequenino
é uma rua qualquer onde desfolha um malmequer uma mulher que
bem me quer;
é uma rua, com todas as ruas, com suas duas calçadas nuas,
correndo paralelamente, como a sorte diferente de toda gente, para a frente,
para o infinito; mas uma rua que tem escrito um nome bonito, bendito,
que sempre repito
e que rima com mocidade, liberdade, tranquilidade: Rua da Felicidade...*

Em 1932, iniciada a Revolução Constitucionalista de São Paulo, Guilherme de Almeida é um dos primeiros a se alistar. Por sua atuação no Batalhão da Liga de Defesa Paulista e à frente do *Jornal de Trincheiras*, como diretor, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi preso e exilado, por oito meses, em Portugal, onde foi recebido, na Academia de Ciências de Lisboa, como herói e como um dos maiores poetas da língua portuguesa e assim saudado pelo acadêmico Leitão de Barros:

*o poeta que luta, de armas na mão, por uma causa oportuna ou inoportuna,
útil ou inútil, mostra ser claramente, indiscutivelmente, um idealista extreme – e que
a sua poesia, a sua faculdade poética, assentam em bases de inabalável solidez, porque
nasce de uma sôfrega sede de altura e de um profundo anseio de superar as inércias
quotidianas, as cobardias e as hesitações que nos diminuem. (in **Guilherme de
Almeida**, de Frederico Ozanam Pessoa de Barros, 1982).*

Em 1937, levado pelo cônsul do Japão ao Clube Japonês, em São Paulo, passou a conhecer o haicai, cuja tradução dos próprios japoneses “é a anotação poética e sincera de um momento de elite” e consta de dezessete sílabas métricas, em três versos: o primeiro e o terceiro, de cinco, e o segundo, de sete sílabas.

Depois de traduzir alguns deles (Guilherme de Almeida fez, também, traduções de Jean-Paul Sartre, Paul Gerdaldy, Charles Baudelaire, Paul Verlaine, Jean Cocteau, Tagore, Oscar Wilde, Sófocles, entre outros), nesse mesmo ano Guilherme de Almeida passou a

escrever haicais, porém, deu a eles feições próprias: acrescentou-lhes a rima, segundo ele,

“uma riqueza embelezadora da nossa poesia... não temos direito de abrir mão dessa conquista... construo o haikai da seguinte maneira: um verso de cinco sílabas, outro de sete e um terceiro de cinco. Os de cinco rimando entre si e o de sete, com uma rima interna – a segunda sílaba rimando com a sétima”.

Eis o esquema:

- - - - X
- 0 - - - 0
- - - - X

Alguns dos poucos que escreveu, considerados, por ele mesmo, de difícil elaboração, *“um momento de elite”* (compôs, ao todo, cinquenta e sete):

Pescaria

*Cochilo. Na linha
eu ponho a isca de um sonho.
Pesco uma estrelinha.*

O haikai

*Lava, escorre, agita
a areia. E enfim, na bateia,
fica uma pepita.*

O poeta

*Caçador de estrelas.
Chorou: seu olhar voltou
com tantas! Vem vê-las!*

Maria de Lourdes Teixeira, da Academia Paulista de Letras, escreve sobre Guilherme de Almeida:

*“A vida Literária de Guilherme de Almeida tem uma perspectiva em dois sentidos no tempo. Ele é poeta moderno, responsável pela evolução da nossa poética, como fenômeno estético; e é um clássico, pelo conhecimento e domínio de idioma, dos motivos e da historiografia da nossa literatura. Sua capacidade de progressão nos dois rumos é extraordinária, indicando tanto um pesquisador de novos caminhos e de experiências ousadas, como um herdeiro, por direito de primogenitura, dos tesouros vernáculos. Resulta de seu artesanato o dom mútuo de movimentação pelos períodos da nossa história poética, uma sagacidade admirável de avanço e retrocesso, de valorização permanente de todos os setores e tendências”. (in **Guilherme de Almeida – Poeta Modernista**, 1983, de José Antônio P. Ribeiro).*

Em 1947, publica seu livro *Poesia Vária*, no qual se encontra o poema

Segunda Canção do Peregrino

*Vencido, exausto, quase morto,
cortei um galho do teu horto
e dele fiz o meu bordão.*

*Foi minha vista e foi meu tacto:
constantemente foi o pacto
que fez comigo a escuridão.*

*Pois nem fantasmas, nem torrentes,
nem salteadores, nem serpentes
prevaleceram no meu chão.*

*Somente os homens, que me viam
passar sozinho, riam, riam,
riam, não sei por que razão.*

*Mas, certa vez, parei um pouco,
e ouvi gritar: - "Aí vem o louco
que leva uma árvore na mão!"*

*E, erguendo o olhar, vi folhas, flores,
pássaros, frutos, luzes, cores...
- Tinha florido o meu bordão.*

Esse poema de cunho narrativo, em estrofes de três versos de oito sílabas, traz, nos últimos, rima em *ão*, semelhante ao *om*, com que as religiões orientais se dirigem ao ser supremo (esse mesmo Ser Superior, de cujo horto “cortou um galho e fez seu bordão”). São dois os momentos a que o poeta faz referência: um anterior e outro posterior ao uso do bordão. Há uma semelhança com salmos, o Salmo 22, por exemplo, que exalta o apoio divino, o báculo (*foi minha vista e foi meu tato*), razão pela qual, durante a peregrinação, não temeu males: “*nem fantasmas, nem serpentes... prevaleceram no meu chão*”. E o resultado é perceber que a vida do peregrino converte-se em mil prêmios: *Tinha florido o meu bordão*.

Em 1948, Guilherme de Almeida publica o livro, *Histórias, talvez...*, verdadeira prosa poética, do qual se colheu esta

História Pronominal

De vestido cor-de-rosa e fita cor-de-rosa no cabelo, as três meninas cor-de-rosa saíram de casa. Em baixo, os sapatinhos eram de verniz preto; em cima, o céu era de esmalte azul.

A primeira, de olhos satisfeitos, olhava para si mesma, para o efeito bonito da sua silhueta recortada em sombra sobre a calçada. E dizia:

— *Eu.*

A segunda, de olhos piedosos, olhava para o pires vazio do mendigo, para o cão sarnento da sarjeta, para a flor pisada no asfalto. E dizia:

— *Tu.*

A terceira, de olhos distraídos, olhava para frente, para além, para longe, muito longe no horizonte, onde passava uma figura que só ela, ninguém mais, podia ver. E dizia:

— *Ele.*

Muito tempo passou.

E, uma tarde, as três meninas voltaram.

A primeira, vestida de noiva — tule, flor de laranjeira e aliança de ouro —, olhava a seu lado um moço frisado e feliz. E dizia:

— *Nós.*

A segunda, vestida de freira — hábito de estamemha negra, touca de cambraia, cara de pergaminho —, só via no mundo «os outros».

E dizia:

— *Vós.*

A terceira, ainda vestida de menina cor-de-rosa, a única que continuava menina cor-de-rosa — vestido cor-de-rosa e fita cor-de-rosa no cabelo —, fechava os olhos, feliz. E dizia:

— *Eles...*

Nesse texto, de uma delicadeza refinada, a metáfora povoa os pronomes pessoais, a antítese inaugura o ambiente, o adjetivo *cor-de-rosa* simboliza o feminino ingênuo e sonhador.

Guilherme de Almeida sabe explorar, em suas composições, uma insinuante análise psicológica, que, depois, resume num fecho esplêndido de imagem brilhante (Ébion de Lima, in Curso de Literatura Brasileira).

Em 22 de outubro de 1959, Guilherme de Almeida, eleito “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, recebe a honraria em sessão solene, na Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, ocasião em que leu seu poema em prosa escrito para esse evento, *Mensagem aos poetas de um mundo só*, de onde se colheu este excerto:

*Que todos os poetas do mundo se deem as mãos!
Que todos os poetas do mundo se digam irmãos!
Que todos os poetas do mundo se deem as mãos
formando uma roda que rode e se enrole no mundo
e enlace num aro inconsútil o globo terrestre!*

Durante sua vida, Guilherme de Almeida foi homenageado com inúmeros títulos científicos, literários e honoríficos, entre os quais: Comendador da Ordem de Santiago da Espada (Portugal); Grande Oficial da Coroa da Romênia; Cavaleiro da Legião de Honra (França); Comendador da Ordem do Mérito da Síria; Medalha de Ouro e Diploma de Primeira Classe aos Beneméritos da Escola de Cultura e da Arte (Itália); Comendador da Ordem do Tesouro Sagrado (Japão); Oficial da Ordem das Artes e das Letras (França) etc.

Guilherme de Almeida deixou uma obra intensa, com poesia essencialmente melódica, que retrata o domínio do poeta sobre os processos rítmicos, verbais e de elaboração das rimas, explorando os recursos da língua, em toda a sua amplitude, quer estilísticos, fonéticos ou gramaticais.

Poeta sempre, de suas mãos criadoras, de sua mente privilegiada, de sua vasta cultura, de seu espírito gentil, “*folhas, flores, pássaros, frutos, luzes, cores*” brotam incessantemente, constituindo cerca de 60 livros, que contemplam, além de poesia, crônicas, histórias, obras de teatro e traduções várias.

Diz Afrânio Coutinho, em *A Literatura no Brasil*:

“Os livros de Guilherme de Almeida demonstram que é falso o conceito de fase de ruptura, como puramente destruidora; houve construção, e construção que, em certos casos, atingiu o nível do virtuosismo...”

Seus últimos poemas, editados em livro póstumo, *Margem* (2010), organizado e apresentado por Marcelo Tápia e posfácio de Carlos Vogt, são a demonstração de que o poeta sempre esteve atento

às manifestações de cada momento de seu tempo. Revesti-los da concisão construtivista da vanguarda brasileira, a poesia concreta, que se manifestou a partir de 1956 (proposta, entre outros, por Décio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos), foi a forma que Guilherme de Almeida encontrou para renovação de sua arte criadora. A poesia concreta apela para a montagem e jogo de palavras, com o concomitante aproveitamento espacial da página, bem como propõe uma linguagem-síntese, como provam esses poemas brevíssimos que integram o livro *Margem*, poemas escritos entre 1968 e 1969.

Do livro *Margem*, eis o poema intitulado

Mundo da lua

*Nua
e crua
flutua
e atua.*

- *Que fazes,
lua?
- Fases.*

E este outro poema, composto, apenas, por quatro fonemas:

Nós
*Só no
nosso
sono
somos
sós: só
nós, só
sono.*

Carlos Vogt, no posfácio desse livro, *Margem*, analisa:

Guilherme de Almeida é um mestre-poeta, um poeta-mestre, cuja maestria, manifestada sob diferentes formas na sua obra, exibiu-se, com enorme talento e precisão, nos haicais e aqui nesses “poemirins” – para usar a expressão feliz de Cyro Armando Cata Preta – que compõem esta Margem... que põe o autor no ponto de tensão entre simultaneidades relativas e aproximam experiências, sensações, vivências, ideias, sentimentos e percepções, fundem-nas em versos e poemas curtos – longos – curtos e as mantêm, assim fundidas, como elementos individualizados de uma dialética da separação.

Justifica Marcelo Tápia, na apresentação do mesmo livro: *Margem*, – (que) *sugere linha divisória, limite, e, portanto, passagem – fecha-se com um dos poemas mais sucintos de todo o conjunto, uma espécie de coroação minimal e densa de toda uma vida e de toda uma obra (...), (poema esse que tem) o signo do encerramento, o ponto final, como título.*

Encerramos, também, este trabalho, com esse mesmo poema, escrito em 7 de maio de 1969, dois meses antes de sua morte, ocorrida em 11 de julho de 1969, (completaria 79 anos, em 24 de julho); esse poema é, certamente, uma constatação inequívoca e intensa, diante de estarecedora ausência d*Esta Vida*, de Guilherme de Almeida, o seu posfácio:

.
Sem
mim
em
mim?
Sim:
FIM.

Guilherme de Almeida foi velado na Academia Paulista de Letras e enterrado no *Mausoléu do Soldado Constitucionalista*, no Ibirapuera, em São Paulo.

Obras de Guilherme de Almeida

Poesia

Nós (1917); *A Dança das Horas*, (1919); *Messidor* (1919); *Livro de Horas de Soror Dolorosa* (1920); *Era Uma Vez...* (1924); *Meu* (1925); *Narciso – a Flor que foi um Homem* (1925); *Encantamento* (1925); *Raça* (1925); *Simplicidade* (1929); *Carta a minha Noiva* (1931); *Cartas que eu não mandei* (1932); *Acaso* (1938); *Cartas do Meu Amor* (1947); *Poesia Vária* (1947); *O Anjo de Sal* (1951); *O Acalanto de Bartira* (1954); *Camoniana* (1956); *Pequeno Romanceiro* (1957); *Rua* (1961); *Rosamor* (1965); *Os Sonetos de Guilherme de Almeida* (1968); *Margem* (Póstumo) (2010).

Poesias – traduções

Eu e Você, Paulo Gérauld (1932); *O Gitanjali*, Tagore (1932); *Poetas de França*, Edição Bilingue (1936); *Suite Brasileira – terceira parte – do livro de LucDurtain Continents – Dep. Municipal de Cultura de São Paulo* (1936); *O Jardineiro*, Tagore (1939); *O Amor de Bilitis* (algumas canções), Pierre Louys (1943); *Flores das Flores do Mal*, Charles Baudelaire, Edição Bilingue (1944); *Paralelamente a Paul Verlaine – Desenhos Dorca – Bilingue* (1944); *Festival*, Simon Tygel – Nus de Gomide (1965); *Os Frutos do Tempo (Les Fruits du Temps)*, Simon Tygel (1967).

Seleções de poemas e obras completas

Poemas Escolhidos (1931); *Tempo* (1944); *Toda a Poesia* (7 volumes) (1952); *Meus versos mais queridos – Edições de Ouro* (1967).

Teatro

Mon Couer Balance e Ler Ame (1916); *Scheherazada – Ato em verso*, publicado em *Toda Poesia* (1921); *O Estudante Poeta – Vida de Álvares de Azevedo* (1939).

Teatro – traduções

Entre Quatro Paredes (Huis Clos), Jean-Paul Sartre (1950); *Antígona*, Sófocles – Bilingue, (1952); *Na Festa de São Lourenço*, Auto de Anchieta (1954); *A História de uma Escada (Escalera)*, Antonio B. Valejo (1965); *Importância de Ser Prudente*, Oscar Wilde, (1965); *Orfeu*, Jean Cocteau, (1965); *Lembranças de Berta (Heelo From Bertha)*, Tennessee Williams (1965); *Eurídice (Eurydice)*, Jean Anouilh (1965).

Prosa

Natalika, (1924); *Do Sentimento Nacional da Poesia Brasileira – Tese* (1926); *Ritmo, Elemento de Expressão – Tese de Concurso* (1926); *Gente de Cinema* (1929); *O Meu*

Portugal (1933); *A Casa* – Palestra no Clube Piratininga (1935); *Gonçalves Dias e o Romantismo* – Conferência proferida na Academia Brasileria de Letras (1944); *Histórias, talvez...* (1948); *As Palavras de Buda* (1948); *Baile de Formatura* (1953); *Jornal de Um Amante* (1961); *Cosmópolis – São Paulo/29* – Oito reportagens de Guilherme de Almeida (1962).

Literatura infantil e traduções

O Sonho de Marina – Texto de Guilherme de Almeida (1941); *João Pestana*, Andersen (1941); *João Felpudo*, Whilhelm Busch (1942); *Pinocchio*, Walt Disney (1943); *O Camundongo e Outras Histórias*, Whilhelm Busch (1943); *Cocorocó e Cacaracá*, Whilhelm Busch (1943); *O Fantasma Lambão*, Whilhelm Busch (1943); *A Mosca*, Whilhelm Busch (1946); *Uma Oração de Criança*, Rachel Field, com desenhos de Elisabeth Orton Jones (1946); *A Cartola*, Whilhelm Busch (1949); *O Primo Chico e o Burro* (1949); *Os Dois Ladrões* (1949).



CARTA AOS ESTUDANTES E AOS QUE PROCURAM CULTIVAR-SE



Por CLEMENTE IVO JULIATTO

Ao ser apresentado como membro da Academia Paranaense de Letras, invariavelmente, me perguntam para que serve a Academia. Respondo que se trata de um grupo de pessoas que cultivam as letras; em outras palavras, que escrevem. A seguinte definição do acadêmico João Ubaldo Ribeiro, da ABL, parece correta: “A Academia é um local que reúne pessoas que gostam de livros”. De fato, assim acontece. Todos os acadêmicos da APL têm livros publicados. Eu, por exemplo, não sendo exceção, já publiquei alguns. Com bastante frequência, também recebo publicações de companheiros acadêmicos. Num dos últimos cafés da manhã da APL, por exemplo, recebi um livro com dedicatória do colega Ernani Buchmann, intitulado “A Voz da Pelerine”, contendo seus belos discursos proferidos nesta academia.

Foi no livro do Ernani, na saudação por ele feita ao jornalista Adherbal Fortes de Sá, no dia do ingresso deste no seletivo grupo desta casa, que encontrei a citação de João Ubaldo. De fato, nós da Academia gostamos de livros, mas não somente de livros. Ernani complementa o pensamento do escritor baiano dizendo que também “Somos produtores de cultura. Somos especialistas em literatura, em História e em histórias, em filosofia, filologia”. Basta constatar que entre nós, encontram-se juristas, poetas, políticos, historiadores, jornalistas e também professores, até antigos reitores de universidade, como é o meu caso.

Muito a propósito, Ernani, agora eleito presidente da APL, observa que “A Academia não é, portanto, composta por nefelibatas a dedilhar suas harpas imaginárias, nem é repositório de anciãos jubilados pelas faculdades onde foram professores, esperando não serem jubilados por suas faculdades mentais”. Somos, isto sim, um grupo de gente boa e idealista, empenhado na melhoria da sociedade em todos os sentidos.

Sendo a Academia um organismo vivo, uma referência para o Paraná e os paranaenses, insiste Ernani, sua função é edificar.

Ainda nos encontramos um tanto impactados com a recente concessão do Prêmio Nobel de Literatura ao cantor de rock, Bob Dylan. Ao consultar o Aurélio, percebemos que literato é sinônimo de escritor, de homem de letras. Sabemos que Dylan é um excelente letrista, até muito atraente. É, de fato, um artista da comunicação escrita, autor de ideias arejadas e corajosas. Além do mais, Dylan possui a aura de um competente e notável poeta do ritmo e, portanto, é merecedor do Nobel de Literatura. É pena que tal prêmio não tenha sido concedido antes aos Beatles ou a Tom e Vinícius.

Cora Coralina, a grande poetisa goiana, fala bem de dois acadêmicos da língua portuguesa: Eça de Queiroz e Guimarães Rosa, dois escritores diferentes, mas dois verdadeiros escritores na acepção da palavra. Afirmava que o que apreciava em Eça era “o policiamento natural do seu palavreado escrito. Nunca ninguém escreveu tão bem com tão poucas palavras”, disse a respeito dele. Afirmava também que “A maior dificuldade de todos os escritores se limita a duas palavras: escrever bem”.

O que mais se faz na APL é escrever. Escrevo, este artigo sobre um livro que acabei de publicar. O livro a que me refiro foi lançado pela Editora Champagnat, com o selo PUCPRESS. Seu título é “Cartas aos estudantes e aos que procuram cultivar-se”. Trata-se de uma publicação despretensiosa, onde tentei continuar minha tarefa de educador. Singelamente, pensei que os estudantes, em geral, gente nova e ainda em formação, precisam desenvolver-se correta e

sabidamente para enfrentar com galhardia a vida que têm pela frente. Nisso, a valorização da educação e o aproveitamento do tempo são fundamentais.

Os estudantes precisam aprender a cultivar-se e a assumir pessoalmente sua formação, atividade que dura a vida inteira. Desenvolver o hábito da leitura frequente e da escrita correta é o mínimo que se espera deles. Afinal, a sociedade necessita de gente bem instruída. É importante que também acreditem em suas capacidades pessoais e tenham um plano claro de desenvolvimento para sua vida. Precisam preparar-se para exercer uma profissão com proficiência e viver com dignidade. Importante também é pensar que irão constituir uma família e assumir a obrigação de dar bom exemplo para os familiares e conhecidos e para todo o povo em geral.

É fora de dúvida que o Brasil precisa progredir e melhorar sempre. Certamente, este será um país civilizado e desenvolvido algum dia. Para isso, precisa de bons cidadãos, de gente que preste e que colabore para que a sua sociedade também preste e progrida em todos os setores. O nosso país necessita urgentemente de pessoas respeitadoras dos direitos dos outros, da natureza e cumpridoras dos seus deveres.

Os estudantes devem saber que o dinheiro ou a posição social não é o principal na vida; que a verdadeira felicidade consiste muito mais em servir do que em ser servido; que a alegria não se encontra no uso das drogas, nem nos vícios e desvios que o mundo de hoje tolera; que a proteção de Deus é fundamental em suas vidas, que devem cultivar a espiritualidade e praticar uma religião com seriedade e coerência.

Os jovens precisam igualmente respeitar seus pais e as pessoas mais velhas, pois a estes, a vida já ensinou muita coisa certa. Também necessitam envolver-se na defesa de valores que permanecem. Devem saber que as pessoas precisam ser melhores hoje do que foram ontem, trabalhar com inteligência e determinação e ter consciência de que a vida é o maior tesouro de que dispõem. Devem também saber que

na escola o mais importante é aprender a pensar e a buscar soluções factíveis para os problemas que encontram no dia a dia. Admitir que as pessoas, com certeza, possuem direitos, mas também deveres.

Pensei em escrever sobre tais pensamentos em forma de cartas. Este estilo pareceu-me ser mais apropriado para tal finalidade, por ser mais livre e intimista. Além do mais, uma carta presta-se também para contar alguma historieta, o que torna a sua leitura mais leve e reforça o que o autor se propõe a passar.

Recomendei à editora fazer um projeto editorial simples, nada rebuscado mas, ao mesmo tempo, moderno. Isso com uma dupla finalidade: ser bem aceito pela juventude e ter um preço acessível. Afinal os estudantes, todos sabemos disso por experiência própria, nunca possuem dinheiro sobrando.

Como exemplo, dei a uma das cartas que escrevi o título: “Cultive o seu jardim”. Iniciei-a com uma frase de Rubem Alves, da Academia Campineira de Letras, que coloquei em epígrafe: “Jardins bonitos existem muitos. Mas o jardim que nos traz mais alegria é o jardim que nasce dentro da gente”. Afirmo ser preciso cultivar nosso jardim, pois todos temos de florescer onde estamos plantados, uma vez que todos somos donos de nossa vida e de nossos sentimentos. De fato, a nossa mente é, mais ou menos, como um jardim. Se ele não for bem regado e cultivado, as ervas daninhas irão tomar conta de tudo, incluindo o nosso interior.

Cito o pensador espanhol Baltazar Gracián (1601-1658) que afirma que toda a pessoa somente redime-se da condição de besta, cultivando-se. Também cito o escritor Tolstoi que diz que se nos faltasse a capacidade de apreciar o bom e o belo, seríamos ainda mais distantes e hostis uns com os outros, enfim mais selvagens. O mesmo escritor russo complementa o seu pensamento, dizendo: “Há quem passe pelo bosque e só veja lenha para a fogueira”. É uma pena que haja gente assim, pois existe tanta coisa bonita para ser apreciada no bosque da vida.

Machado de Assis (1839-1908), fundador da Academia Brasileira de Letras, concorda conosco quando escreveu que o coração é o relógio da vida e que anda fora do tempo quem não o consulta. É ainda o acadêmico Rubem Alves quem nos lembra: quem não tem jardins por dentro dificilmente planta jardins por fora e não passeia por eles.

Sustento que a arte e a beleza fazem parte da nossa vida e cito o poeta e acadêmico gaúcho Mário Quintana (1906-1994), que traz a ideia de que não adianta correr atrás das borboletas, pois o segredo é cuidar do jardim para que elas venham até você. É inútil percorrer o mundo à procura da poesia e da beleza, afirma o filósofo americano Emerson; não as encontraremos, se não as levamos conosco.

Cito também a poetisa Gabriela Mistral, professora chilena, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura em 1945, que lembrava que antigamente os papas eram os protetores dos artistas. É por isso, que no Vaticano, podemos apreciar as obras primas de Michelângelo e Rafael. Depois, vieram os reis que sustentaram tantos artistas e museus. Agora, que os reis são poucos, esse mecenato deve continuar a ser executado, mas pelas escolas e universidades. Assim, pensam também muitos educadores, pois saber apreciar o belo é qualidade essencial para uma pessoa bem educada.

Com Voltaire, acreditamos, então, ser preciso cultivar nosso jardim! A própria Bíblia já falava nisso. No livro do Eclesiástico, podemos ler: “Eu disse: regarei as plantas do meu jardim, darei de beber aos frutos de meu prado” (Sr 24, 42). Afinal Deus fez a natureza bonita para nossa alegria e deleite. O poeta Dante Alighieri (1265-1321) já proclamou isso ao escrever que a natureza é a arte de Deus.

Conta-se que, certo dia, o dono de um belo sítio, amigo de Olavo Bilac (1895-1918), membro da Academia Brasileira de Letras, pediu ao poeta parnasiano para redigir um anúncio para o jornal, pois desejava vender a sua propriedade. Bilac aceitou, tomou logo um papel e escreveu: “Vende-se encantadora propriedade, onde cantam

os pássaros, ao amanhecer, no extenso arvoredo; ela é cortada por cristalinas e marejantes águas de um ribeirão. A casa, banhada pelo sol nascente, oferece a sombra tranquila das tardes na varanda”. Algum tempo depois, o poeta encontrou-se com o amigo e perguntou se já havia vendido o sítio. Ouviu como resposta: “Depois do seu anúncio, apaixonei-me pelo meu sítio. Não quis mais vendê-lo. Eu não sabia a beleza que possuía (Rodrigues, 2006, p. 163).

A também escritora Cora Coralina (1889-1985) nos dá uma importante lição. Ao resumir a sua vida, diz ser aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida removendo pedras e plantando flores.

A propósito, termino a carta com a seguinte estorinha: dona Maria tomava o ônibus todos os dias para ir ao trabalho. Sabe-se que a viagem para o trabalho nunca é muito motivadora. Em geral, demora e o ônibus passa sempre pelo mesmo lugar, uma chatice! Tanto isso é verdade, que muitos até aproveitam para tirar uma soneca.

Quase sempre dona Maria conseguia sentar-se perto de uma janela do lado direito do ônibus. Ela, então, abria o vidro, e de dentro de uma sacola tirava alguma coisa e jogava para fora. Isso ela fazia todos os dias, o que começou a intrigar os passageiros. Estes perguntaram o que ela jogava. Ela respondeu: “São sementes. Essa estrada é tão triste, ficará melhor com algumas flores. Assim a viagem ficará mais agradável e interessante”. Provavelmente ela ainda não tinha lido o livro de Cora Coralina, *Vintém de Cobre*, (p. 55), mas pensava da mesma maneira: “Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

Alguém, então, perguntou: “mas a senhora acha que estas sementes vão nascer?” E ela: “Sim, mesmo que algumas não vinguem, outras irão nascer ao encontrarem terra boa”.

Depois de alguns meses, o caminho estava todo florido. A paisagem havia mudado. Estava tudo mais alegre, colorido e perfumado. Os passageiros, então, pensaram na senhora e perguntaram por ela, pois não a viam mais. O motorista falou que ela havia morrido fazia um mês (Zanon, 2008, p. 55).

A natureza nos agradece com flores e frutos quando fazemos algo em seu favor e ela nos deixa várias lições. O escritor Mark Twain (1835-1910) nos lembra de uma, ao dizer que o perdão é o perfume que a violeta deixa no sapato que a pisou. As flores perfumam mesmo aqueles que as esmagam. Fazem o mesmo as virtudes e as qualidades da alma.





A QUESTÃO DA IDENTIDADE CULTURAL PARANAENSE



Por ERNANI BUCHMANN

Íntegra da palestra ministrada em Sessão Solene promovido pelo Movimento Pró-Paraná, por ocasião do aniversário de 167 anos da emancipação política do Paraná, em 29 de agosto de 2017.

Desde que vivo o Paraná, há mais de 60 anos, o tema da identidade cultural paranaense vem à tona. Quem somos nós, afinal de contas?

Somos a soma de muitas culturas, como veremos. Em primeiro lugar é preciso entender de que tipo de identidade cultural estamos falando. Sempre tivemos mais de uma.

Podemos começar pela dos índios que habitaram nossas terras. Eles ainda estão por aí, ainda que hoje sejam mais visíveis em alguns locais bem definidos: as regiões de Mangueirinha, Guaraniaçu e São Jerônimo da Serra, principalmente.

Depois tivemos uma identidade geográfica espanhola, a partir do Tratado de Tordesilhas. Foram nossos bisavôs, faiscadores que migraram para cá em busca do ouro, os autores da façanha de corromperem a fronteira demarcada pelo Tratado ao seguirem para o oeste, ainda que a união dos reinos de Espanha e Portugal em 1580 tenha tornado a linha mera curiosidade documental.

Assim nasceu Curitiba, a primeira vila além da regulação. Em que data nasceu a nossa capital? A historiografia oficial fala em 1693, mas sabemos que, assim como a linha de Tordesilhas, a data é artificial. Poderia ser 1649, com o início da vilinha do Atuba por

Gabriel de Lara; ou 1668, com as primeiras famílias já instaladas na esplanada que hoje é a Praça Tiradentes, quando da inauguração do Pelourinho, atrás do atual Paço da Liberdade.

Vale lembrar que a instalação do Pelourinho significava a afirmação da Justiça na vila. Logo, a vila, não poderia ser sido fundada 25 anos depois da Justiça ter sido estabelecida para seus habitantes.

Trata-se de argumento indefensável para quem acha que Curitiba tem 324 anos. Ouso dizer que, em 2018, ou seja, daqui a um ano, vamos comemorar, no mínimo, os 350 anos da nossa cidade.

Temos, portanto, uma identidade cultural secular identificada – a curitibana.

Antes dela, os povos do litoral já tinham a sua, própria dos caiçaras, na região que se espalha da Baía de Paranaguá ao Rio Itapocu, em Santa Catarina. A identidade cultural litorânea firmou-se com a contínua chegada dos portugueses e a miscigenação entre eles, índios e negros.

Na planície litorânea, ancoraram os brasileiros de sangue português. Nada dispostos a entrar pelas matas adentro, os portugueses conheciam de sobra as artes da navegação, não do desbravamento. Não fosse por isso, o Brasil hoje seriam muitos, porque devemos aos portugueses a colonização costeira responsável por costurar a identidade nacional, das profundezas do Amazonas ao Rio da Prata.

Faço um parêntese. Foi na Foz do Itapocu que Alvar Nuñez Cabeza de Vaca iniciou sua jornada que só terminaria com o deslumbramento da chegada à foz do Rio Iguaçu, ainda no Século XVII.

Era um tempo em que nossas árvores ouviam os falares indígenas e espanhóis. Foi quando os jesuítas inventaram de cruzar o Rio Paraná e trazer para cá sua política de aculturação dos índios, em nome da civilização cristã.

Não podemos esquecer que aquela tentativa de identidade que se impunha pelo receituário do Vaticano gerou, pelo menos, uma experiência fantástica, a República Teocrática de Guairá. Raposo Tavares

e seus seguidores não se impressionaram com aquilo, nem com as outras reduções jesuíticas que se espalharam pelo solo paranaense. Destruíram todas à força de espada e bala. Assim deixamos de falar espanhol.

Em seguida temos a nossa identidade tropeira, riquíssima em seus costumes, suas vestimentas, sua culinária. Foram os tropeiros que demonstraram que o Paraná era, em termos geográficos, um território de passagem, a ligar o Sul ao Sudeste brasileiro.

Éramos também um território de pastagem, com as fazendas de invernagem espalhando-se pelo segundo planalto. As rotas do tropeirismo, como se sabe, chegavam ao Paraná pelo sudoeste, atravessando o Rio Iguaçu para depois cruzar os campos de Palmas e de Guarapuava, e pelo centro-sul, cruzando o Rio Iguaçu em vaus existentes no Porto da União ou mais à frente na região de Balsa Nova.

O tropeirismo foi fundamental para a mais arraigada identidade dos planaltos. O sotaque agauchado dos guarapuavanos e dos lapeanos, por exemplo, data da época dos tropeiros. O hábito do mate, a culinária feita de arroz carreteiro, feijão tropeiro, charque e farinha também vêm daqueles pioneiros.

Sem dúvida é um dos maiores patrimônios imateriais do nosso estado. Uma identidade tão forte que deve sobreviver ainda por séculos. Assim esperamos.

Temos, então, um Paraná que começa a tentar sua afirmação como entidade autônoma do Império, mas tudo fazia crer que estávamos piorando. De Quinta Comarca de São Paulo passamos a ser a Décima Comarca, com a reforma judiciária paulista que nos deixou de novo no fim da fila, acrescido do fato de que a fila tinha ficado maior. No meio haviam entrado outras comarcas, fruto do crescimento da população paulista em direção ao interior.

A luta pela emancipação já deixava claro que tínhamos uma identidade geográfica, a do Paraná que subia do Porto da União para Palmas, em seguida Guarapuava, e de lá para a Lapa, Ponta Grossa e Jaguariaíva, incluindo também a região dos campos de Curitiba. E, por óbvio, o litoral.

As fronteiras com Santa Catarina a partir do mar tinham sido estabelecidas mais ou menos por usos e costumes desde o fim do século XVIII. O Rio Negro servia como divisa, com a cobrança de tributos dos dois lados. Mas as terras do Coronel Manoel Oliveira Franco seguiam da Lapa para a região em que hoje ficam São Bento do Sul e Rio Negrinho sem que alguém dissesse que ali era outra província. As terras eram dele, até as tropas de mula sabiam disso.

Nossa influência curitibana se estendia até o oeste catarinense, onde encontramos, não por mero acaso, a cidade de Curitiba. Formada por nós, curitibanos. Espécie de primeira filial ou franquia, para usarmos linguagem atual.

O povo paranaense era então formado por descendentes de portugueses, índios, escravos, negros alforriados, mulatos e, dentro do recorte provincial brasileiro, paulistas e gaúchos.

Eis que começaram a chegar os imigrantes europeus. A primeira leva havia desembarcado em 1827 na região de Rio Negro, formada por bucovinos, colonos de origem e língua germânica.

Seus primos alemães chegaram ao Paraná pelo oceano – os Buchmann, por exemplo, chegaram a Guaratuba em 1854. Muitos desembarcaram em São Francisco do Sul, passaram por Joinville e subiram a serra em direção a Curitiba – como os Hauer, os Glaser, os Mueller, os Kaesemodel.

Interessante anotar dois fatos. A chegada dos imigrantes judeus, falantes de ídiche, que se estabeleceram exclusivamente em Curitiba, formando uma colônia diferenciada, com personalidades que, nas décadas seguintes, seriam marcantes para a consolidação do estado, tanto na iniciativa privada como na vida pública.

E, desde que o comércio é comércio, os árabes, o primeiro povo a distribuir riquezas em forma de produtos. Os caixeiros viajantes significaram uma espécie de *e-commerce* dos séculos passados. No olhar dos turcos os fregueses enxergavam as mercadorias que sonhavam em adquirir, como se aquelas pupilas fossem telas de computador. Eles merecem ser lembrados para sempre.

Vieram também os italianos, poloneses e ucranianos, as três principais etnias a ser estabelecidas no Paraná agrário. Foram entrando interior adentro, sendo essenciais para adensar o estado naquelas décadas iniciais de emancipação política.

Criava-se ali outra identidade paranaense, a dos imigrantes.

Com o século XX, nosso cenário racial foi modificado para sempre. Sofremos a Guerra do Contestado e lá deixamos uma imensa área que nos pertencia, além de milhares de vidas. Ao sobrevivermos à tragédia, nos unimos a chorar as perdas, consolidando uma identidade forjada na guerra.

Também, anos mais tarde, quando Bento Munhoz da Rocha Netto liderou a supressão do Território do Iguçu, ganhamos em autoestima. Tínhamos, então, influência política maior do que Santa Catarina ou Mato Grosso, inertes na questão, mesmo beneficiadas pela extinção dos territórios – Ponta Porã acabou desaparecendo no bojo do mesmo decreto.

Em 1923, em Cambará, a Missão Montagu antecipou o invejável plano de colonização das terras do Norte paranaense.

A missão tinha objetivo financeiro, tentando acertar as pendências do governo brasileiro com a coroa inglesa. Uma estratégia esperta de Arthur Bernardes, que solicitou a vinda da Missão para, aparentemente, propor mudanças no sistema tributário nacional. Ora, a Inglaterra era a maior credora do nosso país que, como sempre, não conseguia pagar suas dívidas. Então, chamou-se a raposa para tomar conta de vocês sabem o quê. Da expedição fazia parte um nobre, o barão Lord Lovat, que colocou seus cobiçosos olhos britânicos naquelas terras promissoras.

O resto da história é conhecida. O plano de assentamento e urbanização das terras é um primor, ainda hoje objeto de estudos. A divisão dos lotes em minifúndios, o estabelecimento de cidades-polo em meio a centros urbanos menores deu tão certo que o antigo Paraná jamais terá palavras para agradecer ao novo.

Naquelas centenas de milhares vinham paulistas, mineiros nordestinos, alemães, japoneses. Eram outras identidades que se somavam ao novo mundo que se chamava Paraná.

Parêntese. A primeira tentativa de fixação de uma colônia japonesa no Paraná data de 1917, na região de Antonina. Parêntese fechado.

Em termos políticos, as oligarquias mandantes no tempo da República Velha foram substituídas pelo maior exemplo do tropeirismo possível de ser chamado de gestor: Manoel Ribas, natural dos Campos Gerais, mas estabelecido em Santa Maria.

Com ele começou um Paraná inovador, comandado com mão de ferro por um homem que mandava pagar a quem tinha de receber, que demitia quem não trabalhava, que não economizava na grandeza dos gestos de solidariedade – como ao garantir uma bolsa de estudos para Poty Lazzarotto estudar em Paris – que construía escolas e estradas.

Maneco Facão deu início ao processo que Bento Munhoz da Rocha Netto, filho da apeada aristocracia paranaense, e Ney Braga fizeram consolidar nas décadas seguintes.

Foi um desígnio dos deuses da política que permitiu tivéssemos bons administradores. A economia baseada apenas na erva-mate e na extração da madeira não teria forças para garantir o desenvolvimento paranaense.

A ciclo contínuo de migração, porém, ainda não estava concluído. O sudoeste e o oeste das margens do Rio Paraná eram quase virgens de população, tanto quanto aquela moça que se disse ligeiramente grávida.

Do sul veio um vento migratório muito forte, a empurrar para o Paraná a segunda ou terceira geração de gaúchos e catarinenses de sobrenomes italianos ou alemães. Era outra ocupação tão bem sucedida quanto a no norte novo. Outra identidade que ganhávamos.

Um detalhe. Muitos dos filhos daquelas famílias do sudoeste e do oeste, seguiram caminho, como se fosse uma sina atávica a de vagar buscando novas terras. Da Europa para o Rio Grande do Sul, de lá para o Paraná, daqui para Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima.

Se tivessem seguido até a Venezuela, tenham certeza, o governo de lá já teria caído de maduro. Perdão pelo trocadilho pobre.

Chega, enfim, a hora de, de novo, perguntar:

A que identidade paranaense nos referimos?

Seria muita falta de visão querermos simplificar as múltiplas identidades paranaenses a uma só. Por que nos limitarmos?

Somos múltiplos. Se em Londrina a população gosta mais do Corinthians é uma questão de geografia ou de herança afetiva ou de dependência cultural.

Há uns dez anos, em uma tarde de domingo de Atletiba, cheguei em Pato Branco e perguntei no hotel em que lugar eu poderia assistir o jogo. O atendente respondeu com um “depende”. Se o senhor for azul, é no bar à esquerda, se for colorado é aqui para cima, no bar do fulano de tal.

Aí me dei por conta que também era dia de Grenal. Em Pato Branco e em todo Sudoeste e Oeste, a população se divide entre azul e vermelho como se ainda vivesse no Rio Grande.

Nos anos 60 do século anterior, no Colégio Santa Maria, fui o único torcedor do Clube Atlético Ferroviário em uma turma dividida entre coxas-brancas e atleticanos. Meus colegas das famílias Arruda Gonçalves, Coccioli, Ramón, Gomm, Rosário, Campos, Vian não entendiam como eu, de sobrenome alemão, sobrinho-neto do tesoureiro do Major Antonio Couto Pereira quando presidente do Coritiba, poderia torcer para aquele time de neguinhos, formado por gente humilde da Vila Oficinas. Ainda hoje, esse é um dos mais fortes traços da identidade curitibana: o coxa-branquismo e o atleticanismo que movem as famílias mais tradicionais de Curitiba.

Tais paixões futebolísticas em nada diminuem a nossa identidade. Pelo contrário, a reforça. Nos cafundós do Amazonas as pessoas torcem pelo Flamengo e nem por isso alguém acha que são filhos dos morros cariocas.

Mario Vargas Llosa, o grande escritor peruano vencedor do Prêmio Nobel, teve a audácia de escrever um livro sobre Canudos, a

guerra travada no fim do século XIX no sertão baiano. Um jornalista perguntou se ele se sentia um estrangeiro no sertão.

“Não mais estrangeiro do que me sinto quando vou à selva peruana ou a uma comunidade indígena na serra, a uma distância cultural que tem a ver com o idioma e a mentalidade. Sim, há uma distância, mas não creio que seja maior que a que possa sentir no Brasil um paulista indo ao sertão ou à selva amazônica. São assim nossas sociedades, não? São mundos às vezes tão diferentes dentro do mesmo país”, respondeu.

O Paraná é um país. O fato é que não importa de onde viemos nem quando aqui chegamos. Somos todos paranaenses, somos parte desta nação.

A Academia Paranaense de Letras, que tenho a honra de presidir, traz hoje entre seus membros nada menos que cinco nascidos em Santa Catarina; dois são portugueses, outros dois paulistas e ainda dois gaúchos; um é mineiro, outro baiano e uma pernambucana. É como se fosse a canção Paratodos, de Chico Buarque:

*O meu pai era paulista,
Meu avô, pernambucano
O meu bisavô, mineiro
Meu tataravô, baiano
Meu maestro soberano
Foi Antônio Brasileiro.*

O Paraná está consolidado com suas várias facetas. Somos um caleidoscópio e conheço poucas coisas tão fascinantes quanto um caleidoscópio.

Também conheço poucas coisas tão fascinantes quanto o Paraná. Aqui o Brasil tem outro jeito. Não foi por acaso que a Imprensa Oficial, quando lá davam expediente Miguel Sanches Neto e Márcio Ricardo dos Santos, lançou uma coleção de raro valor histórico, chamada Brasil Diferente.

Um paranaense do curso fundamental pode não conhecer o Hino do Paraná. Deixem esse jovem paranaense sem conhecê-lo, não é isso que irá mudar sua certidão de nascimento. Tenham certeza que os garotos paulistas também não sabem cantar o seu. A exceção no país é o Rio Grande do Sul.

Hino é um símbolo, mas não é traço de identidade. E, aqui para nós, embora a música de Bento Mossurunga seja interessante, a repetição infundável dos versos de Domingos Nascimento, incluindo um crasso erro gramatical – escrito de propósito, para permitir a rima com a palavra ‘pátria’ – e um cacófato (brilhovário), fazem do nosso hino o menos criativo elemento deste estado tão criativo, tão bonito e tão generoso.

Este é o Paraná, a mais completa federação de identidades entre todas as regiões brasileiras. Um Paraná que é branco, preto, vermelho, amarelo, azul, roxo, de todas as cores do espectro, sem exceção.

O orgulho que sentimos por esta terra não tem preço.
Muito obrigado.



O FUTEBOL NA ACADEMIA



Por CARNEIRO NETO



Ao mesmo tempo em que comemorava o gol de Maradona contra a Inglaterra, que abriu as portas do segundo título mundial da seleção, a Argentina chorava a morte do seu maior escritor no século passado: Jorge Luis Borges.

O grande Borges teve uma relação díscola com o esporte em geral e com o futebol em particular. O gigante das letras argentinas dizia, entre outras coisas na sua irascível relação com o futebol: *“El fútbol despierta las peores pasiones. El fútbol es popular porque la estupidez es popular”*.

Ele morreu um par de dias antes do antológico gol de Maradona na Copa do Mundo de 1986.

Os intelectuais sempre circularam pelo futebol.

No começo do século passado, o escritor Lima Barreto, irritado com o caráter elitista e racista do esporte, anunciou a criação de uma liga de combate ao “foot ball”. Os petardos do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* podem ter influenciado o alistamento do jovem Graciliano Ramos num ataque feroz: “O futebol não se adapta a estas boas paragens do cangaço. É roupa de empréstimo que não nos serve”.

Algumas décadas depois o escritor José Lins do Rego, homem divertido, torcedor do Flamengo, dizia que intelectual brasileiro não sabia bater escanteio.

Referia-e a dificuldade, quase desconforto ou repulsa, que os escritores têm pelo esporte mais popular do país.

Lançado pelo jornalista Mário Filho, em 1947, *O negro no futebol brasileiro*, discípulo confesso de Gilberto Freyre, marca

uma mudança no discurso da Academia Brasileira de Letras. Foi o documento da integração do negro ao futebol espelhando a democracia racial no Brasil.

Mário Filho inventou o Fla-Flu, sendo torcedor do Flamengo que rachou e uniu a família no duelo de crônicas geniais com o irmão Nélson Rodrigues, fanático pelo Fluminense. Foram os dois que criaram a mística do clássico carioca e imortalizaram as glórias do Maracanã.

Entre os mais célebres autores paranaenses pouco se sabe sobre as preferências futebolísticas do entocado Dalton Trevisan, mas todos conheciam a paixão de Paulo Leminski pelo Atlético, como acontece com Cristovão Tezza nos dias de hoje.

E temos Ernani Buchmann que escreveu Cidade de Chuteiras, Quando o futebol andava de Trem, O Ponta Perna de Pau e foi a luta como vitorioso presidente do Paraná Clube no final da década de 1990.

Publicitário e jornalista, o incansável criador consagrou-se com Heróis da Liberdade, que virou filme; o Livro do Truco, Onde me doem os Ossos, O Bogart curitibano e muito mais.

Ernani Buchmann foi eleito presidente da Academia Paranaense de Letras e assumirá nesta segunda feira o comando da nossa veneranda casa de cultura.

Publicado no jornal *Gazeta do Povo*, em março de 2017



SOLIDÁRIOS NA DOR



Por CARNEIRO NETO

Solidariedade foi a marca principal de todas as manifestações registradas após o trágico acidente aéreo com a delegação do time da Chapecoense, nas cercanias do aeroporto de Medellín, onde iniciaria a decisão do título da Copa Sul-Americana com o Atlético Nacional daquela cidade colombiana.

Solidariedade foi a senha mundial. Houve manifestações em dezenas de países que cultuam o esporte em geral e o futebol em particular.

O Torino, da Itália, primeiro clube a sofrer o trauma pela queda de um avião, pronunciou-se de maneira tocante. Time base da seleção italiana, bi-campeão mundial em 1934-1938, o Torino forneceria os principais jogadores da célebre “Azurra” para a Copa do Mundo de 1950 no Brasil.

Mas o projeto italiano foi bruscamente interrompido em 1949 quando o avião que transportava a equipe do Torino, retornando de uma partida em Lisboa, chocou-se contra a torre da Basílica de Superga nos arredores de Turim.

Foi o primeiro acidente aéreo envolvendo um time de futebol e, mesmo depois dos horrores da Guerra, emocionou a população. Tantos anos depois, tão logo recebeu a notícia do infortúnio da Chapecoense, o Torino enviou mensagem a diretoria do clube catarinense: “É um destino que agora nos une intimamente, estamos com vocês fraternalmente”.

Futebol, emoção, tragédias e paixões.

Nas arquibancadas acentuam-se as rivalidades entre as torcidas; no campo de jogo os competidores encarnam a torrente caudal do fanatismo e lutam pela posse da bola e pela comemoração do gol. Adversários tradicionais e rivais irreconciliáveis se uniram na dor pelo desastre que tirou a vida de tantos esportistas e jornalistas brasileiros naquela noite chuvosa, ironicamente, por uma pane seca na aeronave.

O futebol, cujas disputas dividem famílias, cidades, estados e países, em suas tragédias tem também a capacidade de aglutinar pessoas e sentimentos.

Solidariedade é uma palavra triste, suavemente triste e muito emotiva. Trata-se de substantivo feminino para expressar o compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas.

Sensações coletivas como essa decorrem de uma relação com o plano divino que o homem é incapaz de estabelecer por si mesmo. Algumas imagens bíblicas sublinham essas experiências singulares que partem de um mistério fundamental – como o espanto de Moisés, no deserto, diante da sarça que ardia sem se consumir.

O transe da Chapecoense pode indicar o fio condutor agregando novos conhecimentos e ensaios para dias melhores de convivência, maior entendimento e paz entre os semelhantes.

Publicado no jornal *Gazeta do Povo* em dezembro de 2016



O PERSONAGEM CONDÁ



Por CECILIA MARIA VIEIRA HELM

A memória do líder kaingang Vitorino Condá relata que este Cacique kaingang vivia nos campos de Guarapuava. Em 1818, deixou o aldeamento de Atalaia, e se dirigiu com algumas unidades familiares, para os campos de Palmas, onde viviam indígenas em aldeias, povoadas por não índios. Ali tinham asilo seguro, relatam os historiadores paranaenses.

Em Atalaia, o Padre Francisco das Chagas Lima, membro da Real Expedição que chegou aos Campos de Guarapuava, em 1810, tinha como propósito a catequização dos indígenas, suas ideias eram preconceituosas, pregava a monogamia, os Kaingang eram polígamos, não aceitavam a religião cristã pregada pelo Padre Chagas Lima.

Também ocorreram desavenças entre os kaingang, havia os que se aliaram aos dirigentes do aldeamento, como o cacique Viry e os que se colocaram contra. A razão de Condá deixar o aldeamento foi por não aceitar a presença de não índios nos campos e matas do Sul do Brasil.

As atividades do Padre Chagas Lima que discordava da poligamia praticada pelos kaingang, os costumes de habitarem e se locomoverem na floresta e nos campos divergiam dos hábitos sedentários impostos no aldeamento. Também as gripes e o sarampo que contraíram dos não índios dizimaram muitos kaingang.

Vitorino Condá e Antonio Joaquim Kretã que habitavam os campos e matas reuniram algumas unidades familiares e foram para os campos de Palmas, que eram desconhecidos dos não índios. Achavam que ali iriam ter asilo seguro.

Antonio Joaquim Kretã decidiu reunir as unidades familiares

sob sua direção e foi se estabelecer no Covó, rio Iguaçu. Criou aldeias na Campina e próximas ao Rio Chopim.

Condá se instalou no Chapecó, onde os kaingang tinham aldeias. O relacionamento com os kaingang da Campina e da Palmeirinha era intenso. Antônio Joaquim Kretã se tornou um grande cacique, como Vitorino Condá. Ângelo Kretã era bisneto de Antônio Joaquim Kretã e foi um notável cacique, lutou pelos direitos indígenas à terra, pelos direitos históricos dos indígenas da Região Sul.

Muitas uniões ocorreram e para o Culto aos Mortos eram convidados os Kaingang da Campina do Kretã.

Condá ficou na história como um grande negociador e defendeu as terras ocupadas pelos Kaingang das ações dos colonizadores, que invadiam as terras tradicionais indígenas.

Há trabalhos antropológicos sobre a ocupação dos indígenas no Oeste de Santa Catarina (BLOEMER, N.).

Na entrada da Cidade de Chapecó há uma estátua de Vitorino Condá.

Em Palmas, foi criada uma diretoria de índios. Havia um funcionário do Governo que dava atendimento às aldeias e fazia o censo da população aldeada. (Deocliciano de Souza).

Os feitos do cacique Condá ficaram na memória dos povoadores da região e recentemente o time de futebol de Chapecó recebeu o nome de Índio Condá, em homenagem ao grande líder indígena.

Condá, a exemplo de Antonio Joaquim Kretã negociou com os colonizadores, defendeu as áreas habitadas pelos Kaingang. Foi um bravo defensor dos direitos dos indígenas.

Setembro de 2017

Comentário. Para usar das palavras da nobre Acadêmica. Os feitos do cacique Condá ficaram tão ligados ao povo de Chapecó, a ponto do famoso clube de futebol e respectivo time sejam por vezes chamados de Chapecoense Condá, como também o estádio, chamado de Arena Condá. O trágico desastre, que vitimou mais de setenta pessoas, consternou não só o povo de Chapecó, porém as mais longínquas paragens, como dos Estados Unidos e da Europa. Nós todos, pois.

IMPRESSÕES DE VIAGEM

Por NILSON MONTEIRO

Onde andas, poeta, como fantasma
grunhindo as tábuas do convés?

Onde passeias, leve, pipa entre as cores
dos varais e das casas penduradas nas escarpas?

Onde choras, líquido, em meio
às ondas largas e geladas do Pacífico?

Onde, plantas, mágico, teu coração
nas pedras, gelatinas de ostras endurecidas?

Onde, esfarinhas, verzejador, tua alma
em estrelas, uvas bêbadas, cafés franceses?

Onde, fincas, amante, as âncoras
na vida, feira livre, de teu povo?

Onde, espalhas, boiadeiro, as crinas
de teus cavalos, relinchos selvagens?

Onde, anjo, sem alas, sem religião,
feito de renda branca da cordilheira,
tateias a pele desses muros?

Aqui, poeta,
 aqui entre livros, mapas, bússolas, bananeiras
 cerâmicas
 e escadas,
 as pessoas te chamam neste inferno de paixões
 de anjo

Nesta cidade feita de ruelas,
 peles, ondas, vinho, fumaça,
 bodegas, teias, dores,
 empanadas, penhascos que arranham o céu,
 choclo e palta nos beiços dos pratos,
 pisco e pinga nos copos,
 funiculares ensandecidos

Descubro, num átimo, que amo
 o atômico explodir da vida,
 pedaços de gente esparramados
 ao pé do cerro
 sortidos em meio ao sebo do porto,
 sentimentos espalhados sem cercas

Descubro que amo
 cada arrulho de seus colegiais,
 meias de lã, gravatas inglesas
 achadas no passado,
 maritacas de azul
 gritando alegrias e mirando futuros
 nas rachaduras da arquitetura

Descubro que amo
 cada lágrima que desce
 nas fendas molhadas da montanha,

vidro, cristal safira que fura os olhos
 para embrulhar-se nos lençóis do oceano

Descubro que amo
 cada suspiro de teu ar,
 o cheiro pastoso de teu mercado,
 cada célula de teus mariscos,
 cada ensaio de vôo
 de teus copos suados

Descubro que amo
 cada farelo de tuas pedras
 cada dor de seu paraíso
 cada ritmo de teus versos
 cada sentimento de entranhas,
 das putas e das guitarras,
 de ventanas, de pinturas
 em paredes sem casca

Onde, poeta, é permitido sonhar
 com este prelúdio salgado
 desta sinfonia doce que
 deram o nome de Neruda?

Aqui,
 neste chão agarrado em Valparaíso,
 madeira de porão do mar
 tua casa de degraus
 de mastros eriçados,
 La Sebastiana.



AQUI E AGORA



Por NILSON MONTEIRO

Emocionante.

Esta é a única palavra para se definir o espetáculo “Beatles, Shakespeare e os madrigais ingleses”, apresentado pela Camerata Antiqua, na Capela Santa Maria, em Curitiba, no dia 24 de setembro de 2016. A apresentação fez parte da programação comemorativa aos 80 anos da Academia Paranaense de Letras e XI Encontro das Academias de Letras do Paraná, de 23 a 25 de daquele mês. Assim como ela, adjetivos semelhantes, e tão substantivos, podem caracterizar um programa que se sintetizou na necessidade, cada vez maior, da inserção das academias em sua comunidade.

Aliás, todas as academias presentes – Apucarana, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Irati, Londrina, Maringá, Palmas, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória -, além de outras instituições e entidades presentes, mostraram inúmeros exemplos e práticas de inserção comunitária, com o esfumaçar evidente de a academia ser uma reunião de beletristas, distantes do real.

O jornalista e escritor Lauretino Gomes, membro da Academia Paranaense de Letras e autor do livro *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, publicação transformada em trilogia com os seguintes volumes *1822* e *1889*, abordou o tema “Porque estudar História do Brasil hoje. Como o passado nos ajuda a entender e organizar a construção do futuro”, na palestra inaugural, no dia 23, do evento, assistida por uma atenta plateia, que lotou o auditório da

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Era o início de uma programação que magnetizou dezenas de pessoas ao longo de três dias.

De debate em debate, visita à Biblioteca Pública do Paraná, troca e doação de livros e revistas entre acadêmicos e apresentações musicais do grupo Calouros do Ritmo, do músico Beto Capeletto, que culminaram com a Orquestra Sinfônica do Paraná, no Auditório Salvador de Ferrante, no Guairinha, no dia 25, o encontro, conduzido pela eletricidade da presidente da Academia Paranaense de Letras, Chloris Casagrande Justen, criou um ambiente de camaradagem e afeto, sempre com a bússola indicando motivos de estreitamento das academias não só entre elas, mas junto a escolas, entidades de classe, órgãos e setores diferenciados, enfim junto às suas comunidades.

No dia 23, à tarde, um grupo de participantes visitou a Biblioteca Pública do Paraná, prestes a comemorar seu 160º aniversário e com marcas significativas como a visita diária de 2,5 mil a 3 mil pessoas a sua sede. A diretoria da instituição recebeu os acadêmicos, alguns em sua visita inaugural à BPP. O encanto, entre centenas de milhares de livros e inúmeros serviços prestados pela BPP, foi geral.

A então presidente da Academia Paranaense de Letras, Chloris Casagrande Júnior, proferiu a primeira palestra do dia 24, sobre o projeto “A Academia vai à escola”, desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de propagar a História do Paraná entre os estudantes. No mesmo sentido, os acadêmicos Adélia Maria Woellner e Antônio Celso Mendes falaram, logo a seguir, sobre literatura e a formação da cidadania.

Na mesma manhã, com a participação de representantes de dez academias do interior (as que haviam sediado encontros semelhantes em suas cidades) e coordenação do acadêmico Nilson Monteiro, foi abordado o tema “A Academia hoje”, com o relato de exemplos de inserção comunitária e de busca do fim do “isolamento” que, aparentemente, caracterizava a existência de instituições congêneres em outros tempos.

Os tempos mudaram. E a própria discussão sobre “Literatura no Paraná”, com coordenação da acadêmica Marta Morais da Costa e uma mesa com participação dos acadêmicos Eduardo Virmond, Ernani Buschmann e Paulo Venturelli, acendeu o ânimo dos presentes. A literatura existe no Paraná, com dúzia de exemplos (no mínimo) de criadores, alguns com projeção nacional e/ou internacional. Os nomes, tanto de séculos anteriores quanto contemporâneos, pipocaram às mancheias.

No sábado à noite, a confraternização, a música e a dança marcaram o penúltimo dia de encontro dos acadêmicos, em jantar no restaurante do Senac.

Finalmente, no domingo, a apresentação da Orquestra Sinfônica do Paraná, sob regência do maestro Benoit Fromanger e com a participação do músico e membro da Academia Paranaense de Letras Paulo Torres, encerrou o encontro de dezenas de pessoas, pleno de conteúdo e que mostrou, entre outras coisas, povoadas de literatura e de encontros, que o Paraná não acaba no primeiro planalto e que as academias de letras deixaram há muito de ter vidas isoladas de suas comunidades. Assim seja.



A BIBLIOTECA TEM VIDA



Por NILSON MONTEIRO

A história está entre os 700 mil volumes (livros, periódicos, fotografias, mapas, materiais de multimídia etc.) do atual acervo da Biblioteca. Sua primeira diretora dos tempos recentes, Francisca Buarque de Almeida, foi nomeada em 1954.

Dois anos antes, em maio de 1952, o projeto de construção da Biblioteca Pública do Paraná havia fomentado a criação do curso de Biblioteconomia no estado, em convênio firmado entre o Instituto Nacional do Livro e a Universidade Federal do Paraná.

A proposta era capacitar um grupo de pessoas para atender as demandas da biblioteca que estava sendo construída. O curso, com um ano de duração, formou 23 profissionais, que foram depois contratados pelo governo do Estado. Um biênio depois, a 13ª sede da Biblioteca seria inaugurada.

O fato é lembrado pelo advogado e atual vice-presidente da Academia Paranaense de Letras, Eduardo Virmond:

“O Bento foi ao Rio de Janeiro e trouxe três especialistas ainda na estruturação da Biblioteca, para organizar tudo”, lembra.

A bibliotecária Lydia Sambaqui, considerada autoridade nacional da área de biblioteconomia, foi especialmente contratada para estudar os detalhes da estrutura organizacional, do mobiliário e equipamentos da nova sede. Junto a ela vieram as professoras bibliotecárias Etelvina Viana Lima e Francisca Buarque de Almeida. Elas deram todo o suporte para que a Biblioteca ocupasse o novo prédio “sufocado por altos edifícios”, no centro de Curitiba.

“Eu ajudei no transporte dos livros, que estavam em uma espécie de estoque da Biblioteca, que ficava no Colégio Estadual, trazendo centenas deles para o novo prédio. O fusca que eu tinha vinha arrastando o rabo pelas ruas, cheio de livros”, conta Virmond.

* * *

Ele diz que o discurso de Bento Munhoz da Rocha Neto na inauguração foi “ótimo”. Ele era um “excelente orador”. E acrescenta que Francisca lhe pedira que escrevesse o seu discurso para a posse. Virmond o escreveu e a primeira presidente da Biblioteca em sua nova sede foi muito aplaudida ao terminar sua leitura.



SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

Neste ano de 2017 a Biblioteca Pública do Paraná comemora a sua primeira fundação, completando 160 anos. Foi jogado o seu acervo nos fundos do antigo Teatro Guayra, que se situava à Rua Doutor Muricy, sem qualquer prestabilidade, sendo depois, não se sabe em que data, transferida toda a Biblioteca para salas do Colégio Estadual do Paraná, onde permaneceu até quando foi removida para o novo, atual e exclusivo prédio da Biblioteca, com grandes esforços e até sacrifícios de pessoas que estavam a tal renovação dedicadas.

Sabe-se que o então Deputado Bento Munhoz da Rocha Neto era secretário da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, quando foi visitado por três bibliotecárias da Biblioteca Nacional da Avenida Rio Branco. Lydia Sambaqui, Etelvina Viana Lima e Francisca Buarque de Almeida pediram a sua intervenção para que o projeto de regulamentação da profissão tivesse andamento e fosse finalmente aprovado. Bento mandou verificar e soube que o projeto dormia o sono dos justos em arquivos da Câmara. Disse então que poria em destaque e faria aprovar o projeto o mais depressa possível. Pediu então às três bibliotecárias que, quando fosse eleito Governador do Paraná, elas colaborassem para a construção ampla de uma nova Biblioteca.

Depois de eleito, Bento foi almoçar no Clube Naval (esquina da Avenida Rio Branco com Almirante Barroso, no Rio de Janeiro) e na saída foi andando com dois acompanhantes em direção à Cinelândia, quando por sorte e coincidência encontrou as três. Bento disse “eu sei o que espero de vocês, vou mandar as passagens, vocês vão à Curitiba a meu convite e vamos fazer o projeto da Biblioteca. E vamos

inaugurá-la por fim”. Elas ficaram entusiasmadas, vieram a Curitiba e sentaram por vários dias ao lado da prancheta do arquiteto Romeu Costa, instruindo-o nos mínimos detalhes como deveria funcionar uma Biblioteca moderna. E assim foi feito.

Como eu entrei nesse circuito, não sei bem, talvez o Geraldo Mateus, homem de teatro diretor da companhia Celi-Tonia-Autran, que foi também diretor do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ou o Marc Berkovitz, crítico de arte renomado e experiente, tenham, no Rio, indicado o meu nome, já que eu fazia crítica de arte, teatro, literária e musical em Curitiba, na época na Gazeta do Povo. Elas me procuraram desde o início, depois voltaram ao Rio, permanecendo aqui a Francisca Buarque de Almeida. Todas se transformaram em boas amigas, sábias interlocutoras, com vasta experiência.

Pronta a construção do prédio, providenciadas as estantes, começamos a trazer os livros do Colégio Estadual, o que começou a ser feito com as bibliotecárias já designadas daqui de Curitiba, principalmente Ruth Feige e Dalena Guimarães Alves. O meu Volkswagen corajosamente fez as viagens, arrastando a sua traseira, coberto de livros, algumas vezes, até quando a Dalena conseguiu um caminhão que trouxe o resto dos livros, que, no entanto, ficaram para ser organizados, nos compartimentos inferiores do novo prédio. Foram acrescentadas aí as doações das etnias; de que me lembro, por ser muito rica, a do Consulado da Itália, uma preciosa contribuição. Tudo organizado, foi marcada pelo Bento data e hora de inauguração, antes nomeou Francisca Buarque de Almeida como diretora. Ela ficou surpresa, porque teria de voltar a seus compromissos no Rio, mas pediu outra vez licença e recomeçou seus trabalhos. Ela então me pediu que eu deveria fazer o discurso por ela e assim eu sentei e escrevi três páginas. Entreguei a ela e pedi que não contasse para ninguém.

A inauguração foi uma boa festa no auditório da nova Biblioteca, com o corpo e o entusiasmo das novas bibliotecárias e tudo o mais. Bento fez um belo discurso e a Francisca fez o dela. Na fila de cumprimentos, na minha vez ele disse “gostei muito de teu discurso,

Virmond”. Eu disse que era segredo e ninguém poderia saber. Depois eu soube que a Francisca contou para todas as bibliotecárias, inclusive o Governador, conforme me relatou a remanescente Nancy Westphalen, que participou de tudo isso como bibliotecária – ela depois também foi diretora, hoje Presidente da Aliança Francesa. Francisca perguntou-me o que poderia fazer pela minha dedicação, eu respondi que gostaria de ser o primeiro alistado como frequentador e usuário. Ela respondeu que seria primeiro o Bento e seu Secretário de Educação, também nosso amigo de vasta erudição Newton Carneiro. Logo a seguir os burocratas que lá ficaram removeram o meu nome para o décimo até quando simplesmente o suprimiram.

Francisca colocou o cargo à disposição por ter de voltar ao Rio e o então Governador Adolpho de Oliveira Franco nomeou o filósofo formado em Heidelberg, Fausto Castilho, com a missão de organizar a Biblioteca, conforme as modernas orientações, o que foi feito, inclusive com a criação de uma sessão de música, para cuja discoteca clássica e aparelhamento eu colaborei. Fizemos também um grupo de teatro, denominado Teatro de Vanguarda, de curta duração e vida efêmera, com o grande poeta Glauco Flores de Sá Brito e o jornalista Orlando Soares Carbonar, este escritor e intelectual, depois foi notável diplomata, terminando sua carreira como embaixador brasileiro na Itália, onde teve atuação destacada perante o corpo diplomático.

E assim terminaram as nossas aventuras, com este amor pela cultura e por esta nova fase do Paraná, mediante também o progresso da Biblioteca, que assistimos ao longe.

Pode haver algum erro ou equívoco, mas o que escrevo é o que me lembro do que me contaram tanto o Bento quanto a Francisca. O Governador Bento Munhoz da Rocha Neto era companhia para jantar no Vagão do Armistício do pai do Poty, convocado pelo Temístocles Linhares, e ainda outros habitués: Brasil Pinheiro Machado, Wilson Martins, Homero Braga, Eloi da Cunha Costa e eu, o último.

O acadêmico e jornalista Nilson Ribeiro, como se vê de seu texto, gostou da história e pediu que eu contasse como foi que aconteceu.

É preciso acrescentar sobre a criação do Museu de Arte do Paraná. Alguns artistas do Paraná fizeram uma solicitação ao Aderbal Stresser, então diretor do jornal "Diário do Paraná" para que, como representante dos Diários Associados, se mirasse no exemplo de Assis Chateaubriand para criar o Museu, assim como ele criara o Museu de Arte de São Paulo. O Aderbal ficou interessado, comunicou-se com São Paulo e me chamou ao próprio jornal, onde eu era jornalista. Convidou-me então para ser o seu diretor, que ele iria criá-lo. Manifestei minha negativa, dizendo que não era possível existir um Museu sem acervo. Dias depois, ao voltar à minha casa, a Lélia minha mulher disse que havia um Assis que estaria me telefonando. Passado um certo tempo, bateu o telefone era o Edmundo Monteiro, diretor dos Associados. Ele disse que o Dr. Assis iria falar comigo, que imediatamente atendeu o telefone, falando com intimidade. Propôs então que eu aceitasse ser o Diretor do Museu, que o próprio Pietro Maria Bardi havia subscrito a minha indicação. Eu disse o mesmo que tinha falado com o seu Aderbal. Ele implorou e respondeu que se eu não aceitasse ele não poderia criar o Museu. Esse era o jeito do Dr. Assis Chateaubriand, que inventava um impasse e assim ele fez com o Getúlio, com Juscelino e muitos outros. Ninguém negava o que ele pedia, era muito curioso. E assim começou a vida de um Museu particular, sem acervo.

Fizemos então a convocação de um grande salão de arte, para tanto convencemos o Ennio Marques Ferreira, então diretor do Departamento de Cultura, a juntar esse salão nacional com o tradicional Salão Paranaense. Mas os tradicionais artistas do Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre também não viriam no modo costumeiro. Designamos para São Paulo o Benjamin Steiner, então chefe da sucursal do Jornal do Brasil; para o Rio Alex Beltrão, para Belo Horizonte o crítico Frederico Moraes. Eles ficaram encarregados de fazer os convites e guardar os quadros, o que aconteceu até quando Aderbal Stresser arranhou transportes para trazer os quadros para Curitiba.

Foram realizados dois denominados "Salão do Paraná", com a incorporação do tradicional Salão Paranaense. Foi um sucesso, inclusive pela premiação. Do Paraná foram premiados Fernando Calderari, Juarez Machado, João Osório Brzezinski, Helena Wong, Paulo Gneco. Todos esses nunca receberam prêmios antes disso. Na outra secção, foram premiados Tomie Ohtake, Arcangelo Ianelli, Ana Letícia e outros.

Tomie recebera pela primeira vez em sua vida um prêmio, um primeiro reconhecimento pelo seu extraordinário trabalho, de tal maneira que ela ficou ligada a mim, pelo resto de sua vida, embora sempre eu lembrava a ela que o notável Lourival Gomes Machado era membro da Comissão Julgadora.

Ocupamos então a Biblioteca, segundo andar, como sede provisória do Museu e os painéis foram distribuídos pelas salas principais, inclusive o seu Hall e o então chamado Salão Nobre.

Era impossível viver assim, uma entidade particular, sem qualquer verba para sua sustentação. Assim acabou-se o particular Museu de Arte do Paraná. Foi fundado depois o Museu de Arte do Paraná oficial, que existe até hoje.

A comunidade cultural de Curitiba ficara esperançosa com a existência do Museu, porque trouxemos de São Paulo, graças ao Dr. Assis, um quadro de Van Gogh, "L'Arlesianna", cuja exposição foi um enorme sucesso de público. Em um dia frio de Curitiba, formou-se uma fila que chegou a descer a lateral Rua Doutor Murici, em dia comum. Devolvida depois de um mês o quadro "L'Arlesianna" para o Museu de Arte de São Paulo, ainda trouxemos a obra prima de Botticelli, As Três Graças, um trabalho renascentista lindíssimo. Nessa oportunidade, espontaneamente o Museu de São Paulo mandou para nós nada menos de dez pequenas esculturas de dançarinas de Degas, espalhadas nos espaços da Biblioteca, segundo andar, que enriqueceu ainda mais essa exibição.

Terminadas todas essas iniciativas, registre-se que sempre contamos com a colaboração do Diário do Paraná, principalmente

Aderbal Stresser, do Departamento de Cultura pelo Ennio Marques Ferreira, bem como dos Governadores Bento, Adolpho Franco e Ney Braga, que nos apoiaram, com boa vontade e até o indispensável bom humor, compartilhados pelas bibliotecárias, que nos ajudaram em tudo, algumas delas com desvelo, interesse, entusiasmo. Também alguns artistas de Curitiba, como Massuda, Esmeraldo Blasi, Bakun, Fernando Velloso, Garfunkel e alguns outros – todos dispostos a dar sua contribuição.



PAÍS DAS MARAVILHAS



Por DANTE MENDONÇA

Charles Dodgson era um professor dedicado, clérigo irrepreensível, solteirão convicto, matemático respeitadíssimo, fotógrafo brilhante (e muito questionado), desenhista de mão cheia, contador de histórias e, de tão arredo a qualquer exibição pessoal, como escritor escolheu o nome de Lewis Carrol para assinar uma das três obras mais citadas no mundo ocidental, juntamente à bíblia e a Shakespeare: *Alice no País das Maravilhas*.

Como se não bastasse, este inglês era inventor de mil e uma utilidades - nos conta Morton N. Cohen na biografia de Lewis Carrol (Editora Record, 666 páginas). Em 1888 arrumou um jeito de escrever no escuro, que provavelmente levou-o à invenção do nictógrafo, para tomar notas à noite embaixo das cobertas, sem a incômoda necessidade de ter de levantar e acender uma lâmpada. A invenção funcionou muito bem nas noites brumosas da Universidade de Oxford, escreveu numa de suas cartas o próprio Charles: “Tudo o que eu preciso fazer, se acordar e lembrar de alguma coisa que gostaria de registrar, é levantar o travesseiro e pegar um pequeno bloco de notas, contendo o meu nictógrafo, escrever algumas linhas, ou até páginas, sem sequer precisar colocar as mãos para fora das cobertas, recolocar o bloco no lugar e voltar a dormir”.

O reverendo Charles Lutwidge Dodgson inventou ainda um jogo de bilhar circular; uma regra para descobrir em que dia da semana cai uma determinada data; um meio de justificar a margem direita em textos datilografados; um mecanismo de direção para

velocípedes; regras eliminatórias para torneios de tênis; regras para ganhar apostas; um substituto para a goma de fechar envelopes; um dispositivo para ajudar um inválido a ler um livro na cama; um aparelho para tocar música ao contrário e, entre outras coleções de engenhocas mecânicas e tecnológicas, em 1857 descreveu um meio de catalogar informações que antecipava os computadores modernos.

O escritor Lewis Carrol não usava óculos. Escrevia quase sempre em pé, em sua escrivaninha alta, e falava alto consigo mesmo: “Falar é um excelente método para superar dificuldades” - deixou escrito: “Quando deparo com algum obstáculo que me deixe inteiramente confuso, considero capital explicá-lo em voz alta, mesmo quando estou sozinho. É tão mais fácil esclarecer as coisas para si mesmo! Além disso, somos sempre pacientes conosco: nunca ficamos irritados com a nossa própria burrice”.

Editor, redator e ilustrador de sua própria revista – *The Rectory Umbrella* – em 1850, aos 18 anos, Charles Dodgson se interessava principalmente com os fusos horários, assunto a que se dedicou a vida toda, chegando a levantar a seguinte questão: “Onde começa o dia?”. Como o Meridiano de Greenwich foi estabelecido por *Sir George Biddell Airy* em 1851, a confusão em torno da hora do dia e do dia da semana em várias localidades do mundo perturbava a mente disciplinada daquele jovem. Tanto o incomodava que alguns anos mais tarde escreveu um ensaio transcendental sobre o tema: “Dois relógios: um está parado, o outro atrasa um minuto por dia”. Dodgson/Carrol pergunta e responde qual é o melhor: “O relógio que atrasa um minuto por dia está certo apenas uma vez a cada dois anos, mas o relógio quebrado está certo duas vezes por dia”.

* * *

Transcendendo na história, no Brasil de hoje o questionamento dos dois relógios é o que poderíamos chamar de uma “metáfora

analógica”: política e economicamente, este país das maravilhas está atrasado ou quebrado?

“Ai, ai! Ai, ai! Vou chegar atrasado demais!” – nos responderia o Coelho Branco, tirando o relógio de bolso do colete, antes de se jogar com Alice na toca escura em que nos metemos.

Comentário do editor. Bela lembrança falar sobre Lewis Carol e sua magnífica obra. Não devemos esquecer o nosso Monteiro Lobato que usou de um artifício para contar a história dos dois livros, *Alice's Adventures in Wonderland* e *Through the Looking Glass*, assim como ele fez com Peter Pan, Robin Wood etc, partindo da ideia de que tanto a dona Benta como a negra boa tia Nastácia contavam para as criaturas do Picapau Amarelo sobre o conteúdo dos livros. Assim ele converteu realmente em livro para crianças o que na origem seria muito difícil de alguém em tenra idade compreender os teoremas matemáticos que têm dentro de “Alice...”. É oportuno mais de uma vez lembrar o papel ridículo de burocratas do Ministério da Educação desempenham ao condenar ao limbo o magnífico Monteiro Lobato como se este fosse racista ao mencionar que tia Nastácia é a boa negra. É preciso que fiquemos sempre atentos contra a ideia preconceituosa da burocracia estatal em censurar Monteiro Lobato, pois a qualquer momento essa calhordice atacará, se já não o fizeram proibindo o livro “Histórias de tia Nastácia” – sempre o que prova que eles é que são racistas. Eles atacariam mesmo as belíssimas fotos de crianças feitas por Lewis Carol, reproduzidas no espetacular e um dos livros mais bonitos sobre o assunto escrito também por seu biógrafo Morton N. Cohen, *Reflexions in a Looking Glass*. Excelente a lembrança e o texto do Dante Mendonça.



EM BUSCA DAS GALOCHAS PERDIDAS



Por DANTE MENDONÇA

“Não existem mais cidades como antes, incluindo esta que habito. A cidade está aí, reconheço, mas não é a verdadeira. É sua imagem refletida por algum acrílico capaz de retificar a realidade” - de Ernani Buchmann, no livro *O Bogart Curitibano*, em busca das galochas perdidas, porque “nenhum curitibano deveria passar sem galochas”.

“Retro, Satanás”, esconjura Ernani Buchmann, “porque não sou nostálgico, nem pretendo liderar o movimento restaurador da vila de antanho”. Feita a ressalva, o escritor lamenta alguns hábitos curitibanos extintos pela obsolescência: “As coalhadas, por exemplo. Alguém ainda deve produzi-las, mas desconheço o local. Com o sabor daquelas da Schaffer, jamais”.

E as galochas, onde foram parar? No conto “Galochas assassinas”, Buchmann lembra bem delas, com Humphrey Bogart em cartaz no Cine Lido: “Nos cinemas, durante os longos períodos de chuva, a entrada de um sujeito de galochas chegava a abafar a trilha sonora”.

Lançado em setembro de 2008, o livro de Ernani Buchmann não é autobiográfico, como faz parecer o título. O Bogart Curitibano vem de uma das crônicas, onde o autor é confidente de um funcionário do Tribunal de Justiça que vive escondido em casa: “Não sei se desde a segunda separação ou se desde que comprei, na velha livraria ao lado, um livro chamado “Como tornar-se Invisível em Curitiba”.

Não é o caso de Ernani Buchmann. Por ter sido presidente do Paraná Clube, essa liga de publicitário e escritor nunca mais conseguiu passear pelas ruas da cidade em brancas nuvens. Intransparente, se fosse bem mais baixinho, com chapéu e capa gabardine, Ernani seria o próprio Humphrey Bogart. Pena que não fuma.

O paranista não esclarece se Humphrey Bogart usava galochas. Mas tudo indica que sim, charmoso e elegante que era: “Os mais bem de vida chegavam a ter mais de uma. E todos desfilavam aquele *chlap-chlap* de borracha delgada dobrando na sola do pé, os sapatos bem engraxados abrigados dentro delas”.

Ernani desconfia que as galochas sejam hoje mais obsoletas que polainas. Eu diria ainda, são mais obsoletas que o chapéu do Humphrey Bogart. Mas onde foram parar as galochas de Curitiba? Algumas delas devem restar esquecidas nas lojas de utensílios e móveis usados da Rua Riachuelo: “Se fossem jogadas num mesmo local, ao modo dos pneus, seriam um atentado contra a saúde pública. Os ecologistas viriam à mídia bradar contra o perigo das galochas, incapazes de degradar no meio-ambiente. Os sanitaristas reclamariam dos focos de reprodução do mosquito da dengue. Milhares de pessoas estariam sendo afetadas, o futuro do cidadão curitibano comprometido”.

Em busca das galochas perdidas, convém esclarecer: existem galochas&galochas. Temos as galochas com modelitos Gucci e Prada, mas as grifes que nos desculpem: coloridas, não são veras galochas. Black is Beautiful. Galocha estilo Humphrey Bogart tem que ser preta, da marca Sete Léguas.

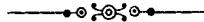
Das galochas&galochas, temos de outro tipo. Do tipo desumano, são fáceis de encontrar em Curitiba. Principalmente nesse início de ano, galochas desta forma abundaram: bateram palmas pelo fechamento da Oficina de Música, ovacionaram a situação humilhante dos músicos e bailarinos do Teatro Guaíra e no Carnaval, como bem avisou o cronista Luis Henrique Pellanda, “saiu às ruas um

anjo higienista trazendo às mãos não a espada ou a trombeta, mas uma vassourinha de piaçava, com que abre alas a si próprio”.

* * *

Bogart curitibano, Ernani Buchmann será empossado nesta segunda-feira na presidência da Academia Paranaense de Letras. Os de meia branca serão bem-vindos, chatos de galochas não entram.

Publicado no jornal *Gazeta do Povo*, em março de 2017



VALFRIDO PILOTO E A UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Por RUI CAVALLIN PINTO

A maioria dos países europeus já tinha Universidade antes de 1.500, e muitas delas estão em operação até hoje, como a de Bolonha, de 1.088, de Oxford (1.096) ou de Paris (1.170), e tantas mais. Também a América espanhola nos antecedeu, até amplamente, com a Universidade de San Marco (1.551), no Peru, a Universidade Nacional e Autônoma do México, da mesma idade, e a Universidade de Córdoba (1613), na Argentina. Até o fim do século XIX, o Brasil contou apenas com as Faculdades de Direito de São Paulo e de Pernambuco, ambas criadas por D. Pedro I, em 1827. Na verdade, durante a Colônia Portugal procurou inibir toda iniciativa econômica e cultural do Brasil, mesmo com relação a instituições de ensino elementar e a edição e circulação de livros. A Metrópole reproduzia, assim, o modelo mercantilista mais opressor, o que explica nosso retardamento cultural.

Valfrido Piloto, foi um dos **optimates** da nossa Academia, publicou em 1976 suas notas de imprensa, sob o título “Universidade Federal do Paraná – Primórdios – Modernização – Vitórias”, reunidas num pequeno ensaio histórico sobre nossa Universidade enfrentando os desafios e exaltando a pertinência de sua criação e a contribuição que vem prestando à formação profissional e cultural de nossa juventude e, especialmente, ao desenvolvimento da nossa cultura e ciências.

Valfrido pertenceu a destacada família paranaense. Seu pai, funcionário da Rede Ferroviária, foi vítima de assalto e morto

em plena via publica, quando transportava valores da receita da companhia; o crime ganhou larga repercussão na pacata sociedade curitibana. Deixou, porém, cinco filhos que, ganharam alto destaque na sociedade, nas letras e como profissionais de elevada competência. Valfrido foi advogado, Secretário de Estado, jornalista, escritor, poeta e historiador. Poeta estreou com o pseudônimo de Otto di La Nave, da linha antropofágica do modernismo. Foi polígrafo e produziu cerca de 50 obras, sobretudo de história e literatura paranaense, com traços marcantes do seu estilo de combate.

Sua “Universidade do Paraná” constitui um valioso contributo à história de nossa Sedes **Sapientiae**; motivo do nosso orgulho nativo. Foi ao fim do século XIX e nos trouxe a recordação da presunção do jovem Rocha Pombo de fundar uma Universidade numa acanhada cidade de 20 mil habitantes, tentando vencer seu tempo e o próprio meio. Ruy Washowski viu dificuldades no seu temperamento que se irritava ao menor propósito, criando inimigos numa obra que reclamava o maior apoio. Também se diz que a Revolução Federalista também ajudou a frustrar seu projeto universitário.

Porém, quase 20 anos depois (1911), o Decreto 8.659 (Rivadavia Correia) desoficializou o ensino superior, que perdeu seu **status** oficial, para se compor de entidades cooperativas autônomas. Embora essa lei tenha levado a muitos abusos, próprios do ensino livre, favoreceu a criação da nossa Universidade, frente a demanda crescente, criada pelo surto de progresso do Estado e a vinda dos contingentes imigratórios. A esse tempo Víctor do Amaral estimou que o Paraná contava com a presença de só 9 médicos e 4 engenheiros, filhos do Estado.

Então, foi assim que, em 1912, a Universidade foi fundada **ex abrupto**, por iniciativa de Vitor do Amaral, Nilo Cairo, Fernando Pinheiro, Pamphilo de Assunção e se viu instalada no centro da cidade: Vitor do Amaral reitor, Nilo Cairo secretário.

As aulas tiveram início em 1914 com 26 professores e 97 alunos. Entretanto, com a eclosão da Guerra Mundial as dificuldades se

multiplicaram, exigindo recursos de particulares e professores que, a exemplo de Petit Carneiro e outros, se entregaram a uma verdadeira ginástica “aular”, para suprir os horários, à falta de docentes e poupar despesas.

Instalada a Universidade, três anos depois (1915) surgiu a Reforma Carlos Cavalcanti que reoficializou o ensino superior e estabeleceu que só uma cidade de 100 mil habitantes podia instalar uma Universidade. O impasse só foi vencido em 1919, com o expediente (tido como estratégico) de reformular seus estatutos e separar as faculdades em instituições isoladas, cada uma com autonomia didática própria, subordinadas, porém, a uma direção superior.

Depois disso, a Universidade só voltaria a ser restaurada em 1º de abril de 1.946 e, federalizada em 04 de dezembro de 1950, pela Lei n. 1.254, se viu transformada em autarquia de regime especial, com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, mantida pelo governo federal.

Mas, o que tem de mais valioso e inédito no trabalho de Valfrido é a resenha do período, relativamente a algumas das diferentes atividades e cursos, revelando a extensão e a qualidade de sua contribuição para os valores do conhecimento e do saber humano em geral; e, de nossa parte, por abrir, também, em nosso Estado, um amplo espaço regional para seu desenvolvimento, pesquisa e formação cultural superior das novas gerações.

Já nesse tempo, passados mais de 60 anos da fundação e 25 da federalização, a Universidade Federal se revelava um verdadeiro centro internacional de vida universitária, consagrada à pesquisa e ao trabalho científico e cultural de alto nível. Ao lado do curso de Engenharia Civil surgiu o de Engenharia Mecânica, Eletricista, Arquitetura e Urbanismo, transferidos para o Centro Politécnico, numa área de 700 mil m², com diversas edificações próprias dos cursos, muitas delas prontas e outras em obras. Outro aspecto que o livro destaca é a contribuição da Universidade para o desenvolvimento das Ciências Agrárias, responsável por fazer do Curso de Engenharia

Florestal o maior e mais perfeito Centro de Ensino e Pesquisas Florestais do país.

Enfim, dentro dos estritos limites deste trabalho não podemos avançar além de uns poucos anúncios. Só o livro, enfim, satisfaz. Embora isso, não resistimos, porém, a oportunidade de registrar nossa homenagem à realização do Símpósio Internacional sobre o Quaternário, realizado pela Universidade do Paraná, em julho de 1975, em Curitiba, congregando 80 profissionais, de 17 países, que contou com a coordenação do nosso saudoso colega acadêmico João José Bigarella e sua esposa Iris, a quem coube fazer a saudação aos participantes (em inglês), além da defesa de quatro teses sobre o tema comum.

O que mais se possa saber e dizer, está no livro.



O PARANÁ ESQUECEU DAVID CARNEIRO?

Por RUI CAVALLIN PINTO

Há dias procurei numa das casas de sebo da cidade, uma obra de edição esgotada de David Carneiro. Era uma das nossas mais tradicionais livrarias e tinha fama de conter o mais rico acervo bibliográfico relativo a obras de todas as idades.

Porém, foi com custo que localizamos um único exemplar do autor, entre dezenas de milhares de outros diferentes títulos. Mas talvez eu mostrasse tanto interesse pela obra, que, no meio da procura, o vendedor me perguntou quem era, afinal, o tal David Carneiro de quem nunca ouvira falar. – Ora, disse-lhe eu com convicção de paranaense: se trata do maior historiador do nosso Estado. Autor de quase 200 livros da história do Paraná. Porém, me surpreendi com o desconhecimento do livreiro.

Para Francisco Negrão, os Carneiro constituem “uma família histórica” paranaense. Descendentes do açoriano Manoel Soares da Silva, que veio para Santa Catarina, mas acabou se instalando em Antonina, por volta de 1839, fugindo da Guerra dos Farrapos.

Para a família, provém do capitão de milícias português, que, em 1656 veio para o Brasil durante a invasão holandesa.

David Antonio da Silva Carneiro nasceu em Curitiba, no dia do aniversário da cidade, 29 de março de 1904, filho de David Afonso da Silva Carneiro, Coronel da Guarda Nacional e industrial ervateiro. Levou o mesmo nome do pai igual ao do avô e do bisavô. Hábito do tempo: um brasão de família (“gente de nossa raça não desmente a estirpe”, carta do pai). Como o de tantos norte-americanos que

dispensam o uso sobrenome da mãe. John Smith é simplesmente John Smith e basta.

Iniciando sua formação básica em Curitiba, em 1918 ingressou na Escola Militar de Barbacena, mas o desgosto provocado pela morte do seu amigo Newton Prado, na Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, fez desistir da carreira militar e ingressar na Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná onde se formou em 1928. Perdeu o pai em seguida e assumiu a direção da “Ervateira Americana”, até 1943, quando faleceu a mãe e ele deixou definitivamente os negócios para se dedicar exclusivamente às atividades culturais.

A essa altura ele já havia se convertido ao positivismo de Augusto Comte, cuja doutrina apreendeu a respirar na atmosfera da Escola Militar do Rio de Janeiro e ganhou corpo com o posterior convívio acadêmico com o professor João Perneta, cuja casa passou a freqüentar e dessa convivência resultou o Centro de Propaganda do Positivismo, a cujo ideário devotou sua vida e sua incansável pregação filosófica e social.

David Carneiro era um voraz leitor e um ávido escritor, o que lhe permitiu percorrer um longo percurso intelectual. Fez obra vária e rica, que correspondeu a uma ampla produção temática. Mas foi, sobretudo, nosso maior historiador regional, pela extensão do legado bibliográfico; pela imagem do passado que preservou e procurou reconstruir; pelo profundo sentimento regionalista e dedicação catequética que imprimiu a sua obra histórica. Tudo repassado por um forte e consciente sentimento de amor e devoção ao seu Estado, cultivado pelo conhecimento do seu passado e seus heróis.

Mas, como se dizia então, era um “historiador tradicional”, causa provável da resistência que encontrou ao seu ingresso no meio acadêmico da época, dominado por uma versão quantitativa, demográfica e econômica da história, nos moldes da escola francesa dos “Annales”. Aos olhos do Departamento de História da UFPR ele fazia o modelo do autodidata e do não-acadêmico. O literato

plutarquiano (como ele mesmo se atribuía), voltado para valores morais e a construção de modelos de heróis regionais.

Em relação aos estudos regionais, proclamava-se continuador de Romário Martins, seu mestre; Francisco Negrão e Ermelino de Leão. Tinha admiração por Rocha Pombo, que comparava a Varnhagen e Capistrano de Abreu. Francisco Negrão era a imagem do autêntico pesquisador.

Porém, apesar de ser considerado o maior estudioso da História do Paraná, representado por ampla produção temática, representada por mais de 70 obras publicadas (ele chega a mencionar quase 200...); sua condição de museólogo, o proprietário do museu “Coronel David Carneiro”, o maior museu particular do Estado e um dos maiores do Brasil, contando com um acervo de 5.000 peças, além de quadros, retratos, esculturas, obras de arte, armaria, porcelanas, etc., que passou a reunir desde os oito anos; orador, conferencista e professor acadêmico, tanto quanto ostentou a distinção de ter sido professor visitante nos Estados Unidos, na University Nebraska-Lincoln, na Howard University de Washington ou a da Califórnia, ademais de contar com uma biblioteca de mais de 30.000 volumes, - porém, embora todos esses dotes e devoções ao saber geral e regional, David Carneiro nunca foi convidado para ser professor de História na UFPR: não tinha diploma da disciplina., era engenheiro. Além do mais, era visto pelo mundo acadêmico da época como um historiador de percurso pessoal e que não se filhara às correntes mais modernas do conhecimento histórico.

Só no curso dos seus últimos anos de vida é que passou a receber manifestações oficiais que legitimavam sua condição de vulto emérito da cultura e da história paranaense. Tornou-se então “Professor Emérito” da Universidade Federal do Paraná (1982); membro da Academia Brasileira de História (1983); “O Paraná na Revolução Federalista” foi reeditado pela Secretaria do Estado da Cultura e Esporte (1983) e, no mesmo ano, foi ele acolhido pelo

Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Em 1987 foi reconhecido como “Vulto Emérito” da cidade de Curitiba.

A esse tempo, porém, lamentava em cerimônias oficiais que de balde produzira quase duas centenas de livros da história do nossa terra e nosso povo, quanto continuava estranho ao público, mesmo entre os que se dedicam aos estudos paranaenses, como atestam as poucas referências bibliográficas que merece no espaço acadêmico, lembrado em simples menções, esparsas e pontuais. E, em outras tantas vezes, repetiu esse ressentimento...

Esse, portanto, o débito que ainda permanece aberto e merece reparo, porque toca a nossa própria identidade e à homenagem as nossas raízes e aos construtores de nosso espaço político e cultural, que permitem legitimar nosso destaque e orgulho no atual concerto nacional.



O TERRITÓRIO IGUAÇU, OUTRA VEZ?...



Por RUI CAVALLIN PINTO

Há poucos dias atrás, apresentaram-se no auditório do nosso Instituto Histórico três cineastas e jornalistas, representantes da Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Estado do Iguaçu (SODEI), de Pato Branco, com o propósito de divulgarem um projeto de restauração do Território do Iguaçu (extinto em 1946), agora reanimado sob a denominação de Estado do Iguaçu, através de campanha regional emancipacionista com origem em 1970 pelo jornalista Edi Siliprandi e, dali em diante, mediante emenda oferecida à Constituinte de 1988, quando, mesmo diante do seu insucesso, foi reanimada em 1991, pelo Projeto Legislativo 141/91, insistindo na redivisão do Estado, então mediante a via do plebiscito regional. Novamente malsucedida, a campanha voltou agora a ser insistida sob prestígio de lideranças locais e a promessa, em estilo comercial e a propaganda do alcance de riqueza fácil para o novo Estado, como a multiplicação da receita e os benefícios da duplicação de estradas, mega-viadutos, duas universidades, novos Tribunais e Legislativos, cidade industrial e tudo mais.

Ora, de todos os Estado do Brasil, o Paraná é, historicamente, o que tem despertado maior cobiça dos seus vizinhos e sofrido mutilações territoriais mais graves.

Pelo Tratado de Montevideú, de 1890, o Brasil, nosso ministro Quintino Bocayuva concordou em ceder à Argentina o domínio de mais de 30 mil km² do Sudoeste do Paraná, embora esse território não contasse com um único habitante de sua nacionalidade. Na verdade,

foi o chanceler Rio Branco que conseguiu recuperá-lo através de sentença do presidente e árbitro norte-americano Grover Cleveland. E esse episódio passou por ameaça de guerra e reações hostis da opinião pública argentina.

Através de ação reivindicatória junto ao Supremo Tribunal Federal, Santa Catarina logrou incorporar ao seu território 28 mil km², que o Paraná contava como parte do seu domínio e posse, do que lhe coube com a emancipação de São Paulo, pacificando o que foi considerado o maior conflito civil do Brasil, com cerca de 20 mil mortos, a maior devastação ecológica do país, flora e florestas naturais, além de 15 milhões de pinheiros, e a queima de 9 mil casas. A solução deu causa a revolta popular em Curitiba, com o apedrejamento da casa do presidente e de líderes políticos do seu governo.

Por sua vez, a criação do Território do Iguazu em 1943 subtraiu do nosso Estado 51.452 mil km², sejam 27,73% de sua área, que, para Bento Munhoz da Rocha, constituía nossa área mais promissora. Na verdade, a amputação de nosso território se fez sem maior resistência ou protesto do governo, imprensa ou povo paranaense. Manoel Ribas enviou um artigo jubilandando-se com o presidente Getúlio. Seus secretários, Fernando Flores e Angelo Lopes, tentaram nos convencer de que, mesmo com a amputação, o Paraná não iria se ressentir de prejuízo, pois o novo território seria caudatário da nossa economia. Porém, João de Oliveira Franco, secretário da Fazenda, pediu demissão do cargo e houve mais manifestações pontuais de inconformismo das nossas elites sociais.

Com a deposição de Vargas, porém, Bento Munhoz da Rocha Neto se fez candidato a deputado federal propondo a reintegração do Território do Iguazu, que passou a ser a bandeira de sua campanha. Eleito, cumpriu a promessa apresentando ao Congresso Nacional sua proposta de emenda constitucional, inserida nas Disposições Transitórias pela extinção do território e sua reinserção no nosso Estado.

Lutou praticamente sozinho demonstrando a iniquidade contra nosso estado e o contra-senso da criação do novo território.

Embora toda a bancada paranaense de 12 deputados tenha subscrito a emenda, só o Bento e três outros ocuparam a tribuna em seu favor. Dos cinco representantes de Santa Catarina, dois deles, apenas a subscreveram. Nereu Ramos, ex-interventor do Estado e líder da maioria na Constituinte, não assinou nem assumiu sua defesa. Embora a proposta supressiva incluísse o Território de Ponta Porã, nenhum dos representantes do Mato Grosso aderiu à supressão.

Além de argumentos jurídicos, históricos e sociais oferecidos por Ermelino de Leão ao governo paranaense, em proposta semelhante, Bento passou a imprimir a seus discursos e manifestações um caráter sobretudo prático e objetivo, revendo as inúmeras e velhas propostas de revisão geral, sempre adiadas ou contrariadas, demonstrando a dificuldade de tentar promover, simplesmente, a recomposição unilateral de nosso quadro político, de um lado em razão das distorções já implantadas e consolidadas, hoje responsáveis pela proeminência de alguns e da dependência de quase todos os outros.

Em sua pregação Bento fez notáveis discursos - “o melhor momento de um paranaense no Congresso Nacional”, disse dele Vanderlei Rebelo, seu biógrafo: “lógico, elegante, sem ser afetado; fluente sem ser demagógico”, completou Norton Macedo. Bento participou de debate nacional em mesa redonda, do diário “O Jornal”, na presença de oficiais do Estado Maior, deputados, professores e interessados em política territorial. Enfim, cumpriu sua promessa em toda a extensão, através de um desempenho admirável, como sempre se revelou capaz.

Finalmente, em setembro de 1946 a emenda foi levada a votação, aprovada por maioria e convertida no art. 8º das Disposições Transitórias de Constituição, consagrando a extinção do Território do Iguazu, que voltou a integrar o Estado do Paraná, vitória a ser devotada a Bento Munhoz e a sua rara inteligência e denodado amor ao seu Estado.

Ora, a política nacional é de responsabilidade do governo e não pode ser confiada a simples grupos locais ou a líderes ocasionais,

a serviço de interesses exclusivos. O objetivo é o coletivo e abrange toda a nação e seu povo. Assim, para prover esses interesses está previsto o art. 12, das Disposições Transitórias da Constituição atual, a criação da Comissão de Estudos Territoriais destinada a apresentar estudos e anteprojetos sobre o território nacional, para a criação de novas unidades políticas. E, a pretexto disso, na ocasião já tramitam no Congresso Nacional inúmeros projetos de 10 novos estados autônomos e sete outros territórios.

Ora, apesar de alguns aplausos avulsos quando da sua apresentação, o Instituto Histórico e Geográfico tem posição assumida em relação à preservação do nosso território e de tudo quanto ainda pudermos salvar das retaliações sofridas, e, mais do que isso, o que pudermos fazer também para confirmá-lo e engrandecê-lo. E mais ainda: recebemos essa confirmação em sessão plenária daquela instituição, o que nos leva a assegurar que o episódio só vale para registrar mais um dos surtos vulgares de oposição e resistência que sempre ocorrem contra os bons propósitos.



DEUS É BRASILEIRO



Por LÉO DE ALMEIDA NEVES

O povo acredita e proclama que Deus é brasileiro. Por quê? Porque em nosso imenso território não há vulcões, nem terremotos, nem maremotos, nem ciclones, nem flagelos de qualquer tipo.

Nossa gente é cordial, fraterna, bem humorada, fruto de sua formação étnica do índio, do português e do negro, enriquecida com correntes migratórias de todos os continentes. O inesquecível Darci Ribeiro em sua admirável obra *O Povo Brasileiro* identificou bem as nossas virtudes e circunstâncias.

A exuberância e fertilidade de nosso solo nos garante a condição de celeiro do mundo. Nossos rios gigantescos, nossa inigualável floresta amazônica nos dá a supremacia ecológica no Universo.

Esse ufanismo contrasta com a realidade de hoje de 13 milhões de desempregados, recessão econômica, PIB negativo, enorme déficit orçamentário da União e dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros.

Houve a descoberta da maior rede de corrupção da história, e em ação coordenada do Ministério Público, Receita Federal e Polícia Federal eclodiu em 17 de março de 2014 a Operação Lava Jato, tendo como expoente máximo o Juiz da Vara Federal de Curitiba Sergio Moro.

Foram decretadas 101 prisões temporárias e 91 preventivas, houve 125 condenações por corrupção e lavagem de dinheiro. Ações pedem ressarcimento ao caixa governamental de R\$ 38 bilhões e o pagamento de propinas atingiu R\$ 6,4 bilhões.

O Procurador Geral da República Rodrigo Janot em função das delações da Odebrecht pediu abertura de inquérito contra nove

ministros do Governo Michel Temer, integrantes do Tribunal de Contas da União, cerca de 100 parlamentares e seis governadores.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin em 10.4.2017 instaurou inquérito contra 108 políticos: 9 ministros do Temer, 29 Senadores, 47 deputados federais, 3 governadores. Aécio Neves, Alckmin e José Serra compõem a lista. Lula e os presidentes do Senado e da Câmara Federal já estão sob investigação.

As delações premiadas dos proprietários e executivos da Odebrecht embasaram a nova lista.

O mérito maior da Lava Jato é ter prendido os corruptos e também os corruptores, donos e dirigentes de grandes empresas, que estão atrás das grades.

Os cartéis foram escancarados, mostrando o enorme dano aos cofres públicos dessas combinações nas concorrências e licitações, em que todos os participantes aumentavam os preços ofertados e distribuíam entre si as benesses e as obras disputadas de mentira. Essas restrições à concorrência têm dado incontáveis prejuízos aos cofres da União, Estados e Municípios, sendo responsáveis pelos déficits orçamentários e pela inflação.

A corrupção às escâncaras será um divisor de águas na história do Brasil, que se demarcará entre antes e depois da Operação Lava Jato. Há tratativas no Congresso Nacional de aprovar lei que anistia os beneficiários de caixa dois, medida ilegal que não deve prosperar.

As próprias empresas que participaram dos delitos estão sendo compelidas a criar mecanismos próprios de combate à roubaheira, convencidas que o crime não compensa mais. Felizmente, a maioria absoluta dos empresários brasileiros tem procedimento ético, e não compactua com a roubaheira.

O fato novo é que a ampla propagação das ilicitudes nos jornais, rádios e televisão e nas redes sociais iluminaram a cabeça popular, que repudia os envolvidos nas falcatruas, sejam políticos ou empresários. Projeto de Lei com dez dispositivos anticorrupção, com mais de 1,7 milhão de assinaturas, está em discussão no Congresso Nacional.

O Brasil de agora em diante será outro, porque os exemplos de moral e justiça de juízes e magistrados das instâncias superiores, até o Supremo Tribunal Federal, já impregnaram o coração dos brasileiros.

O sentimento anticorrupção será dominante nas eleições gerais do próximo ano de 2018, cuja reforma eleitoral terá de ser votada até 06 de outubro deste ano de 2017.

A meu ver, a reforma político-eleitoral deverá conter os seguintes itens:

1. Término das coligações proporcionais.
2. Instituição da cláusula de barreira, extinguindo os partidos que não obtiverem 5% dos votos em 2/3 dos Estados brasileiros. Não é concebível Congresso Nacional com representantes de 28 partidos como agora.
3. Sistema eleitoral misto, metade eleito no voto distrital, com 2º turno entre os dois mais votados, se necessário. A outra metade seria eleita em lista fechada pré-determinada.

A lista fechada é vigente na Alemanha e em 80% dos países. Em 2007, a lista fechada obteve 182 votos a favor e 251 contra na Câmara dos Deputados.

Não concordo com argumento de que os políticos em julgamento pela Lava Jato ocupariam essas listas e se reelegeriam. A opinião pública está radicalmente contra esses políticos corruptos e não votariam nos partidos que os abrigassem.

As grandes crises podem gerar belas soluções. O sistema de representação proporcional está comprometido, porque exacerba a disputa entre os próprios membros do partido, fragilizando a unidade e facilitando futura troca de legenda. Ademais, a busca de eleitores por toda a extensão territorial encarece a campanha e dilui a representatividade, que aliás mostra outros inconvenientes, bastando dizer que o 1º suplente de deputado federal, estadual ou vereador dos partidos mais fortes geralmente obteve mais sufrágios que um

terço dos eleitos, favorecidos em legendas menores. Acresça-se que, somados os votos dos eleitos divididos pelo quociente eleitoral, verificar-se-á que pelo menos 20% da população e das regiões não tem presença no legislativo.

Atualmente, mestres, líderes estudantis e operários, sonhadores de vários matizes sequer se candidatam, pois sabem que não seriam eleitos em pleitos maculados pelo predomínio do poder econômico e da corrupção eleitoral.

Felizmente, o eleitorado está satisfeito com a proibição das campanhas eleitorais serem financiadas por banqueiros, empreiteiros, fornecedores, companhias de transporte coletivo e empresas em geral.

A reforma política não pode esperar mais para corresponder ao anseio popular expresso nos movimentos de rua e no clamor das multidões que aprovam mínimo de 30% de participação feminina nos legislativos.

Para golpe mortal na roubalheira devem ser eliminados pelos órgãos fiscalizadores os sigilos fiscal e bancário dos parlamentares, dos ocupantes de cargos executivos e dos servidores que exercem função de confiança nos três poderes. Isso extensivo aos parentes até 2º grau.

É imprescindível recrutar pessoas que sejam vocacionados para servir à coletividade e dedicar sua vida à luta pelo desenvolvimento e grandeza da Pátria e à conquista da justiça social e da felicidade individual.

Hoje, a contratação de marqueteiros e a produção de programas televisivos constituem a maior rubrica de despesa, facilmente removível, bastando eliminar a farsa enganosa dos efeitos especiais, cenários maravilhosos, reportagens e os teleprompters (texto posto na frente do candidato para ser lido sem percepção do telespectador), que transforma o despreparado em formulador de soluções. A apresentação será sem disfarces, permitido levar textos para leitura. Nas rádios, poderiam utilizar gravações. Seria obrigatória a veiculação igualitária de todos os concorrentes ao legislativo, conforme o alcance

das TVs e rádios, cabendo-lhes pelo menos metade do tempo e o restante aos cargos majoritários e aos integrantes das listas.

Houve tempo no Brasil em que os candidatos se apresentavam ao vivo nos meios de comunicação durante os horários gratuitos concedidos ao TRE. Havia autenticidade e espontaneidade, com ligação direta candidato-eleitor, sem interferência de terceiros.

Em 1966, na primeira campanha eleitoral após a ditadura de 1964, foi esse o sistema, igualando os candidatos. Nesse ano, disputei para deputado federal e fui o mais votado eleito pelo MDB e segundo em geral. Realizei campanha modesta sem contribuição financeira de pessoa jurídica.

Partidos e candidatos têm direito de amealhar fundos com jantares e almoços, com venda de livros e materiais de proselitismo (camisetas, bonés, distintivos e outros). Têm a liberdade de organizar bailes e festas com ingresso pago e promover rifas de bens, desde que previamente homologadas na Secretaria de Receita Federal.

Pesquisas de intenção de votos não podem ser veiculadas nos dez dias que precedem às eleições e antes das Convenções partidárias para escolha dos candidatos.

Pergunta-se por que caiu a qualidade da representação política no Brasil? - A partir da redemocratização de 1945, que emergiu da ditadura - legislativos fechados e partidos inexistentes - as agremiações fundadas em âmbito nacional (PSD, UDN, PTB, PCB, PDC) nasceram fortes e as contendas eleitorais se realizavam à base do voluntariado das militâncias, com despesas financeiras mínimas. Ascenderam aos legislativos estaduais e ao Congresso Nacional professores, advogados, engenheiros, médicos, escritores, empresários e líderes sindicais de notáveis virtudes cívicas.

O processo veio a deteriorar-se com as cassações ideológicas e discricionárias de mandatos pós-1964, a extinção dos partidos tradicionais pelo AI2 (1965), a criação arbitrária da Arena e MDB e, principalmente, pelo AI5 (1968), que fechou o Congresso Nacional,

eliminou o habeas-corpus e apequenou os poderes legislativo e executivo, escolhendo “biônicos” (não eleitos) para governador, prefeito das capitais e dos municípios das Zonas de Segurança Nacional. Os senadores “biônicos” originados no governo Geisel culminaram a desmoralização da classe política.

Durante a reorganização partidária (1979/1980), depois do fim forçado da Arena e MDB, mantiveram-se os casuísmos e tiraram de Leonel Brizola o PTB autêntico, obrigando-o a criar o PDT. O retorno das eleições diretas para governador em 1982, simultâneas com Senador, deputado federal e estadual e vereador, com voto vinculado (obrigação de sufragar candidatos da mesma grei), transformaram a disputa em festival de ganância e do uso de máquinas administrativas. Surgiram os marqueteiros e os showmícios e a cada novo chamamento das urnas os gastos aumentavam e se disseminavam os esquemas e pretextos para arrecadar dinheiro. As pesquisas de intenção de votos completavam o artificialismo na escolha de candidatos nas Convenções e na decisão dos eleitores.

Grandes crises despertam a consciência cívica da sociedade para encontrarsoluções salvadoras. Em face do possível surgimento de novos candidatos a cargos eletivos, caso as eleições sejam de menor custo, será oportuno diminuir para seis meses da data do pleito a exigência de filiação ou troca de partido.

Se do escândalo do mensalão e da Lava Jato, das concorrências fraudulentas e dos recursos de origem obscura resultar Reforma Política Radical que baixe despesas de campanha, teremos dado passo fundamental para o Brasil cumprir seu inexorável destino de potência mundial, assegurando liberdade e justiça social ao valoroso povo brasileiro.

Pesquisas revelam um legislativo desqualificado e com o mais alto índice de rejeição. Para mudar esse quadro é necessário atrair às disputas eleitorais homens e mulheres, detentores de inequívoca vontade de servir à coletividade.

A primeira providência de uma autêntica reforma política é reduzir substancialmente os gastos eleitorais, eliminando os artificialismos que subvertem a mente do eleitor.

A legislação deve manter a proibição de doações a eleitores, seja de dinheiro, material de construção, camisa, régua, lápis, caneta, sapato, dentadura, roupa, etc.

A lei tem que vedar expressamente favorecimentos a clubes de futebol - como taças, jogos de camisas, chuteiras - e quaisquer vantagens a associações de bairros, entidades recreativas ou beneficentes, igrejas, templos e sede de religiões.

O transporte no dia do pleito a deficientes físicos e a idosos caberá exclusivamente à Justiça Eleitoral, mediante solicitação prévia. As despesas eleitorais ficariam restritas à impressão de cartazes, colocados em locais pré-determinados pelas Prefeituras, e de folhetos com propostas.

Out-doors seriam substituídos pela instalação de painéis pela Justiça Eleitoral, de acordo com as Prefeituras, onde os partidos colocariam suas propagandas, dividindo-se-lhes os espaços consoantes os percentuais de votação da última manifestação das urnas.

Se as medidas aqui descritas fossem transformadas em lei e rigorosamente cumpridas, e sua transgressão apurada em processo sumário com cassação das candidaturas, o custo das campanhas cairia para valores mínimos, facilmente suportáveis pela participação financeira do candidato e de pessoas físicas, com teto e percentual da renda líquida declarada no último imposto de renda. Essas contribuições aos candidatos poderiam ser abatidas de receita bruta da próxima declaração do imposto de renda.

Quando da redemocratização do país em 1945, após 15 anos de ditadura, elegeram-se nossas melhores representações parlamentares, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Voluntários, notadamente jovens, encarregavam-se dos procedimentos eleitorais dos candidatos do PSD, UDN, PTB, PCB, PSP e PDC então na legalidade, partidos extintos pelo Ato Institucional nº 2, no maior atentado à democracia

praticado pelo regime militar instaurado em 31 de março de 1964.

Para neutralizar as ditaduras de direção partidária nas decisões, dever-se-ia estabelecer a obrigatoriedade da presença de fiscais da Justiça Eleitoral nas Convenções.

A experiência de quem disputou eleições antes da ditadura de 1964, pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas e presidido por João Goulart, pelo MDB em 1966 e pelo PMDB em 1982 e 1986, me dá autoridade e conhecimento para dizer que nas eleições de 1982 e nas que se seguiram, gradativamente, aumentou a ingerência do dinheiro e da máquina administrativa. Aliás, a nova Lei não pode deixar de coibir duramente o uso eleitoral das estruturas das Prefeituras e dos governos estaduais e da União.

A Nação está estarrecida e perplexa com a corrupção endêmica que contaminou parte do legislativo desde o Congresso Nacional, passando pelas Assembleias Legislativas Estaduais, até as Câmaras de Vereadores, e exige imediata reforma política. O Executivo não foge a essa onda de descrédito das instituições republicanas.

O cerne da questão é o elevado custo das campanhas e o viciado sistema de representação proporcional, que afasta das disputas muitas pessoas idealistas e com vocação para a vida pública e atrai mal intencionados, que vislumbram a possibilidade de se locupletarem e fazerem negócios no exercício dos mandatos.

O momento é agora da sociedade erguer-se através da OAB, CNBB, entidades patronais e de trabalhadores, imprensa escrita, rádio e televisão, homens públicos patriotas, que felizmente ainda remanescem no Executivo, Legislativo e Judiciário, para compelir nossos parlamentares e procederem modificações substanciais na legislação vigente.

A Justiça Eleitoral faria inserções educativas nos meios de comunicação, sobre diretrizes moralizadoras, enfatizando que os eleitores teriam que escolher seus representantes pelas ideias e qualificações, e não por vantagens, favores ou promessas de empregos.

Ademais, seriam aprofundados os atuais dispositivos que

proíbem transferências de recursos a Estados e a municípios para obras não iniciadas, festas de inauguração, e todo uso da máquina administrativa para objetivos políticos, aditando-se que não poderá ser ampliada a distribuição de programas assistenciais diretos, tipo Bolsa-Família.

A Justiça Eleitoral ficaria incumbida também do transporte de eleitores no dia da eleição, servindo-se por veículos cedidos por Prefeituras, Estados ou União, claramente identificados. Assim, os candidatos e partidos ficariam livres do encargo de disponibilizar transporte.

Trabalho de boca de urna já é e continuaria expressamente proibido. A circulação de pesquisas de preferência de voto antes das Convenções de lançamentos de candidatos e nos 15 dias anteriores ao dia da eleição seriam proibidas. Elas estariam liberadas posteriormente às Convenções e logo que encerradas as votações.

A nova lei atribuiria à Polícia Federal e à Justiça Eleitoral rito sumário para instauração e julgamento de processos de uso de dinheiro, brindes, órgãos de governo e outras infrações, possibilitando a cassação antecipada de candidaturas.

Uma reforma política que abrangesse as normas aqui elencadas, e outras com o mesmo intuito, certamente minimizariam os fatores que contaminam as disputas, ludibriam os eleitores e maculam a pureza do embate democrático. Quem ainda persistisse em práticas desonestas e antidemocráticas teria que ser submetido a severo julgamento e punição.

A cláusula de barreira deve ser instaurada, isto é, o partido para ter bancada parlamentar necessitaria alcançar pelo menos 5% dos votos válidos, permitida a Federação de Partidos para garantir a sobrevivência dos partidos ideológicos (PDT, PCdoB, PCB, Rede, PSOL, PPL).

A fidelidade partidária seria exigida, sob pena de perda de mandato. É relevante o financiamento público, que atingiria valores pequenos, desde que aprovada drástica redução de custo das

campanhas. Contribuição privada a candidatos e partidos apenas de pessoas físicas, com recibo padrão da Justiça Eleitoral, teto de 5% da renda anual líquida, dedutível do imposto de renda. Seria proibida doação provinda de administradores e sócios com mais de 10% do capital de companhias concessionárias e prestadoras de serviços públicos, empreiteiras, bancos, fornecedores de bens e mercadorias e de empresas fiscalizadas e normatizadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, todas elas portanto sem vínculos de natureza alguma com governos e estatais.

Para coibir o predomínio dos milionários no legislativo e no executivo, a Lei estabelecerá um teto de R\$ 200 mil para o legislativo e de R\$ 10 milhões no executivo de gastos com recursos próprios dos candidatos.

Como já ocorreu no passado as convenções partidárias terão que ser acompanhadas por fiscal designado pela Justiça Eleitoral, para evitar ilegalidades e coerções comumente exercidas pelas cúpulas.

Se transformadas em lei as proposições aqui expostas, afora assegurada a transparência e a legitimidade democrática, os partidos sairiam fortalecidos e poderão ser restabelecidos os princípios vigorantes até o advento do regime militar de que compete às direções partidárias, e não aos parlamentares, as indicações para composição dos governos, como acontece nos países da Europa e nos EUA, onde são aproveitados quadros técnicos filiados às agremiações e, ao mesmo tempo, mantidas inalteradas as equipes profissionais permanentes do funcionalismo.

Cabe crítica acerba ao excesso de cargos de confiança criados após a redemocratização nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo - federal, estadual e municipal - que devem ser reduzidos em 50% pelo menos, e proibido desconto em folha de pagamentos a partidos.

Se a mobilização da sociedade resultar em reforma política radical, poder-se-á nutrir a esperança de voltarem a compor o Congresso Nacional figuras exponenciais (período de 1946 a 1968) do quilate de Adauto Lucio Cardoso, Alberto Pasqualini, Luiz Carlos

Prestes, Aliomar Baleeiro, Tancredo de Almeida Neves, Ulisses Guimarães, Otávio Mangabeira, Plínio Salgado, San Thiago Dantas, Bilac Pinto, Gustavo Capanema, Fernando Ferrari, Carlos Lacerda, Bento Munhoz da Rocha Neto e outros tantos de igual expressão.

Finalmente, convém fixar os próximos mandatos executivos por cinco anos e acabar com a excrecência da reeleição de Presidente, Governador e Prefeito, casuísmo que contraria nossa tradição democrática e contribuiu para conspurcar ainda mais o panorama político.

Os compatriotas merecem iniciativas corajosas e criativas para superar a decadência moral e política da sociedade em que vivem, descortinando novos caminhos que levarão o Brasil a cumprir sua predestinação de potência mundial e de uma sociedade fraterna, alegre e feliz.

Coloco essas ideias à reflexão e análise de todos os inconformados com a realidade político-partidária do país, conclamando-os a cerrarem fileiras com a mobilização da sociedade em busca de reformas aprimoradoras da democracia, capazes de ajudar a reduzir as desigualdades sociais, priorizar a saúde e a educação, promover o desenvolvimento econômico e impulsionar o Brasil a um futuro de glórias.



EM BUSCA DO LABIRINTO PERDIDO

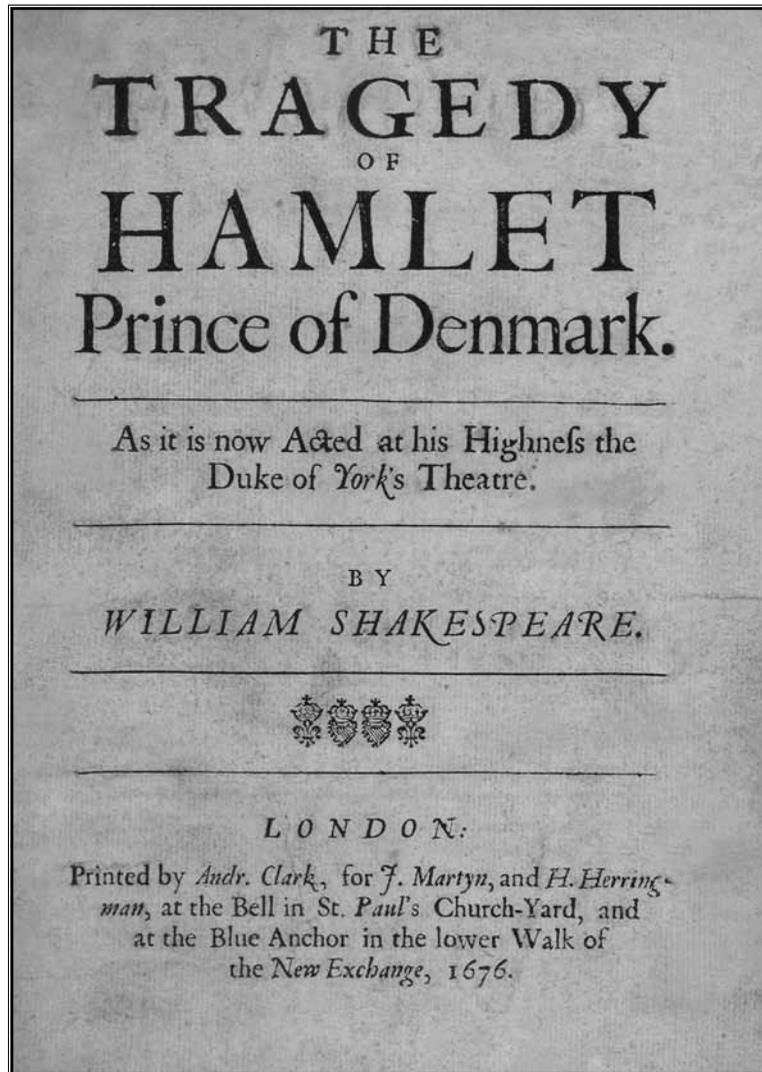
Por ROBERTO MUGGIATI



„...continuamos perdidos no tempo, esse outro labirinto.“

Jorge Luis Borges

Aos 25 anos viajei de barco pelos canais que ligam Veneza a Pádua. No caminho, paramos meia hora para uma visita à majestosa Villa Pisani, em Stra. Os jardins do palácio ostentavam um famoso labirinto vegetal. Com a arrogância típica da juventude, achei que podia vencer o labirinto. Me perdi totalmente. Receei que nunca fosse encontrar a saída. Quando consegui finalmente, corri até o cais. Vazio: o barco de turismo já tinha partido. Corri para a estrada e pedi carona. Nada: vários carros passaram sem me ver. Até que apareceu uma caminhonete salvadora – era quase um triciclo, a serviço de uma sapataria (meu avô italiano começou a vida como sapateiro). Fui depositado no centro de Pádua. Eu sabia que meus companheiros de passeio – que nem se deram conta do meu sumiço – estariam na Cappella Scrovegni, última etapa da excursão, antes de pegarmos o ônibus de volta para Veneza. Juntei-me a eles com uma sensação de alívio e entreguei-me a uma das mais belas experiências estéticas da vida. Os afrescos de Giotto sobre a Vida da Virgem e de Cristo são uma das maiores realizações do homem. Giotto usava como assinatura um círculo perfeito, que só ele sabia desenhar. A visão de suas obras – depois da derrota no labirinto – me deu minha primeira lição de humildade. Uma lição que guardei para o resto da vida.



O PRIMEIRO SHAKESPEARE TRADUZIDO: HAMLET EM PORTUGUÊS, 1607

Por ROBERTO MUGGIATI

A globalização de Shakespeare começou há muito mais tempo do que se imagina. O autor ainda estava vivo, com 43 anos, em 1607, quando marinheiros ingleses encenaram a peça *Hamlet* na costa da África, em Serra Leoa, com tradução simultânea em português. Sim, o primeiro Shakespeare fora da Inglaterra – e *Hamlet* estreara apenas quatro anos antes em Londres – foi traduzido na nossa língua. O acontecimento histórico foi a 5 de setembro de 1607, a bordo do navio *Red Dragon*, da Companhia das Índias Orientais. Na época, Serra Leoa era dominada pelos portugueses, que a descobriram em 1460. O *Red Dragon* estava fundeado na costa do país devido a um mês de calmaria. O comandante achou que seria bom dar alguma ocupação aos marinheiros e botou-os a interpretar *Hamlet, The Prince of Denmark*. No diário de bordo ele assinalou, para aquele dia: “Tivemos a Tragédia de *Hamlet* e, à tarde, fomos à terra para ver se podíamos atirar num elefante.”

O navio foi construído em 1595 por George Clifford, o terceiro conde de Cumberland. Antes de ser o *Dragão Vermelho*, teve os nomes de *Scourge of Malice* ou *Mare Scourge* (*Flagelo da Maldade* ou *Égua Maldosa*). Com 38 canhões, foi usado em incursões no Mar das Caraíbas e no Golfo do México – incursões obviamente de cunho bucaneiro, como era de praxe na época. Em 1600 – com o aval da Rainha Elizabeth I – foi criada a Companhia das Índias Orientais, com o objetivo de explorar o comércio no Oceano Índico. Já em 1601, a Companhia das

Índias comprou o navio e o rebatizou *Red Dragon*, utilizando-o em mais de dez missões até 1619.

A viagem shakespeariana foi a terceira, que durou de 1607 a 1610. O *Red Dragon* capitaneava a frota que incluía ainda o *Hector* e o *Consent*. Sua missão era viajar até Java, para manter relações comerciais já existentes e fazer novos negócios com a Índia e Aden, na Arábia. O comandante da missão e do *Red Dragon* era o britânico William Keeling (1578-1620), que contava 29 anos à época.

Um fragmento do diário de Keeling sobreviveu, no qual ele detalha as encenações de peças de Shakespeare ao longo da viagem: não só o *Hamlet* foi apresentado em Serra Leoa, como também *Ricardo II*, em 30 de setembro de 1607; e, em 31 de março de 1608, *Hamlet* teve uma nova apresentação em Socotra. Durante um longo período após sua descoberta, os fragmentos do diário de bordo de William Keeling foram considerados falsos. Convém lembrar que por muito tempo tudo relacionado a Shakespeare foi coberto por uma aura de desconfiança, incluindo a autoria das peças e a própria existência do Bardo. Mais recentemente, o que restou dos diários de Keeling foi aceito como genuíno. A tal ponto que, nas comemorações do quarto centenário da morte do Cisne de Avon (outro apelido do Bardo), a British Library de Londres exibiu os originais do capitão do *Red Dragon* numa grande exposição de documentos inéditos relacionados à figura e à obra de Shakespeare.

É a primeira documentação de apresentações da obra do Bardo por um grupo amador e, além do mais, fora da Inglaterra. O público do espetáculo montado a bordo incluía quatro chefes tribais (com dentes serrados, anéis no nariz e tatuagens de animais exóticos) e vários mercadores convidados na esperança de que a Companhia das Índias pudesse fechar negócios lucrativos. Como a região era dominada pela coroa de Portugal, um tradutor simultâneo estava presente para transpor os diálogos da peça na língua falada localmente.

O pesquisador Gary Taylor – no ensaio “Hamlet in Africa 1607”, publicado na coletânea *Travel Knowledge*, de 2001, informa que o *Red*

Dragon estava há mais de um mês parado devido a uma calmaria, a caminho de dobrar o Cabo, e que a Companhia das Índias considerava aquele tipo de passatempo saudável para os marujos. E recomendável também para doentes e homens de negócios: relações amigáveis com os nativos significaram que 100.000 limões foram levados a bordo (o limão era uma excelente defesa contra o escorbuto, que grassava nas embarcações da época), assim como uma quantidade de “dentes de elefantes”.

De maneira pitoresca, o capitão Keeling expressa no diário o seu deslumbramento diante do que estava acontecendo. E o faz de uma maneira nada gongórica, ao contrário, sintética como o jornalismo moderno de poucas palavras: “Hamlet! Shakespeare! Africa!” Na véspera da apresentação, ele anota (vale transcrever no inglês arcaico): “Sept 4 Towards night, the kinges interpreter came, and brought me a letter from the Portingall, wher in (like the faction) he offered me all kindly services. The bearer is a man of marvailous redie witt and speaks in eloquent Portuguese. He layt aboard me.”

“Sept 5 I sent the interpreter, according to his desire, aboard the Hector, wher he brooke fast, and after came aboard mee, where we gave the tragedie of Hamlett.”

(Quatro de setembro: Ao anoitecer o interprete do Rei chegou e apresentou-me uma carta de Portugal em que (dentro dos conformes) me oferecia toda espécie de generosos serviços. O portador da missiva é um homem de maravilhoso espírito e prontidão que fala um português eloquente. **Cinco de setembro:** mandei o interprete, conforme o seu desejo, ao *Hector*, onde ele tomou o café da manhã, e depois voltou a bordo do meu navio, onde apresentamos a tragédia de Hamlet.)

Em 31 de março de 1608, o capitão Keeling anota em Socotra, uma ilha na costa do Iêmen: “Convidei o capitão Hawkins para um jantar de peixe e tivemos uma representação de *Hamlet* a bordo, que eu permiti a fim de afastar meus homens do ócio, de jogos ilegais e do sono.”

Na data dos quatrocentos anos da apresentação de *Hamlet* a bordo do *Red Dragon*, o crítico Steve King fez observações interessantes no blog *Today's Literature*:

“Embora um momento estranho na história teatral e colonial, não foi único. Os exploradores espanhóis levaram o teatro para o México e jesuítas franceses encenaram peças para os indígenas dos Grandes Lagos. Mas, pensando bem: *Hamlet*? É uma peça comprida, cheia de jogos de palavras e especulação filosófica, até mesmo inadequada: por que lembrar sepulturas a marinheiros que encaravam um índice de mortalidade de 85%? Por que fazer desfilar víboras sorridentes (Claudius), fanfarrões (Polonius) e deslumbrados pelo poder (Fortinbras)? Por que, ao início de uma viagem imprevisível e interminável, mencionar o “país desconhecido” do monólogo famoso: (*“But that the dread of something after death,/The undiscover'd country from whose bourn/No traveller returns...”*)“...o horror de algo após a morte/o país desconhecido de cujas fronteiras/ viajante algum jamais retorna.”) E, ainda, por que sussurrar as famosas dúvidas? (*“And thus the native hue of resolution/Is sicklied o'er with the pale cast of thought,/And enterprises of great pitch and moment/With this regard their currents turn awry/And lose the name of action.”*) (“Assim o grito mais natural da resolução/Se afoga na pálida sombra do pensar/E empreitadas de grandes vulto e oportunidade/ Desviam-se do caminho planejado/Nada alcançando.”)

“O capitão Keeling era menos embaixador cultural do que um entusiasta do teatro, empolgado com o recente sucesso do Bardo. Não podia adivinhar o sentido dos ventos ou esperar que seus cozinheiros e imediatos ficassem ocupados em ensaios constantes, preparados para ‘ou tragédia, comédia, história, pastoral, pastoral-cômica, pastoral-histórica, tragédia histórica, pastoral-tragicômica-histórica, cenas individuais ou poemas ilimitados.’ Quaisquer que fossem as motivações do

capitão ou os esforços de um grumete para interpretar uma Ofélia heroica, tais momentos talvez não tenham transmitido toda a grandeza do teatro de Shakespeare aos quatro chefes tribais e aos mercadores.”

Vale lembrar que na época de Shakespeare não havia atrizes mulheres nos palcos britânicos. Os papéis femininos eram interpretados por rapazes adolescentes, de preferência aqueles que ainda não tivessem engrossado a voz. É incrível lembrar que o público vibrasse com uma heroína tão feminina como Julieta – ou Ofélia, ou Desdêmona, sem mencionar Cleópatra – apesar de interpretada por um garoto. Mérito maior ainda para a atração e força dos textos shakespearianos. No caso de *Hamlet*, eram só duas mulheres no elenco: Ofélia, sua namorada; e Gertrude, sua mãe. Imaginem como os jovens marujos do *Red Dragon* nestes papéis devem ter se esforçado para convencer tão rude plateia. Não posso omitir aqui uma pequena nota de pé de página: a primeira mulher inglesa a aparecer “legalmente” num palco da Inglaterra foi Margaret Hughes, que, em 8 de dezembro de 1660, interpretou Desdêmona (de novo o Bardo!) em *O Mouro de Veneza*, uma versão modificada de *Othelo*. A produção, no Teatro De Vere, destacava no cartaz a introdução “da primeira mulher atuando no palco.” Existe pouca documentação sobre a repercussão da novidade, mas aparentemente foi um sucesso. Margaret Hughes foi convidada para integrar o elenco do Theatre Royal, em Drury Lane, e desempenhou muitos papéis numa carreira que lhe traria riquezas através das atenções românticas do Príncipe Rupert, a quem ela deu uma filha. Quem resolveu definitivamente a questão foi o rei Charles I, grande apreciador do teatro, que assinou em 1662 um decreto real estabelecendo que todos os papéis femininos deveriam ser interpretados exclusivamente por mulheres. (Havia, no fundo dessa decisão, a preocupação crescente de que a prática de papéis femininos interpretados por rapazes adolescentes poderia encorajar o “vício antinatural”, isto é, o homossexualismo.)

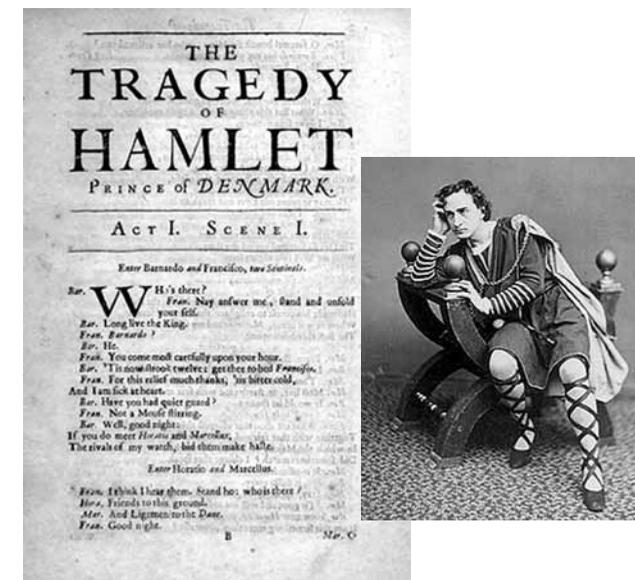
Hamlet foi apresentado pela primeira vez no Globe Theatre em 1603, pela companhia dos Lord Chamberlain's Men (da qual o próprio Shakespeare fazia parte), com Richard Burbage no papel principal. Tudo indica que o Bardo escreveu a peça com este ator em mente: Burbage tinha uma capacidade inigualável para memorizar textos, aliada a uma gama de expressão emocional quase infinita. *Hamlet* foi a quarta peça mais popular de Shakespeare, superada apenas por *Henry VI Part 1*, *Richard III* e *Pericles*. Em 1621, cinco anos após a morte de Shakespeare, a peça fez uma turnê pela Alemanha e foi apresentada aos monarcas James I, em 1619; e Charles I, em 1637.

A primeira apresentação de *Hamlet* fora da Europa, excetuando aquela na África, só aconteceria em 1759, pela American Company de Filadélfia, nos Estados Unidos, ainda colônia da Inglaterra. Na temporada teatral de 1864-65, o famoso ator americano Edwin Booth – irmão mais velho de John Wilkes Booth, o assassino do Presidente Abraham Lincoln – interpretou *Hamlet* durante cem noites no Winter Garden Theatre de Nova York. Mais um parêntese, para destacar a tremenda influência de Shakespeare na cultura mundial. Depois de matar o Presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, com um tiro na nuca, no camarote de um teatro, John Wilkes Booth saltou ao palco, ergueu o punhal para a plateia e gritou “*Sic semper tyrannis*” (“Sempre assim com os tiranos”), a fala de Brutus após o assassinato de Júlio César. Ator, Booth havia representado *Júlio César* em Nova York, no papel de Marco Antônio.

Voltando ao protagonista da aventura africana de *Hamlet*. Em 1609, navegando do Oceano Índico para a Inglaterra, William Keeling descobriu as Ilhas Cocos, que hoje também levam seu nome: Cocos (Keeling) Islands. Keeling participaria de uma nova viagem com uma frota da Companhia das Índias de 1615 a 1617. A bordo da nau capitânea *Red Dragon*, comandava três outros navios: *Lyon*, *Peppercorn* e *Expedition*. Desta vez, Keeling tinha outras preocupações. Com a mulher grávida, tentou contrabandear-la a bordo do *Red Dragon*, mas não conseguiu. Ameaçado de demissão, deixou a mulher em terra e

seguiu viagem. Instalou uma fábrica em Sumatra e fez um excelente trabalho do ponto de vista comercial. Alegando problemas de saúde, voltou para a mulher em 1617. Como recompensa por sua dedicação, o Rei James I o nomeou um dos camareiros da corte e, em 1618, foi indicado capitão do Castelo de Cowes, na Ilha de Wight, onde morreu aos 42 anos, em 1620. Bem mais trágico foi o destino do *Red Dragon*: em outubro de 1619, foi atacado por uma frota holandesa em Secoo e foi tomado ou afundado. Seu capitão, Robert Bonner, morreu na batalha.

Esta história pitoresca da apresentação de *Hamlet* a bordo de um navio na costa da África – interpretado por um grupo amador de marinheiros e tendo por plateia chefes tribais e mercadores locais – certamente daria um bom filme. Se é que já não está sendo rodado a esta altura...



REPÚBLICA DOS INJUSTIÇADOS

Por ALBINO FREIRE



Em Avilã é assim: réu nenhum é culpado. Não confessa o crime, como não reconhece o óbvio, nem sob tortura. Vai negar até o fim e, sistematicamente, vai “repudiar com veemência” as acusações. É engraçado, mas parece existir um pacto entre eles. Todos, simplesmente todos, são inocentes. Eu não fiz nada errado, e sei que você também não fez. Mas, se você me dedurar, vai se haver comigo! Agora, naquele reino, políticos corruptos são caçados (sic), um por um, como coelhos assustados. Virou um pandemônio. Primeiro, vem a fase da indignação, da negação pura e simples dos malfeitores. Como podem eles, cidadãos de bem, acima de qualquer suspeita, que há décadas vinham sendo eleitos pelo voto popular, podem agora ser presos assim, sem mais nem menos, como reles bandidos, e desgarrados das gordas tetas, digo, dos altos cargos que ocupam, alvo da sanha arbitrária de um juizco indomável? Ora, é tudo mentira! São invencionices dos órgãos investigadores, ilações apenas, sem qualquer embasamento fático...

Quer dizer, então, que setenta delatores, os empreiteiros da mesma empresa, estão pedindo desculpas à nação por nada? E desembolsando alguns bilhões de dracmas (moeda de Avilã) como compensação pelos prejuízos causados ao reino naquele “doloroso episódio”... e denunciando os calhordas pelos incalculáveis desvios de dinheiro público... Quer dizer, então, que todas essas testemunhas estão conluiadas e mentindo, fantasiando, com o objetivo único de prejudicar esses abnegados políticos?

Meu amigo Roger, embaixador de Avilã, sempre me faz recordar uma foto antiga de alto dignitário do governo avilão, a qual foi estampada nos jornais do mundo inteiro, em que o sujeito aparecia no cárcere, com o braço esquerdo alevantado e punho cerrado, em sinal de protesto e de arrogância. Depois de algum tempo no xilindró, depois de limpar muita privada e fazer faxina no presídio, o canalha foi baixando a bola, foi se calando, foi amansando, até cair no merecido ostracismo.

Roger me conta ainda casos incríveis da corrupção generalizada em seu reino. O fato mais curioso é o daquele ex-governante que continua dizendo que nunca percebeu nada de errado, em seu mandato; que não sabia de quadrilha nenhuma e desconhecia “supostos” esquemas fraudulentos contra o erário, mas no entanto ele próprio encheu as burras com dinheiro da propina que serviu também para enriquecer, num passe de mágica, toda sua família. Como conseguiu esse milagre de amealhar tanta grana e tantos imóveis, em tão pouco tempo, ele não sabe explicar. Ah! Parte de sua fortuna deriva de polpudos honorários (pois não tem complexo de vira-lata...) por supostas palestras que ele nunca ministrou ou, pelo menos, jamais comprovou. Até parece aquela história de comparsas dele, que acumularam fortunas com imaginárias consultorias, que tentaram comprovar com textos esdrúxulos e desconexos, plagiados infantilmente da internet. É isso! Deve ser conspiração dos invejosos ou da oposição.

“O reino de Avilã está falido! exclama meu amigo, com a voz embargada de compaixão. Meu povo é vítima de uma complexa e extensa rede de suborno, lavagem de dinheiro com empresas de fachada”. (Seus olhos refletem um ódio infinito aos saqueadores da república). “Vejam só que desfaçatez! prossigue ele. Agora, para reerguer o Estado, os políticos estão propondo a extinção de insignificantes auxílios aos miseráveis, como restaurantes populares, subsídios do transporte público, reforma atabalhoada da aposentadoria, além de outras medidas danosas à população de baixa

renda. Entretanto, nesse plano de salvação nacional, não tiveram nem sequer a decência de mencionar um possível quinhão de sacrifício por parte da classe política; da extinção – ou ao menos da redução – de suas mordomias, como apartamentos e carros oficiais, uma orgia de cargos comissionados, verbas de gabinete, passagens aéreas, auxílio-gasolina, auxílio-moradia, auxílio-banquetes etc. Não têm pudor de continuar sustentando, cinicamente, a inexplicável aposentadoria de deputados estaduais e federais e de senadores (é que Avilã adota um sistema político híbrido), com um tempo mínimo e ridículo de ‘trabalhos’ prestados à nação”.

- “E no Brasil, perguntou Roger, aflito, como é que as coisas andam por aqui? Não é verdade tudo isso que a imprensa internacional tem noticiado... ou é?”

- “Olhe, meu amigo – disse eu –, você veio para o Brasil, em férias, a fim de espairecer. Então, é melhor mudarmos de assunto”. E fomos tomar um cafezinho e falar sobre futebol.

Entretanto, quanto às empreiteiras e políticos corruptos da longínqua Avilã, coitados, morro de pena deles. Devem ser todos uns pobres injustiçados!





POEMAS INÉDITOS



Por JOÃO MANUEL SIMÕES

A FLOR DO GESTO

Sempre sedutora,
a flor impossível
(talvez o mais belo
de todos os seres
que fazem a Flora),
não brota do chão,
como as açucenas
ou os malmequeres.
Pura, imarcescível,
ela é, apenas,
um gesto da mão,
breve, sem disfarce,
serena, tangível,
a dar – ou ao dar-se.

COGITO ERGO SUM?

Perdão, douto Descartes:
escrevo, logo vivo.
Melhor dizendo:
escrevivo.
(Muitas vezes fazendo
loucas artes.)

AMOR & PAIXÃO

A experiência
ensina
o que muita gente
esquece:
o amor é luz
que ilumina,
a paixão,
chama que aquece.
Uma dura
um breve instante
e se apaga,
qual fogueira.
O outro,
qual diamante,
dura pela vida inteira.

DA SOLIDÃO

Não sei ao certo quem foi
 que disse
 (e mesmo que dissesse,
 é algo a confirmar),
 que a solidão
 é um restaurante vazio,
 à noite.
 É certamente uma boa
 metáfora.
 Mas eu prefiro outra,
 de minha modesta lavra:
 a solidão é antes
 uma velha cadeira
 de vime,
 como a de Van Gogh,
 no canto de uma sala
 sem móveis e sem quadros
 nas paredes,
 tendo no assento um livro aberto,
 de páginas amareladas.
 (E por que não
 uma rosa encarnada,
 murcha?)

BRINDE

Para brindar
 à vida
 e ao seu fogo,
 basta que a gente
 beba logo,
 sem tardança,
 apenas uma taça
 de cristal
 puríssimo,
 sem jaça,
 do vinho capitoso
 da esperança.

DO ESPANTO

Definitivamente, espanto-me
 com tudo quanto existe
 em nosso pobre mundo sublunar.
 Espantam-te as coisas, os seres,
 formigas e galáxias.
 Tudo, tudo é para mim fonte
 de perpétuo espanto.
 Sobretudo, espanta-me que exista
 quem jamais se espante
 em face do espantoso, inacreditável
 espetáculo do mundo.

DO NETO QUE NÃO TIVE

Acomete-me, às vezes,
 a sensação estranha
 de que eu fui, outrora,
 na província da infância,
 o meu próprio neto.
 E há traços bem nítidos dele
 no rosto do velho que me fita,
 com um sorriso menino à flor dos lábios,
 quando, de manhã, vou fazer a barba...

DOS PROTOCOLOS SANITÁRIOS

São vastos e complexos,
ou simplesmente rápidos, simples,
os chamados protocolos
com que se enfrenta
a parafernália infinita
das doenças.
E a mais perigosa de todas,
chamada vida, naturalmente
não poderia deixar de ter também
o seu protocolo específico.
Que é simples, muito simples:
viver.

DO SONHO QUOTIDIANO

Quando acordamos, de manhã,
mesmo depois de um sono sem sonhos,
todos abrimos os olhos para enfrentar
o sonho de um novo dia. Ou melhor,
mais um capítulo breve
desse perpétuo sonho que é a vida.
A vida que precede,
inexoravelmente,
o Sonho Eterno.

DO TEMPO

Lamartine

Imaginemos,
por um breve instante
uma faca sem lâmina
e sem cabo.
O que ela há de cortar,
no fim da história?
O tempo que passou
ou a memória
do futuro ansiado,
por chegar?

DOS JORNAIS

Leitores inveterados,
(mas não
invertebrados),
ainda não perdemos
o hábito malsão de ler
os matutinos,
mais os hebdomadários
e quejandos.
E isso para quê? Para levar,
na mente e na alma,
os coices cavaleares
da política,
os murros demolidores
da economia,
mais os pontapés
incômodos
da ética.
Sem esquecer as rudes cacetadas,
os atentados vis
de todas as violências,
em todos os seus modos
e avatares.
Finda a leitura, todos,
todos acabamos
malferidos,
ou com escoriações
que a gente sente
e ninguém vê...

DOS DESERTOS

Ah, se o deserto,
todos os desertos
existissem além
da Terra Prometida...
Mas não. Para alcançar
essa terra sonhada
apetecida,
é necessário atravessar
primeiro,
curtindo sede e fome,
esse deserto inteiro,
que tem no frontispício
um simples nome:
Vida.

EM FRENTE!

Se vou ao certo ou à toa,
é coisa que não me impede
de eu avançar, numa boa,
sem sentir fome nem sede.

Esse é meu desiderato.
Cumprilo, minha missão.
E só cumprilo, de fato,
sossega meu coração.

Eia, pois, vamos em frente,
como se fosse corrida
de obstáculos, ingente,
como é a humana vida.

Avançando assim, sem medo,
recheados de esperança,
esqueçamos o segredo
que morde e remorde (e cansa)
as virilhas do instante.
Nosso rumo é o futuro,
que embora esteja distante,
é porto mais que seguro.

Já o distingo, à distância,
iluminado, imperfeito.
E é tão grande a minha ânsia
de achá-lo, mais que perfeito,
que eu quase desisto e paro,
em meio à minha jornada,
com o sentimento claro
de não ser tudo – nem nada.

ESCRITA EÓLICA

Embora analfabeto,
o vento escreve
sobre o papiro ou palimpsesto
feito
de sílica, essência
das areias,
oráculos terríveis.
A escrita é cuneiforme,
ou simplesmente
é feita só de hieróglifos?
Mas isso pouco importa:
alguém virá
de muito longe
para interpretar
os seus enigmas sempre,
sempre crípticos.
E ao decifrá-los, tudo há de ficar
mais do que claro, nítido,
perfeito.

EVOcando UM SONHO ANTIGO

Durante a infância,
o meu sonho
era ser escafandrista,
tanto eu amava
o mar!
Não fora meu signo Peixes!
E nunca, jamais sonhei,
ser simples,
mero artista,
produtor de poesia.
Mas as musas
de plantão,
reunidas em concílio
breve disseram
que não.
E malgrado a minha meta,
que pude fazer então?
Virei poeta.

DO MEUS POEMAS

É fato que escrevi,
ao longo de décadas,
inumeráveis poemas.
Centenas, milhares? É irrelevante
a quantidade dos poemas que escrevi.
Alguns, certamente bons.
Muitos, indubitavelmente medíocres.
Porém, os mais belos dos meus poemas
jamais serão escritos:
jazem, escondidos,
no quarto de despejo
da memória futura.

**FLAGRANTE NUM BAR,
NUM SÁBADO À TARDE**

Era uma loura quentíssima. Sentada na mesa de um bar, à sua frente havia uma garrafa com outra loura: essa era gélida, e estava num copo. Imersa talvez num sonho feito das cores do arco-íris, um cigarro melancolicamente esquecido no canto da boca, a mão empunhava o copo, como se ele fosse um lírio de cristal. Ela sorria, fitando o vazio. Sorria, encantada, como se não estivesse ali, mas viajando longe, muito longe, num país fantástico de encanto e de magia. Sorria, e o seu sorriso era uma corola de pétalas incorpóreas se abrindo – para ninguém...

HOMERO

Tenha existido ou não, Homero existe. Ele não foi, apenas. É, demora nas entranhas do Canto. Lá, persiste, tão vero no presente como outrora. Sim, ele vive, se viver consiste em transcender o espaço, tempo, a hora.

INTERMEZZO

E de súbito invade-me a penumbra. Mas não por muito tempo. Um candelabro se acende numa luz que me deslumbra, iluminando um rosto outrora glabro. E é nesse instante que, fitando o espelho com olhos de quem quer enxergar tudo, constato que o menino virou velho.

LOUVAÇÃO DO LEITOR, SOBRETUDO DE POESIA

*“Hypocrite lecteur,
mon semblable et mon frère”*

Baudelaire

É hora de louvar alguém, tantas,
tantas vezes esquecido – o leitor.
Que seria de nós, poetas,
sem ele? O que seria de nós sem
seus olhos lendo-nos, sem os seus lábios
murmurando os nossos versos?
Foi injusto com ele o imenso Baudelaire,
ao considerá-lo num poema de
Les fleurs du mal, como – hélas! –
hypocrite lecteur. Hipócrita por quê?
Mas redimiui-se o vate no mesmo,
exato verso, ao chamá-lo também
de *mon semblable et mon frère*. Menos
mal. A verdade verdadeira é que,
sem ele (o conspícuo leitor que nos lê)
nós não passaríamos de ilhas perdidas
num imenso arquipélago, à espera,
sempre à espera do marinheiro intrépido
que nos descubra. Seríamos uma espécie
de Índia, à espera do Gama ou do Cabral.

O LIVRO

*“Um livro aberto é um cérebro que fala,
fechado é um amigo que espera, esquecido
é uma alma que perdoa, mas destruído é
um coração que chora”.*

Padre António Vieira

Um livro pode ser porta
ou janela,
aberta para o mundo,
a humanidade.
Mas pode ser também
um telescópio
voltado para os astros,
microscópio
investigando o íntimo
dos homens.
Ou simplesmente companheiro,
irmão
que ensina, conta, canta,
morigera,
e acaba para sempre
a solidão.

O AEDO

Conto, pois não é segredo:
na Grécia antiga, o poeta
tinha um nome raro – aedo.
Sinônimo de profeta,
muitas vezes cego e ledó.

E tinha uma coisa estranha:
ele não via o futuro.
Com olhar incendiado,
exercitava a façanha
de vislumbrar o passado,
sempre claro, vivo, puro.

E algo mais, de atrevido,
mais ainda, de nefando:
profetizava, sem erro
ou falha, o acontecido.
Por isso, de vez em quando,
o seu fim era o desterro.

O MUSGO & A HERA

O musgo das paredes
e a hera dos muros
alastram-se, sob uma cornucópia
de silêncio, invertida.
Incorpóreas, as lâminas do vento
apunhalam a copa das árvores
onde os pássaros florescem,
irisados. Entardece. Quer dizer:
o crepúsculo de porcelana
e a noite de basalto
estão prestes
a acontecer. Enquanto isso,
um vagalume notívago plagia
a luz intermitente de uma estrela
que tem por domicílio a Via Láctea.

O NÔMADE SE CONFESSA

A minha tenda
é uma espécie
de barco
ancorado
no cais-ilha secreto
de um oásis.
(E eu?
Quem foi
que projetou,
no deserto de mim,
a miragem
que sou,
exatamente
assim?)

O PROGRAMA DO POETA

Extrair, se necessário
a fórceps,
do útero macio do silêncio,
o poema.
Depois, cortar
o leve, fino, breve
cordão umbilical
que o prende
à alma
do poeta.
(Se houver sangue
nas mãos,
é sinal claro
de que a poesia
está viva.)

O TEMPORA, O MORES !

Tempos de corrupção, tempos amargos,
estes que, sem remédio, nós vivemos.
Corrupção que provoca mais estragos
do que os que imaginamos ou sabemos.
Qual câncer que se alastra a passos largos,
a deletéria atinge tais extremos,
que mesmo opondo-lhe justos embargos,
ela os esmaga, como se supremos
fossem os seus desígnios insensatos
de encher bolsos e bolsas e baús.
(Ó infinita legião de gatos!
Ó intérmino bando de urubus!)

PAISAGEM

Dentro da tarde (de porcelana
branca e êxtase azul), os pássaros
garatujam estranhos hieróglifos
que ninguém, ninguém decifra.
A imensa flor de sol (girassol)
despetala sua luz por sobre
o mundo. E o trânsito do tempo,
dá a impressão de ter parado.
Enquanto isso, absorto,
embriago-me de silêncio
e solidão.

O SONHO DA ROSA

"A rose is a rose is a rose"
Gertrud Stein

Eu quisera
ser pássaro,
ter asas
e voar,
semeando
perfume
na amplidão.
Assim pensa
uma rosa,
a cismar,
o caule preso
ao solo,
qual grilhão.
E as pétalas
são lágrimas
caindo
sobre o chão.

PARÁFRASE ANTERIANA

Impressão
digital
da mão de Deus,
da sua mão
direita,
a Via Láctea
espreita,
da noite
original.

SONETILHO

Não sei ao certo
aonde vou
ou onde estive.
Foi longe ou perto

que terminou
o meu declive?
Persigo a sombra
que beija o solo.

Falto de brilho,
o que me assombra?
Levar no colo,

subindo o aclave,
aquele filho
que nunca tive.

PEDRA, PEDRA, PEDRA

Três momentos, por assim dizer, seminais:
Escrevo, na folha amarelada
de um velho caderno,
a palavra pedra.
Escuto, vindo de longe, carregado
no dorso macio do vento,
o som da palavra pedra.
Pego nas mãos, áspera, fria.
dura, informe, bruta,
uma pedra.
E eu me pergunto, perplexo,
em qual desses momentos
será que a pedra
é mais pedra?

ESCRITA

A página – esta – minifúndio branco,
Espaço retangular. Abismo, cripta,
Ergástulo. Esfinge que não finge?
Aqui, eu me despenho. Inteiro,
Sem segredos. Entrego-me. Sem pudor,
Em reservas. A seara do verbo:
Trigo mágico de uma seara inconsútil.
Véspera, antevéspera da messe
E da colheita. Messe que é música
Ondulante, loura, rítmica. Mar sonoro,
desde sempre e para sempre cantante.
Silêncio povoado, *ad infinitum*:
Canto. O verbo, iluminado sempre canta,
Sarça ardente, archote, flâmula,
Facho ovante a tremular no coração
Das trevas imemoriais, na infinita
solidão do mundo. Mas o simples ato
de dizer não basta. O mero gesto de fazer,
não conta. É necessário ir muito além,
ultrapassar, transcender os meros
sinais gráficos, símbolos, máscaras
irremediavelmente inúteis, hieróglifos
in-significantes, enigmas insolúveis,
xeque-mate sem Rei. Por isso, ir além:
lá onde pulsa o coração do real.
Insígnia luminosa, emblema heráldico,
Matriz, fonte aérea, rio subindo
Misteriosamente, montanha acima,
como um incêndio líquido. Lá. Quer dizer:
outrora, antigamente. Aqui e agora.

**VIVER OU NÃO VIVER,
EIS A QUESTÃO PRIMEIRA**

Não, não existe
esporte mais apaixonante
do que este:
viver.

É uma perpétua corrida
de obstáculos,
saltos triplos, levantamento
de pesos, boxe, esgrima,
numa olimpíada em que
os vencedores
não fazem jus a taças,
medalhas, troféus,
insígnias.

Todos os participantes
da competição,
vitoriosos ou derrotados,
ganham sempre, sempre,
o mesmo título:
o atestado de óbito.

VIDA

Sonho perpétuo
que vivemos,
acordados.
Só depois
virá o Sono.
Eterno.

QUINTA-FEIRA SANTA

Na dura
cruz
que esmorece,
a pura
Luz resplandece.

SIC

No ralo
exíguo do instante,
o tempo escoá-se.
Vertiginosamente
imóvel.

Estes poemas integram o meu próximo livro, que deverá sair, *deo volente*, até o fim do ano, pela Editora do Chain. Ele deverá conter cerca de 200 poemas produzidos depois do meu anterior “Concerto de Pássaros”. Título provável? Estou ainda indeciso entre dois: “Nova Safra” e “Galáxia de Pírilampos”. Como diria o meu amado Mallarmé, entre *les deux mon coeur balance*.

**“A SOMBRA DOURADA”:
UM ROMANCE NOTÁVEL DE GUIDO VIARO**

—•••—
Por JOÃO MANUEL SIMÕES

Verdadeiramente encantado – e talvez fosse mais adequado utilizar outro verbo, deslumbrado – concluo a prazerosa e enriquecedora leitura do mais recente romance de Guido Viaro. É o décimo terceiro, mais um marco miliário na estrada larga da criatividade do paranaense e, pela minha ótica privativa, talvez precária e certamente discutível, é talvez o mais belo romance já escrito no Paraná.

Trata-se de um genuíno e autêntico concerto sinfônico verbal, em cuja música há sons, paradoxalmente silenciosos, de flauta e lira, trompa e oboé. Porém, aqui e ali mais além, escondem-se os minifúndios dos minuetos breves, em cujas partituras esvoaçam as notas puras de outros sons. Sons, talvez, de clavicórdio e harpa e alaúde. E todos esses sons, a um só tempo, melódicos, harmônicos e rítmicos, parecem arranhar com volúpia a epiderme translúcida da alma do leitor em transe.

De modo talvez heterodoxo, para não dizer esdrúxulo, farei aqui um parêntese impertinente, se não inoportuno, para equacionar uma informação interessante: Guido Viaro é neto de um avô que cultivou também, com indubitável maestria, no milagre da intersemiótica, não a música do verbo, mas a música das formas e das cores que se espraiam na brancura das telas prontas sempre a agasalhar o arco-íris.

Continuando. Irei oferecer agora ao leitor em disponibilidade uma série de trechos, fragmentos, desentranhados do belo romance guidoviariano. Disse trechos, fragmentos? Melhor diria se dissesse – pepitas. Áureas pepitas a um só tempo luminosas e cantantes. Oriundas, por certo, de lavras e garimpos quase inesgotáveis.

Colhidos “à vol d’oiseau”, sem qualquer preocupação prévia em situar esses fragmentos no tempo e no espaço, cronológica e geograficamente, aí vão eles:

O dia aconteceu lentamente, Marcel abriu a janela para apressá-lo, ouviu passarinhos cantando e o céu perdendo o escuro. Aqueles momentos costumavam enchê-lo de melancolia, então voltou para cama, cobriu a cabeça com o travesseiro, e esperou até que tudo estivesse consumado. Os barulhos da manhã motorizaram o seu quarto.

Escuto os doces gemidos do lago. Não estou longe de compreender o que diz, soa como uma garrafa cheia de lágrimas sendo esvaziada, o gargalo ansioso dando vazão a uma voz coletiva que sugere... propõe... o ruído é a mistura da voz de todas as pessoas que conheci. Reconheço também cada pensamento que tive no momento anterior a que se transformasse em palavra. Tiro os sapatos e molho os pés, os dedos do lago concentram em afagos todo o contato que tive com a vida. Compreendo. O sussurro é coerente. Escuto o barulho seco do tesouro afundando nas águas. Nada mais.

Sonhou que dormia na mesma cama em que estava deitado. O tempo afundava dentro do fosso de si mesmo. Os cantos esquecidos mantinham os seus detalhes intactos, os fiapos do cobertor eram aparentados das pontas douradas que escapavam da estátua. A

permanência naquele quarto sonolento poderia continuar até o fim dos tempos. A vida, fatigada de si, voltada ao sonho.

A escuridão pode oferecer a oportunidade para desembulhar meu futuro. Atenuo as cores mais vivas e podo as pontas espinhosas dos pecados, afago a paz provisória engolindo dois medos, que assim como a escultura de Moore, desejam flamejar e transformar-se em incêndio.

Caminho e descubro nova estátua, as formas entrelaçadas de Henry Moore, a pedra tentando ser carneiro, que divide-se em dois e luta contra todos os tipos de gravidades em busca da unidade perdida. As últimas sombras perceptíveis mancham o gramado e fazem o animal de pedra pastar as águas do lago. A solidão corre a meu lado, respiração ofegante e ténis fosforescente.

O grande painel da estação ferroviária era um cardápio de destinos.

Um doce otimismo sincronizou-se com os primeiros passos. O ar fresco era acompanhado pelo cheiro do crepe de presunto, e a primeira refeição parecia recheada de sabores-surpresa. Mesmo que a essa hora o paladar ainda não estivesse aguçado, era durante o nascimento do dia que nutriam-se as ideias. Só depois de alimentado o espírito, o corpo transmite energia para os membros. A geleia de framboesa lentamente espalhada pelo ventre do croissant gerava saliva vazia, e essa expectativa era o útero das decisões. A xícara de café paria o dia, que agora ansiava pelas pisadas vigorosas daqueles que deixaram a

noite para trás. A manhã transbordava primaveras enquanto a louça suja cantava seus caminhos de volta para a cozinha.

A catedral de Rouen estava por toda parte, e qualquer pessoa era Claude Monet.

Enlutado pelo desânimo, observou os pombos, esquecido de todo o resto, a infância misturou as penas com as esperanças, enquanto as asas frágeis das aves ensaiavam voos inúteis, transformando sujeira em alimentos. Depois eles se foram arrulhando seus caminhos, pisando nos orifícios das certezas, continuando a perseguir comida, levando consigo parte da força do sol. Cansado do descanso, levantou-se e seguiu na mesma direção dos pombos, foi procurar algo para comer.

O mundo, e incluía-se como uma minúscula parte dele, era ímpar. A condição de qualquer objeto, pessoa ou acontecimento, padecia dessa condição numérica. Os pares, como os pombos ou as estátuas colocadas junto do altar, eram apenas coincidências momentâneas mergulhadas dentro das suas carapaças de solidão.

O interior majestoso da catedral não modificou seu estado de espírito, as luzes multicoloridas que vazavam dos vitrais, flutuando pelos ares, construindo uma camada de realidade oposta aos caminhos conhecidos da mente, também não lhe pareceram nada além de uma tentativa medieval de ilusão dos sentidos.

Com todos dormindo passeou pela sala, que também dormia, esperando o momento de acontecer, os porta-retratos narravam sorrisos, o livro com página marcada descansava dentro da memória, que nesse instante hibernava, tímida, temendo as cores-movimento da aurora boreal dos sonos.

Distraído pelas lágrimas nem chegou a perceber que o relógio engolira uma hora.

Os passos irônicos percorreram o centro da cidade até deixarem seus pés em paz, as pernas cansadas tinham olhos vermelhos e boca seca. A multidão muda atravessava esquinas distorcidas pela ilusão da curva. Seu sorriso possui o peso de um piano impressionista, e dentro dessa bolha de luz musical o homem era muitas cidades, porque sendo vários não temia ser ninguém, encontrava atadas a postes e descendo do céu, as amarras que o prendiam ao cotidiano.

O ouro espalhava-se por seu sangue, entupindo veias e inchando gânglios. Ocupando mais espaço do que deveria, corrompia prioridades que, antes de serem prejudicadas, já mostravam fragilidade. Enquanto permanecesse enfiado na sua mochila, brilhando dentro do escuro das suas roupas, guardando semelhança com um corpo que fosse velado, que mesmo morto ainda por algumas horas impediria a saudade de chegar, mas assim que se transformasse em dinheiro, viraria memória

e culpa, atraindo para si o peso da vulnerabilidade. Mas sabia que os funerais são inevitáveis e que, de todos os hábitos do homem, costumam ser os mais pontuais.

E paro por aqui. O que podemos nós vislumbrar, “au soleil du midi”, nesse pugilo de fragmentos emblemáticos que facilmente poderiam ser decuplicados? Mais do que uma soberba prosa poética, o império avassalador da poesia em prosa.

Antes de mais nada, e acima de tudo, Guido Viaro é um extraordinário prosador que não deixa de ser poeta. Se Dostoievski, como todos bem sabemos, rotulou seus romances de gênio como POEMAS, com maior razão ainda, o paranaense poderia considerar o seu romance singular como poema.

Há de tudo na parafernália da obra guidoviariana: vida e morte, espaço e tempo, geografia e história, o real e o onírico, o sono e a vigília, memória e esquecimento, os pomos dourados da alegria e o vinho capitoso da esperança, estátuas prenhes de ouro e labirintos enigmáticos, cidades do Velho Mundo, com suas catedrais góticas, em cujas ruas e becos tropeçamos a cada momento nas pedras gastas do passado, corroídas pelo ácido do tempo, a clareza e o mistério, luzes e trevas, alquimias e metamorfoses, a beleza e a feiura, o pecado e a culpa, píncaros e abismos, sorrisos de veludo e de cetim e lágrimas que são pétalas desatadas de um colar de espanto, as cambalhotas da infâncias nos pátios de outrora, e as quedas frequentes nos latifúndios da maturidade e, mais ainda, da anciania, aqui agora, as rosas despedaçadas e os lírios murchos atapetando o chão do claustro de um convento onde passeia, vestida de silêncio, a monja triste chamada Solidão.

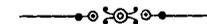
Sim, podemos considerar “A sombra dourada” como o reino encantado, a província fantástica, o mundo arcoirizado da metáfora. Por toda parte as metáforas explodem, numa girândola feérica de flores de fogo. Um festival pirotécnico, um florilégio de metáforas pluriformes e multímodas. E nós não podemos esquecer a lição

desse demiurgo do verbo que era Proust: sem a metáfora essencial, o verdadeiro escritor – poeta ou prosador –, não poderá produzir nada que preste. Nada.

“A sombra dourada” é, por certo, o mais belo espécime romanesco da já vasta obra de Guido Viaro. Com efeito, ele, pela minha visão axiológica privativa, é certamente um dos maiores romancistas da Terra das Araucárias.

“Data vênica” a um triunvirato ilustre que pontifica na Ecúmena paranaense. A nominata? Ei-la: Cristóvão Tezza, Domingos Pelegrini e Fábio Campana. E já ia esquecendo o Roberto Gomes.

Viajante, andarilho, turista, peregrino sempre empenhado na busca de algo, seja o tempo perdido ou o passado reencontrado, o outrora e o agora, “outroragoramente”, na incessante demanda de um Santo Graal qualquer, Marcel, o denso protagonista do romance, talvez seja – e o talvez, aqui, é meramente eufemístico –, um claro e transparente heterônimo. De quem? Do criador demiúrgico que lhe deu vida: Guido Viaro. Um certamente pessoano ou fernandino, pouco importa – “ele mesmo”. Haverá outros? Deixemos cair sobre a indagação, piedosamente, o manto inconsútil do silêncio. Afinal, como canta o gênio de Startford, “the sweet swan of Avon”, o resto é silêncio. Quem terá a ousadia de negá-lo?





O DICIONÁRIO DE EZEQUIAS



Por GUIDO VIARO

Ezequias acordou angustiado. Uma olhada no relógio: 3 e 48 da manhã. Sua mulher dorme profundamente. Um ventilador aflito gira a cabeça de um lado para outro sem conseguir espantar os mosquitos. Um deles pousa sobre a testa de sua mulher. Indeciso entre matá-lo e acordá-la, permite que o pequeno ventre seja inflado com o sangue de alguém que deveria proteger à custa de seu próprio sangue.

Levanta-se com cuidado e vai assistir às nuvens cinzentas empilhadas sobre o quintal. Repara na lâmpada de um poste, acesa em vão, pois ninguém passa por ali àquela hora. Começa a sentir-se como ela, inútil, vazio. A pressão das nuvens escuras só consegue diminuí-lo. Nada do que faça nesse momento servirá para aliviar-lhe a angústia. O melhor mesmo seria voltar para a cama, ter um pouco de paciência e esconder-se atrás dos sonhos, que foram inventados para que as pessoas não tomem decisões precipitadas.

Mas Ezequias não quer voltar para o quarto, prefere qualquer coisa, a morte, a polícia, os mosquitos. Senta-se em uma cadeira de praia e tenta entender a realidade que esta a sua frente, o muro, depois os vizinhos, todos com casas e vidas muito parecidas. Qual seria o sentido de tudo isso? As telhas protegem a casa da chuva, do frio e calor, elas são úteis. Quem só pensa nada realiza, e o mundo é dos realizadores.

Abandona o quintal e as nuvens, que lhe deixaram uma estranha impressão.

Pareciam nuvens doentes, designadas para lugares sem importância. Antes de entrar Ezequias olhou para o céu: “Nuvens velhas que já não servem para mais nada, nem chuva conseguem produzir.”

Passeou pela sala, que completamente escura parecia abrigar restos de memória acontecidos ao redor daquela mesa. Depois de duas lembranças infantis e um nó na garganta, Ezequias dirigiu-se ao escritório.

Ligou o computador e ficou meia hora olhando para a tela. Em seu rosto encontrávamos memórias, desejos e um pensamento distante. Abriu o ícone para escrever, ajustou o tamanho da letra, queria a maior possível. Descobriu o corpo número 72 e com ele digitou o título “DICIONÁRIO NEPALI- NEWARI”, depois deu um longo espaço, diminuiu o corpo da letra para 36 e prosseguiu: “um dicionário brasileiro, para sanar dúvidas de nossos compatriotas sobre as duas línguas oficiais do Nepal.”

Arrependeu-se do subtítulo, muito longo e antiquado. Na falta de outro deixou essa mudança para depois. O próximo passo seria escrever uma apresentação da obra, que talvez devesse chamar de “prefácio”. As dúvidas não paravam de chegar: quem escreve o prefácio não deve ser outra pessoa? Ou é a apresentação que funciona assim? Não seria melhor um posfácio, assinado por ele e explicando a quem havia lido o dicionário, a razão da existência de uma obra daquelas? Mas quem lê dicionários? Ainda mais de duas línguas inexistentes no país.

O relógio do canto da tela informou-lhe que em menos de três horas deveria estar no escritório de contabilidade. A proximidade com a data limite para entrega do imposto de renda era garantia de doze horas de trabalho. Mesmo assim teve certeza de que precisava prosseguir. Estava cansado dos sonhos que tinha dormido, assim como também não suportava mais o trabalho, a rotina, a família, a vizinhança. Nada lhe sobrara além da possibilidade de sonhar

acordado. O dicionário brilhava no escuro chamando por seu nome. Era a ele que deveria se agarrar. O fato de ele mesmo jamais haver escrito nada além de declarações contábeis, não conhecer nenhuma palavra em qualquer das duas línguas, jamais ter ido ao Nepal e nem possuir qualquer vínculo de nenhuma espécie com a cultura nepalesa, pareciam obstáculos difíceis, mas possíveis de serem superados.

Depois havia outras questões, que editora brasileira se interessaria por esse tipo de obra? Não queria se enganar. A resposta era clara: nenhuma, jamais. Deixou de lado os pensamentos sobre a vida adulta do dicionário. Antes precisava fazê-lo nascer. Com um grosso dicionário de português nas mãos procurou as primeiras palavras que deveria pesquisar nas outras línguas. Depois de várias explicações sobre todos os tipos de “A”, a primeira palavra em ordem alfabética era “aarônico”, relativo ou pertencente a Aarão. Ezequias refletiu se deveria ou não traduzir uma palavra que está fora do contexto religioso do país, majoritariamente budista. O dia invadia o escritório quando ele decidiu que Aarão deveria ficar de fora. A segunda palavra que encontrou foi “aba”, essa decidiu traduzir, principalmente porque no único documentário que assistira sobre o Nepal, reparara em muitas pessoas utilizando bonés. Em pouco tempo descobriu que “aba” em inglês era “brim”, com essa informação nas mãos logo encontrou um dicionário online de inglês para nepali e newari. Experimentou o conforto do terceiro gole de uísque. O trabalho seria longo e exaustivo, mas com a ajuda de mais um dicionário, o português-inglês, não seria nenhuma peripécia intelectual.

Os ruídos da louça sendo posta para o café da manhã o fizeram perceber que precisava ir trabalhar. Os olhos de sua mulher ainda inundados de sono saltaram de seu torpor no exato instante em que perceberam que ele se apressara para desligar o computador. Não queria contar-lhe nada até que o dicionário estivesse pronto. Ela não quis assisti-lo encher a xícara com café preto e passar manteiga no pão.

Como esperado as declarações de imposto de renda se acumulavam em sua mesa. O site da Receita Federal estava lento e passava muitos minutos travado. Mesmo assim havia algo que transformava todo aquele tédio em prazer. Os outros contadores, assim que chegassem em casa iriam encontrar suas esposas de meia-idade reclamando e seus filhos adolescentes problemáticos. Ele teria seu dicionário para sonhar. Cada nova palavra descoberta uma conquista. Em anos, quando estivesse absolutamente morto e esquecido, talvez alguém encontrasse um exemplar em uma prateleira de biblioteca pública, e por uns quinze minutos, talvez meia hora, ele voltaria a viver.

Depois de um jantar silencioso ligou o computador e fechou a porta do escritório. Sua mulher por duas vezes entrou de sopetão. Sem ter muito o quê dizer, desenrolou algumas perguntas domésticas que poderia ter feito enquanto jantavam. Depois foi lavar louça. Ezequias só abriu o arquivo do dicionário quando ouviu o barulho da porta do quarto fechando. Lá estavam o título e o subtítulo, depois de relê-los uma dúzia de vezes decidiu retirar a expressão “de nossos compatriotas”, o que aliviou a capa de um pouco de seu peso provinciano.

Encerrada essa questão iria iniciar o trabalho propriamente dito, começaria pela palavra “aba”, que já sabia ser “brim” em inglês. Entrou no site que traduzia do inglês para o nepali e o newari. Digitou a palavra e aguardou alguns segundos enquanto um círculo girava. De repente as traduções apareceram, Ezequias levou algum tempo até entender que alguns rabiscos que lembravam o alfabeto Hindi eram o resultado de sua busca. Suspirou fundo porque várias questões se punham sem que nenhuma resposta estivesse disponível. Como iria aprender a ler aquelas palavras? E pronunciá-las? Precisava descobrir um sistema, talvez algum outro site, que traduzisse as palavras nepalesas para o alfabeto romano.

Começou tentando copiar e colar palavras nepalesas nos espaços de outros tradutores ocidentais. A resposta era sempre a mesma: erro. Abriu vários sites ao mesmo tempo tentando achar

uma solução. Na página da Universidade de Kathmandu descobriu um professor de línguas e dialetos nepaleses. Pensou em escrever-lhe um e-mail, segundos depois estava escrevendo-o:

Caro professor Dhebendra,

Meu nome é Ezequias e sou contador em um pequeno escritório na região central do Brasil. Já exerço minha profissão há vinte e quatro anos, o que dá para presumir que minha vida não é assim tão repleta de alegrias. Sou casado com uma boa mulher, mas nossa relação está tão deteriorada quanto nosso apartamento. Portanto, agora que me aproximo com velocidade do cinquenta, preciso descobrir algo que me ajude a encontrar um sentido para minha vida. Filhos estão fora de questão. Ela queria, eu não. O tempo passou, ela não pode mais. Sei que guardou mágoa, mas esconde.

Além disso, vivemos em uma cidade média do interior do Brasil. Aqui todo mundo fala da vida do outro, é um lugar mesquinho e detestável, quente como um forno e previsível como a morte. No meio de meu caminho, cansado de tudo, vendo-me desmoronar um pouco todas as manhãs, sendo flechado diariamente pelos agulhões de uma angústia que se estabeleceu ao meu lado, e a cada instante parece convidar seus compatriotas para banquetes, decidi que se não quisesse utilizar minha gravata depois do expediente para pendurar-me no caixilho da porta do banheiro, precisava criar um fato novo.

É o que todos, em situações parecidas com a minha costumam fazer. Mas costumam transformar essa inquietação em caixas de bombons para mulheres com quinze anos a menos do que as suas. Os doces vêm acompanhados por frases gordurosas, que transformam os eventuais triunfos dessas ações revolucionárias numa interminável ressaca, que transborda as fronteiras do cavalheirismo romântico e espalha-se por mais uma dezena de sofresores.

Como conheço o roteiro desse filme e nunca quis perder meu tempo

tentando levá-lo mais uma vez às telas, decidi que minha ruptura com a rotina devastadora seria de outra ordem.

Optei por escrever um dicionário inédito, do português para o nepali e newari. Só depois de iniciar o projeto foi que descobri que a ortografia das línguas orientais é diferente da do português, o que torna quase impossível a continuação de meu intento.

O senhor teria alguma sugestão de como eu poderia viabilizar a tradução? Vejo que mesmo nos dicionários do inglês para o nepali e newari, esse problema persiste. Se conseguíssemos resolver essa questão, ou seja, criar uma forma ocidental equivalente às das línguas nepalesas, haveria uma possibilidade de aceitação e aprendizagem muito maiores desses grandes idiomas por parte dos ocidentais.

Desculpe a sinceridade com que falei dos assuntos, mas esse é meu jeito.

Cordialmente Ezequias Gamo

Ezequias escreveu toda a carta em português, depois iria recorrer ao tradutor automático do computador, que sabia ser primário. Então, com seus poucos conhecimentos de inglês, cortaria frases, emendaria sentenças, suprimiria advérbios e adjetivos até conseguir deixá-la uma carta estranha, mas compreensível. A primeira providência foi suprimir a última frase do texto, um sintoma de um provincianismo piegas que escorria pela tela do computador. Mas se o problema fosse falar insistentemente de si mesmo para quem não se conhece, precisaria jogar tudo fora. Contentou-se com a supressão da última frase, mantendo o resto em nome de uma espontaneidade latina.

Como previsto o tradutor automático transformou o texto em uma confusa salada de palavras dentro da qual a aparente falta de sentido poderia fazer vezes de licença poética ou pausa filosófica. De qualquer maneira suas esperanças de resposta eram ínfimas. Prosseguia porque precisava enxergar alguma luz.

Ezequias varou a noite tentando descobrir outras possibilidades

para suas traduções. Chegou até a pensar em mudar o projeto, escreveria um livro sobre o Nepal, contando um pouco da história do país, da economia, os principais pontos turísticos e outras informações práticas para turistas de primeira viagem. Desistiu. Seu negócio era o dicionário. Nem que precisasse vender seu carro e uns dólares que vinha guardando para uma viagem surpresa com sua mulher.

Às cinco e meia da manhã ela entrou no escritório. As páginas do computador permaneceram abertas em assuntos nepaleses. Ela aproximou-se e fez questão de olhá-lo nos olhos. Os dela tinham veias vermelhas atravessando toda a íris verde.

“Você vai me dizer o que está acontecendo?”

“Nada. Só estou usando o computador, algum problema?”

“Está falando com quem?”

“Com ninguém. Estou fazendo uma pesquisa sobre a história da Ásia.”

“História da Ásia? Para que isso? Alguém vai te pagar alguma coisa?”

“É um projeto grande que requer sigilo absoluto, vou lançar um dicionário brasileiro: português x nepali x newari”.

“Dicionário do quê?”

“Agora é tarde, daqui a pouco vou me arrumar para ir trabalhar, outra ora te explico.”

“Ezequias, olha pra mim, me respeita, só quero que me responda uma pergunta: Não tem mulher nisso, né?”

“Que mulher, tá louca, é o trabalho da minha vida, ou você quer me ver envelhecer deprimido?”

Deixou imediatamente o escritório e entrou no banheiro. Ela ficou com cara de quem podia contrapor muitos argumentos. Ele tomou banho e foi trabalhar.

Passou o dia dividido entre declarações de imposto de renda e a perspectiva de um escândalo de sua mulher, que provavelmente passara o dia cozinhando suspeitas e iria recebê-lo com um banquete de gritos e choros.

Abriu a porta da casa e ela o esperava. Em seus olhos imóveis pesavam gotas de um ódio corpulento. Ela se aproximou dele, que engolia em seco o resto de calma. Mais alguns passos nervosos pela sala e grita com todos seus pulmões:

“Quem é essa Dhebendra? Vou arrancar o cabelo da vagabunda.”

Ezequias sentou-se calmamente no sofá, acendeu um cigarro e depois de fumá-lo até a metade disse:

“Dhebendra é um homem, professor de línguas e dialetos da Universidade de Khatmandhu, escrevi para ele para ver se pode me ajudar com meu dicionário.”

Trancou-se no escritório para conseguir ler com calma. As batidas na porta não demoraram:

“Abra, só quero conhecer teu trabalho”.

Ele ligou o computador, acessou seu e-mail e foi surpreendido por uma mensagem da Universidade de Kathmandu. Antes de alegrar-se, imaginou que talvez pudesse ser uma resposta automática. Ao abri-lo encontrou as palavras do professor Dhebendra.

Dizia que estava imensamente contente por receber uma carta de um país tão longínquo e que pouco conhecia. Contou que estava com sessenta e sete anos e que quando tinha pouco menos de cinquenta, sentira coisas parecidas com as que lera na carta.

“Abra ou eu vou arrambar”.

Depois ele prosseguia dizendo que só havia uma maneira de resolver a questão. Ezequias deveria vir ao Nepal e estudar os dois idiomas em que estava interessado. Na universidade havia excelentes cursos gratuitos para estrangeiros. Quando soubesse as pronúncias corretas de cada palavra, poderia fazer uma verdadeira tradução para o português. A carta terminava com um amistoso “Sincerely yours, Dhebendra”.

As ameaças haviam sido transformadas em socos, cada vez mais fortes contra a porta do escritório. Ezequias sabia que a sugestão do professor Dhebendra era a única maneira de realizar seu sonho,

talvez uns três ou quatro meses morando no Nepal fossem suficientes para conseguir material para seu dicionário.

“Vou destruir tuas roupas se você não abrir esse escritório agora.”

Ezequias colocou a mão na chave sabendo que de uma forma ou de outra, no instante em que abrisse a porta sua vida estaria definitivamente mudada. Deixou para decidir o caminho que tomaria durante o tempo que levou para girar a chave. Abriu a porta e encontrou os olhos aziagos da mulher.

“Quer usar o computador? Deixei aberto no meu e-mail.”

Trancou-se no banheiro, ligou o chuveiro e ficou sentado no vaso pensando na vida. De repente lembrou-se de que havia esquecido algo importante dentro do escritório. Sua mulher estava hipnotizada tentando descobrir alguma peça de acusação incrustada no fundo de um e-mail. Ela nem percebeu sua entrada, muito menos que segundos depois saiu carregando o pesado dicionário de português.

Voltou para o banheiro cujo espelho já estava coberto de vapor d’água. Sentado novamente no vaso abriu o dicionário a esmo e encontrou “faradização”, depois “lombada”, “puido”, “sacripanta”, “sentinela”, “conluio”. Talvez seu real amor fosse pelas palavras. Mas nunca se realizou. Escolheu amar uma mulher, com quem na verdade apenas conviveu.

Abriu a janela do banheiro e viu a rua. Carros passavam e uma palmeira deixava suas folhas dançarem. Tomou banho, trocou de roupa. Atravessou a porta central sem se despedir. Não sabia como, se isso levaria tempo, se algum dia aconteceria de verdade, mas quando pisou nas pedras da calçada descobriu: estava a caminho do Nepal.





*O MAJOR

*BASEADO EM FATOS REAIS



Por CARLOS ALBERTO SANCHES

Não fosse um discreto balanço naquele corpo aprumado na proa de um barco fluvial, poder-se-ia dizer que se tratava de uma estátua de porte guerreiro. Era noite e o barco avançava suavemente a montante pelo rio em direção das cabeceiras. O chapinhar barulhento das rodas laterais do barco-gaiola embalava o sono do 5.º Pelotão de Fronteira. O vulto imóvel pisava com o coturno um rolo de cordas e se apoiava no mastro dianteiro. Raios de luar brilhavam na face e olhos do Major, mas não ofuscavam os milhares de reflexos dos olhos dos jacarés. Sempre mirando o rio, tentava lobrigar a paisagem à frente e a que deslizava pelas laterais do rústico barco. Profundamente ensimesmado, o major espreitava, mas não temia seus remorsos.

Ainda ninguém no barco, incluindo a tripulação, fora informado da missão. “O que estaria se passando pela mente do sisudo oficial? Nem suas trovas declamadas pelos soldados o arrancavam daquela imobilidade.” Esfíngica! Os ruídos da mata tropical eram variados e muitos, sinistros. “A máquina do barco a vapor resfolega e guincha, como se faz aos botos rosados, ao sacrificá-los”.

Ele vai avançando pelas águas escuras e contra a corrente. Parecia que a velha embarcação sofria de enfisema pulmonar. Respirava com dificuldade. Tossia muito. A fumaça da chaminé cobria a todos como um lençol de cinzas; uma mortalha. Deitados em suas redes, quinze praças e um sargento dormitavam e cantavam baixinho, bem armados.

A ansiedade do grupo semelhava um bolsão de gás circundante e pronto para explodir. As falas eram sussurrantes, trêmulas... Alguns, na popa, contavam lendas sobre o rio mal afamado. A figura do major não dizia palavra: apenas acolhia, em seu campo de visão, os raios e os coriscos longínquos de uma trovoadas. A subida pelo grande rio prossegue e nem todos os tripulantes aplacaram a sanha do medo do desconhecido.

O Major fuma. A ponta acesa atrai os vagalumes. Infelizmente os insetos machos foram enganados: muitos confundiram a brasa com o traseiro de uma fêmea. Alguns morreram assados. O oficial percebe e descarta a guimba.

O Comandante continuou a perscrutar o denso rio que ondula pela sua imaginação, a qual vai bem adiante. À frente, o desconhecido; atrás, a treva recomposta e várias linhas de pesca de arrastão para peixes grandes. O barulho das rodas. À noite, ecoava o rugir de alguma onça pintada. O coral dos bugios, o coaxar e o canto polifônico dos batráquios; de dia, as baitacas, o palavreado das araras e papagaios; o mugido de alguma vaca perdida; o berro agônico de uma anta sendo triturada pelos anéis da sucuri... Tudo é mistério! De dia e de noite. O major não aparenta sono. Seu vulto vai indiferente rumo ao combate. Ainda que não se saiba onde se abriga o inimigo, nem que obstáculos serão encontrados. Para uma mente disciplinada por trinta anos de vida militar, ressurgiam (em suas lembranças) agora as fagulhas acesas de alguns combates de seu passado. O Major daria alta no próximo ano, pois já se percebia a saturação devido à permanente busca por inimigos. Isso fê-lo tornar-se um homem acuado. Sim! Principalmente por episódios militares históricos de que participara. Cruzando as pernas, o Oficial tentava esquecer a dura vida de juventude na caatinga do estado do Ceará. Neste instante ele está se vendo, em dias passados, em pleno combate na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

“Os tiros explodiam como fogos de artifício; as balas zuniam, sem destino certo.” Foi um combate “meia boca.” Ponderou para

si mesmo, enquanto acendia outro cigarro. Voltava os olhos para o chapinhar das rodas de moinhos; o progresso era lento, como a vida. Sua participação nos combates da Praia Vermelha lhe trouxeram bastante prestígio junto à tropa. Contam e ele, hesitando, murmura que foi tudo verdade.

Sabe-se que, em pleno combate, à hora do almoço, sob uma saraivada de balas, entra em uma casa, onde vê um telefone. Destemida ou irresponsavelmente, ligou para casa, na zona norte do Rio, mais precisamente, para o longínquo bairro de Duque de Caxias. Atendido pela esposa.

- Alô, Ivone! Estou travando um combate “mixuruca” aqui na praia Vermelha. Por isso não vou poder ir almoçar. Guarde a comida! Posso comer à noite!

(com a voz alterada, mas não irritada)

- Carvalho! (este era o sobrenome do Major) Não seja doido! Venha para casa! Não quero ver você morto! Anda!

Lembro que a aflita senhora teria comentado mais tarde que se ouviam (ao telefone) os silvos das balas de grosso calibre e a explosão das granadas.

As tropas comandadas pelo Major Carvalho, como já se sabe por meio dos relatos da história, que os revoltosos foram aniquilados. As lembranças destes fatos (ter sobrevivido) ainda repercutem no amplo eco de seu coração generoso e memória complacente, mas agora endurecido. Se alguém duvidava do que ele contava; tornava prudente: meninos! Eu vi! vi! Sim!

O rio Paraguai prossegue sua rota para a foz, formando o grande delta do Rio da Prata. O destino é incerto. O Major solta uma baforada de fumaça malcheirosa do cigarro de palha e se assenta sobre um rolo de cordas. Veio-lhe mais uma vez a admiração que tinha por seus compatriotas devido à vida seca e letal que levavam: a inclemência da natureza estoricava os seres humanos, antevendo o inferno da Seca, que dura há séculos.

Pensava em Ivone, que agora está em casa apegada aos lares domésticos; na, ainda uma vila: Cáceres, no Mato Grosso. Doí-lhe na alma, tanto a solidão da esposa, como o sofrimento de milhões de brasileiros que vivem no Polígono da Seca. Enfrentar a morte era, pois, algo que já conhecia bem; desde o berço, dormia em uma caminha de palha de milho, agarrado à carcaça seca de um camaleão. Súbito, um estampido, semelhante a um tiro de canhão, ecoa pelos ares. Era um relâmpago ou um canhão Krupp, em plena ação.

- Major! Saia daqui enquanto pode! Um raio pode derretê-lo!

-Venha para a ponte, que é seu lugar! Aí vem uma daquelas procelas que dão medo só de ouvir e vê-las. Por favor! Comandante, vamos nos abrigar!

Foi, mas bastante contrariado, já que seu corpo e alma foram talhados para os mais duros e rudes combates. Não era de seu feitio. Murmurou entre dentes, enquanto descia para suas acomodações. Que raio! A Ivone deve estar muito sobressaltada. “Mal ele sabe que, nesse momento, a esposa está em perigo de morte.” Saibamos por quê?

A casa era rústica, de madeira, construída à margem do rio Paraguai. Para dizer a verdade era tão remoto este lugar que nem os bandeirantes do século XVII haviam chegado até aqui. O marulhar das águas sob o casco do barco continuava em seu ritmo sonolento. A trovoadas chegou e o Major, sem mais nem menos, principiou a chorar. Seu Ajudante de ordens estranhou:

- Major! Por que chora; nós ainda nem chegamos à zona de combate. Sua bravura é conhecida. Vamos! Venha! Cuidado com os degraus!

- Deus do Céu! Disse o Major. Aqui as nuvens despejam trombas e trombas de água, sem cessar; está tudo ensopado. E lá, no meu Ceará, em Jardim, é uma mortandade só. Nem um solitário pingo d'água! Por que tanta judiação, Senhor Deus? Onde estás que não te vejo, embuçado nos céus? Há dois mil anos te mandei meu grito, que ainda rola pelo infinito! Onde estás? O honrado oficial apreciava muito o poema “Vozes D'África de Castro Alves.” O Major olhou para

si; e, de repente, concluiu que a vida dele era um milagre; o sertão nordestino é, sim, a nossa África.

O Major continuou enterrado em seus mais profundos sentimentos e divagações. Ainda que não fosse muito religioso, temia muito a Deus. Ainda, para os seus botões, ele mentalmente se dirige ao Criador e lhe faz “uma proposta:”

-Por que! Senhor! Não fazes no Nordeste da minha pátria um novo milagre da multiplicação da água? A partir desta gota! E mostrou a ponta do dedo indicador molhada: fezei do sertão um mar de areia virar um mar de água doce; as pedras virarem pão; e as areias ardentes, farinha! (O Major apreciava muito a obra, os Sertões de Euclides da Cunha).

E rendeu-se ao sono no alojamento dos oficiais. Teve pesadelos e o Ordenança, o soldado Repulso de Souza, ouviu-lhe este aviso:

- Cuidado, Ivone! Com as sucuris. Deixa! Larga a vassoura...!

E o Major está mergulhado em sono com sonhos profundos, povoados por criaturas fantásticas, como pavões dotados de centenas de olhos nas penas salpicadas pelas cores de um arco-íris. Era uma galáxia de tons variáveis e estonteantes. O céu se encheu de pontos luminosos, que eram os olhos dos jacarés, sobre os quais focavam a luz de uma lanterna. O mundo ficou repleto de aves que apenas pairavam ao sabor da brisa noturna. De um canto de seu sonho, vinham, trotando, os quatro cavalos brancos de Napoleão Bonaparte, desorientados nos campos e matas do Novo Mundo. E astros e estrelas de todas as grandezas engoliam os buracos negros das tempestades emocionais.

As Solenidades vieram aos poucos com as patas envoltas em delicadas meias de lã. Súbito, apareceram centenas de sucuris, travando furioso combate contra jiboias e anacondas. Já era de manhazinha e as Realidades se reuniram para acordar o Major. Antes de acordar, o oficial sonhava que o lugar, de onde se postava, nunca tinha sido tocado pelos pés dos homens. Pensou estar no Paraíso. Tudo

era virgem; um mundo selvagem e em formação. Plantas e vegetação, cujo verde ardia nos olhos das salamandras. As samambaias gigantes cheiravam ainda às lavas do início do mundo. Virando-se para o outro lado, viu sua casa e a esposa cercada por cobras. Havia também temores noturnos. De repente ouviu uma voz longínqua:

“Major!... Major... acorde! Há uma mensagem no telégrafo do Forte Coimbra para o senhor! Deve ser importante!

O Major Carvalho passou a mão direita pelos olhos e testa; e meio macambuzio, digitou mentalmente estas frases;

- Ordenança! Mande urgente uma mensagem para o Forte Coimbra e outra para minha esposa. Ah! Sim! Aqui está: nossa missão é combater, matar ou prender uma quadrilha de bolivianos. Contrabandistas e traficantes de cocaína. Mandem alguém em casa avisar Ivone que vá verificar o chiqueiro. Vamos! Providenciem imediatamente; ela corre perigo!

Os filhos: O Silvio, o Airton e o Ivan pescavam piranhas gigantes em um trapiche em frente da casa. Esses famigerados peixes estão sempre esfomeados. Tudo era prodigioso; os meninos estavam sendo forjados pela bigorna da vida, para um futuro indezessável.

“Desloquemos agora o foco da nossa narrativa para a casa onde o casal vive com os filhos; lá mora o perigo!” Vejam o que se passa: D. Ivone recebe o aviso e se encaminha para o chiqueiro em um lado da casa. O esgoto corre para o rio, por meio de manilhas de barro queimado. As Aberrações e todas as Desolações estavam pelo ar. Eis a cena imorredoura; fantástica, inverossímil: uma leitoa com filhotes jazia deitada. Para nossa surpresa, apenas um cobra, jiboia, nova, com mais ou menos dois metros de comprimento “mamava” tranquilamente em uma teta túrgida da porca. Um soldado, espantado sacou da arma para matar o perigoso ofídio. Mas... D. Ivone não permitiu. O réptil prosseguiu mamando sossegadamente até que se fartou; foi embora por donde veio. Ainda bem!

O Ajudante de Ordens, a cavalo, foi cumprir as ordens do Major. Aliviado, o oficial abraçou o seu ajudante. Foram tomar uma

taça de vinho. O major, com a fisionomia agora em ordem, estava bem humorado e até falou:

- Estou aliviado! Sei também, agora qual é nossa missão! Vamos em frente; peçam que se jogue mais carvão nos fornos das caldeiras. À vontade! Soldados! Vamos aos contrabandistas! Eles não perdem por esperar! Ainda temos muito carvão para queimar!

- Vamos!

E foram; o barco ia trotando pelas águas; o capitão puxou a corda do apito a vapor; e, lentamente perderam-se na primeira curva à esquerda do rio. Uma página em branco ficará sob a mesa do Major para relatar mais uma façanha das Assombrações. Assombrado seja, todo aquele que não bebeu do vinho da alegria de viver sem mistérios. A sorte é um bicho esquivo; tudo pode acontecer, mas, Deus está conosco e as Desolações ficarão para sempre lá bem para trás, para onde o rio vai engrossando suas águas, até atingir e formar o grande delta do Rio da Prata: terra dos gringos, “Los hermanos argentinos;” À frente: os bolivianos!

A sentinela, derreado por uma carga e caixas de munições foi quem viu primeiro os bolivianos. Eles estavam entrincheirados atrás de troncos caídos, na margem esquerda do Rio. As balas de lado a lado zumbiam como moscas varejeiras. O odor agriço de sangue fresco encharcou o solo. O embate foi curto: a tropa do Major, treinada em combates na selva exterminou os quatro traficantes; um quinto fugiu. Um soldado da tropa do Quinto Batalhão de Fronteira teve o crânio estourado por uma bala de grosso calibre. Miolos e sangue encharcaram o tombadilho.

- Vamos soldados! O combate acabou! Vamos descer e procurar outros inimigos; podem ainda ser perigosos! Vamos! Desçam os barcos salva-vidas!

Descemos. O Major à frente, contente, afeito a vencer combates, andava nas pontas dos pés como patos novos. A mata era espessa; movia-se com cuidado. Major Carvalho, alerta:

- Cuidado! Pode haver algum gringo de tocaia!

- Sargento Mateus! Gritou o Major. Verifique se aquele corpo ainda respira! Soldados! Bom trabalho! Vitórias assim elevam o nosso moral!

No entanto, ao adentrarem pela mata, deram de cara, com uma cena dantesca: Uma imensa Sucuri jazia esticada e com o corpo avolumado mais cheio do que o resto da serpente. A imensa cobra mal se movia tal o peso que carregava. O Major estacou, com seus sentimentos de medo e covardia chutados para um lugar qualquer de sua bem organizada mente militar. E disse:

-Atirem na cabeça da Sucuri! Ela ainda está viva, digerindo...!

Morta e aberta: pavor dos pavores! O corpo meio digerido de um paisano ocupava os intestinos da besta. Não havia um só osso inteiro... O soldado Repulso de Souza contou como essas bestas ofídicas pegam suas presas. “Os répteis acham uma trilha qualquer; uma árvore cujos galhos paírem a mais de três ou quatro metros do chão. E se enroscam neles. E esperam... Quando uma presa passa, a sucuri simplesmente dá o bote: cai sobre a presa que mata com os anéis mortais que se fecham e trituram tudo como as “armas da guerra”.

- Bem, diz, o Major! Vamos navegar mais alguns quilômetros rio acima e depois voltaremos!

Enterraram os mortos, trataram os feridos; recolheram-se ao barco ancorado. Em pouco estavam de novo, navegando pelo curso fluvial que se aproximava de suas nascentes, situadas na larga calha entre a Chapada dos Parecis e a Serra da Estrela. Mas o destino é cruel: ele não tergiversa com suas vítimas. Agora faltava pouco para encerrar a missão (os bolivianos possuíam meia tonelada de maconha e cocaína). É noite. O barco volta a resfolegar; a tropa cansada vai se recolhendo; o ferido geme muito machucado, mas, por certo, não vai morrer. O barco vai cortando as mínimas ondas do velho rio. Há um luar desbotado, cobrindo corpos e almas dos ocupantes. O Major volta a fumar, na proa do barco.

Subitamente, a nave diminui a velocidade. As máquinas esforçam-se até à exaustão. O Barco para. Percorre uns metros e para de novo... Até que o Major fala:

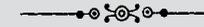
- Procurem o comandante: perguntem o porquê do barco não estar a andar. As rodas giram em ponto-morto. Vão lá!

- Soldados! Digam ao Major que o motor e as rodas do barco estão normais. “Estou acelerando o quanto posso.” Penso que devemos ver, sob, este luar do sertão, o que está a ocorrer. Vão! ”

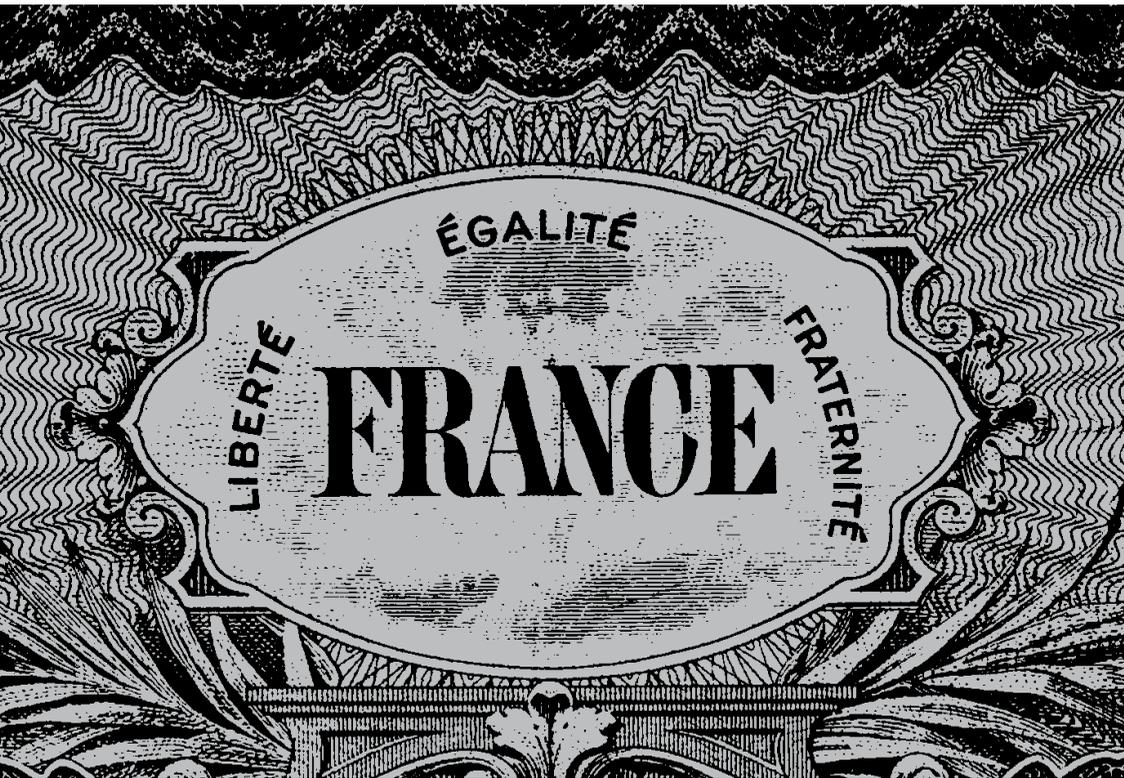
O Major e a tropa apanham suas lanternas, além do holofote portátil do comandante e verificam o que poderia estar ocorrendo. Súbito, um susto de ver assombrações se derrama sobre todos. O que é? Pergunta o Major! Olhem aqui! Na popa do Barco! Santo Deus! Vejam! (a cena é absurda e estarrece até aquele que merece); presa em um enorme anzol para peixes grandes, está presa pela boca uma imensa sucuri ou anaconda. Focando as luzes no descomunal ofídio de mais ou menos 13 metros, todos viram que a serpente era responsável pela parada do barco. Simplesmente a ponta do rabo do monstro se agarrara a uma árvore na margem. Inacreditável! Horror dos horrores! O barco “havia sido pescado” pelo monstro ofídico. Foi preciso, por sugestão do major, trazer uma metralhadora Kattling, rotativa, de doze canos, para crivar de balas a cabeça da cobra. Aberta: lá em seu bojo jaziam os restos de um adulto humano, uma criança, dois cães de guarda e um bezerro. E se alguém duvidava do que o major me contou eu confirmarei prudente: Gente! Eu vi! (Major Carvalho voltou a fumar, só que agora na popa).



HÉLAS, FRANCE OUTRA VEZ!



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND



A Aliança Francesa de Curitiba promoveu, como faz tradicionalmente, a sua festa comemorativa da Data Nacional da França, assim como fazem as entidades ligadas a sua cultura e a sua história, dentro e fora do País. A festa, que se realizou a partir de onze horas da manhã, contou com uma apresentação da atual Presidente Nancy Westphalen, seguida do discurso do Presidente de Honra Eduardo Rocha Virmond, a que se seguiu o Hino Nacional Brasileiro e o majestoso Hino Francês “Allons enfants de la Patrie...”etc., passando-se ao coquetel que a Aliança ofereceu. Um momento de emoção e alegria, que se desenvolveu em grande camaradagem, sem se imaginar que logo a seguir a França seria palco de uma enorme tragédia, provocada pela covarde, cruel e nojenta conspiração, com tantos inocentes mortos e feridos, em um local onde a paz reina há centenas de anos, como seja em Nice – lindo balneário do Mediterrâneo. As posições agora se invertem, ao invés dos inspirados procurarem o abrigo da França, como Shakespeare já dizia em “Hamlet”, é a França que deve precisar da solidariedade dos povos que admiraram o seu exemplo, entre os quais o povo brasileiro. Não poderíamos imaginar que enquanto festejávamos reunidos, logo a seguir ocorresse em Nice a enorme brutalidade com aparência de gosto sem motivo, como diria André Gide em “Subterrâneos do Vaticano”, para o qual o nosso lamento e indignação nem a nós chega a satisfazer, porque vai além de nossas forças.

Hoje estamos comemorando, como de hábito, a data nacional da França, por excelência 14 de Julho, memória da Queda da Bastilha: na verdade se tornou um símbolo da Revolução Francesa. A Aliança Francesa cumpre um dos aspectos relevantes de sua missão, ao tornar mais que evidente a sua ligação com a história da França, que obteve, nesse lance, uma extraordinária repercussão em todo o mundo, repercussão esse que se estendeu pelos anos afora. A Revolução Americana e sua clássica proclamação de independência, a anteceder a Revolução Francesa, colaborou decisivamente para que esta se realizasse com os augustos lemas de Liberdade, Fraternidade e Igualdade, que se aperfeiçoaram decisivamente nas ruas de Paris e se abriram para toda a França, e em seguida tomaram conta de todos os movimentos libertários em todo o mundo. Esse sopro atingiu o Brasil e a sua inteligência, que tinha pronta a tendência de assimilar gravemente, mas de modo lento e gradual, como aconteceu, os postulados que abrangiam a vida aberta ou secreta da crescente nacionalidade que toma conta do território brasileiro.

Não deveremos ser tão graves nesta comemoração, porém não podemos omitir que a França está passando um momento de extrema dificuldade, mais de ordem política e cultural, externa e internamente, em agressivo e surpreendente efeito, com a intenção de alquebrar a sua vitalidade milenar. Nosso alcance de óbvia solidariedade, será diminuto, por dificuldade de meios a se dispor para tanto, porém sempre esta voz será ouvida à distância e assim reconhecida.

A França para nós representa papel tão importante, tão significativo que está e estará fazendo parte de nosso inconsciente coletivo, e em nossa elaboração do presente para engrandecer as perspectivas que se somaram ao que o Brasil apresenta de original, de simplicidade, de vivacidade antes de tudo, ao que disse o notável historiador Fernand Braudel, nos originais termos que passo a reler:

“Eu me tornei inteligente indo ao Brasil. O espetáculo que eu tinha sob meus olhos era um tal espetáculo de história, um tal espetáculo de gentileza social, que eu passei a compreender a vida de maneira diferente. Os mais belos anos de minha vida eu os passei no Brasil. Foi o que houve de conseqüências sobre mim e me expatriou de algum jeito”.

Assim falou Fernand Braudel e nos ajudou também a ter admiração sobre esses aspectos de nosso Brasil, que aumenta e nos desperta sensivelmente para o nosso cabedal de brasileiro, do brasileiro que não desiste de ser brasileiro.

Louvemos esta oportunidade de reunir seguidores que somos da França, que a Aliança Francesa nos proporciona, de saudar a França e sua grandeza, essa França que soube resistir a tantas dificuldades, oxalá venha a superá-las, agigantar-se outra vez, para pacificar as consciências, em alerta para os seus constantes reinícios, como pôde realizar no curso de sua história e de nossa história.

Vamos todos comemorar!



A TRÍADE PSÍQUICA DE MALEBRANCHE



Por ANTONIO CELSO MENDES



Resulta assaz estimulante a intuição mística criada pelo pensador francês NICOLAS MALEBRANCHE (1638-1715), segundo a qual Deus ocupa um lugar de destaque em nossa psique, mantendo nossa vida, resumida em sensibilidade, imaginação e racionalidade (*Nós vemos todas as coisas em Deus*). Tal **ocasionalismo** nos dá assim a garantia de nossa importância como seres vivos, confirmando a afirmação de São Paulo no areópago: “NEle vivemos, nos movemos e existimos” (At: 17, 28). Sem dúvida, a única forma de resgatarmos a dignidade humana será através de sua vinculação essencial a algo divino, depois que DARWIN nos igualou a meros macacos que evoluíram (sic)!

Sob a influência de DESCARTES e SANTO AGOSTINHO, Malebranche deu ênfase peculiar ao racionalismo, porém sem perder o lado místico de sua feição aberta ao transcendente. Contudo, uma análise atual de seu pensamento não pode deixar de levar em conta a crise atual que atinge o racionalismo clássico, afetado por suas dimensões linguísticas e semióticas. Dessa forma, suas intuições sobre a descoberta da verdade podem ser examinadas sobre novas ilações paradigmáticas, mais consentâneas ao momento cultural que estamos vivendo, sem deixar de assimilar a originalidade de seu pensamento.

Assim, em sua obra principal, *A Procura da Verdade*, Malebranche nos propõe como fontes originárias de nosso conhecimento os sentidos, a imaginação e a razão. Não obstante, há uma disfunção entre estas

três fontes de nosso saber, motivada por uma falha desconhecida (um pecado original?), que não permite um equilíbrio saudável entre elas, que deveriam testemunhar DEUS de uma forma natural. Por isso, a todo momento os sentidos nos enganam, assim como a imaginação, que facilmente se perde nos desvarios das alucinações; o mesmo acontecendo com a razão, sempre às voltas com seus sofismas. Dessa forma, nossas ideias perdem a sua eficácia, permanecendo apenas como simbolismos desconexos.

Dessa forma, esta percepção imediata da realidade de Deus mantendo a vida a todas as formas da criação seria para nós algo evidente, não fosse aquela falha original. Assim, segundo Malebranche, estas são as causas de nossas falhas na percepção de Deus, que é de fato a fonte e a origem de todas as nossas experiências, pois sem Ele nada teria vida e muito menos consciência. Não obstante, nossas ideias permanecem abstratas e simbólicas, impedindo suas relações essenciais com a Divindade.

Como inovação, mesmo assim são possíveis ilações paradigmáticas sobre a tríade de Malebranche, dizendo que o mundo de nossos sentidos refere-se ao macrocosmo ou o universo de Deus-Pai; o mundo de nossa imaginação se refere ao microcosmo, aquele dos milagres quânticos, similares ao Deus-Filho; por fim, nossa razão diz respeito ao mundo virtual, as criações da cultura, tendo correspondência com as ações do Espírito Santo.

Como conclusão, nada impede nossas analogias de compreensão, frutos de nossa capacidade inteligente, permitindo assim que possamos unir o céu e a terra, uma constatação de vitalidade conceitual que une o ser humano ao Universo e às Fontes de seu surgimento. Não obstante, tudo isso só se torna possível, se mantivermos as intuições imediatas que nos sugerem a existência de um Criador, a presença do infinito e do bem como frutos pela presença de Deus.



OS ÁTOMOS, PARECE QUE SÃO VIRTUAIS



Por ANTONIO CELSO MENDES

Contrariamente ao idealismo popular, que apregoa a virtude dos nobres ideais, o idealismo filosófico defende o primado das ideias na conformação da realidade, como propôs PLATÃO desde o século IV a.C. ou mesmo DESCARTES, já no início da era moderna (*cogito, ergo sum!*). Posteriormente, o sacerdote irlandês Jorge BERKELEY (1685-1753) nos deixou a expressão célebre *ser é perceber ou ser percebido*, ou seja, o primado é da consciência sobre tudo que aparece.

PLATÃO, como se verifica pela história, foi o primeiro a defender o primado das ideias (formas) na constituição de nossa sensibilidade, como um sol a iluminar nossa inteligência, alcançando assim a essência das coisas. RAFAEL, pretendendo significar o que isso queria dizer, em sua pintura na Capela Sistina “A Escola de Atenas”, colocou Platão com seu dedo voltado para cima, contrariamente a Aristóteles, que foi colocado com o seu voltado para baixo, assinalando assim o aspecto transcendente que o idealismo nos sugere.

Ora, é um dado aparentemente evidente, que tudo o que conhecemos, depende, em última análise, de nossa conformação mental, sem a qual não teria sido possível estruturar nosso saber, toda a nossa ciência. Este é um princípio antrópico que parece fundamentar toda a estrutura do Universo, que tem caminhado, por milênios, no esforço de concretizar cada vez mais, o primado do Espírito sobre as contingências da matéria, ela mesma a serviço dessa espiritualidade (sic).



Não obstante, as coisas existem mesmo que eu não as perceba? Sim e não, pois elas se tornam reais para mim, apenas depois que eu as tenha percebido. Tal problema se tornou crucial agora, com as pesquisas no campo da mecânica quântica, constituindo um enigma de complexa solução. Acontece que os cientistas, em suas pesquisas em torno dos átomos, verificaram que eles se comportam como que dependentes de nossas hipóteses, atuando sempre de acordo com o que foi proposto investigar (enigma do condicionamento).

O mundo quântico, que faz aparecer os átomos ora como ondas ou partículas, seriam reações normais do microcosmo em função das experiências colocadas, o que faz a mecânica quântica ficar subordinada às iniciativas dos instrumentos elencados, tornando o fenômeno completamente dependente da maneira de pesquisá-los. O mesmo ocorre com o princípio da incerteza, de HEISENBERG e DIRAC, segundo os quais não é possível determinar simultaneamente a posição e a velocidade de um átomo, sendo possível apenas a verificação de um dos aspectos. Não obstante, isso não seria um efeito da alternância do átomo ora como partícula (posição) ou ora como onda (velocidade), aparentemente excludentes?

Dessa forma, são imensas as limitações que os cientistas verificam, quando se trata de investigar teoricamente o microcosmo, principalmente quando colocado em suas relações com o macrocosmo, como no caso do estudo do espaço ou da gravidade (quântica), mesmo tendo obtido resultados espetaculares em seus resultados eletrônicos, como sejam a radioatividade, os computadores, a internet, os celulares, as micro-ondas, as ressonâncias magnéticas, que têm alterado profundamente a vida atual das pessoas.

O acolhimento de nossa consciência como ínsita nas investigações, não obstante, tem encontrado sérias resistências dos cientistas ortodoxos, que relutam em aceitar a possível prioridade da consciência na formulação das teorias concernentes, uma aberração subjetiva na pretensa objetividade da ciência.



HOMOLOGIAS SIMBÓLICAS



Por ANTONIO CELSO MENDES

Em nossa mente podemos verificar facilmente a distinção entre representações sensíveis e representações mentais, estas girando apenas em torno de seu autofuncionamento. Verifica-se também que a capacidade humana de apresentar suas representações mentais se dá de maneira abrangente e variada, caracterizando bem as formas pelas quais ela se coloca acima da materialidade, formando conceitos em nível abstrato.

Sob este aspecto, há que se considerar a distinção entre sinais, sintomas, signos e símbolos. Os sinais antecipam os acontecimentos, como no caso de nuvens que preludiam as chuvas. Já os signos são sinais abstratos, como os números ou os sinais de trânsito. Os sintomas, por sua vez, indicam sinais antecipados de ocorrências previsíveis, como as dores.

Já os símbolos possuem características peculiares, como signos carregados de conotações sentimentais. Assim, nos emocionamos com nossas bandeiras, nossos slogans, nossas imagens religiosas, nossos ícones, totens e tabus representativos. É necessário ressaltar que tais manifestações mentais não são produto de fantasia, por se constituírem como laços de interligação entre a realidade e nossa mente, entre o real e o imaginário, este concebido de forma transcendental.

Além disso, em biologia, é comum a distinção entre analogias e homologias, a primeira dizendo respeito às semelhanças biológicas que não possuem a mesma origem genética, sendo apenas resultados

de uma adaptação. Assim, são análogas as semelhanças entre as asas dos insetos, as asas das aves e as dos morcegos. Já a homologia diz respeito à aglutinação de diferentes órgãos, mas que possuem a mesma conformação genética, como ocorre quando dizemos aparelho digestivo, nos referindo à boca, faringe ou ao estômago.

Porém, há ainda as analogias e as homologias culturais, dentro das quais nosso espírito demonstra especiais habilidades. Assim, as analogias nos capacitam a estabelecer semelhanças entre coisas aparentemente diferentes, constituindo convenções linguísticas, como ocorre na palavra 'cisne', que pode se referir tanto ao animal como a uma constelação; 'animal racional', para definir o ser humano; ou a relação entre número e quantidade, etc.

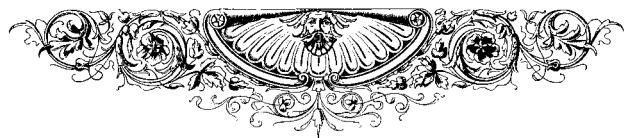
Como ilações conceituais, as homologias culturais, produtos puramente simbólicos de nosso espírito, unem aspectos diferentes em sua essência, mas que nosso espírito as relacionam, vendo nelas estereótipos que lhes são afins. As homologias, dessa forma, são processos hermenêuticos simbólicos que atribuem relações afins entre aspectos aparentemente diferenciados, mas que podem ser identificados através dos simbolismos pressentidos. Dessa forma, torna-se possível, a partir de nossa criatividade mental, perceber fenômenos relacionais entre coisas aparentemente distintas, mas que nelas se encontram atribuídas similitudes funcionais.

Eis alguns exemplos:

- os comportamentos/clichês comuns nas diversas classes sociais: pobres, médios ou ricos
- as ideias revestidas de interesses constituindo as ideologias
- a atribuição de autoconsciência ao Universo
- o número UM quando referido à Fonte Criadora

- os três universos: cósmico, quântico e virtual quando homólogos à manifestação de uma Trindade: o cosmos, como reino do Pai; o microcosmo quântico, peculiar ao reino do Filho e o mundo virtual da cultura, semelhante à ação do Espírito Santo
- o sacrifício de Cristo como redenção da humanidade
- a política como inerente às práticas antiéticas
- a retidão como intrínseca à virtude moral, etc.





RELAÇÃO DAS CADEIRAS

PATRONOS
FUNDADORES
OCUPANTES



CADEIRA N.º 1

PATRONO

Antônio Vieira dos Santos (1784-1854)

FUNDADOR

José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933)

1.º OCUPANTE

Valfrido Pilotto (1903-2006)

2.º OCUPANTE

Dante José Mendonça (1951)

CADEIRA N.º 2

PATRONO

Cândido Martins Lopes (1803-1871)

FUNDADOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938)

1.º OCUPANTE

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955)

2.º OCUPANTE

Oswaldo Pilotto (1901-1993)

3.º OCUPANTE

Luiz Romaguera Netto (1935-2004)

4.º OCUPANTE

Ernani Buchmann (1948)

CADEIRA N.º 3

PATRONO

Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)

FUNDADOR

Moysés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)

1.º OCUPANTE

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968)

2.º OCUPANTE

Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987)

3.º OCUPANTE

René Ariel Dotti (1934)

CADEIRA N.º 4

PATRONO

Dr. José Cândido da Silva Murici (1827-1879)

FUNDADOR

José Cândido da Silva Muricy (1863-1943)

1.º OCUPANTE

José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984)

2.º OCUPANTE

Eduardo Rocha Virmond (1929)

CADEIRA N.º 5

PATRONO

Fernando Amaro de Miranda (1831-1857)

FUNDADOR

Manoel de Azevedo da Silveira Neto (1872-1942)

1.º OCUPANTE

Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)

2.º OCUPANTE

Leopoldo Scherner (1919-2011)

3.º OCUPANTE

Paulo Venturelli (1950)

CADEIRA N.º 6

PATRONO

Senador Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905)

FUNDADOR

Nestor Víctor dos Santos (1868-1932)

1.º OCUPANTE

Ulysses Falcão Vieira (1885-1942)

2.º OCUPANTE

Ernani Guarita Cartaxo (1900-1967)

3.º OCUPANTE

Francisco Raitani (1897-1971)

4.º OCUPANTE

Felício Raitani Neto (1917 - 2000)

5.º OCUPANTE

Harley Clóvis Stocchero (1926-2005)

6.º OCUPANTE

Oriovisto Guimarães (1945)

CADEIRA N.º 7

PATRONO

Bento Fernandes de Barros (1834-1903)

FUNDADOR

João Pamphilo d'Assumpção (1865-1945)

1.º OCUPANTE

Oscar Martins Gomes (1893-1977)

2.º OCUPANTE

Marino Bueno Brandão Braga (1920-2010)

3.º OCUPANTE

Ney José de Freitas (1953)

CADEIRA N.º 8

PATRONO

Francisco Antônio Monteiro Tourinho (1837-1885)

FUNDADOR

Jaime Ballão (1869-1930)

1.º OCUPANTE

Ildefonso Serro Azul (1888-1949)

(Ildefonso Pereira Correia)

2.º OCUPANTE

Jaime Ballão Júnior (1891-1968)

3.º OCUPANTE

Elias Karam (1902-1975)

4.º OCUPANTE

Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998)

5.º OCUPANTE

Rafael Valdomiro Greca de Macedo (1956)

CADEIRA N.º 9

PATRONO

Manoel Euphrasio Correia (1839-1888)

FUNDADOR

Leôncio Correia (1865-1950)

1.º OCUPANTE

Vasco José Taborda Ribas (1909-1997)

2.º OCUPANTE

Ário Taborda Dergint de Rawicz (1931)

CADEIRA N.º 10

PATRONO

Telêmaco Augusto Enéas Morocines Borba (1840-1919)

FUNDADOR

Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932)

1.º OCUPANTE

Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937)

2.º OCUPANTE

Arthur Martins Franco (1876-1979)

3.º OCUPANTE

Ruy Christovam Wachowicz (1939-2000)

4.º OCUPANTE

Raymundo Maximiano Negrão Torres (1925-2006)

5.º OCUPANTE

Flora Camargo Munhoz da Rocha (1911-2014)

6.º OCUPANTE

Flávio Arns (1950)

CADEIRA N.º 11

PATRONO

Alfredo Caetano Munhoz (1845-1921)

FUNDADOR

Alcides Munhoz (1873-1930)

1.º OCUPANTE

Laertes de Macedo Munhoz (1900-1967)

2.º OCUPANTE

João Manuel Simões (1939)

CADEIRA N.º 12

PATRONO

Ubaldo do Amaral Fontoura (1842-1920)

FUNDADOR

Euclides da Motta Bandeira e Silva (1877-1947)

1.º OCUPANTE

José de Sá Nunes (1893-1954)

2.º OCUPANTE

Faris Antônio Salomão Michaele (1911-1977)

3.º OCUPANTE

Ernani Costa Straube (1929)

CADEIRA N.º 13

PATRONO

Generoso Marques dos Santos (1844-1928)

FUNDADOR

Enéas Marques dos Santos (1883-1961)

1.º OCUPANTE

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1916-2002)

2.º OCUPANTE

Rui Cavallin Pinto (1928)

CADEIRA N.º 14

PATRONO

José Bernardino Bormann (1844-1919)

FUNDADOR

Dídio Iratim Affonso da Costa (1881-1953)

1.º OCUPANTE

Júlio Estrella Moreira (1899-1975)

2.º OCUPANTE

José Carlos Veiga Lopes (1939-2010)

4.º OCUPANTE

Guido Viaro (1968)

CADEIRA N.º 15

PATRONO

Dr. João José Pedrosa (1844-1882)

FUNDADOR

Clemente Ritz (1888-1935)

1.º OCUPANTE

Virgílio Moreira (1900-1973)

2.º OCUPANTE

Christovam Colombo de Souza (1920-1991)

3.º OCUPANTE

Adélia Maria Woellner (1940)

CADEIRA N.º 16

PATRONO

Brasílio Itiberê da Cunha (1846-1913)

FUNDADOR

Paulo Ildephonso d'Assumpção (1868-1928)

1.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos (1878-1957)

2.º OCUPANTE

Bento João d'Albuquerque Mossurunga (1879-1970)

3.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos Filho (1914-1987)

4.º OCUPANTE

Alceo Ariosto Bocchino (1918 - 2013)

5.º OCUPANTE

Paulo Sergio da Graça Torres Pereira (1954)

CADEIRA N.º 17

PATRONO

Eusébio Silveira da Motta (1847-1909)

FUNDADOR

Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937)

1.º OCUPANTE

Dicesar Plaisant (1894-1969)

2.º OCUPANTE

Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983)

3.º OCUPANTE

Euro Brandão (1924-2000)

4.º OCUPANTE

Clemente Ivo Juliatto (1940)

CADEIRA N.º 18

PATRONO

Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847-1909)

FUNDADOR

Hypólito Pacheco Alves de Araújo (1969-1946)

1.º OCUPANTE

Manoel de Lacerda Pinto (1893-1974)

2.º OCUPANTE

Francisco da Cunha Pereira Filho (1926-2009)

3.º OCUPANTE

José Laurentino Gomes (1956)**CADEIRA N.º 19**

PATRONO

José Gonçalves de Moraes (1849-1909)

FUNDADOR

José Gelbecke (1879-1960)

1.º OCUPANTE

Arildo José de Albuquerque (1914-1974)

2.º OCUPANTE

Joaquim Carvalho (1910-1974)

3.º OCUPANTE

Carlos Alberto Sanches (1941)**CADEIRA N.º 20**

PATRONO

Albino José Silva (1845-1905)

FUNDADOR

José Niepce da Silva (1876-1935)

1.º OCUPANTE

Ciro Silva (1883-1968)

2.º OCUPANTE

Francisco Pereira da Silva (1909-1974)

3.º OCUPANTE

Samuel Guimarães da Costa (1917-1997)

4.º OCUPANTE

Luiz Geraldo Mazza (1931)**CADEIRA N.º 21**

PATRONO

João Evangelista Braga (1850-1913)

FUNDADOR

Leônidas Moura de Loyola (1892-1938)

1.º OCUPANTE

Milton Ericksen Carneiro (1902-1975)

2.º OCUPANTE

Ernani Simas Alves (1914-2000)

3.º OCUPANTE

Albino de Brito Freire (1941)**CADEIRA N.º 22**

PATRONO

Monsenhor Manoel Vicente Montepoliciano da Silva (1851-1909)

FUNDADOR

Bispo Dom Alberto José Gonçalves (1859-1945)

1.º OCUPANTE

Carlos Stellfeld (1900-1970)

2.º OCUPANTE

Metry Bacila (1922 - 2012)

3.º OCUPANTE

João José Bigarella (1923 - 2016)

4.º OCUPANTE

Etel Frota (1952)**CADEIRA N.º 23**

PATRONO

Fernando Machado Simas (1851-1916)

FUNDADOR

Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938)

1.º OCUPANTE

Hugo Gutierrez Simas (1883-1941)

2.º OCUPANTE

Arthur Ferreira dos Santos (1894-1972)

3.º OCUPANTE

Odilon Túlio Vargas (1929-2008)

4.º OCUPANTE

Jeorling Joely Cordeiro Cleve (1932)**CADEIRA.º 24**

PATRONO

Luiz Ferreira França (1853-1921)

FUNDADOR

Serafim França (1888-1967)

1.º OCUPANTE

Assad Amadeu Yassim (1935-1985)

2.º OCUPANTE

Chloris Casagrande Justen (1923)**CADEIRA N.º 25**

PATRONO

Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)

FUNDADOR

João Cândido Ferreira (1864-1948)

1.º OCUPANTE

Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973)

2.º OCUPANTE

Ruy Noronha Miranda (1914-2010)

3.º OCUPANTE

Paulo Vítola (1947)

CADEIRA N.º 26

PATRONO

Joaquim Dias da Rocha Filho (1862-1895)

FUNDADOR

Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982)

1.º OCUPANTE

Wilson da Silva Bóia (1927-2005)

2.º OCUPANTE

Leo de Almeida Neves (1932)**CADEIRA N.º 27**

PATRONO

Domingos Virgílio do Nascimento (1862-1915)

FUNDADOR

Omar Gonçalves da Motta (1910-1972)

1.º OCUPANTE

Noel Nascimento (1925 - 2013)

2.º OCUPANTE

Marta Morais da Costa (1945)**CADEIRA N.º 28**

PATRONO

Francisco Carvalho de Oliveira (1863-1927)

FUNDADOR

Rodrigo Júnior (1887-1964)

(João Baptista Carvalho de Oliveira)

1.º OCUPANTE

Leonardo Henke (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Helena Kolody (1912-2004)

3.º OCUPANTE

Belmiro Valverde Jobim Castor (1942 - 2014)

4.º OCUPANTE

Nilson Monteiro (1951)**CADEIRA N.º 29**

PATRONO

Leônidas Fernandes de Barros (1865-1926)

FUNDADOR

Adolpho Jansen Werneck de Capistrano (1879-1932)

1.º OCUPANTE

Alcindo Lima (1902-1935)

2.º OCUPANTE

Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

4.º OCUPANTE

Darci Piana (1941)**CADEIRA N.º 30**

PATRONO

Emiliano David Pernetá (1866-1921)

FUNDADOR

José Henrique de Santa Ritta (1872-1944)

1.º OCUPANTE

Octávio De Sá Barreto (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Oldemar Justus (1922-2006)

3.º OCUPANTE

Adherbal Fortes de Sá Júnior (1938)**CADEIRA N.º 31**

PATRONO

Emílio Correia de Menezes (1866-1918)

FUNDADOR

Helvídio da Silva Pereira (1883-19?)

1.º OCUPANTE

Lauro Grein Filho (1921 - 2015)

2.º OCUPANTE

Roberto Gomes (1944)**CADEIRA N.º 32**

PATRONO

Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior (1866-1926)

FUNDADOR

Alceu Chichorro (1896-1977)

1.º OCUPANTE

Emílio Leão de Mattos Sounis (1913-1999)

2.º OCUPANTE

José Wanderlei Miranda de Resende (1938 - 2016)

3.º OCUPANTE

Luci Collin (1964)**CADEIRA N.º 33**

PATRONO

Nestor Pereira de Castro (1867-1906)

FUNDADOR

Samuel César de Oliveira (1895-1934)

1.º OCUPANTE

Alfredo Romário Martins (1874-1948)

2.º OCUPANTE

José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977)

3.º OCUPANTE

Edwino Donato Tempiski (1913-1995)

4.º OCUPANTE

Edilberto Trevisan (1923-2010)

5.º OCUPANTE

Roberto Mugiatti (1937)

CADEIRA N.º 34

PATRONO

Júlio David Pernet (1869-1921)

FUNDADOR

João David Pernet (1874-1933)

1.º OCUPANTE

Raul Rodrigues Gomes (1889-1975)

2.º OCUPANTE

Antônio Celso Mendes (1934)**CADEIRA N.º 35**

PATRONO

Nilo Cairo da Silva (1874-1928)

FUNDADOR

José Pereira de Macedo (1883-1965)

1.º OCUPANTE

Mario Braga de Abreu (1906-1981)

2.º OCUPANTE

Moysés Goldstein Paciornik (1914-2008)

3.º OCUPANTE

Ricardo Pasquini (1938)**CADEIRA N.º 36**

PATRONO

Ricardo Pereira de Lemos (1871-1932)

FUNDADOR

Heitor Stockler de França (1888-1975)

1.º OCUPANTE

Apollo Taborda França (1926 - 2017)**CADEIRA N.º 37**

PATRONO

Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926)

FUNDADOR

Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior (1880-1958)

1.º OCUPANTE

José Augusto Gumy (1889-1971)

2.º OCUPANTE

Dario Nogueira dos Santos (1899-1980)

3.º OCUPANTE

Pompília Lopes dos Santos (1900-1993)

4.º OCUPANTE

Hellé Vellozo Fernandes (1925-2008)

5.º OCUPANTE

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (1938)**CADEIRA N.º 38**

PATRONO

Reinaldino Antônio Scharffenberg de Quadros (1878-1929)

FUNDADOR

Durval Borges de Macedo (1895-1984)

1.º OCUPANTE

Mário Marcondes de Albuquerque (1915-1998)

2.º OCUPANTE

Carlos Roberto Antunes dos Santos (1945-2013)

3.º OCUPANTE

Maria José Justino (1949)**CADEIRA N.º 39**

PATRONO

Aristides de Paula França (1879-1910)

FUNDADOR

José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942)

1.º OCUPANTE

José Farani Mansur Guérios (1906-1943)

2.º OCUPANTE

Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1984)

3.º OCUPANTE

Francisco Filipak (1924-2010)

4.º OCUPANTE

Cecília Helm (1937)**CADEIRA N.º 40**

PATRONO

Cícero Marcondes França (1884-1908)

FUNDADOR

Generoso Borges de Macedo (1875-1945)

1.º OCUPANTE

Ângelo Guarinello (1876-1959)

2.º OCUPANTE

Alvir Rieseberg (1907-1975)

3.º OCUPANTE

Valério Hoerner Júnior (1943-2015)**BENEMÉRITOS**

LUÍS RENATO PEDROSO

CAÍQUE FERRANTE

HONORÁRIOS

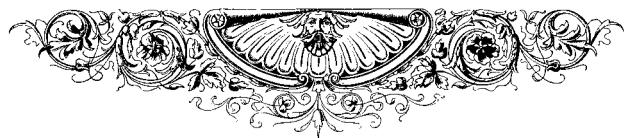
ENNIO MARQUES FERREIRA

HENRIQUETA P. MONTEIRO GARCEZ DUARTE

ORLANDO SOARES CARBONAR



ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS



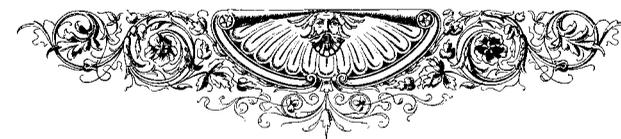
Adélia Maria Woellner adeliamaria@hotmail.com	Rodovia Delegado João Leopoldo Jacomel, 5020 casa 659 Piraquara – PR 83310-170	(41) 3673-2384
Adherbal Fortes de Sá Júnior afortesjr@uol.com.br	Rua Ivo Leão, 702, ap.103 Curitiba - PR 80030-180	(41) 3252-2035
Albino de Brito Freire abfreire2007@onda.com.br	Al. Júlia da Costa, 941, ap.902 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3015-7214
Antônio Celso Mendes antcmendes@gmail.com	Av.Anita Garibaldi, 31, ap.1102 Curitiba – PR 80540-180	(41) 3253-2645
Apollo Taborda França murilohfrana@yahoo.com.br	Rua Visc. Guarapuava 1535, ap.122 Curitiba – PR 80060-060	(41) 3363-5199
Ário Taborda Dergint ligiadergint@gmail.com.br	Rua Des. Otávio Amaral 770,ap.3 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3335-9727
Carlos Alberto Sanches carlosasanches2@yahoo.com.br	Av. Iguaçu, 3000/ 501 Curitiba – PR 80240-031	(41) 3244-9279
Cecília Maria Vieira Helm helmcecilia@gmail.com	Rua Camões, 1790 - ap.101 Curitiba - PR 80040-180	(41) 3254-1914
Chloris Casagrande Justen cjusten@onda.com.br	Rua Des.OtávioAmaral, 557, ap.142 Curitiba - PR 80730-400	(41) 3336-4237

Clemente Ivo Juliatto cijpucpr@yahoo.com.br	Rua Justo Azambuja,365 São Paulo - SP 01518-000	(11) 3209 0977
Clotilde de Lourdes B. Germiniani frankgerminiani@uol.com.br	Rua Buenos Aires, 611, ap.201 Curitiba - PR 80250-070	(41) 3233-7941
Dante Mendonça dantejmendonca@gmail.com	Rua Augusto Stelfeld, 873, ap. 203, Centro Curitiba - PR 80430-140	(41) 3233-2346
Darci Piana presidencia@fecomercio.com.br	Rua Visconde do Rio Branco 931, 6º andar , Curitiba – PR 80410-001	(41) 3883-4512
Eduardo Rocha Virmond erv@ervirmond.com.br	Rua Lamenha Lins,940 Curitiba – PR 80020-917	(41) 3222-0348
Ernani Costa Straube ihgpr1900@hotmail.com	Av. Paraná, 775, ap.06 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-4767
Ernani Lopes Buchmann ernanibuchmann@gmail.com	Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 1720 ap. 2303 Curitiba - PR 81200-110	(41) 3279-1270
Etel Frota etel.frota.01@gmail.com	Rua Padre Anchieta, 1251 ap.901, Bigorriho Curitiba - PR 80730-000	(41) 3013-3981
Flávio Arns flavioarns.parana@gmail.	Rua Nunes Machado,2035 Rebouças Curitiba - PR 80220-070	(41) 3332-9161
Guido Viaro guidoviaro@outlook.com	Rua Rafael Papa , 109 Jardim Social Curitiba - PR 82530-190	(41) 3262-2747

Jeorling Cordeiro Clève dircecleve@onda.com.br	Rua Deputado Mário de Barros, 944 Curitiba - PR 80530-280	(41) 3253-4539
João Manoel Simões	Rua Tibagi, 137/ 142 Curitiba – PR 80060-110	(41) 3222-9988
Laurentino Gomes laurentinogomes@me.com	Rua Vinte e Um, 51 Condomínio Vila Real de Itu Itu-SP 13312-393	(11)-99626-7252
Léo de Almeida Neves leoneves@cafepele.com.br	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 1º andar, cj 101 São Paulo SP 04538-132	(11) -2175-2707
Luci Collin collinluci@gmail.com	Rua Treze de Maio, 1083, ap.41 São Francisco Curitiba - PR 80510-030	(41) 3077- 6079
Luiz Geraldo Mazza cbn@cbncuritiba.com.br	Av. Paraná, 775/01 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-8504
Maria José Justino mjjustino@gmail.com	Rua Alfredo Schwartz,37 Santo Inácio, Curitiba – PR 82010-410	(41) 3272-1069
Marta Moraes da Costa mcosta45@yahoo.com.br	Avenida Nossa Senhora da Luz, 340 ap.602 - Bacacheri Curitiba – PR 80510-020	(41) 3606 2240
Ney José de Freitas neyfreitas@trt9.jus.br	Alameda Dr. Carlos de Carvalho 528, TRT9ª , Curitiba – PR 80430-180	(41) 3310-7000

Nilson Monteiro nilson_monteiro51@hotmail.com	Rua Mauá, 1251, ap.301B Alto da Glória, Curitiba – PR 80030-200	(41) 3267-1112
Oriovisto Guimarães eladir@ogdm.com.br	Rua Gonçalves Dias, 665 Seminário, Curitiba – PR 80240-340	(41) 3335-1441
Paulo Torres drpaulotorres@gmail.com	7 LLOVERA PL ' Palm Cost USA 32164	
Paulo Venturelli paventur@uol.com.br	Rua Nicarágua, 888, ap.103 Curitiba PR CEP 82510 170	(41) 3257 - 3587
Paulo Vítola paulovitola@paulovitola.com.br	Rua Padre Agostinho, 1415 Mercês , Curitiba - PR 80710-000	(41) 3405- 3642
Rafael Greca de Macedo rafaelgreca@pmc.curitiba.pr.gov.br	Rua Ébano Pereira, 11-14º andar Curitiba – PR 80410-901	(41) 3324-4000
René Ariel Dotti rene.dotti@adv.br	Av. Nossa Senhora da Luz, 2625 Jardim Social, Curitiba – PR 82510-010	(41) 3263-3843

Ricardo Pasquini rpasquini@uol.com.br	Rua Mendelssohn, 50 Vista Alegre, Curitiba - PR 80820-120	(41) 3338-6312
Roberto Gomes roberto.o.gomes@gmail.com	Rua Eça de Queiroz 1102, ap.302 Ahú Curitiba - PR 80540-140	(41) 99855-8052
Roberto Fernando Muggiati muggiati@infolink.com.br	Rua Real Grandeza, 82, casa 3 Rio de Janeiro - PR 22281-034	(21) 2537-4900 (41) 97174-5088
Rui Cavallin Pinto rpullus@turbo.com.br	Av. Vicente Machado 1171, ap.402 Curitiba-PR 800420 011	(41) 3232-8767



SUMÁRIO



- PREÂMBULO **5**
Eduardo Rocha Virmond
- DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA
DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS **9**
Ernani Buchmann
- DISCURSO DE SAUDAÇÃO
AO ACADÊMICO ERNANI BUCHMANN **15**
José Augusto Araújo de Noronha
- DISCURSO DE SAUDAÇÃO
AO ACADÊMICO ERNANI BUCHMANN **19**
Eduardo Rocha Virmond
- ABERTURA DA SESSÃO SOLENE AOS
MEMBROS BENEMÉRITOS E DE HONRA - APL **23**
Ernani Buchmann
- SAUDAÇÃO AOS MEMBROS
BENEMÉRITOS E DE HONRA - APL **25**
Eduardo Rocha Virmond
- DISCURSO DE AGRADECIMENTO
ACOLHIDA COMO MEMBRO BENEMÉRITO E HONORÁRIO **29**
Luis Renato Pedroso
- PREFÁCIO* **33**
René Ariel Dotti
- CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, ANO 1916, SEMPRE PRESENTE **51**
Eduardo Rocha Virmond
- 100 ANOS DO CÓDIGO CIVIL:
O CÓDIGO BEVILACQUA E SEU TEMPO **55**
Eroulths Cortiano Junior
- OS DIREITOS DAS MULHERES **71**
Rogéria Dotti
- MULHERES NA GUERRA (1939 - 1945):
AS ENFERMEIRAS O SERVIÇO DE SAÚDE DA FEB **83**
Carmen Lúcia Rigoni
- UMA STEIN É UMA STEIN **97**
Luci Colin
- MÁSCARAS EM MOLDE IRÔNICO **109**
Marta Morais da Costa
- BEIJA-FLOR EM SETE ATOS **115**
Marta Morais da Costa
- A ESCRITA ENTRE TEMORES E CONQUISTA **117**
Marta Morais da Costa
- POEMINHA RASO **121**
iris Bigarella
- AS RAPOSAS VERDES **123**
iris Bigarella
- ELE ELA **125**
Iris Bigarella
- FÁBULAS MODERNAS **127**
iris Bigarella
- A PRIMEIRA MÉDICA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ **129**
Clotilde de Lourdes Branco Germiniani
- AS MULHERES E O DIREITO DE VOTO **133**
Clotilde de Lourdes Branco Germiniani
- E O DIA INTERNACIONAL DO HOMEM? **136**
Clotilde de Lourdes Branco Germiniani

A PRINCESA LEOPOLDINA E A INDEPENDÊNCIA 139

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani

POEMAS 143

Adélia Maria Woellner

LUAR BRILHANDO AURORAS 145

Chloris Casagrande Justen

EM UMA JORNADA DE LUZES 146

Chloris Casagrande Justen

NÉLIDA PIÑON HOMENAGEADA EM CURITIBA 159

Chloris Casagrande Justen

**A COLABORAÇÃO ENTRE ANTROPÓLOGOS,
JUÍZES E PROCURADORES NA INTERPRETAÇÃO
DOS SABERES E DIREITOS INDÍGENAS 165**

Cecilia Maria Vieira Helm

ESTA VIDA: GUILHERME DE ALMEIDA 173

Neumar Carta Winter

**CARTA AOS ESTUDANTES
E AOS QUE PROCURAM CULTIVAR-SE 197**

Clemente Ivo Juliatto

A QUESTÃO DA IDENTIDADE CULTURAL PARANAENSE 205

Ernani Buchmann

O FUTEBOL NA ACADEMIA 215

Carneiro Neto

SOLIDÁRIOS NA DOR 217

Carneiro Neto

O PERSONAGEM CONDÁ 219

Cecilia Maria Vieira Helm

IMPRESSÕES DE VIAGEM 221

Nilson Monteiro

AQUI E AGORA 224

Nilson Monteiro

A BIBLIOTECA TEM VIDA 227

Nilson Monteiro

SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ 229

Eduardo Rocha Virmond

PAÍS DAS MARAVILHAS 235

Dante Mendonça

EM BUSCA DAS GALOCHAS PERDIDAS 238

Dante Mendonça

VALFRIDO PILOTO E A UNIVERSIDADE DO PARANÁ 241

Rui Cavallin Pinto

O PARANÁ ESQUECEU DAVID CARNEIRO? 245

Rui Cavallin Pinto

O TERRITÓRIO IGUAÇU, OUTRA VEZ?... 249

Rui Cavallin Pinto

DEUS É BRASILEIRO 253

Léo de Almeida Neves

EM BUSCA DO LABIRINTO PERDIDO 265

Roberto Muggiati

**O PRIMEIRO SHAKESPEARE TRADUZIDO:
HAMLET EM PORTUGUÊS, 1607 267**

Roberto Muggiati

REPÚBLICA DOS INJUSTIÇADOS 275

Albino Freire

POEMAS INÉDITOS **279**

João Manuel Simões

“A SOMBRA DOURADA” :
UM ROMANCE NOTÁVEL DE GUIDO VIARO **295**

João Manuel Simões

O DICIONÁRIO DE EZEQUIAS **303**

Guido Viaro

O MAJOR | BASEADO EM FATOS REAIS **313**

Carlos Alberto Sanches

HÉLAS, FRANCE OUTRA VEZ! **323**

Eduardo Rocha Virmond

A TRÍADE PSÍQUICA DE MALEBRANCHE **327**

Antonio Celso Mendes

OS ÁTOMOS, PARECE QUE SÃO VIRTUAIS **329**

Antonio Celso Mendes

HOMOLOGIAS SIMBÓLICAS **331**

Antonio Celso Mendes

RELAÇÃO DAS CADEIRAS **335**

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS **349**

